



VII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE,
GÊNERO E RAÇA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

DESCOLONIZAR O FEMINISMO



HOMENAGEADA
MARIELLE FRANCO

CADERNO DE RESUMOS

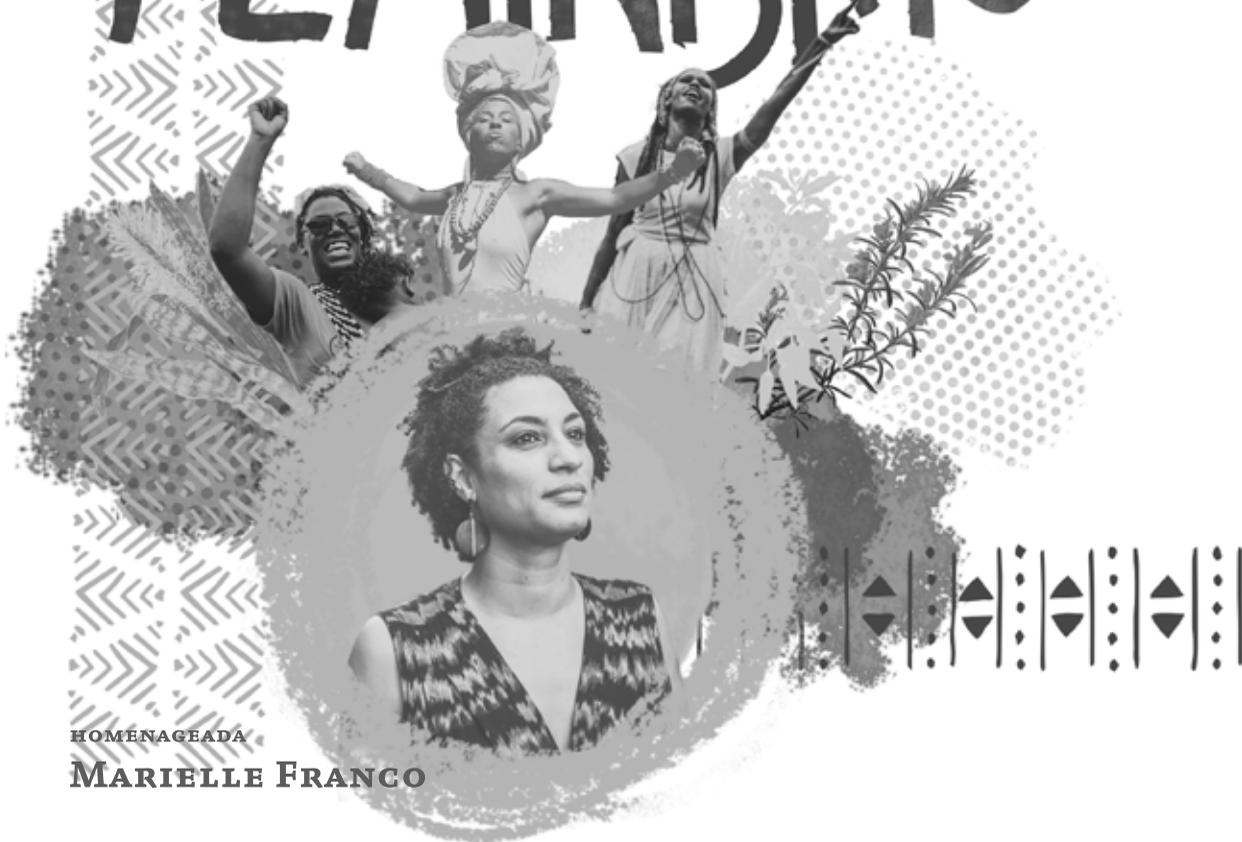
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

NOVEMBRO DE 2018
BRASÍLIA - DF



VII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE,
GÊNERO E RAÇA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

DESCOLONIZAR O FEMINISMO



HOMENAGEADA
MARIELLE FRANCO

CADERNO DE RESUMOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

NOVEMBRO DE 2018
BRASÍLIA - DF

Realização

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Reitor Wilson Conciani	Diagramação e Projeto Gráfico Mariana Henrique Mariano da Silva
Pró-Reitor de Ensino Adilson César de Araújo	Revisora de Língua Portuguesa Bárbara Campos Pinto da Silva
Pró-Reitora de Extensão e Cultura Cristiane Batista Salgado	Conselho Editorial Ana Paula Caetano Jacques
Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação Luciana Miyoko Massukado	Daniele dos Santos Rosa
Pró-Reitora de Administração Simone Cardoso dos Santos Penteado	Francisco das Chagas Roque Machado
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas Maria Cristina Madeira da Silva	Girlane Maria Ferreira Florindo
Coordenação de Publicações Daniela dos Santos Rosa	Guilherme João Cenci
Produção Executiva Sandra Branchine	Jocênio Marquios Epaminondas
	Josué de Sousa Mendes
	Juliana Rocha de Faria Silva
	Larissa Dantas de Oliveira
	Maurilio Tiradentes Dutra
	Nívia Aniele Oliveira
	Raquel Lage Tuma
	Tatiane Alves de Melo

2018 Editora IFB



A exatidão das informações, as opiniões e os conceitos emitidos nos capítulos são de exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos desta edição são reservados à Editora IFB. É permitida a publicação parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. É proibida a venda desta publicação.

EDITORA



Reitoria – SGAN Qd 610, Módulos D, E, F, G
CEP: 70860-100 Brasília-DF
www.ifb.edu.br
Fone: +55 (61) 2103-2108
editora@ifb.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça (7. ; 2018 : Brasília, DF)

Sernegra: VII semana de reflexões sobre negritude, gênero e raça: caderno de resumos / Glauco Vaz Feijó, Paula Balduino de Melo, organizadores. – Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2018.

308 p.

ISSN 2318-6720

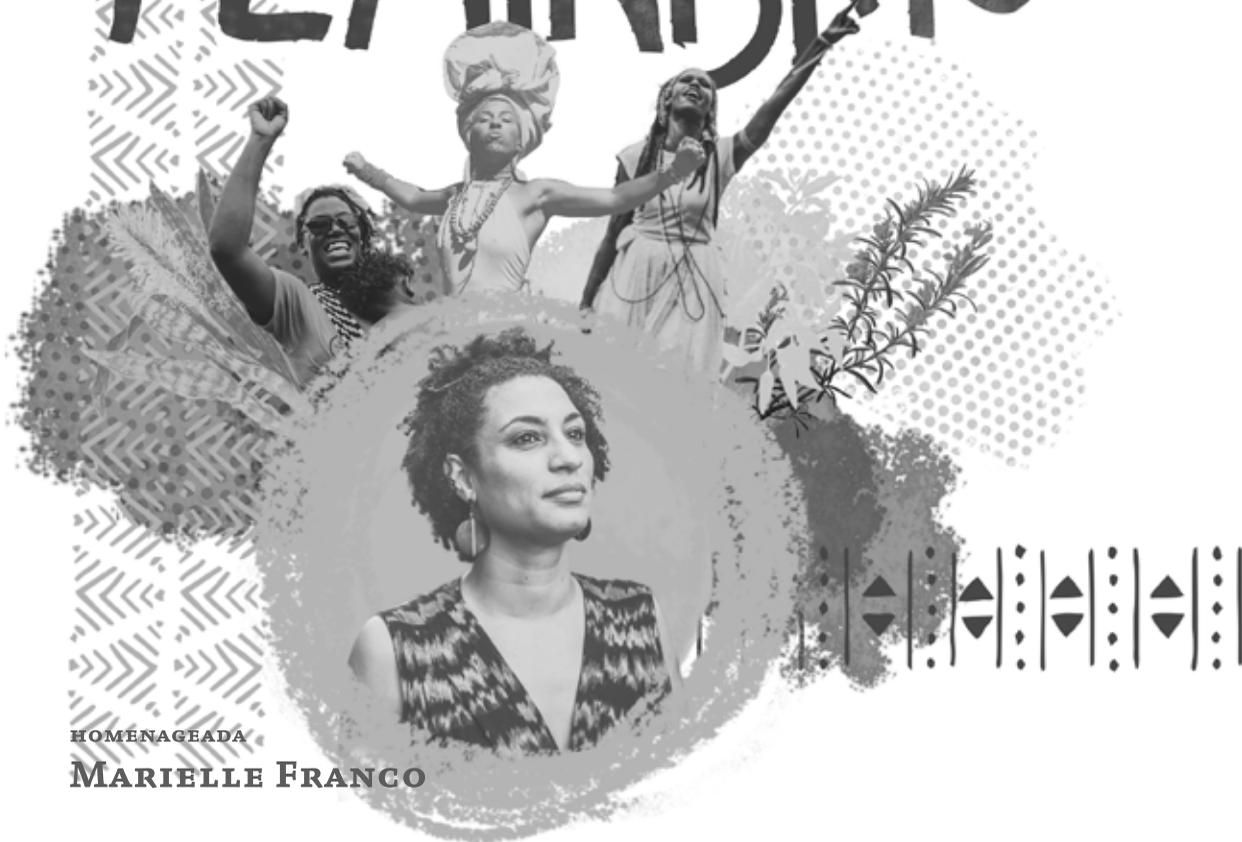
1. Decolonialidade. 2. Feminismo negro. 3. Racismo. II. Título.

CDU: 316.347(=1-86)



VII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE,
GÊNERO E RAÇA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

DESCOLONIZAR O FEMINISMO



HOMENAGEADA
MARIELLE FRANCO

CADERNO DE RESUMOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

NOVEMBRO DE 2018
BRASÍLIA - DF

VII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO E RAÇA SERNEGRA: DESCOLONIALIZAR O FEMINISMO

Coordenação-Geral

Instituto Federal de Brasília – IFB

Comissão Organizadora

Diene Ellen Tavares da Silva – IFB

Glauco Vaz Feijó – IFB

Jaqueline Coêlho Suassuna – IFB

Jacqueline Fiuza da Silva Regis – UnB

Jordana Pacheco Eid – IFB

Larissa Ferreira – IFB

Paula Balduino de Melo – IFB

Pollyana Maria Ribeiro Alves Martins – IFB

Talita Cabral Machado – IFB

Comitê Científico

Aida Rodrigues Feitosa – UnB

Aldenora Conceição de Macedo – SEEDF

Alessandra Pio Silva – UFRJ

Aline Maia Nascimento – UFRJ/Museu Nacional

Andrea Leite Ribeiro – UnB

Antonio Gomes da Costa Neto – SEEDF

Arilma Soares – SME-Natal

Bruna Paiva de Lucena – SEEDF

Celia Regina Cristo de Oliveira – Prefeitura Municipal de Duque de Caxias-RJ

Cibele de Guadalupe – IFG

Cilene Vilarins Cardoso da Silva – SEEDF/UnB-Neab

Cristiane de Assis Portela – UnB/SEEDF/CEUB

Dennys Silva-Reis – UnB

Edileuza Penha de Souza – UnB

Edson de Souza Cunha – IFB

Elbert de Oliveira Agostinho – Cefet-RJ

Eliete Gonçalves Rodrigues Alves – UnB

Éllen Daiane Cintra – SEEDF

Eunice Aparecida de Jesus Prudente – USP

Fabiana de Lima Peixoto – UFSB

Francisca Cordélia Oliveira da Silva – UnB

Giuliane Pimentel – IFB
Gloria Maria Santiago Pereira – Unieuro
Heloisa Helena de Oliveira Santos – IFRJ
Humberto Manoel de Santana Júnior – IFB
Isabella Santos Mundim – IFB
Isis Aparecida Conceição – Unilab
Janaína Oliveira – IFRJ
Jaqueline Aparecida Barbosa – SEEDF
Joelma Rodrigues da Silva – UnB
Jonas Sales – UnB
José de Ribamar Sousa Pereira – UCB
Juliana César Nunes – UnB
Keila Meireles dos Santos – UEG
Kelly Tatiane Martins Quirino – UnB
Kênia Cardoso Vilaça de Freitas – Unesp
Larissa Ferreira – IFB
Leandro Santos Bulhões de Jesus – PPGDSCI/UnB
Lívia Paiva – IFRJ
Marjorie Chaves – UnB
Mariana Fernandes Rodrigues Barreto Regis – UnB
Meire Cristina Cabral de Araújo Silva – DNIT
Nadir Nóbrega – Ufal
Norma Diana Hamilton – UnB
Raquel Rosário – SEEDF
Renata Melo Barbosa do Nascimento – UnB
Renata Waleska de Sousa Pimenta – IFSC
Tatiana Rotolo – IFB
Thiago de Faria e Silva – IFB
Walkyria Chagas da Silva Santos – UFBA/UFSB/UnB
Valéria Gomes Borges Vieira – UnB

SUMÁRIO

Coordenação-Geral / Comissão Organizadora / Comitê Científico	7
Apresentação.....	24
SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES	26
ST 01-NEGROS E NEGRAS E A CULINÁRIA27
Mãos negras: saberes e sabores afro-brasileiros.....	28
Etnogastronomia: cosmovisão e contribuição da negritude na construção identitária dos povos na diáspora.....	28
"Dandara além do dia 20": diálogos com negritude sanjoanense	29
Reflexões sobre o trabalho das merendeiras frente às questões de raça e de gênero.....	29
Discutindo gênero e raça em uma cozinha profissional	30
Cultura, colonialidade, gênero e raça: a trajetória de mulheres negras na gastronomia	31
A sacralidade dos alimentos: um estudo agroecológico sobre sistemas alimentares e religiões de matriz africana	32
A retomada da ancestralidade na cozinha quilombola	32
A axiologia da negritude: a gestão de custos na gastronomia de origem afro.....	33
ST 02 – NARRATIVAS AFRODESCENDENTES: LITERATURAS, PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E RESISTÊNCIA.35
A estética negra e sua reexistência através do cabelo afro nos filmes Kabela e Deixa na Régua	36
“Você é afro-alemã?": A produção de narrativas afrodescendentes na Alemanha	36
Questões de representação: a experiência da Revista Puñado.....	37
Diálogos entre a personagem Celie de A Cor Púrpura com as mulheres da contemporaneidade ...	37
Diálogo entre Achebe e Wainaina: a representação do negro em Things Fall Apart e How to Write About Africa	38
Reflexões antropológicas sobre As alegrias da maternidade.....	38
“Mouths like knives”: a descolonização da poesia em Safiya Sinclair	39
A literatura como voz das mulheres negras no filme Histórias Cruzadas (2011)	39
Infância, sonhos e resistência. Uma leitura benjaminiana de Indomável Sonhadora (2012).....	40
Afrofuturismo na literatura brasileira contemporânea	41
Questões de raça e bissexualidade na obra de Olívia Pilar	41
Diálogos entre cinema, história e literatura no conto “O Pai contra a mãe” e no filme “Quanto vale ou é por quilo?”	42
O corpo negro e o empoderamento estético no YouTube.....	42
As descobertas de Dandara: protagonismo e representatividade das meninas negras	43
Poesia marginal: um meio de resistência negra.....	43
Subalternização e resistência de mulheres negras. Uma reflexão sobre as personagens femininas do romance Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo	44

Cinco mulheres em narrativas de Marcelino Freire	44
Narrativas em (re)construção: videobiografias de mulheres negras em processo de alfabetização e letramento no Instituto Federal de Brasília	45
“A Lei Áurea é todo verso que eu escrevo”: O romance Kindred no ensino e na imaginação de histórias de outros mundos possíveis.....	45
Literatura negra e a urgência de novas construções identitárias.....	46

ST 03 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE RACIAL. 49

A razão negra e os direitos humanos: as políticas internacionais contra a discriminação racial.....	50
A reparação da escravidão negra e as comissões da verdade no Brasil (2014-2018)	50
Crimes raciais e justiça restaurativa: uma nova mentalidade	51
Povos Indígenas enquanto sujeitos políticos do licenciamento ambiental: o caso da Rodovia BR 429 Rondônia	52
As políticas de ações afirmativas para negros no mercado laboral e o sistema de avaliação institucional.....	52
As trajetórias dos docentes negros do IFB: contribuição e desafios para um projeto inclusivo.....	53
A superexploração da força de trabalho das mulheres negras no Brasil: a “individualidade viva” .	54
Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial: desenho, resultados e perspectivas.....	54
A doença falciforme e o envolvimento nas políticas públicas no Brasil	55
Fica Vivo!: imperativo de vida, cotidiano de morte	55
Raça e políticas afirmativas no Brasil: uma análise do impacto da Lei de Cotas no quadro docente do Instituto Federal de Brasília	56
Apostes Teóricos e Metodológicos Decoloniais: o caso da disciplina “Pensamento Negro Contemporâneo”.....	57
Racismo e violência policial	57
Viés racial – entrave à eficácia da Lei Maria da Penha	58
A máquina de moer jovens negros: tortura no sistema socioeducativo	58
Uma memória para um grupo: a análise das políticas públicas de promoção da igualdade racial para as comunidades quilombolas nos últimos dez anos.....	59
Uma agenda política pensada desde el hogar	60
Políticas públicas e transversalidade de gênero: um estudo sobre o acesso à aposentadoria pública	60
Um olhar sobre a aplicação do Estatuto da Igualdade Racial na novela Segundo Sol	61
Desafios decoloniais: raça e gênero na Cooperação Sul-Sul brasileira.....	61
Os Conselhos Municipais de Igualdade Racial como atores da proposição de políticas públicas, no âmbito da gestão municipal.....	62
Resistir para permanecer: o protagonismo das estudantes negras, indígenas e quilombolas nas políticas de inclusão social no Ensino Superior	63
Por uma militância sindical afirmativa, antirracista, decolonial.....	63
O cotidiano das mães de negras e negros	64
O protagonismo jovem no Neabi IFRJ-Paracambi: relato de experiências feitas a várias mãos.....	65
A cultura afro-brasileira na educação básica do DF: a dança na perspectiva da Lei 10.639/03.....	65
Desigualdades étnico-raciais nas escolas e universidades: revisão bibliográfica e atualização do debate à luz do pensamento decolonial.....	66

ST 04 – DISCURSOS DE GÊNERO SOCIAL E RAÇA: CAMINHOS PARA DESCOLONIZAR RELAÇÕES DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	67
“Dilma e o Sexo”. A mobilização de ideologias sexistas para a formação da opinião pública.....	68
Por uma análise do discurso ecológico da problemática de gênero no Senegal	68
Mulheres angoleiras: gênero e resistência na Capoeira Angola de São Luís.....	69
“A cor morena do Brasil fagueiro”: gênero e raça nas músicas de Lamartine Babo e Braguinha (1932- 1948)	69
Economia solidária na Associação de Catadores do Recôncavo Baiano (ACRB): um estudo de caso dos limites e desafios da participação da mulher.....	70
Ações afirmativas: debate sobre permanência de estudantes negras(os) cotistas nos dez anos do programa ProUni no curso de Serviço Social da PUC Goiás.....	71
Representação masculina nas imagens de famílias tradicionais em livros didáticos da Educação Básica brasileira	71
Escravidados: sujeitos políticos na história, o discurso que constrói o imaginário nacional e fundamenta a identidade da Educação Básica brasileira	72
Gênero, sexualidade e diversidades em discursos pedagógicos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em análise.....	73
A representação feminina da raça negra em capas de revistas: uma abordagem multimodal.....	73
Mulherismo africana: uma perspectiva não colonial de organização de mulheres	74
Mulher negra em exposição: discurso e violência nas representações das mulheres negras em museus	75
Ocupar e (Re)existir: a inserção da mulher negra em coletivos em tempos de diferença	75
Ethos como categoria onto-epistemológica e dobra metodológica: análise de discurso crítica e estudos de solidariedade	76
A força da Ènyàni: o verdadeiro gênero dos lorubás.....	77
“Aprendendo a beijar outros homens”: reinvenção de masculinidades pretas no texto poético da canção	77
Mulher cigana: para além da Sandra Rosa Madalena	78
ST 05 – CINEMA: NARRATIVAS, IDENTIDADES, DIÁLOGOS E REPRESENTAÇÕES.	79
Incurião do cinema por mulheres negras	80
Arkhé.....	80
Produzir um filme e falar de si: Mulheres Negras e a Orisà Òsùn	81
Produção de cineastas negras brasileiras.....	81
A diretora negra e os lugares de poder	82
Memórias de ator em Afronte.....	82
Corra! – Um filme de terror segundo Frantz Fanon	83
Privilégios – Branquitude e racismo no cinema e na sociedade brasileira	83
O Arco do Medo: cinema, negritude e homossexualidade.....	84
“Não sou tuas nega”	84

ST 06 – DISCURSOS, RACISMO E QUESTÕES DE GÊNERO: ENTRE FALAS E SILÊNCIO

.....	85
A capoeira sob a ótica de gênero: a mulher no âmbito da capoeiragem.....	86
Negras candaces do agreste baiano: a representatividade das mulheres negras cativas nas famílias escravas na primeira freguesia de Feira de Santana, São José das Itaporocas, séculos XVIII e XIX – 1785-1826	86
Se a vida é poesia, se são brancos os versos livres, somos nós, pretos, os presos? Análise crítica discursiva de comentários racistas implicitamente manifestados no Facebook	87
O silencioso poder do pudor	88
Mulher, negra e travesti: ratificando a importância da educação à diversidade no meio educacional	88
As representações da liberdade em Goiás na imprensa abolicionista (1878-1889): os jornais A Tribuna Livre: Órgão do Club Liberal de Goyaz (1878-1884), O Publicador Goyano: órgão de interesses do povo (1885-1889) e Goyaz: Órgão do Partido Liberal (1885-1889).....	89
A emancipação do feminino interior: o elo entre o homem e a sua feminilidade via artes da cena	89
A mulher negra haitiana na sociedade catarinense: relações raciais e de gênero no Alto Vale do Itajaí	90
Um ano após o VI Sernegra: o que ficou e o que precisa ser feito para a ampliação da discussão sobre racismo no IFSC?.....	91
Mulheres negras na música: protagonistas, coadjuvantes ou desconhecidas? Como o IFSC – Campus Gaspar as vê? – Um estudo com foco na promoção da Lei 10.639	91
Corpos colonizados: uma análise da subjetivação da mulher negra no cancionário popular brasileiro.....	92
Ressignificação das representações sociais das mulheres negras na Constituinte de 1987/88	92
A participação das mulheres negras no meio científico brasileiro: as ciências humanas e da linguagem como meios de promover uma educação antirracista e que vise os direitos humanos.	93
Um olhar para o estrangeiro: a percepção do ensino de português como língua de acolhimento na cidade de Blumenau-SC	94
A identidade da mulher negra no Brasil – Representatividade e construção identitária	94
Identificação das estratégias interacionais, culturais e antirracistas do português como língua de acolhimento para haitianos no FIC do IFSC.....	95
Voz e silêncio: construção social e simbólica da mulher negra.....	96
População negra no âmbito acadêmico: um reflexo do passado mascarado no presente	96
Escrita: tática de resistência das mulheres negras.....	97
Segregação socioespacial, direito à cidade e mulheres negras	98
Miscigenação e mobilidade racial no Brasil.....	98

ST 07 – REMOLDURANDO AS MARGENS: GÊNERO, RAÇA, INTERSECCIONALIDADES PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS NAS DIÁSPORAS AFRICANAS 101

Epistemologia amefricana e epistemicídio: uma crítica feminista negra e decolonial aos espaços acadêmicos brasileiros	102
De Lélia Gonzalez a Luiza Bairros: mulheres negras existem e insistem.....	102
Poder ou não poder: eis a questão para brasileiras e santomenses	103

Afro-shentrepneurship, descolonização e transcendência de identidade: repensar como o empreendedorismo desafia e “descoloniza” a identidade da mulher negra	104
Localizando as hierarquias raciais, de gênero e de classe das categorias jurídicas.....	105
Feminismo Negro como metodologia de leitura da teoria constitucional contemporânea: potências e limites da interseccionalidade a partir da análise do trabalho doméstico no Brasil	105
A pertinência do conceito de interseccionalidade no feminismo contemporâneo e as contribuições de Angela Davis	106
Mulheres negras em espaços de poder: a Oxum que habita em mim saúda a Oxum que habita em ti	107
Problematizando a interseccionalidade a partir do feminismo negro	107

ST 08 – COM AMOR: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS À LUZ DA STANDPOINT THEORY. 109

Feminismos negros: um diálogo sobre o pensamento das mulheres africanas, afro-americanas e afro-brasileiras	110
Cores de Aidê e a emancipação das mulheres negras em Florianópolis	111
As constituições de famílias de mulheres negras e lésbicas nos bairros periféricos de Goiânia-GO	111
Políticas de amor voltadas à prevenção de DST/HIV/Aids e gravidez precoce de adolescentes negras	111
Chimamanda Adichie: Hibisco Roxo	112
Para repensar o feminismo afro-latino-americano de Lélia González: dos silêncios na academia ao giro decolonial.....	112
“Nós mulheres negras também queremos ser amadas”: visibilizando afetividades	113
A representatividade das mulheres negras em O Olho Mais Azul.....	114
A (escre)vivência negra: reflexões a partir da obra “Ponciá Vivêncio” de Conceição Evaristo	114
A construção da identidade étnico-racial entre trabalhadoras negras em Teixeira de Freitas – Bahia	115
Coletivo Angoleiras Pretas: uma reflexão sobre práticas feministas na Capoeira Angola do Rio de Janeiro	115

ST 09 – POR ONDE ANDAM AS MENINAS/MULHERES NEGRAS? PERSPECTIVAS ANALÍTICAS E DIALÓGICAS SOBRE IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO, MÍDIA E NEGRITUDE 117

Disputando espaços de ressignificação: mulheres negras e a mídia	118
A mídia e a (de) formação da consciência: generificando	118
A representação da mulher negra em projetos fotográficos de mulheres negras, brasileiras e contemporâneas	119
Mulher negra brasileira: presença e poder	120
O protagonismo feminino na literatura afrofuturista	121
Super-heróis negros e negras: referências para a educação das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana.....	121
Raça, gênero e a questão lésbica na tv e no cinema.....	122

ST 10 – CONCEITOS E MÉTODOS PARA A ANÁLISE DA INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS EIXO SUL-SUL 123

Por um direito de refúgio decolonial: imbricação de opressões em processos de elegibilidade no Brasil 124

Interseccionalidade e fronteira: mulheres negras migrantes na Amazônia franco-amapaense 124

O trânsito da raça: experiências migratórias e as percepções sobre a afroperuanidade no Brasil e nos Estados Unidos..... 125

Epistemologia Macunaíma: alteridade, etnia e raça nos estudos migratórios no espaço latino-brasileiro..... 125

O Exército Brasileiro (EB) e as ações de atendimento aos refugiados e deslocados climáticos no Brasil 126

O projeto colonial português na África 126

ST 11 – ESTUDOS DE TRADUÇÃO E FEMINISMOS NEGROS: DECOLONIALISMO, INTERSECCIONALIDADE E MULHERIDADES NEGRAS 129

“No seu pescoço”: uma análise da tradução 130

Zine e tradu(A)ção: A peruca que esconde a minha alma..... 130

Reescrivendo Carolina: uma análise da (des)construção da favela na tradução de Quarto de Despejo 131

A recepção de Oyèronké Oyèwùmí no Brasil: uma entrada pela tradução Sul-Sul? 131

Mulher, preta, brasileira, professora e tradutora: a recuperação da construção de minha carreira acadêmica e profissional 132

Incidents in the life of a slave girl (1861): uma (re)tradução feminista negra comentada 133

Daquilo de que não se fala 133

Presença, representatividade e inclusão de afro-brasileiros nos mercados de tradução e interpretação: reflexões e desafios..... 134

Traduzindo textos de autoria afro-brasileira nos Estados Unidos: uma experiência de pedagogia crítica 134

Rompendo barreiras através da tradução: um breve olhar sobre a recepção de Conceição Evaristo na França e nos Estados Unidos..... 135

“Pare, olhe, escute”: a visão, o olhar e a escuta de Sandra de Sá 135

‘Mulheres, Raça e Classe’, de Angela Davis, em tradução: perguntas e reflexões..... 136

Tradução como transbordamento: a experiência com a alteridade feminina negra em poemas traduzidos de Gwendolyn Brooks, Harryette Mullen e Dominique Christina Ashaheed 136

Pensadoras negras da tradução: contribuições e singularidades de feminismos negros 137

A arte na crítica de Mary Evans: tradução de How we speak..... 138

Traduzindo Dionne Brand: experiências diaspóricas..... 138

ST 12 – A RESISTÊNCIA PELA PRÁTICA PEDAGÓGICA: RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE EM SALA DE AULA 139

Educação antirracista e antissexista através da música..... 140

Projeto Afrins: mitologia africana, indígena e afro-brasileira..... 140

Para uma metodologia contra-hegemônica: a mediação estética como ferramenta no trabalho pedagógico emancipador e crítico..... 141

O multiculturalismo crítico no currículo de educação física do Ensino Médio: construindo novas possibilidades com a cultura corporal da comunidade escolar.....	141
Escola quilombola e o direito a educação: subjetividades da construção da identidade em espaços escolares.....	142
Reflexões sobre risco e o cenário da educação pautada por direitos humanos, gênero e sexualidade	142
Escola Sem Partido: as ameaças e os tempos de resistência	143
Diálogos sobre relações de gênero na educação de jovens e adultos	144
O movimento #ConMisHijosNoTeMetas e a construção da família nuclear branca latino-americana	144
“Por que não falamos de Carolina Maria de Jesus?”: reverberando a voz da escritora na escola pública através do estágio de Sociologia	145
Identidades em pauta: História da Abayomi	145
Gênero e sexualidade: ressignificando práticas pedagógicas	146
Cineclubes EIT: educação, cineclubismo e direitos humanos	146
Questões de gênero como construção social em meio aos dizeres do currículo sobre o “ser mulher” e “ser homem”	147
Representações femininas em livros infantis: submissão ou protagonismo?	148
Práticas pedagógicas para uma Educação Antirracista na Educação Infantil.....	148
O ensino de História, principalmente negras, como norteador de para a construção de identidades e horizontes de expectativas por parte de alunos negros na Aceleração	149
Gênero, raça e pedagogia decolonial no ensino de ciências.....	149

ST 13 – GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E INTERSECCIONALIDADES 151

Rostos, vozes e silêncio: transgressões ao corpo feminino nos contos “Ana Davenga” e “Maria”, de Conceição Evaristo.....	152
As “mulatas” de Di Cavalcanti – iconografia e estereótipos femininos no imaginário social brasileiro	152
As mulheres negras nos 130 anos pós-abolição da escravidão.....	153
Mulher negra: Um potencial afrofuturista	154
O abandono de mulheres negras no assentamento Egidio Brunetto, e suas relações com os frutos nativos do Cerrado	154
Por um entendimento de quem são os humanos dos direitos humanos	155
Ser mulher negra na América Latina.....	156
Direitos humanos, othering e interseccionalidade	156

ST 14 – EXPERIÊNCIAS DE INTERLOCUÇÃO, LEITURA E ESCRITA EM CONTEXTOS EDUCATIVOS: O QUE NOS ENSINAM AS NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS, INDÍGENAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS? 159

Da pele à escrita, uma reflexão sobre o trabalho artístico de Grada Kilomba como resistência ao silenciamento.....	160
Mulheres em movimento mudam o mundo e o Núcleo de Extensão do Território de Identidade da Chapada Diamantina (Nedet): diálogos com mulheres de comunidades tradicionais.....	160

Mulheres negras macacoarienses ocupando território: quintais, roças de toco, uso da mata e das águas e o dom das mãos	161
Educação em direitos humanos e literatura: a representatividade na ficção científica escrita por mulheres brasileiras.....	162
A receptividade da Literatura de autoria negra feminina em rodas de leituras e criatividade literária em São Sebastião/DF.....	162
Laurindas, Joaquinhas e suas narrativas de saberes: objeto e metodologias que existem e falam .	163
A trajetória de luta das mulheres quilombolas Luízes em diálogo com os escritos sobre a diáspora africana.....	164
As intelectuais dos saberes orgânicos: a atuação de mulheres Tupinambás da Serra do Padeiro ..	164
Mulheres pescadoras fazem resistência: por uma defesa das alianças entre os saberes tradicionais e os saberes científicos produzidos pelas mulheres negras em diferentes contextos.....	165
Tecer histórias é como tecer uma rede de memórias: a oralidade e a ciência Xakriabá como epistemologias nativas.....	166
Iara, Conceição e Oxum: trajetória, alianças, interseccionalidades e os desafios de uma mulher afro-indígena quilombola marajoara.....	167
Relato de experiência: conhecendo o cotidiano e a vida de mulheres e homens das reservas indígenas: Panambizinho e Bororó em Dourados/MS	167
Interseccionalidades e as Mulheres “Desapocadas” do Puris: conhecimentos tradicionais e categorias nativas de Beleza entre mulheres quilombolas do norte de Minas Gerais	168
Travessias da narratividade oral às narrativas escritas de uma mulher quilombola Jalapoeira	169
As mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas: a educação por meio da oralidade.....	169
Por leituras insubmissas: des(retratos) e pluralização epistêmica a partir do reconhecimento da leitura no cotidiano da escola	170
Carolina Maria de Jesus; memória, história e resistência	171
Leituras da liberdade: uma proposta metodológica de crítica literária em sala de aula.....	171
Sobre narrativas autobiográficas e a história ficcionada: o ensino de história indígena na educação básica a partir da obra “Metade Cara, Metade Máscara” de Eliane Potiguara.....	172
Mulheres transmitindo saberes: educação e conhecimento tradicional sobre plantas medicinais na comunidade São José/GO	173
A mulher de pés descalços: memória, afetividade e os contatos interculturais a partir da narrativa feminina – a obra de Scholastique Mukasonga no ensino de história na Educação Básica.....	173
Escrever para existir e politizar a identidade de mulher da quebrada: a experiência de fazer nascer Um verso e mei.....	174
Soberania e justiça social: mulheres quilombolas e a agroecologia no Quilombo Pau D’arco, Malhada-BA	175
Sobre afetos, aprendizagem mútua e fagulhas contra-hegemônicas: interlocuções entre a Universidade de Brasília e o Quilombo de Conceição das Crioulas-PE	175
Experiência de escrita autoral em uma escola pública da Ceilândia-DF: O que me ensinaram as mulheres inspiradoras que os meus alunos me apresentaram?.....	176
Polifonias: escrita “viva” e literatura de mulheres em escolas públicas do DF	177

ST 15 – AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NEGRAS NO CINEMA E NA LITERATURA NA PERSPECTIVA DOS FEMINISMOS NEGROS179

In her own words: resistência e empoderamento nas narrativas da escravidão 180
Ancestralidade africana: a representação da mulher negra no romance Úrsula 180
O filme Pantera Negra: relações de gênero e poder 181
“Maria do Rosário Imaculada dos Santos” e a interdição da experiência feminina negra 181
“Como se fosse da família”: o trabalho doméstico no romance brasileiro 182
Amor como cura: amar Carolina Maria de Jesus 183

ST 16 – PENSAR A PRODUÇÃO INTELECTUAL: SABERES NEGROS EM ENCRUZILHADA 185

Respeitem meus cabelos, brancos: o corpo-encruzilhada na performance de Juliana dos Santos e Priscila Rezende 186
Entre práticas e teorias descolonizadoras: um esforço para pensar a decolonialidade a partir do feminismo negro 186
O discurso da imagem: reflexão sobre a obra de José Zumba 187
Sobre a liberdade da escrita, o gerencialismo e a quantofrenia 188
Quando a/o pesquisada/o se torna pesquisadora/or: pessoas negras e sua relação com a antropologia 188
Epistemologias negras diante do espelho 189
Poços de conhecimento: as bibliotecas humanas obliteradas pela academia 189
Diálogos entre psicologia negra e narrativas contemporâneas de escritoras negras 190
Rezadeiras: mulheres articuladoras entre o sagrado e o profano 190
Dispositivo de racialidade; reflexão da integração entre a ação teórica e ação prática de tipo militante sobre a questão racial no Brasil sob a perspectiva de Sueli Carneiro 191
What gender is motherhood?: o pensamento oxunista em questão 191
II Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas: relatos de uma experiência 192
Do nome à louvação, da poesia à evocação: orikis na diáspora cultural negra-africana 192
Escritas negras no século XIX: textos de liberdade na diáspora afro-americana 193
Diálogos intertextuais: música e literaturas negras contemporâneas 194
Ancestralidade como fonte de epistemologia 194
Caminhos de Luiza Bairros – reflexões sobre a formação de uma liderança intelectual-ativista negra no Brasil 195
O “negro” livro literário infanto-juvenil: a fruição estética de obras literárias com temática racial no livro didático no Brasil 195

ST 17 – COMUNICAÇÃO E DIREITO: PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES RACIAIS197

Do sujeito desidentificado à maioria minorizada: uma abordagem histórica da antinegritude na mídia brasileira 198
Mulheres negras e controle policial no Recife oitocentista 198
Gt mulheres negras da OAB Rio de Janeiro, uma experiência necessária 199
O enquadramento midiático do genocídio dos jovens negros – análise da chacina de Costa Bairros 199

De João do Rio a Tim Lopes.....	200
Raça, Gênero e Criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres a partir de uma dimensão racial.....	200
Racismo do tipo exportação: uma análise sobre a presença de telenovelas brasileiras em Cuba ..	201
Direito, relações raciais e religiões afro-brasileiras.....	202
Iniciativas negra e feminista em comunicação: breve estudo sobre os cursos de Gênero, Raça e Etnia e de Comunicação, Saúde e Direitos das Mulheres para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo e em defesa do direito humano à comunicação	202
Direitos Humanos e genocídio da juventude negra no Brasil.....	203
A questão do autor como produtor no romance uruguaio “Las esclavas del rincón”, de Susana Cabrera	203

ST 18 – MULHERES NEGRAS NA CENTRALIDADE DA SAÚDE: INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS 205

Curso de capacitação para profissionais de saúde com a temática: raça, gênero e violências – interfaces com o SUS	206
Raça, gênero e saúde reprodutiva: a resposta do feminismo negro ao controle dos corpos pelo Estado	206
Políticas públicas uterinas: a quem serve a criminalização do aborto no Brasil?	207
O protagonismo das mulheres negras na política de atenção à doença falciforme	207
A cor da relação: corpo e afetividade de mulheres negras em Natal/RN	208
Autonomia, autocuidado e a importância de uma rede afro-religiosa para a saúde mental de mulheres negras.....	209
Equidade Racial e Atenção à Saúde em Comunidades Quilombolas	209
Mulheres Negras e Violência Obstétrica	210
O autocuidado entre mulheres negras	211

ST 19 – MULHERES QUILOMBOLAS E PERSPECTIVAS AFROCENTRADAS: AGÊNCIAS, POLÍTICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO 213

Tensões geracionais e de gênero nas relações de trabalho e na condução de uma Associação Quilombola em uma comunidade rural no Vale do Jequitinhonha, MG.....	214
Conexões de Saberes-Música do Oprimido. Da roda-viva de São Gonçalo ao arrimo da Barra do Rio Grande: a trajetória de vida da professora e política negra Joana Camandaroba (1914-2014)	214
Raça, gênero e sexualidade na produção da alienação colonial em Frantz Fanon.....	215
A Práxis de Mulheres Quilombolas no Brasil: entre os silêncios da historiografia e as tensões no Direito	216
Mulheres quilombolas na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí	216
O tear da memória para as mulheres negras.....	217

ST 20 – CORPOREIDADE E PROCESSOS PEDAGÓGICOS DECOLONIAIS: ARTICULAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA. 219

A experiência de pesquisas e inserção de danças de matrizes negras na escola	220
--	-----

YRIÁDOBÁ em performance – O mito de Obá, processos de criação e influxos artaudianos via metodologia em arte	220
Terreiros e rodas: novas epistemologias nas artes da cena.....	221
Araçunã – Processo de Criação em Dança Brasileira Contemporânea	221
Mulheres de Ganga: dançando a existência	222
O estudo das danças Malinke do Oeste Africano e da cultura popular brasileira como proposta metodológica decolonial no fazer contemporâneo das danças afro-brasileiras	222
Corpo negro como material pedagógico: a geometria dos penteados afro	223
Teatrando realidades	224
Quando vozes negras alimentam a dramaturgia do corpo – O feminino em Axé Nzinga	224
Escrevivências: escritas corporais de mulheres ao vento.....	225
Ideologia cristã de diabolização no ambiente escolar.....	225
(Inter)artes na educação decolonial: corporeidades mestiças e(m) ecologia dos saberes	226
Projeto Abayomi – encontro precioso.....	226
As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Saúde e a Resolução 569/17 do Conselho Nacional de Saúde.....	227
Reverberações sobre as potencialidades do corpo coletivo na dança afro.....	227
Questões de gênero e raça na dança: corporalidades políticas centradas na noção de identidade	228
O corpo negro sujeito de si na Universidade	228

ST 21 – DESCOLONIZAR É (ENSINO) FUNDAMENTAL: PRÁTICAS ARTÍSTICAS/

PEDAGÓGICAS	231
Decolonizar por meio do filme: algumas considerações iniciais sobre o estágio docente	232
As performances afro-brasileiras como metodologia de ensino na Educação Básica: um estudo sobre memória e identidade	232
Corpo e raça: As representações do corpo negro nas artes visuais.....	233
Oficinas de elaboração vivencial de bonecas Abayomi em espaços educativos não formais.....	233
Descolonizar é (ensino) fundamental: práticas artísticas pedagógicas.....	234

ST 22 – EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: RACISMO E A EXPERIÊNCIA ESCOLAR

ST 22 – EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: RACISMO E A EXPERIÊNCIA ESCOLAR	235
Por Uma Educação Antirracista na Capital do “Ouro Negro”: Análise do Regimento Escolar da Educação Básica de Macaé.....	236
Formação continuada como estratégia para a decolonização da prática pedagógica	236
África no currículo: uma ação pedagógica no plano de curso.....	237
Perspectivas para ensinar uma história silenciada: interseccionalidade de gênero e raça em relatos de adolescentes negras	237
App EducaEthos: ferramenta tecnológica de combate ao racismo e preconceito	238
Lei nº 10.639/03: perspectivas e desafios na luta por uma educação antirracista	239

ST 23 – SERNEGRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DA IDENTIDADE DO/A PROFESSOR/A NEGRO/A ÀS IDENTIDADES RACIAIS E DE GÊNERO DOS/AS EDUCANDOS/AS . . .	241
A África além da mídia	242
Empoderadas	242
A construção da identidade racial e suas implicações no contexto da sala de aula	243
Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: o perfil dos professores.....	243
Afetividade e cotidiano escolar: a construção existencial da identidade negra.....	244
Encontro de meninas: discutindo identidades.....	245
Entre as narrativas, tranças e sorrisos	245
Narrativas escrevíveis e o ensino de inglês na Educação Básica	246
As Práticas pedagógicas de Professoras Negras na Construção de Contra Currículos na Educação Básica.....	246
Promoção da saúde capilar dos afrodescendentes na educação	247
Licenciaturas Interdisciplinares da UFSB: descolonização do currículo e combate ao racismo epistêmico	247
Enfrentamentos de uma educação antirracista	247
ST 24 – DESCOLONIZANDO A COMUNICAÇÃO: PERSPECTIVAS NEGRAS PARA O CINEMA E O JORNALISMO	249
Reflexão sobre a apropriação das Tics pelas mulheres negras	250
comNEGRA: as Tecnologias de Informação e Comunicação para mídias negras na UnB.....	250
O panorama das mulheres negras do DF que atuam no telejornalismo: uma reflexão acerca das dimensões de raça e gênero nas carreiras das profissionais.....	251
Muniz Sodré: revisão teórica e metodologia para estudos em jornalismo	251
Muniz Sodré: diálogos e perspectivas teóricas para estudos em jornalismo	252
As mulheres jornalistas negras e a identificação do “teto de vidro gênero/raça/classe” no processo de feminização do jornalismo no Brasil.....	253
A mulher negra e a linguagem: análise de discurso de uma perspectiva de gênero e raça	253
Negritude na capa: análise dos discursos como representação do negro na revista Raça Brasil	254
OFICINAS, RODAS E APRESENTAÇÕES	256
OFICINAS	257
Expressão corporal, ritmos afrobrasileiros.....	257
Benze que passa.....	257
Yabás e suas danças.....	257
De objeto de pesquisa a pesquisador(a): subvertendo a ordem acadêmica a partir do projeto	258
Revelando identidades – Reflexos e reflexões	258
Oficina de bendizer	259
Batida do Okam (Danças das orixás)	259
Na gira com a Kalunga	259
O sagrado feminino e a mulher negra contemporânea	259
Escrita Criativa: Cordel.....	259
Feira de Afroeconomia - FeirAfro	260
Espaço Sernegrinha	260

RODAS E APRESENTAÇÕES	261
Roda de conversa: LGBTQs negras no contexto atual.....	261
Rumo ao Encontro Nacional de Mulheres Negras: trinta anos contra o racismo, a violência e pelo bem viver. Mulheres Negras movem o Brasil.	261
Musas do cotidiano	262
Yriadobá – Da Ira à Flor	262
Id. Percursos.....	262
Sacrilégio.....	263
Sujeira calada Nu Ta Pe Te	263
O aquarelista (lançamento de livro).....	264
Uma oração para a mãe preta	264
Mostra Gloria Rolando e Mostra Marisol Kadiegi	265
Teatro: A Casa Rosas Cruz	265
Teatro: O mito das mulheres que viravam borboletas.....	265
 MESAS, PLENÁRIAS E SHOWS MUSICAIS	 266
 MESAS REDONDAS E PALESTRANTES.	 267
Domingo, 18 de novembro	267
Mesa redonda com as cineastas Gloria Rolando (Cuba), <i>Edileuza Penha, Marisol Kadiegi e Safira Moreira (Moderação: Moema Carvalho)</i>	
 Segunda-feira, 19 de novembro	 269
Mesa de abertura “Descolonizar o Feminismo”, <i>com Ochy Curiel, Thula Pires e Gina Vieira Ponte (Moderação: Renísia Garcia)</i>	
 Segunda-feira, 19 de novembro	 270
Mesa “Saúde da Mulher Negra: da médica de família à benzedeira”, <i>com Ana Vieira, Maria Bezerra e Thatiane Silva (Moderação: Jacqueline Regis)</i>	
 Terça-feira, 20 de novembro.....	 271
Mesa “Negritude e Direitos Sexuais e Reprodutivos”, <i>com Jacqueline Coêlho, Elaine Meireles e Fernanda Lopes (Moderação: Ludmila Suaid)</i>	
 Quarta-feira, 20 de novembro	 272
Mesa “Quilombos, Terreiros e Capoeira Angola: equidade de gênero e tradições afrocentradas”, <i>com Givânia Maria da Silva, Mestre Janja e Mam´etu Kafurenga (Moderação: Bárbara Oliveira Sousa)</i>	

EXIBIÇÕES E SHOWS MUSICAIS	274
DOMINGO, 18 DE NOVEMBRO275
Exibição dos filmes Dialogos con mi abuela; Mulheres de barro; Xinguilamento: a força dos ancestrais (versão resumida); e Travessia.	
SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO275
Martinha do coco.....	275
TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO275
Orquestra Nzinga de berimbaus	275
QUARTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO275
Nãnan Matos	275
PROGRAMAÇÕES	276
PROGRAMAÇÃO GERAL277
PROGRAMAÇÃO DAS SEÇÕES TEMÁTICAS E COMUNICAÇÕES279
PROGRAMAÇÃO DAS RODAS, OFICINAS E APRESENTAÇÕES300
ÍNDICE DE AUTORAS, ARTISTAS E OFICINEIRAS	302

APRESENTAÇÃO

Caras e caros participantes do Sernegra 2018,

A Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça do Instituto Federal de Brasília chega a sua sétima edição trazendo uma programação cheia de vida.

São 24 seções temáticas reunindo 304 comunicações orais, envolvendo pessoas do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro, do Goiás, de Alagoas, de São Paulo, da Bahia, de Santa Catarina, dentre outros locais. As seções temáticas inspiram-se em experiências e narrativas negras/afrodescendentes em diferentes universos, desde a culinária às políticas públicas, passando pela saúde, afetividades, direitos humanos, ciências, migração, processos de elegibilidade, mídia, artes, fotografia, produção audiovisual, cinema, literatura, dança, teatro, música e muito mais.

Os trabalhos dialogam de distintas formas com o desafio proposto pelo Sernegra 2018: descolonizar o feminismo. Alguns pelo viés teórico, abordando perspectivas como o mulherismo africano, o feminismo negro, a teoria decolonial e pós-colonial, dentre outras. Outros pela ótica de tradições nas quais também se constrói conhecimento, como as religiões de matriz africana, os quilombos e a capoeiragem. Neles, a resistência dá o tom, enquanto a diáspora é o ponto de conexão entre trajetórias que cruzam Áfricas e Américas, passando pelo Brasil, Cuba, Uruguai, Peru, Haiti, Estados Unidos, São Tomé e Príncipe, Nigéria, Quênia, Senegal (e até Alemanha). Diversos trabalhos trazem ainda a temática da educação, formal e não formal, mostrando como negritude, gênero, sexualidade e raça são questões centrais para a construção de uma sociedade mais livre.

O Sernegra 2018 conta com a exibição de filmes e roda de conversa com as cineastas Gloria Rolando (Cuba), Edileuza Penha, Marisol Kadiegi e Safira Moreira, autoras dos respectivos filmes: Dialogos con mi abuela; Mulheres de barro; Xinguilamento: a força dos ancestrais; e Travessia. O cinema se faz presente também na mostra com outros filmes de Gloria Rolando e de Marisol Kadiegi.

Mesas redondas ocorrem ao longo dos quatro dias do evento, abordando o tema da descolonização do feminismo a partir da saúde da mulher negra, dos direitos sexuais e reprodutivos e das tradições afrocentradas. Nas mesas redondas, temos a oportunidade de ouvir mulheres com trajetórias memoráveis nessas áreas, dentre elas a ativista e intelectual negra Ochy Curiel (República Dominicana/Colômbia). E ainda temos duas rodas de conversa, uma sobre a temática LGBT e a outra sobre o Encontro Nacional de Mulheres Negras.

Não paramos por aqui...

Serão ofertadas também dez oficinas que exploram corpo, ritmo, dança, cordel e trazem a dimensão da sacralidade; além de sete apresentações artísticas. Os shows musicais ficam por conta da Orquestra de Berimbaus Nzinga, Martinha do Coco e Nanã Matos.

Neste ano, o Sernegra traz a novidade da feira de afroeconomia, com intuito de oferecer oportunidades de negócios que priorizem a afirmação da cultura afro-brasileira baseados na inclusão produtiva e na economia solidária.

A equipe Sernegra 2018 agradece a todas as pessoas que constroem coletivamente esse espaço como mais um reduto de existência, de resistência e de celebração negra feminina.

SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES

ST 01-NEGROS E NEGRAS E A CULINÁRIA

Coordenação: Tatiana Rotolo & Giuliane Pimentel

A proposta desta Seção Temática é fazer uma reflexão a partir das contribuições, das práticas e dos saberes de negros e negras na construção de um sistema culinário. Esse sistema, também chamado de sistema alimentar, pode ser definido como um conjunto de conhecimentos de povos e grupos sociais relativos aos usos de ingredientes, preparos, técnicas ou saberes sobre a alimentação, incluindo nesse conjunto desde a produção até o consumo final do alimento. Um sistema alimentar pode ser abordado por diversas clivagens. Relações de gênero e alimentação, práticas culturais, religiosas e sociais sobre os alimentos, incluindo a comensalidade, heranças e construções históricas ou divisão do trabalho na produção, preparação, distribuição e consumo dos alimentos são exemplos de temáticas mais amplas sugeridas por esta Seção Temática. Nossa proposta, desse modo, visa abordar as contribuições e os conhecimentos dos negros e negras sobre o alimento e a alimentação. Assim, há temáticas como a participação de negros e negras na formação de um sistema alimentar, seja no Brasil ou em demais países, ou de grupos sociais (como as contribuições dos saberes alimentares de comunidades quilombolas, por exemplo); regates de processos, técnicas e saberes de negros e negras em culinárias específicas (por exemplo, a participação do negro na construção de culinárias nacionais, receitas, processos ou ingredientes trazidos ou criados pelos fluxos da população negra no mundo); as relações entre a mulher negra e a culinária, seja seu papel nas religiões de matriz africana ou seu papel na alimentação das famílias e na produção tanto dos alimentos como dos pratos. Ainda, temas como o negro na culinária do Brasil, nas Américas e no Caribe; os fluxos migratórios recentes e as contribuições dos povos da África negra na Europa hoje; as culinárias diversas dos países do continente africano; os ingredientes, saberes e pratos de comunidades quilombolas e semelhantes; e as múltiplas relações entre alimento e religiões, especialmente as de matriz africana, são todos exemplos de temáticas de pesquisa e projetos participantes desta Seção Temática.

Mãos negras: saberes e sabores afro-brasileiros

Ana Claudia dos Santos Januário (Cefet/RJ)

A culinária afro-brasileira em seus aspectos históricos de força e de criatividade como uma das formas de repassar heranças identitárias do povo negro às gerações seguintes é o principal ingrediente do projeto. Com a união entre cozinha, afeto e identidade de uma família negra, sob a liderança da matriarca, Dilma Nascimento construiu o Dida Bar e Restaurante, na Praça da Bandeira (RJ), com um cardápio de comidas africanas e afro-brasileiras. Esse espaço de difusão da culinária africana também acolhe eventos relacionados à música e à literatura, interagindo, assim, com essas formas de cultura. Transforma-se, pois, num ponto de encontro das discussões atuais sobre práticas de (re)existência/resistência da população negra. O suporte teórico para a análise foram os estudos decoloniais. A proposta do discurso decolonial é romper com os espaços de fala do colonizador e pôr à mesa toda a história ocorrida à margem do sistema colonial, que passou firme pelas mudanças do tempo e que, hoje, está entre nós, nos sobreviventes, por meio das ações de reinvenção. A etnografia e sua técnica de observação participante, com entrevistas semiestruturadas, subsidiaram a metodologia da pesquisa. A ressignificação, a partir da substituição criativa de ingredientes africanos por alimentos da terra brasileira, fez nascer a culinária afro-brasileira: uma estratégia para manter vivos os costumes da cultura africana. Essa culinária e a família Nascimento preservam em sua trajetória de vida valores civilizatórios africanos. Assim, corporeidade, circularidade, ludicidade, coletividade e oralidade são ingredientes observados na dinâmica do bar. A circularidade traz a possibilidade de renovar energias e transmitir sabedorias. A partir desta pesquisa, pode-se observar o Dida Bar e Restaurante como um ponto de diálogo da intelectualidade decolonial.

Etnogastronomia: cosmovisão e contribuição da negritude na construção identitária dos povos na diáspora

Leila Regina Lopes (PC Panelladexpressão: Etnogastronomia e Comunicação)

Para o teólogo congolês e doutor em sociologia Bas'Illele Malomalo, toda existência é sagrada para os africanos, ou seja, há um pouco do divino em tudo o que existe. Por isso, “o Ubuntu retrata a cosmovisão do mundo negro-africano”. Roger Bastide diz que axé designa em nagô a força invisível, a força mágico-sagrada de toda divindade, de todo ser animado, de todas as coisas. Nesse pensamento, podemos observar que os povos vindos da África, chegando aqui no Brasil, agarraram-se à sua origem para minimizar a saudade dela, deixando aos seus descendentes a carga cultural que traziam na memória, no bater dos tambores, na comida, nas crenças, misturando essa carga com a cultura europeia trazida pelos portugueses, criando assim a identidade cultural brasileira. Assim, Leila Negalaize, afrofuturista, vem desenvolvendo sua base conceitual por meio da criação de sua arte e de vivências no campo do corpo e da etnogastronomia. Com esse olhar entre ciência e filosofia de vida, podemos dizer que, para os povos negros, os buracos de minhoca podem ser denominados Axé! Essa viagem tempo-espaço-terra faz com que a filosofia da negritude se baseie no viver Ubuntu – Eu sou porque nós somos!

"Dandara além do dia 20": diálogos com negritude sanjoanense

Amanda Barbosa Veiga dos Santos, Bruna Lúcia dos Santos & Iuli do Carmo Melo (Grupo de mulheres negras – Dandara São João del-Rei)

O grupo de mulheres negras Dandara de São João del-Rei reúne mulheres negras da cidade para se organizarem e se fortalecerem frente ao machismo e ao racismo que assola o cotidiano da mulher negra. Nos dias 21 a 27 de novembro de 2016, o grupo organizou a semana “Dandara: além do dia 20” com a finalidade de debater e refletir sobre vivências da negritude sanjoanense, bem como elaborar ações de prevenção e enfrentamento ao racismo, com atividades de valorização da cultura negra da cidade. As atividades foram realizadas em diversos ambientes, como escolas públicas, Salão Comunitário do Bairro São Dimas, Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) e outros espaços públicos da cidade. A programação contou com performances, rodas de conversa, cine debate, Encontro Mulheres Crespas e Cacheadas (Encrespa), encerrando as atividades com a festa Sawabona Shikoba II. O grupo compreende que as demandas e os debates sobre questões raciais não podem se limitar ao dia da consciência negra (20 de novembro). Os séculos de escravização de negros, a política de embaquecimento e a falta de políticas de proteção e inclusão na sociedade brasileira, no período pós-abolição (1888), são fatores que interferem violentamente no cotidiano da população negra até os dias atuais. Os negros representam 54% da sociedade brasileira, com o respaldo do estado e sob o mito da democracia racial, a população negra é que mais sofre com desigualdade de renda, condições precárias de moradia, violências instrucionais e de civis, falta de oportunidade na educação, além de representar 75% da população carcerária. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar quais e como foram as atividades desenvolvidas na semana “Dandara: além do dia 20”, evidenciando temáticas como o genocídio da população negra e a violência contra a mulher preta. Ressaltando os sucessos e as dificuldades de se pensar um evento sem auxílio financeiro de nenhuma ordem. Ao final do processo, notou-se a dificuldade em lidar com burocracias e desmazelos por parte da administração da cidade e, em contrapartida, a ajuda mútua de pessoas interessadas em ver o evento ser realizado e, principalmente, como a união como grupo foi extremamente importante para não desanimar frente às dificuldades. É possível perceber também a necessidade de continuação de algumas atividades, assim como de repetir a agenda no ano seguinte. OBS: É também autora deste trabalho a integrante do grupo Dandara Bruna Lúcia dos Santos.

Reflexões sobre o trabalho das merendeiras frente às questões de raça e de gênero

Gabriela Brito de Lima Silva (UFBA) & Virgínia Campos Machado (UFBA)

As merendeiras são cozinheiras responsáveis pelo preparo da alimentação escolar. Autores destacam que a relação entre gênero e raça é um aspecto crucial a ser pontuado nessa profissão, visto a habitual inserção das mulheres negras nas cozinhas escolares. Assim, este trabalho buscar realizar algumas aproximações sobre o trabalho das merendeiras e as questões de gênero e raça por meio de uma revisão de literatura assistemática. Para tal, buscamos estudos que versassem sobre o trabalho das merendeiras nos sites Scielo, Periódico Capes e Google Acadêmico, com as palavras-chave: meren-

deira, cozinheira escolar e agente de alimentação escolar, chegando a nove artigos. Historicamente a profissão de merendeira é marcada pela presença das mulheres desde as primeiras ações das políticas de alimentação escolar no país. A ideia de “dom para cozinhar” surge como justificativa para a construção da identidade da merendeira, pois as experiências como cozinheira estão vinculadas à condição de mulher e negra em uma sociedade que naturaliza e direciona o trabalho culinário às mulheres. Observamos nos estudos que grande parte das trabalhadoras apresentavam condições socioeconômicas vulneráveis (baixa escolaridade e renda), elementos comumente associados às mulheres negras e de classes populares no mercado de trabalho, revelando a condição de subalternidade na qual elas estão expostas. Outro ponto observado foi a relação com o emprego doméstico, sendo muitas trabalhadoras egressas desse serviço. Tal labor é fortemente desvalorizado e invisibilizado pela sua relação com a força de trabalho feminina e pela reminiscência do trabalho escravo, realizado por pessoas negras em um momento histórico do Brasil. Sobre o trabalho culinário exercido pelas merendeiras, observamos o desgaste ocasionado por meio das precárias estruturas das cozinhas e a dinâmica árdua no que tange a produção de um grande número de refeições por dia, preparadas por um número reduzido de trabalhadoras. Por fim, observamos na pesquisa que grande parte dos estudos que abordam sobre o labor dessas cozinheiras trabalham sob a ótica de instrumentalização do trabalho, dissertando mais sobre as condições higiênico-sanitárias ou a aceitação da alimentação pelos escolares do que sobre as subjetividades do trabalho. Ressaltamos a necessidade de aprofundar as questões raciais e de gênero existentes, considerando a lacuna sobre a temática, para contribuir com mudanças que incluam as merendeiras como atores das políticas de alimentação.

Discutindo gênero e raça em uma cozinha profissional

*Gabriela Brito de Lima Silva (UFBA) &
Virgínia Campos Machado (UFBA)*

Este trabalho discute sobre como o labor em uma cozinha profissional é tensionado por elementos como gênero e raça por meio de uma pesquisa que analisou a inserção de uma cozinha profissional na cidade de Salvador/BA. A pesquisa foi elaborada em uma cozinha industrial (terceirizada) de uma instituição pública, a partir de observações no espaço e entrevistas com sete pessoas que atuavam diretamente com a produção de alimentos. O trabalho culinário, associado ao trabalho prático e comumente invisibilizado, era realizado majoritariamente por pessoas negras, mulheres e homens moradores de periferias da cidade de Salvador. Sobre o ingresso no labor em cozinha, ficou evidente o histórico das trabalhadoras entrevistadas com o emprego doméstico, gueto ocupacional marcado pela divisão racial e sexual do trabalho. Notamos a distância da posição ocupacional de negros e brancos quando observamos que os cargos mais altos da cozinha (nutricionista e chef) eram ocupados por pessoas brancas e os menos privilegiados direcionados às pessoas negras. A força de trabalho masculina era conduzida a atividades que demandavam força física (como reposição da alimentação nos balcões térmicos, manipulação de carnes e preparo do prato principal), sendo desenvolvidas pelos cozinheiros e auxiliares de cozinha. Já a feminina era destinada às atividades mais precárias, menos qualificadas e repetitivas (como o preparo de saladas, a higienização dos ingredientes, o serviço da alimentação e outras demandas que surgissem), sendo realizadas pelas copeiras que representa-

vam metade do quadro de funcionários. Ressaltamos assim que para os homens negros existia uma superexploração da força física que poderia ser evitada com o investimento em melhores condições de trabalho. No caso das copeiras, somado ao desgaste físico característico das atividades que exerciam, o rebaixamento se expressa na estrutura hierárquica e nos salários menores. Nesse sentido, observamos, além da exploração, a reprodução da estratificação e da segregação de gênero e raça. Em suma, o trabalho na cozinha estudada opera sob estruturas racistas e sexistas que direcionam a força de trabalho negra a condições de subalternidade. A análise interseccional proporciona olhares mais profundos sobre tais estruturas dentro da perspectiva do trabalho nas cozinhas profissionais.

Cultura, colonialidade, gênero e raça: a trajetória de mulheres negras na gastronomia

Taís de Sant'Anna Machado (UnB)

Este trabalho é meu projeto de tese de doutorado, que analisa a trajetória de mulheres negras no campo cultural da gastronomia. Considerando a presença contínua dessas mulheres nas cozinhas brasileiras (domésticas e profissionais) e o aparente reconhecimento de suas habilidades culinárias, o trabalho busca entender como sua importância e centralidade no cenário da cozinha se tornam invisíveis quando o trabalho se torna visível – seja em programas de televisão, livros ou outros veículos da mídia gastronômica, por exemplo. Como sua experiência prática é comumente desvalorizada e como a categoria de gênero é racializada no Brasil. Ainda mais importante, como o trabalho culinário pode ser caracterizado como intelectual, criativo ou artístico, como defende o campo da gastronomia, mas como essas características raramente se estendem ao trabalho das mulheres negras na cozinha. Assim, não são vistas como autoras no processo de produção de conhecimento culinário. Este trabalho procura romper com esse quadro, considerando as mulheres negras na cozinha como artistas e intelectuais. Desse modo, a hipótese do trabalho, ainda em andamento, é a de que estereótipos coloniais, sexistas, racistas e classistas ainda têm profundo impacto sobre a valorização do conhecimento de mulheres negras e a visibilidade de seu papel no campo abordado. Para responder a essas questões, a tese irá se dedicar a compor sociobiografias de mulheres negras, de diferentes gerações, no campo da gastronomia. A partir de suas trajetórias individuais, trata-se de entender processos mais amplos da sociedade brasileira, como os impactos persistentes de um ideário de colonialidade, raça, gênero e de modernidade, o processo de definição de um saber científico e de um tradicional, a tensão entre culinária e gastronomia, e além do conhecimento produzido no espaço doméstico/privado e no espaço público. A tese está em fase de qualificação do projeto neste momento, mas, como primeiros referenciais analíticos, podemos apontar para a necessidade de análise dos seguintes processos: a formação de um campo de conhecimento da gastronomia na Europa e no Brasil; a construção de uma identidade culinária nacional; a narrativa de uma democracia racial no Brasil e a formação de uma fábula das três raças; e as reconfigurações do saber gastronômico na contemporaneidade, aproximando-se de uma identidade brasileira, sem que as mulheres negras obtenham reconhecimento por seu papel no processo de construção de uma cozinha nacional.

A sacralidade dos alimentos: um estudo agroecológico sobre sistemas alimentares e religiões de matriz africana

Murilo Costa de Oliveira (IFB – Campus Planaltina) & Jéssica Rodrigues Pereira (IFB – Campus Planaltina)

A alimentação envolve um sistema complexo encadeado de diversas dimensões, dentre elas: a nutrição; as relações sociais e espirituais; a culinária; a cultura envolvida na prática agrícola; e as relações econômicas e de mercado. Logo, a análise ou o entendimento dos sistemas alimentares deve considerar essas dimensões e suas conexões. A dimensão espiritual está relacionada à função transcendental dos alimentos, alimentação do espírito e da mente. Nas práticas das religiões de matriz africana, o alimento é tido como parte fundamental, pois conecta a matéria com as divindades, sendo amplamente utilizado nos rituais e na alimentação dos envolvidos. Na cosmovisão dessas religiões, a relação com a natureza, bem como sua conservação, é essencial para garantir a presença e a conexão com as divindades de forma intrínseca, sendo a natureza a própria divindade. No entanto, a sociedade contemporânea capitalista apresenta como prática de produção de alimentos uma agricultura que se convencionou a partir da Revolução Verde, pautada apenas pelas dimensões econômica e nutricional. Nessa agricultura, as práticas agrícolas se distanciaram das culturas tradicionais locais; são baseadas em insumos químicos sintéticos, bem como no melhoramento genético de plantas e na transgenia. Esses métodos de cultivo são nocivos e comprometem a saúde tanto dos seres humanos quanto dos recursos naturais como a água, o ar, o solo, a fauna e a flora – de forma generalizada. As religiões de matriz africana enfrentam grandes desafios para a manutenção de suas casas e rituais, os quais estão relacionados com o acesso ao território e aos materiais e alimentos necessários para a execução desses rituais. Muitos dos alimentos e ervas são adquiridos em supermercados, feiras e lojas comerciais, de modo que pode haver uma cisão entre a origem dos alimentos e seus usos espirituais. Este estudo pretende compreender, sob a perspectiva da agroecologia, a sacralidade dos alimentos e a relação entre os sacerdotes e sacerdotisas de religiões de matriz africana com a origem/ produção dos alimentos utilizados nos rituais diante dos impactos sociais e ambientais consequentes da produção convencional. Ao mesmo tempo, procura vislumbrar quais são as alternativas de resistência desenvolvidas pelas religiões de matriz africana para a continuidade de suas práticas culturais relacionadas aos sistemas alimentares.

A retomada da ancestralidade na cozinha quilombola

Jaqueline Cristina Mendes (Centro Universitário de Brasília) & Bonifácio Bonne (UnB)

Há, por trás dos rituais da alimentação, um universo simbólico que ultrapassa unicamente as margens dos pratos e das panelas. A transformação não ocorre somente de dentro para fora. A comida começa a alimentar a partir dos roçados, dos mercados, dos pastos; e não dos talheres. O percurso do alimento é repleto de representações sociais e pensamentos, como já nos lembrava Levi Strauss ao afirmar que “a cozinha é articuladora das categorias natureza e cultura e também expressa uma linguagem por interligar sistemas de oposições”. Em uma sociedade moderna, em que toda alimentação está

voltada para a praticidade e para a rapidez com que são preparados e consumidos alimentos, faz-se necessário parar e observar como eram os hábitos e os costumes de nossos antepassados, além dos rituais ao se alimentar. A Cozinha de Raiz resgata exatamente os valores, os insumos e a cultura por trás da alimentação, com foco nas técnicas ancestrais, a busca por alimentos naturais, a valorização de todo contexto por trás da produção, o lento preparo em que se aproveita o “estar entre os seus”, buscando não só os sabores dos pratos, mas também a ancestralidade que envolve todo processo. O atual processo social de gastronomização envolvendo também uma reflexão cultural tem deflagrado uma relação cada vez mais estreita entre a gastronomia e o meio rural. Entre as tendências da gastronomia contemporânea, são crescentes a demanda e o uso de ingredientes locais, tradicionais, que remetem ao sentido de trajetória, de identidade e de autenticidade e que conferem traços de singularidade a eles. Porém, é preciso que a atuação dos (as) cozinheiros (as), pesquisadores (as) ou ativistas estejam acompanhadas de muita cautela, pelo histórico exploratório que em diversos momentos se repete ao longo da nossa história. É preciso pensar que essa via deve ser de mão dupla, buscar deixar sempre algo benéfico e construtivo nas comunidades, preferencialmente associados a políticas e a iniciativas que garantam o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização da biodiversidade regional e uma estratégia consciente de divulgação dessas comunidades, tanto cultural quanto do que se produz nelas. Assim, a Cozinha de Raiz contribui para o desenvolvimento rural, por ressocializar e realocar os produtos na constituição das estratégias de valorização do produtor e do produto nas cadeias gastronômicas, a partir da construção de novos mercados, padrões que governam a economia mercantil.

A axiologia da negritude: a gestão de custos na gastronomia de origem afro

Alexsandro Barreto Gois (UnB)

A presente comunicação aborda a importância, em termos de valor, que a gastronomia de origem afro trouxe ao Brasil. A axiologia se refere a um conceito de valor predominante em uma determinada sociedade. Nesse sentido, a axiologia da negritude está relacionada com o valor e importância, de grandiosidade imensurável, da cultura de origem africana que faz parte, na atualidade, da cultura brasileira. A culinária brasileira é riquíssima e vasta pelo fato de ter acolhido diversas culturas mundiais. Uma delas é a cultura afro, a qual trouxe ingredientes, especiarias, temperos e pratos típicos que foram enraizados nas tradições brasileiras. A cozinha de origem africana é caracterizada no Brasil como adaptativa, criativa e legitimadora de muitos produtos africanos e, também, não africanos que aqui foram incorporados. Da África, vieram o café, o coco, a banana, a pimenta malagueta, o azeite de dendê, dentre outros itens. O dendê é um azeite que proporciona sabor, cor e aroma a deliciosas receitas, como o vatapá, o caruru e o acarajé. Quem nunca se deliciou com a culinária afro? Nem se fala da pamonha de milho, o famoso “acaçá”, origem também africana. A feijoada tem origem nas senzalas. Os doces feitos da fruta, como da banana, da laranja e da jaca, eram feitos na Serra da Barriga, o antigo Quilombo dos Palmares. Na comida afro, são utilizados temperos como o açafraão, o leite de coco e o óleo de dendê. O cuscuz, de origem do norte da África, é consumido doce, feito com leite e leite de coco. Essas iguarias são heranças afro e estão no cotidiano do brasileiro até os dias atuais. O mercado consumidor da culinária africana é muito exigente e está espalhado por todo o país. Restau-

rantes, bares, lanchonetes e ambulantes fornecem produtos de origem afro. Diante disso, o mercado desses produtos é competitivo e necessita de estratégias para o desenvolvimento e conquista de mais mercado. Para isso, há de se realizar estudos relacionados a despesas, custos, custos fixos e custos variáveis, com os quais é possível conhecer a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio desses produtos. Saber se a gestão de custos, nesse mercado, é realizada é imprescindível para diagnosticar o quão estratégicos os agentes de mercado são. A partir desse momento, realiza-se uma conexão entre os produtos de origem afro e a utilização dos conceitos da terminologia de custos. Assim, eis que surge a seguinte indagação: como valorar a axiologia da gestão de custos na gastronomia afro?

ST 02 – NARRATIVAS AFRODESCENDENTES: LITERATURAS, PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E RESISTÊNCIA

Coordenação: Isabella Santos Mundim, Edson de Souza Cunha & Thiago de Faria e Silva

Na contramão de estudos focados em narrativas eurocêntricas, que centralizam a branquitude de criadores e personagens, propõe-se aqui uma Seção Temática cuja finalidade primeira é acolher trabalhos que analisam textos – literários e audiovisuais – de autoria e/ou temática afrodescendentes, sejam contemporâneos e/ou do passado, nacionais e/ou estrangeiros. Ficção literária de língua portuguesa que situa a ação no Brasil de século XIX ou em país africano em vias de descolonização; ficção literária de língua estrangeira que diz da experiência de habitar um corpo negro na América Latina, no continente africano, no continente asiático, na América do Norte ou na Europa; cinema brasileiro ou de outros países que confere protagonismo a sujeitos negros e pardos; séries televisivas, telenovelas e afins que retratam o dia a dia de quem traz na pele, escura, as marcas do estigma e da exclusão; histórias de mídias diversas que criticam e contestam os estereótipos étnico-raciais vigentes; todas essas narrativas e outras tantas desse viés configuram objeto de investigação de nosso interesse, em especial aquelas narrativas que se prestam a desafiar o discurso dominante (ainda e infelizmente) eivado de preconceitos. Nessa perspectiva, esta Seção Temática anuncia-se feito um espaço de debates antirracista, não sexista e não discriminatório (não homofóbico, não lesbofóbico e não transfóbico). Em última instância, a expectativa e a esperança dos coordenadores da seção é propiciar, aos participantes do VII SERNEGRA, mais uma arena para a socialização de pesquisas que enfatizam perspectivas habitualmente ignoradas e amplificam vozes outrora silenciadas, além de comprometida com questões de representatividade, visibilidade e empoderamento de homens e mulheres afro-brasileiros e afrodescendentes.

A estética negra e sua reexistência através do cabelo afro nos filmes *Kbela* e *Deixa na Régua*

Marcell Carrasco David (PUC-Rio)

O tema desta pesquisa de mestrado gira em torno da construção de representações do cabelo crespo nos filmes *Kbela* (2015), da diretora Yasmin Thayná, e *Deixa na Régua* (2017), do diretor Emílio Domingos, ambos realizados no Rio de Janeiro. Além de uma análise de novos padrões estéticos, uma vez que acontece um movimento formado por diversos setores que identificam os cabelos afros como condutores de outras identidades. Mas falar sobre a aceitação do cabelo afro não é novidade, ainda que hoje seja uma forma de manifestação e afirmação das culturas afro brasileiras. A antropóloga Lélia Gonzalez identifica outras formas de resistência importantes, que antecedem transformações que vemos atualmente. Dentro dessa pluralidade, existiram diversas estratégias de resistência ao sistema escravocrata, como os quilombos e as religiões de matriz africana (GONZALEZ, 1980). Seguindo essa perspectiva apontada por Lélia, o objetivo dessa comunicação é analisar os dois filmes, realizados por dois diretores e autores negros, que, a partir de suas linguagens, lograram construir novos processos narrativos, e assim começam a interferir no processo de difusão de uma nova construção estética, que, por fim, evidencia a necessidade de outras representações culturais, sociais, intelectuais e políticas. A ideia é entender esses filmes como ferramentas de resistência para negros e negras, moradores do subúrbio e favelas do Rio de Janeiro e de outros guetos do mundo. Busco entender essas duas obras enquanto fenômenos estéticos e políticos afrodiáspóricos, já que ambas trazem questões relativas a processos enfrentados por jovens negros e seus abismos criados pelo racismo. No curta-metragem *Kbela*, é possível perceber que, além de um filme, também se trata de uma performance sobre o processo enfrentado pela maioria das meninas negras, de rejeição ao próprio cabelo. Para Yasmin Thayná, jovem cineasta, nascida na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, o filme se trata de uma experiência sobre ser mulher e tornar-se negra. Já no filme *Deixa na Régua*, o diretor Emílio Domingos, que atua com cultura urbana, por meio de pesquisas sobre funk, samba e hip hop, consegue trazer para o espectador o dia a dia de algumas barbearias das favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro. O filme é feito a partir do olhar e de depoimentos dos jovens que as frequentam e mostra como esses estabelecimentos se tornam espaços de troca e de debates sobre diversos assuntos relacionados à identidade negra e periférica.

“Você é afro-alemã?": A produção de narrativas afrodescendentes na Alemanha

Jessica F. Oliveira de Jesus

A comunicação pretende apresentar e discutir produções e representações artísticas e políticas de subjetividades afro-alemãs na literatura e no audiovisual. Partiremos da análise de alguns poemas traduzidos ao português brasileiro da ativista antirracista e poeta afro-alemã May Ayim (1960-1996) e, num segundo momento, aproximaremos-nos de canções e vídeos de cantoras negras alemãs como Nura e Ace Tee, sempre observando que tais sujeitas vêm se articulando por visibilidade e reconhecimento enquanto alemãs e negras desde a década de 1980, quando a presença e ativismo de Audre Lorde em Berlim possibilitaram o encontro de mulheres negras alemãs encorajando-as a falar

por qualquer meio e forma possível sobre suas experiências subalternizadas na Alemanha, isto é, a produzir narrativas. A ênfase da comunicação é o reconhecimento dessas resistências e existências por meio da poesia e da música, na importância da produção de narrativas e na análise de como tais subjetividades e experiências são representadas em campos culturais e políticos. Com isso, esperamos contribuir para o desmantelamento de uma ideia hegemônica de Alemanha, da literatura e da música produzidas nesse território, atualizar o imaginário e as políticas que, muitas vezes, limitam a presença negra no continente africano e nas Américas. Almejamos também aguçar e intensificar diálogos afrodiaspóricos entre intelectuais negros europeias e americanas (continentalmente falando), a fim de viabilizar uma inteligibilidade acerca de narrativas negras alemãs, reconhecendo-as e incorporando-as em nossa experiência negra brasileira.

Questões de representação: a experiência da Revista Puñado

Raquel Dommarco Pedrão & Laura Del Rey

O objetivo da comunicação é, a partir da experiência de organização e tradução de textos para a revista trimestral de literatura latino-americana *Puñado* (cujas autoras selecionadas são todas mulheres), mostrar o trabalho das autoras negras presentes na publicação, promovendo o debate sobre voz e espaço de fala e dando visibilidade a questões de representatividade.

Diálogos entre a personagem Celie de *A Cor Púrpura* com as mulheres da contemporaneidade

*Fernanda Santos Teixeira (IFB) &
Isabella Ricardo Ferreira Bispo (IFB)*

A proposta desta comunicação visa percorrer os diálogos existentes entre as mulheres da sociedade atual com a personagem protagonista Celie do romance *A Cor Púrpura*, da escritora estadunidense Alice Walker. Lançado em 1982, a obra epistolar nos apresenta Celie, uma mulher negra e lésbica que, embora tenha vivido no sul dos Estados Unidos em uma década diferente, possui uma realidade bastante similar com as mulheres da contemporaneidade, em razão de que ambas se encontram em um contexto social extremamente racista, patriarcal, machista, homofóbico e opressor, o qual, na vida de Celie, foi o responsável pela impossibilidade de continuar seus estudos, dos estupros que sofreu do seu padrasto, do afastamento dos seus filhos e do casamento forçado com um homem abusivo. Acontecimentos que infelizmente ainda assombram e tornam mulheres ao redor do mundo vítimas de um sistema contínuo, no qual poucas possuem voz para lutar por equidade. Além disso, esta comunicação também possui como objetivo visibilizar o desenvolvimento de Celie ao longo da obra, já que a personagem de Walker é um símbolo para as minorias, pois ela sobreviveu, lutou, desconstruiu-se, encontrou-se e empoderou-se ao longo desse romance memorável.

Diálogo entre Achebe e Wainaina: a representação do negro em *Things Fall Apart* e *How to Write About Africa*

Daniel Derick Carvalho Souto Silva (IFB) &
Davi Guerreiro Farias (IFB)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões baseadas na escrita do nigeriano Chinua Achebe (1930-2013) e do queniano Binyavanga Wainaina (1971), discutindo o papel social do negro dentro da produção literária de cada um. Partindo dessa análise, tentaremos encontrar evidências acerca da percepção dos escritores em relação a eventos históricos ocorridos no continente africano. Toma-se como objeto de análise *O Mundo se Despedaça* (*Things Fall Apart*, publicado em 1958), *Como Escrever Sobre a África* (*How to Write About Africa*, publicado em 2006), além de entrevistas e ensaios dos autores. Propondo um diálogo entre tais obras, nossa proposta é pensar a contribuição da escrita literária articulada com a ideia de “equilíbrio das histórias” – termo cunhado por Achebe em algumas entrevistas. Para ele, todo indivíduo possui o direito de contar sua própria história a partir das suas vivências, em oposição ao construto social colonizador, o qual propaga a ideia da existência de uma única história baseada na perspectiva eurocêntrica branca. Dessa forma, é possível tomar como base não apenas a perspectiva de um sujeito da história, isto é, daquele que detém um ponto de vista exógeno, mas também capturar o olhar daquele que está conectado endogenamente com a etnia e a cultura a serem analisadas. Com isso, por meio da relação com a literatura a partir das categorias próprias de Achebe e Wainaina, visamos considerar uma lógica de reflexão que se desloque da ótica da colonialidade.

Reflexões antropológicas sobre *As alegrias da maternidade*

Cibelle Canto Bastos (*Mestrado em Antropologia social – UnB*)

Neste ensaio, submeto à análise antropológica o enredo da obra *As Alegrias da Maternidade* da autora nigeriana Buchi Emecheta, tomando a narrativa como ponto de partida para reflexões sobre questões relacionadas à esfera doméstica, ao trabalho feminino e a trocas matrimoniais entre os igbos. O romance, originalmente publicado em 1979, é considerado um clássico da literatura nigeriana, influenciando diversos autores renomados, como Chinua Achebe e Chimamanda Ngozi Adichie, curadora da TAG – clube de livro responsável pela primeira edição brasileira do romance em outubro de 2017. *As Alegrias da Maternidade*, por meio de sua narrativa, mostra a dimensão do trabalho feminino não remunerado e da posição das mulheres nas relações de trocas matrimoniais entre os igbos – um dos maiores grupos étnicos da Nigéria. No contexto da narrativa apresentada pela autora, que data o período de colonização inglesa das décadas de 1930 e 1940, mostra a transição da personagem da comunidade rural de Ibuza para a cidade de Lagos. Emecheta (2017) nos apresenta uma narrativa que nos possibilita explorar várias das facetas do colonialismo inglês, instaurado na Nigéria. Na obra, acompanhamos a história de Nnu Ego, que, após um casamento infeliz e sem filhos, retorna à casa do pai, Agbadi, um importante chefe de sua comunidade igbo na região de Ibuza. Agbadi arranja um segundo casamento para Nnu Ego, desta vez com Nnaife, um homem que há muito tempo havia abandonado a vida da lavoura em Ibuza, mudando-se para Lagos, onde era criado de uma família inglesa. A obra nos leva a

acompanhar a ansiedade de Nnu Ego em embarcar naquilo que era considerado o destino de todas as mulheres: ser mãe. A relação da personagem com a sua *chi* (deus ou deusa pessoal), o choque entre a tradição igbo e a ideia de modernidade que Nnu Ego experimenta ao mudar-se para Lagos é muito marcante na obra. Para a personagem, tornar-se mãe é sua redenção pessoal e um meio de glorificar o marido e sua família, mas a maternidade em uma cidade em desenvolvimento com bases capitalistas pesa economicamente, fazendo com que Nnu Ego viva em função do sustento de seus filhos. No livro, é possível observar como se dá toda a organização de parentesco, as trocas matrimoniais e a divisão do trabalho na Nigéria, entre igbos, do início do século XX. Numa perspectiva feminina, observamos que, para as mulheres, os estudos eram negados, pois havia a crença de que os homens é que deveriam garantir o sustento da família. Entretanto, no decorrer da narrativa, em Lagos, o trabalho feminino era fonte de sustento essencial para manutenção da família. Minha intenção é analisar a obra sob a luz das teorias antropológicas utilizando da narrativa como dado empírico, focando em especial nas questões relacionadas ao trabalho feminino.

“Mouths like knives”: a descolonização da poesia em Safiya Sinclair

Isabella Santos Mundim (IFB)

Este trabalho visa analisar a lírica de Safiya Sinclair, escritora jamaicana contemporânea cujo livro de estreia chega ao mercado em 2016. Trata-se, aqui, de antologia apropriadamente intitulada *Cannibal*, composta de poemas que “devoram” referentes literários anglo-americanos para transformá-los noutros textos, de caráter periférico e revisionista. Neles, Sinclair reporta-se em especial à peça teatral *The Tempest* (1611), do dramaturgo inglês William Shakespeare, numa tarefa criativa que é de enfrentamento e refutação do legado civilizacional e cultural eurocêntrico. Para tanto, a escritora produz versos cujo eu lírico configura, desde sempre, sujeito feminino afrodescendente em situação de diáspora, capaz de fazer frente a quaisquer desafios que o passado e o presente, individual e coletivo, apresentam-lhe, bem como de ressignificar corpos e vivências outrora – e ainda agora – desvalorizados e/ou explorados. Ora Eva/Calibã aguerrida que defende território de invasores, ora negra e estrangeira que reside na América hostil atual, ora mulher que operacionaliza “barbárie” e “monstruosidade” em prol de si e de outros afins, essa voz que aí se faz ouvir anuncia estética descolonizadora e emancipatória, repleta de alteridade.

A literatura como voz das mulheres negras no filme *Histórias Cruzadas* (2011)

*Adriana Amaral Wrencher (IFB – Campus Riacho Fundo) &
Julyane Oliveira (IFB – Campus Riacho Fundo)*

O artigo visa realizar uma reflexão acerca da realidade encontrada pelas mulheres negras que trabalham como empregadas domésticas para a elite branca na década de 1960 no estado de Jackson, Mississippi, conforme ilustrado pelo filme *Histórias Cruzadas* (*The Help*), do diretor Tate Taylor. Propõe-se um direcionamento analítico para a relação das personagens com a literatura enquanto

sua voz, utilizando-a como forma de expressão acerca do racismo sofrido, especialmente em seus locais de trabalho. O filme apresenta Skeeter (Emma Stone), que, apesar de ser parte da elite branca da cidade, não atende aos padrões esperados das mulheres para a época. Sua prioridade é a busca por sua carreira de jornalista, e não por um casamento. Entretanto, seu foco torna-se a elaboração de um livro com relatos das empregadas domésticas negras após observar os atos racistas causados pelo seu próprio círculo social e familiar. A relação das personagens com a literatura é estabelecida no momento em que Skeeter procura por empregadas domésticas que aceitem contar sobre sua vivência nas casas em que trabalham. Aos poucos, as personagens vão encontrando suas próprias razões para contar suas histórias, resultando na publicação de um livro sobre seus relatos, colocando em perspectiva a forma como as pessoas brancas tratavam as pessoas negras. Durante todo o longa, há uma constante discussão entre a elite branca acerca da construção de banheiros para as pessoas negras que trabalham em suas casas, normalmente posicionados do lado de fora, com a desculpa de que pessoas negras podem transmitir diferentes doenças para pessoas brancas. Além de serem negras, são mulheres, os que as tornam ainda mais seres inferiores de acordo com a sociedade racista e patriarcal. Neste trabalho, procuraremos fazer analogias, comparações e reflexões sobre o papel da mulher negra no contexto histórico em que o filme foi produzido e com a atualidade.

Infância, sonhos e resistência. Uma leitura benjaminiana de Indomável Sonhadora (2012)

*Camila Cerqueira dos Santos Silva (UFG) &
Josias José Freire Junior (IFB)*

Este trabalho apresenta uma leitura do filme *Indomável Sonhadora* (*Beasts of the Southern Wild*, Benh Zeitlin, EUA, 2012) a partir de alguns temas do pensamento do filósofo Walter Benjamin (1892-1940), em direção a uma reflexão sobre ensinar e aprender História. Reunindo considerações do filósofo berlinense sobre o cinema, sobre as relações entre obra de arte e política, bem como sobre os temas da infância, do sonho, da história e da memória, objetiva-se em tal leitura produzir uma constelação conceitual a partir do qual os temas da resistência, da imaginação e do sonho presentes no filme possam ser evidenciados como elementos críticos. Para Benjamin, o sonho, a memória e a experiência da infância, por estabelecerem relações com as coisas a partir de outras perspectivas, possuem a capacidade de ressignificar o passado e, talvez, reconstruir a história. Do mesmo modo, para o filósofo, o cinema, com suas possibilidades de experimentações técnicas, composição narrativa e diferentes protagonismos, reuniria um potencial único para a “politização da arte”, isto é, a compreensão da arte a partir de seu significado político. Reunindo, pois, uma carga filosófica, estética, ética e política, Walter Benjamin propôs um conceito de história singular. Em *Indomável Sonhadora*, Hushpuppy (Quvenzhané Wallis) é uma criança negra, pobre e indomável que protagoniza a história, aprendendo desde cedo que imaginação e sonho estão lado a lado no caminho de dores e resistências, que para ela é viver sua infância, sobreviver e reencontrar sua mãe. O filme não apenas representa as lutas de negras e negros do Sul de um EUA distópico, suas lutas e alegrias, como conteúdo de sua bela narrativa audiovisual – o que já confere ao filme um caráter crítico em relação às narrativas tradicionais – mas, ao ter como protagonista e narradora da história Hushpuppy em busca de sua mãe, utilizando como

“armas” o sonho e a imaginação, a força e a ternura, pode ser considerado um evento capaz de reunir em torno de si um conjunto de reflexões sobre o papel do cinema e da arte no ensinar e aprender História para uma educação em favor das diversidades, e mesmo de uma outra compreensão da história e do campo de disputas que ela representa.

Afrofuturismo na literatura brasileira contemporânea

Waldson Gomes de Souza (UnB)

O termo Afrofuturismo foi criado por Mark Dery na década de 1990. Dery se questionou sobre a ausência de autores negros e autoras negras na ficção científica, gênero que, como o próprio Dery reforçou, é produtivo na abordagem de temas como opressão, subjugação e outras questões relacionadas à experiência negra. Este trabalho abordará o conceito de Afrofuturismo tendo como base um arcabouço teórico composto principalmente pelas contribuições de Samuel R. Delany (1984), Alondra Nelson (2002) e Ytasha Womack (2013). De forma breve, o Afrofuturismo pode ser definido como ficção especulativa de autoria negra com protagonismo negro e perspectivas não eurocêntricas, um modo de produção artística que se distingue das representações hegemônicas ao colocar pessoas negras contando suas próprias histórias. Presente não só na literatura, o Afrofuturismo é um movimento estético encontrado também no cinema, na televisão, na música e nas artes plásticas. Por ter sido pensado primeiro nos Estados Unidos, o movimento possui muitos representantes nesse país, inclusive com obras anteriores ao próprio termo. O objetivo deste trabalho é focar na produção literária brasileira recente para pensar como o Afrofuturismo tem sido trabalhado na nossa literatura.

Questões de raça e bissexualidade na obra de Olívia Pilar

Isadora Maria Santos Dias (UnB)

Considerado que o campo literário brasileiro atravança produções, autorias e narrativas de grupos minoritários de figurarem em seu centro. E que, nesse mesmo sentido, a narrativa e a historiografia sobre sexualidade tem sido contada por e a partir de uma perspectiva majoritariamente branca, torna-se significativo refletir sobre as narrativas embarreiradas por essa centralidade padrão. Colocando em questão os efeitos desses discursos majoritários e como eles resultam no apagamento e na impossibilidade de pessoas negras se perceberem como possuintes de sexualidades diversas, este trabalho se propõe a analisar a representação de dissidência sexual de autoria negra em literatura brasileira contemporânea. Pensando tanto a posição de produções literárias independentes quanto aspectos de intersecção entre raça, sexualidade e gênero, serão analisados os contos “Tempo ao tempo”, “Dia de domingo”, e “Entre estantes”, publicados em 2017, de autoria de Olívia Pilar. Buscando, assim, compreender como sexualidade, mais especificamente a bissexualidade, e questões raciais se cruzam, e de que modo são apresentadas e significativas na constituição das narrativas e das personagens nessas três obras.

Diálogos entre cinema, história e literatura no conto “O Pai contra a mãe” e no filme “Quanto vale ou é por quilo?”

Thiago de Faria e Silva (IFB)

O conto “O Pai contra a mãe” (1906) de Machado de Assis e o filme *Quanto Vale ou é por quilo?* (2005) de Sérgio Bianchi configuram um interessante diálogo entre literatura, cinema e história. A comunicação, a partir das contribuições de Thais Flores Nogueira Diniz, entende a adaptação proposta pelo filme como reciclagem. O diálogo é instaurado pelo filme a partir de um universo complexo de diálogo, estruturado não somente pelo texto literário e pela questão da escravidão, mas por fontes documentais do Arquivo Nacional e pelo tema contemporâneo das ONGs como negócio de exploração da caridade. Em diferentes linguagens e diferentes historicidades, as narrativas irônicas e provocativas do conto e do filme ensinam uma leitura da história de violência e racismo presente na sociedade brasileira. O trabalho pretende analisar esse diálogo entre filme e conto a partir das personagens negras e mulheres das duas obras, analisando não somente as situações de violência, mas também os possíveis ensaios de resistência. Nesse sentido, a análise das duas obras se torna oportuna, de um lado, por ser um interessante caso de diálogo entre a história, o cinema e a literatura; por outro, por proporcionar a discussão de questões importantes sobre a presença feminina e negra na história do Brasil.

O corpo negro e o empoderamento estético no YouTube

Camila Neves Figueiredo (UFMG)

O presente trabalho busca pensar nos usos e sentidos do corpo a partir de suas representações em mídia ou por meio de relatos de canais de youtubers negras. Entendemos o corpo como um elemento importante na valorização da identidade negra, assim, buscamos analisar os seus usos e suas expressões em espaços voltados para o diálogo e para o cuidado com o corpo. Na linha dos estudos sobre o tema, concordamos que a forma como os corpos se mostram no espaço público, suas ações, podem ser analisadas, também, como forma de linguagem política. Isso porque as expressões de certos corpos no espaço público podem dizer algo a mais, causarem estranhamento ou provocarem reações incomuns. No caso das pessoas negras, entendemos, assim como Kabengele Munanga, que o corpo é desde cedo um local atravessado por agressões e significações racistas. Nesse sentido, pensamos que a resignificação do próprio corpo é uma forma de superação de padrões raciais e que, a partir dessa resignificação, a aceitação e a expressão desses corpos no espaço público, em espaços de sociabilidade, podem nos dizer algo de político, de resistência a um padrão hegemônico. Para o presente estudo, pretendemos pensar no lugar ocupado pela estética e pelo visual de pessoas negras nesse processo de aceitação e expressão de si e do próprio corpo a partir das narrativas criadas por pessoas negras no YouTube.

As descobertas de Dandara: protagonismo e representatividade das meninas negras *Jardilene Gualberto Pereira Fôlha (UFT) &*

José Damião Trindade Rocha (UFT)

O estudo analisa o protagonismo e a representatividade das meninas negras a partir do livro *As Descobertas de Dandara*, literatura contemporânea, de minha autoria: mulher quilombola, professora de crianças e pesquisadora das relações étnico-raciais. A literatura infantil contribui para a formação do comportamento leitor, desenvolve a capacidade cognitiva, as habilidades motoras de ler e escrever, a imaginação, a criatividade e os sentimentos de forma prazerosa e significativa. Tratando-se de diversidade, possibilita também a construção de um imaginário coletivo menos etnocêntrico e mostra-se como um campo apropriado para a afirmação de padrões sociais e culturais. *As Descobertas de Dandara* é uma literatura que trata da diversidade étnico-racial e protagoniza a história de uma menina negra, uma narrativa que vem no sentido contrário ao da orientação posta na sociedade, em que as literaturas em sua maioria são centralizadas em personagens brancos. A história em questão apresenta uma personagem negra, linda e divertida, logo na sua primeira página exalta a beleza da menina representada, fato que contesta os estereótipos étnico-raciais que ainda se fazem presente no cotidiano brasileiro. Ao agregar os elementos da negritude às questões positivas, a literatura cria possibilidades de construções significativas na infância. A característica de uma criança alegre presente na literatura remete à questão da resiliência, que, mesmo diante das intempéries, o povo negro apresenta habilidades e forças para recomeçar. Dandara, como a maioria das crianças negras, possui os cabelos crespos e pele escura, os cabelos da personagem retratam a beleza e a liberdade que fazem parte da identidade étnico-racial. Sendo assim, contribui para o fortalecimento da autoimagem positiva das meninas que possuem semelhanças com a personagem. Nessa perspectiva, torna-se essencial que as literaturas, os materiais didáticos e paradidáticos representem a realidade da diversidade étnica que compõem a sociedade brasileira, esses instrumentos fazem sentido para criança quando ela se vê representada. Dandara empresta sua voz às meninas negras que viveram e vivem silenciadas por não fazerem parte do padrão eurocêntrico imposto, e consequentemente traz reflexões sobre o protagonismo e a representatividade das meninas negras de uma sociedade eivada de preconceitos racial e de gênero.

Poesia marginal: um meio de resistência negra

Marcos Rafael Andrade de Melo (IFG)

Este trabalho tem como principal objetivo analisar o grupo paulista de poesias marginais Slam Resistência. Trata-se de um movimento cultural e popular que fala a linguagem da periferia e que vem adquirindo uma crescente dimensão social. O Slam funciona como batalhas de poesia oral, que acontecem na Praça Roosevelt, sempre às primeiras segundas-feiras de cada mês. Ao se apropriarem do espaço público, deflagram a voz de personagens/sujeitos marginalizados por meio da representação discursiva deles. É um grupo que nasce em um cenário de ebulição e enfrentamento político na rua. Está sempre problematizando questões que dizem respeito à identidade, gênero, raça, corpos e seus

respectivos lugares na sociedade. O artigo se propõe também relacionar o Slam Resistência com o movimento negro, e pensar e repensar qual a representatividade que o grupo oferta para tal movimento e quais as memórias que são relembradas para a composição das poesias, além de buscar fonte de resistência negra na sociedade contemporânea.

Subalternização e resistência de mulheres negras. Uma reflexão sobre as personagens femininas do romance Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo

*Leidiane Lopes da Silva (UFMT) &
Francisco Otávio Araújo dos Santos (UFMT)*

A pesquisa intitulada “Subalternização e resistência de mulheres negras. Uma reflexão sobre as personagens femininas do romance Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo” tem por objetivo refletir tanto sobre as condições de subalternização quanto sobre as práticas de resistências de mulheres negras e pobres a partir das personagens femininas do romance *Ponciá Vicêncio*, tendo em vista que essas personagens são descendentes de escravizados que foram trazidos da África e que sofrem as mazelas de uma sociedade capitalista, machista, racista e preconceituosa. Dessa maneira, por meio do estudo desse romance da autora afro-brasileira Conceição Evaristo, pretende-se fazer uma relação das vivências das personagens Ponciá Vicêncio, Biliza e Maria Vicêncio com a situação de muitas mulheres negras da nossa sociedade, que guardam em seus cotidianos semelhanças com a narrativa. Busca-se, ainda, evidenciar os espaços da narrativa, que são ocupados por essas personagens, e aproximar aos espaços da sociedade, que são habitados por mulheres negras, uma vez que estas têm sua trajetória marcada pela herança colonial escravista, que se configura no dia a dia pela falta de oportunidades, pelas péssimas condições de moradia em espaços marginalizados, pelos postos de trabalhos subalternos e pela exclusão social. Portanto, a reflexão proposta pretende dar visibilidade à realidade de muitas mulheres que têm suas vozes silenciadas pelo sistema colonialista, e tal realidade é invisibilizada por discursos pautados na democracia racial. A pesquisa dialoga com reflexões de Sueli Carneiro, Conceição Evaristo e Lélia Gonzalez.

Cinco mulheres em narrativas de Marcelino Freire

Edson de Souza Cunha (IFB)

A pesquisa apresenta e discute a representação literária de cinco mulheres em narrativas do escritor Marcelino Freire, focando em aspectos relacionados ao olhar (olhar e, ao mesmo tempo, ser olhada). Busca-se também associar estratégias de composição do autor a diferentes formas de representação da violência nos textos. Foram selecionados cinco contos de diferentes obras: “Mãe que é mãe” (*BaléRalé*, 2003), “Moça de família” (*Angu de Sangue*, 2005), “Socorrinho” (*Angu de Sangue*, 2005), “Vaniclélia” (*Contos Negreiros*, 2005) e “Vestido longo” (*Amar é crime*, 2010). Quatro dos contos selecionados apresentam narradoras em primeira pessoa, cujas vozes expõem cenas de uma realidade brutal, hostil e abjeta. Um dos contos (“Socorrinho”) é narrado via discurso indireto livre, que mistura a

voz de uma criança que é estuprada a um amálgama de elocuições que apresentam e desenvolvem um contexto denso, pautado pela repetição da voz que repete “Moço, não”. As vozes em primeira pessoa das narradoras criam simultaneamente efeitos de proximidade e distanciamento, de empatia e asco. Argumenta-se que a quebra de expectativa sobre um posicionamento questionador, proponente de mudanças, pelas narradoras, e a exposição a situações extremas de degradação humana contribuem para evidenciar características de sujeitos marcadas pelo trauma. Busca-se suporte nas proposições de Hal Foster (*O retorno do real*, 2014) sobre o que ele denomina realismo traumático, sendo o texto literário o espaço de mediação da relação do leitor com sua própria realidade. A reorganização simbólica das relações dessas narradoras com suas realidades chocantes alcança o leitor, supostamente protegido pela mediação do texto, mas levado/obrigado a também lidar com esse rearranjo a partir da exposição dessas vozes silenciadas.

Narrativas em (re)construção: videobiografias de mulheres negras em processo de alfabetização e letramento no Instituto Federal de Brasília

Clarice Barbosa Vieira (IFB)

A presente investigação se situa no campo de Alfabetização e Letramento de mulheres negras. Seu cerne é a análise de histórias de vida de seis mulheres do curso de Alfabetização e Letramento: emancipação feminina pela construção da cidadania, ofertado pelo Campus Taguatinga Centro do Instituto Federal de Brasília (IFB). Como estratégia de análise, optamos por traçar narrativas biográficas, compreendendo a importância de suas trajetórias e de seus saberes perante o mundo. O cruzamento dessas informações resultou em temáticas comuns, pois essas histórias caminhavam em percursos similares, ou pelo menos tinham questões com a mesma proposta de análise. Para complementar o aparato de pesquisa e compreender a realidade vivida pelas estudantes em amplitude, realizamos um videodocumentário sobre a avaliação do projeto na perspectiva das mulheres participantes. Por meio das narrativas aqui esboçadas, buscamos avaliar o curso e os serviços prestados ao longo de sua implementação, como também interpretar os sentidos atribuídos pelas mulheres às transformações sociais, especialmente no mundo da educação, que as envolveram e redefiniram suas vidas. Percebemos que a inserção no curso de Alfabetização e Letramento não somente gerou um impacto positivo em suas trajetórias como potencializou o resgate de autonomia e empoderamento feminino, tornando-se possível e viável a (re)construção de seus itinerários formativos.

“A Lei Áurea é todo verso que eu escrevo”: O romance *Kindred* no ensino e na imaginação de histórias de outros mundos possíveis

Gabriela Zchrotke da Silva (UnB) &

Daniela Oliveira da Silva (UnB)

O ensaio visa explorar as potencialidades da utilização da literatura ficcional para o ensino de história, tendo como concepção a ideia de uma fonte literária que seja analisada em sala de aula na sua

construção enquanto ficção e discurso de história (MARTINS, 2015). Além disso, busca-se aqui pensar as possibilidades de explorar as representações presentes no enredo ficcional a fim de produzir novos conhecimentos históricos e transformar as representações hegemônicas desumanizantes em relação aos sujeitos históricos negros (BORGES, 2012) existentes no repertório dos alunos (MARTINS, 2015), fazendo-os capazes de imaginar outros mundos possíveis (RAMALLO, 2014). Entende-se que a narrativa ficcional é um instrumento possível e proveitoso para o ensino de história a partir da noção de que as experiências humanas no tempo são singulares, múltiplas e fragmentadas, e que é um despropósito ensinar uma cronologia eurocentrada em lugares e escolas que pouco tem a ver com aquela realidade (RAMALLO, 2014). Ademais, ao optar por um caminho decolonial no ensino, busca-se incorporar também outras formas de contar o passado — formas que nem sempre se encaixam nos modelos racionalistas europeus (RAMALLO, 2014). Utiliza-se também as ideias de Hayden White (WHITE apud RAMALLO, 2014) sobre a inadequação da história acadêmica para imaginar o passado, completando que isso se deve às amarras dessa historiografia a um saber essencialmente eurocêntrico, cientificista e também etapista, pois foi massivamente influenciado e moldado pelo historicismo alemão (CHAKRABARTY, 2008). White (WHITE apud RAMALLO, 2014) propõe que a ficção e a poesia seriam formas mais frutíferas de construir uma imaginação histórica, ao dar espaço para a união de saberes e sentimentos que talvez teriam sido sufocados no meio acadêmico. A obra utilizada como exemplo de literatura profícua para ser abordada no ensino de história é o livro *Kindred: Laços de Sangue*, da escritora afro-americana Octavia E. Butler. O ensaio é dividido em duas partes, sendo que a primeira aborda a importância no ensino de história da empatia e da percepção de que pessoas escravizadas são seres humanos, utilizando como bibliografia Audre Lorde (2009), bell hooks (2015) e Angela Davis (2016), entre outros. Já a segunda parte visa demonstrar como a empatia é ferramenta essencial num ensino que se proponha decolonial, com argumentos de Chimamanda Adichie (2009), Dipesh Chakrabarty (2008) e Francisco Ramallo (2014).

Literatura negra e a urgência de novas construções identitárias

Francislene Pereira de Paula (Empresa Brasil de Comunicação – EBC)

Muitos são os estudos sobre a construção identitária dos afro-brasileiros nos espaços privilegiados de circulação de discursos e sentidos, como os meios de comunicação. Representações recheadas de distorções que prejudicam a afirmação da autoestima da população negra e que são resultados de uma sociedade que insiste em reservar aos negros os papéis da subalternidade, da domesticidade e da marginalidade. Diante desse cenário, que contribui para a efetivação de uma realidade que mata a juventude negra, é urgente pensarmos em novas possibilidades identitárias, seja na televisão, no cinema ou na literatura, nosso objeto de pesquisa. A escritora Conceição Evaristo, nascida numa favela da Zona Sul de Belo Horizonte, definiu o que faz como “escrevivência” – escrever com a vivência: corpo, condição e experiência. Para ela, escrever é usar as experiências e vozes autorais para narrar algo, é ultrapassar os limites de percepção da vida (EVARISTO, apud BALBINO, 2016, p. 16). Nesse sentido, a escrita e o viver se completam. Jéssica Balbino, em sua dissertação de mestrado sobre as vozes femininas na literatura periférica, afirma que a “literatura marginal/periférica, por meio de seus agentes, é também documentação histórica de um momento social e cultural do país” (2016, p. 28).

Vozes negras conseguem empreender essa documentação da maneira a mais fidedigna possível, sem recair para uma superficialidade, nem desumanizar as pessoas que vivem nesses lugares. Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Jarid Arraes, Ana Maria Gonçalves, Marcelo D'Saete ao contar suas próprias histórias, ou a história de seu povo, contribuem, sobremaneira, para que novas representações circulem na sociedade, sem os estereótipos que encontramos nos meios de comunicação, por exemplo. Seus personagens são apresentados com a complexidade que não encontramos nas demais narrativas. O amor é vivido de uma forma diferente, assim como as relações de trabalho e escolares, a religiosidade e a relação com o corpo e com a estética. É urgente pensarmos novas representações e novos sentidos para os afrodescendentes. Sobretudo se acreditamos que a formação da subjetividade é tão importante quanto a formação da realidade objetiva que nos circunda. Ao não ofertar possibilidades identitárias que vão além da marginalidade, matamos os sonhos, os desejos e os ideais. E isso é tão nocivo quanto matar os corpos.

SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES

ST 03 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE RACIAL

Coordenação: Antonio Gomes da Costa Neto, Eliete Gonçalves Rodrigues Alves & Meire Cristina Cabral de Araújo Silva

A Seção Temática propõe debater temas, trabalhos acadêmicos, reflexões, estudos, experiências, diagnósticos, análises institucionais, resultados de pesquisas e como essas se inserem nas Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. A seção busca contemplar exposições sobre o ciclo-político das Políticas Públicas, desde a montagem da agenda, a formulação, a tomada de decisão, a implementação e a avaliação. De igual modo, como os mecanismos de controle social têm sido efetivados, quais os instrumentos utilizados pela sociedade em relação aos resultados almejados e alcançados, e a expectativa da sociedade civil. Dentre os temas a serem debatidos, podem ser ideias, conceitos, teses, pesquisas científicas, papel da sociedade, função do Estado, o sistema nacional e internacional de promoção e proteção de direitos. Logo, as discussões são nas áreas: Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Direito à Liberdade; Consciência de Crença; Cultos Religiosos; Acesso à Terra; Moradia; Trabalho; Meios de Comunicação; Sistemas de Proteção Nacional e Internacional; Acesso à Justiça; Segurança; Controle Social; Controle Governamental; Fomento; Apoio às Iniciativas Populares; Economia; Defesa de Direitos; Reparação da Escravidão; Justiça Social; Eficácia; e Empoderamento. Dessa forma, pretende-se contemplar as formas de consecução, os modelos de reprodução no contexto das Américas, bem como discorrer sobre como os mecanismos de Direitos Humanos, nas diversas esferas, têm atuado na efetividade das políticas étnico-raciais do Brasil e das Américas. Portanto, a seção parte da premissa da existência de uma Política de Estado, a qual consagra princípios filosóficos e jurídicos, cuja finalidade é a desconstrução do racismo, e busca analisar de que maneira contribui para a capacidade de produzir um pensamento social e político nas Américas.

A razão negra e os direitos humanos: as políticas internacionais contra a discriminação racial

Sibelle de Jesus Ferreira (UnB)

Na academia e na militância, há aqueles que apontam a falência dos direitos humanos no contexto atual pela dificuldade em abarcar todos os segmentos de uma sociedade. O desenvolvimento dos direitos humanos foi marcado pelas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, bem como as características de universalidade. Portanto, todos os indivíduos teriam que poder gozar de seus direitos e liberdades estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, nacionalidade ou qualquer outra condição. Dessa forma, esses elementos que podem “diferenciar” o acesso a esses direitos têm sido pauta para discutir grupos marginalizados, em especial a raça, por ser um fator que tem gerado hierarquias nas sociedades. O objetivo político em disputar a pauta racial em direitos humanos é crucial para descolonizar os pensamentos de que a ‘era dos racismos’ e da discriminação ficou no passado. Foi em um contexto internacional que a ONU desenvolveu de forma difusa e com base em premissas universais o que seria o entendimento de raça, o que dificultou, de certa forma, o estabelecimento efetivo da promoção dos direitos das populações negras. Reivindicar por uma perspectiva racial não só nos direitos humanos, como em qualquer outra área, é trazer a possibilidade de ressignificar as experiências dos corpos negros provenientes do atlântico negro. Tendo em vista que raça está intimamente ligada com os discursos que partem de um referencial para diferenciar indivíduos, é importante ressaltar a ideia de universalidade impregnada no âmbito dos direitos humanos para discutir o objetivo da agenda sobre discriminação racial. Dessa forma, há a necessidade de entender e refletir sobre como o termo ‘raça’ se conecta na discussão universalista de garantia de direitos fundamentais, tendo em vista os principais fatos da inclusão dessa temática nos mecanismos de direitos humanos promovidos pela ONU. Assim, o presente trabalho se dispõe a decifrar a perspectiva de raça dentro do contexto dos direitos humanos, utilizando as ideias do filósofo Achille Mbembe e analisando as políticas internacionais contra a discriminação racial. É importante que se reflita sobre o significado social da raça e a importância em delimitar essas opressões em prol de buscar os direitos humanos das populações marginalizadas em uma escala internacional, em especial os afrodescendentes.

A reparação da escravidão negra e as comissões da verdade no Brasil (2014-2018)

Vanilda Honória dos Santos (UFB)

O artigo objetiva apresentar os fundamentos teóricos e jurídicos que embasam a proposta de reparação da escravidão negra no Brasil. Serão abordadas as iniciativas de políticas públicas de reparação, assim como os limites e as possibilidades: políticas de ações afirmativas na educação e no serviço público, reparações simbólicas e titulação e demarcação de territórios quilombolas. No tocante à perspectiva de reparação histórica, isto é, voltada para a coletividade, será analisada a atuação da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, criada em 2014 pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), e das Comissões e Subcomissões instauradas nas Seções e Subseções da OAB, com ênfase na reconstrução da memória e da verdade histórica aliada à reparação material. As

formas de reparação analisadas demonstram o debate e a luta por justiça e reparação em relação às consequências do sistema escravista na sociedade brasileira e da abolição incompleta realizada em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão do ordenamento jurídico, mas não do mundo da vida, uma vez que suas mazelas permanecem institucionalizadas até os dias atuais. Como suporte de problematização, serão utilizados instrumentos do Direito Internacional que tutelam o direito à reparação, sobretudo a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em 2001 e ratificada pelo Brasil; o instrumento jurídico interno de efetivação dos objetivos de Durban, o Estatuto da Igualdade Racial; aportes teóricos acerca dos princípios da Justiça Restaurativa e da Justiça Transicional: direitos à memória, à verdade, à justiça, à reparação e à reforma institucional no Brasil, dialogando com experiências na América latina, na África do Sul e nos EUA; além dos relatórios parciais das comissões disponíveis no acervo do CFOAB.

Crimes raciais e justiça restaurativa: uma nova mentalidade

Lisneide Santos Costa (UFU) &

Vanilda Honória dos Santos (UFU)

O trabalho objetiva apresentar a proposta de aplicação da Justiça Restaurativa nos casos de denúncias de crimes de racismo e injúria racial, estabelecendo uma relação de cooperação entre as instituições do município de Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Ministério Público Federal (MPF), Judiciário, entre outras. A referida proposta está sendo desenvolvida pela equipe à qual pertencem as autoras, que integra o Projeto de Extensão Assessoria Jurídica Étnico-Racial e Direito Antidiscriminatório, no âmbito do Escritório de Assessoria Jurídica Popular da UFU. A Justiça Restaurativa integra oficialmente a agenda do Judiciário, desde agosto de 2014, visando à difusão dessa modalidade de solução de conflitos em todo o país, que consiste no acolhimento de medidas orientadas a solucionar ocorrências de conflito e violência, a partir da aproximação dos envolvidos na reparação e na conciliação dos danos causados por um crime ou infração penal. Tal iniciativa pretende promover uma mudança de mentalidade e de cultura no âmbito das instituições, sobretudo do sistema de justiça, rompendo com a prática institucionalizada de se considerar como irrelevantes a ampla maioria das denúncias de racismo, não importando as consequências da discriminação para as vítimas. Em casos em que as denúncias chegam ao MP e ao Judiciário, não raramente os pareceres e as decisões negam a existência do crime, uma vez que consideram necessária a presença da intencionalidade, isto é, considera-se unicamente a discriminação direta, em detrimento da indireta e institucional, resultantes do racismo estrutural no Brasil. O crescente papel social e político do Sistema Judicial e da prevalência do direito no Brasil concorda diretamente com o que afirma o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2014, ministro Ricardo Lewandowski, durante entrevista coletiva em Brasília, ou seja, que a redemocratização da Justiça se fundamenta na valorização da pluralidade jurídica, como intermediário da reforma do pensamento jurídico crítico. É essa abordagem flexível e mais inteligível que faz da Justiça Restaurativa ferramenta que aproxima o direito das práticas sociais, reduzindo a insatisfação sistemática das expectativas democráticas que descredibilizam o papel do direito na consolidação da democracia, no acesso à justiça e na reparação às vítimas da discriminação racial no Brasil.

Povos Indígenas enquanto sujeitos políticos do licenciamento ambiental: o caso da Rodovia BR 429 Rondônia

*Meire Cristina Cabral de Araújo Silva (DNIT) &
Antonio Gomes da Costa Neto (SEEDF)*

No Brasil, obras de infraestrutura de transportes, como rodovias, ficam sujeitas a licenciamentos administrativos ambientais, devendo-se verificar a possível existência de povos indígenas na área de influência do empreendimento. Essa ação é orientada sob duas mudanças paradigmáticas: o do desenvolvimento sustentável e o do reconhecimento da diversidade cultural e organização política indígena, ensejando a superação teórica e jurídica do princípio da tutela dos povos indígenas e seu reconhecimento enquanto organização política. Os impactos dos empreendimentos de transportes são minimizados por meio de medidas mitigadoras e compensatórias pactuadas com a comunidade. Este estudo verifica a articulação dos povos indígenas enquanto sujeitos políticos em processos de licenciamentos ambientais. Para análise, elegeu-se o caso da pavimentação da Rodovia BR 429 no estado de Rondônia. A partir da pesquisa documental de natureza qualitativa, fundamentada no exame de peças processuais do licenciamento ambiental e na pesquisa bibliográfica, buscou-se verificar a atuação indígena no procedimento burocrático, observando se a natureza das medidas mitigadoras e compensatórias firmadas com o empreendedor guardaram relação com os interesses indígenas. A análise aponta que o ente estatal Funai sobressaiu como interlocutor no processo de licenciamento, operacionalizando regulamentos e medidas que entendeu serem compensatórias e mitigatórias dos impactos, revigorando assim seu papel tutelar. Tal fato leva à compreensão de que o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos políticos requer contínuas redefinições de espaços de poder, rupturas e estruturação de lógicas que atravessam o proceder de instituições, e de forma singular a que historicamente se afirmou como tutelar.

As políticas de ações afirmativas para negros no mercado laboral e o sistema de avaliação institucional

*Antonio Gomes da Costa Neto (SEEDF) &
Meire Cristina Cabral de Araújo Silva (DNIT)*

O resumo versa sobre as Políticas de Ações Afirmativas para Negros (pretos e pardos) no campo laboral público (Lei n. 12.990/2014) e sua análise à luz do ciclo de Políticas Públicas. Essas políticas se constituem em políticas multiculturalistas focais restritas à administração pública federal, excluindo os demais poderes da União, Estados, Distrito Federal, Município e iniciativa privada. Estabelece-se a necessidade de se comprovar a eficácia social. Há notícia de medida no Legislativo Federal (Senado Federal), porém, sem institucionalização. A norma foi considerada legal e válida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade n. 41. O Estatuto da Igualdade Racial definiu o princípio da proporcionalidade de gênero não contemplado em resoluções e tão pouco no julgamento do STF (MS 33072, ADC 41). Essas têm como origem os Planos Nacionais de Direitos Humanos, o Programa de Ações Afirmativas nos Ministérios da Justiça e Desenvolvimento Agrário (2001) e Cultura (2002). A esse respeito, o Decreto 4.228/2002 estabelece metas de participação de afrodescendentes, mulheres

e deficientes físicos em cargos comissionados, licitações e diversos outros tipos de relações laborais com a administração pública, além de instituir o Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Programa Nacional de Ações Afirmativas. O Comitê não dispõe de metodologia, critérios e relatórios de avaliação. Em relação à Lei n. 12.990/2014 é da competência do órgão de Igualdade Étnica realizar o “acompanhamento e avaliação anual” com monitoramento constante e a “emissão e divulgação de relatórios periódicos” para aferir a eficácia social, além de demonstrar o conjunto de condições, no tempo e no espaço, produtoras de mudanças observáveis por meio do relatório de avaliação. Todavia, não há notícia dessas ações avaliativas. O terceiro Relatório Nacional do Estado Brasileiro, submetido ao mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, limita a divulgar as informações das vagas ofertadas, sem análise pelo critério da eficácia social, e narra o ingresso de “aproximadamente mais de 3.000” pelo sistema de ação afirmativa. Como política multiculturalista de reconhecimento no mercado laboral público, essa política se constitui em programa frágil, sem avaliação periódica, com risco de comprometer as demais políticas públicas em face da ausência de relatórios de avaliação pelo critério de eficácia social.

As trajetórias dos docentes negros do IFB: contribuição e desafios para um projeto inclusivo

Mirian Colonna dos Santos (IFB)

O objetivo desta dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém em Portugal, é analisar as trajetórias de docentes negros do Instituto Federal de Brasília (IFB): contribuições e desafios para um projeto inclusivo. Uma das principais intenções da pesquisa foi estudar o número de docentes negros existentes no IFB e conhecer as suas trajetórias. A pesquisa teve como participantes três homens e três mulheres docentes desse Instituto. A partir das ideias de Guerra (2006), foram elaboradas as categorias para o estudo, recolha de dados e análise dos saberes docentes, das trajetórias e das dificuldades. A questão de investigação nos remeteu para uma pesquisa qualitativa, em que recorremos a questionários e entrevistas semiestruturadas. A realização deste trabalho permitiu encontros riquíssimos com os pensamentos e sentimentos dos docentes e das docentes da pesquisa. O contato com eles favoreceu uma aprendizagem inquietadora sobre o tema trabalhado. Concluímos que os entrevistados e as entrevistadas se sentiram muitas vezes prejudicados ou pouco valorizados devido à cor da sua pele. Ouvindo as questões sentidas e as sugestões dadas por esses docentes, no final do trabalho, são apresentadas linhas de orientação para a implementação de um projeto mais inclusivo a nível do Instituto.

A superexploração da força de trabalho das mulheres negras no Brasil: a “individualidade viva”

Zora Yonara Torres Costa (UnB e IFB)

O presente resumo tem como objeto de estudo a superexploração da força de trabalho das mulheres negras em meio à crise do Estado capitalista brasileiro contemporâneo. O mercado de trabalho incorpora a força de trabalho das mulheres e “a expansão do trabalho feminino tem se verificado sobretudo no trabalho mais precarizado (...)” (ANTUNES, 2009, p.108). Nesse sentido, superexploração do trabalho é forma singular de abarcar a produção e apropriação de mais-valia, cujo foco não é a relação entre os tempos de trabalho necessário e excedente, usado por Marx para esclarecer as modalidades de mais-valia absoluta (aumento do tempo de trabalho excedente sem alterar o tempo de trabalho necessário) e relativa (aumento do tempo de trabalho excedente pela diminuição do necessário), mas sim a burla da lei do valor (troca entre mercadorias de valores equivalentes) na compra da mercadoria força de trabalho. (BUENO; SEABRA, 2010). Para Marini, a superexploração ocorre, pois os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 1973, p. 23-24). O Diário Comércio, Indústria e Serviço em uma reportagem afirmou que “desemprego avançou mais rápido entre as mulheres negras no Brasil. De 2014 para 2017, a taxa de desocupação entre elas saltou de 9,2% a 15,9%, enquanto entre as brancas o nível foi de 6,2% para 10,6%; informalidade é a marca das que estão ocupadas no País.” (DCI, 2018). Conforme Yannoulas afirmou “(...) não é possível pertencer a um gênero sem pertencer, ao mesmo tempo, a uma classe socioeconômica ou a uma raça/etnia (...)” (YANNOULAS, 2003, p.40). Em resumo, o problema, confirmado por meio do contexto histórico e das especificidades da superexploração da força de trabalho das mulheres negras que estão na informalidade numa conjuntura de crise em que se encontra o Brasil, é perverso e necessita ser rompido por meio da conscientização da classe de mulheres negras trabalhadoras. Não existe uma receita pronta para essa ruptura, o cerne está no reconhecimento da superexploração e no movimento social e feminista das mulheres negras trabalhadoras dinamizando um novo mundo possível.

Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial: desenho, resultados e perspectivas

Clara Maria Guimarães Marinho Pereira

Criado em 2013, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) se constitui como sistema de política pública voltado à implementação de políticas de promoção da igualdade racial no país, ora na União, ora nos entes federados. É seu propósito construir institucionalidades que sejam capazes de contribuir com a superação das desigualdades raciais no país, especialmente por meio de órgãos executivos, conselhos de políticas públicas e ouvidorias, cuja tarefa é receber e encaminhar denúncias de racismo. Espelhado nos sistemas de políticas sociais existentes, o Sinapir tem enfrentado inúmeros desafios para se consolidar. Em primeiro lugar, porque o órgão central do sistema – a

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – foi constituído muito fragilmente desde o princípio, possuindo poucos recursos orçamentários e institucionais para realizar a tarefa de enfrentar o racismo no país. Preso na armadilha da transversalidade, o órgão pouco executa políticas diretamente e pouco tem o poder de influenciá-las. Ademais, exatamente no momento em que conseguiu massa crítica para criar o Sinapir, a Seppir passou a sofrer intensamente com a instabilidade institucional que tem tomado conta do país desde 2016. Em segundo lugar, os órgãos subnacionais criados à semelhança dessa Secretaria padecem de problemas semelhantes. Finalmente, a sociedade civil tem se dirigido com mais urgência à pauta do genocídio da juventude negra, pauta essa que, do ponto de vista da institucionalidade, dirige-se ao sistema de justiça. A comunicação oral pretende expor os principais desafios do Sinapir, explorando seu regulamento, seus principais resultados até aqui e as perspectivas de sua implementação, considerando o contexto atual da administração pública federal.

A doença falciforme e o envolvimento nas políticas públicas no Brasil

Jéssica Luciano da Costa (UnB)

A doença falciforme é a patologia hereditária monogênica mais comum no Brasil, afetando cerca de 30.000 pessoas em todo o território, sendo mais presente em estados que possuem a maioria de sua população negra. As apresentações clínicas da doença variam bastante entre os afetados, podendo ser relacionada não apenas com os fatores genéticos, mas também com fatores psicológicos, comportamentais, ocupacionais e sociais. Embora tenha sido descrita pela primeira vez em 1910, apenas em 1996 que se iniciou discussões sobre a instauração de políticas assistenciais em saúde para a população afetada. Tais políticas buscam garantir o exercício da universalidade e da equidade no Sistema Único de Saúde, proporcionando atenção especial aos grupos que possuem maiores vulnerabilidades quanto ao acesso à saúde. Foram diversos movimentos sociais envolvidos na criação dessas políticas e leis assistenciais, reforçando a importância da participação da população na busca da garantia de seus direitos sociais. O presente artigo busca realizar uma análise do que já foi feito publicamente sobre a doença falciforme e apontar novos caminhos para pesquisas e cuidados em saúde pública, além de evidenciar falhas na gestão e no repasse de verbas para que tais políticas sejam colocadas em prática.

Fica Vivo!: imperativo de vida, cotidiano de morte

Aline Cristina Campos de Souza (UnB)

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! faz parte da Política de Segurança Pública do estado de Minas Gerais. Como uma política pública, foi formulado para lidar com questões coletivas e passou pelos processos de conceituação, formulação, implantação, monitoramento e avaliação. A proposta deste resumo é discutir como foram tomadas as decisões que fundamentaram as ações do programa e sua institucionalização. O objetivo do Programa Fica Vivo! é “controlar e prevenir a ocorrência de homicídios dolosos em áreas com altos índices de criminalidade violenta em Minas Gerais, melhorando a qualidade de vida da população” (SEDS, 2015), e tem como público jovens,

entre 12 e 24 anos, moradores das áreas de abrangência dos Centros de Prevenção à Criminalidade. As atividades do programa são organizadas a partir de dois eixos de atuação: proteção social e intervenção estratégica. Nos documentos orientadores do Programa Fica Vivo!, aparecem dados relativos a homicídios tentados e consumados, há um enfoque para a faixa etária, local de maior ocorrência, sexo e cor dos jovens. Mesmo com a identificação, em 2003, de que a maior parte de homicídios é de jovens negros, ainda assim a questão racial não aparece dentro dessa política pública. A discussão faz parte de uma pesquisa de mestrado em conclusão que discute estratégias de não nomeação da raça e do racismo. O racismo é pensado por meio de uma perspectiva histórica de acordo com o estudo do livro *Racismo e Sociedade*, de Carlos Moore, que demonstra a capacidade de plasticidade e adaptação desse fenômeno, concepções fundamentais para a pesquisa em curso, que trabalha tanto com a tomada de decisões quanto com análises de situações do meu cotidiano quando fui técnica social desse programa. Ao pensar em como o racismo opera no Brasil, abro o diálogo para a peculiaridade da América Landina (conceito de Lélia Gonzalez, uma mistura de América, África, Latina, Andina, de acordo com essa intelectual, esse é o termo mais adequado para se referir ao continente). Parto do pressuposto que o período de invasão e colonização das Américas, e de colonização da África, trouxe novos elementos para o racismo, definindo-o como um mecanismo definitivo de exclusão.

Raça e políticas afirmativas no Brasil: uma análise do impacto da Lei de Cotas no quadro docente do Instituto Federal de Brasília

Mônica Rocha dos Santos (IFB)

O presente trabalho objetiva identificar o impacto da Lei 12.990/ 2014, conhecida como Lei de Cotas no Serviço Público, dentro do quadro de docentes do Instituto Federal de Brasília no que se refere às questões de gênero e raça, mapear as áreas do conhecimento em que se encontram as docentes negras dessa instituição de ensino, verificar a existência de docentes negras em cargos de chefia na estrutura administrativa, entender quais as condições de entrada/permanência dessas docentes negras dentro do Instituto e identificar o percentual de professoras negras que têm seus projetos aprovados e quantos deles estão relacionados às questões de gênero/raça. Levando-se em consideração que a instituição já realizou concursos públicos após a vigência da Lei de Cotas no Serviço Público, será possível fazer um quadro comparativo com dados anteriores à referida Lei. Para tanto, será usada como metodologia, no que se refere aos meios, pesquisa de campo, análise documental e bibliográfica. Intercalam-se documentos internos do Instituto Federal de Brasília, com bibliografias referentes a gênero, raça, políticas de ações afirmativas, cotas raciais e cotas no serviço público.

Apostes Teóricas e Metodológicas Decoloniais: o caso da disciplina “Pensamento Negro Contemporâneo”

Richard Santos (UFSB) &

Maria do Carmo Rebouças da Cruz F. dos Santos (UFSB)

A comunicação objetiva apresentar a experiência teórico-metodológica da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo, ofertada no âmbito do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (DEX_UNB), cujo objetivo é valorizar e revisitar os saberes de pensadores(as) negros(as) na academia e fora dela. Essa experiência apresenta-se como uma verdadeira artesanaria prática de valorização da pluralidade e da geopolítica de saberes produzidos no Sul. O trabalho ora apresentado articula produções resultantes da disciplina como um estudo de caso e coteja exemplos delas para aprofundamento empírico da análise. Conclui que, ao trabalhar com epistemologias inclusivas e reveladoras da pluralidade de saberes da maioria minorizada, proporciona-se uma maior inclusão e facilitação do acesso ao saber plural dos discentes envolvidos no projeto, eliminando a exclusão acadêmica por não se reconhecerem nas abordagens lineares e verticalizadas das pedagogias conservadoras, certamente contribuindo para uma educação plural e emancipadora. Observa ainda que propostas disciplinares como a PNC deveriam ser transversais às formações acadêmicas e a uma política pública educacional, viabilizando a pluriestemicidade e os saberes subalternizados pela academia eurocêntrica.

Racismo e violência policial

Júlio César Lisboa de Lima Pereira (PPGDH/UnB)

Atualmente, são catastróficos os dados que dizem respeito à violência na sociedade brasileira. As altas taxas de homicídios e de encarceramento no país somadas à persistência do perfil das vítimas de violência desafiam as reflexões acadêmicas sobre o assunto e sugerem um reposicionamento do racismo nas tentativas de explicação dessa realidade, colocando-o como principal vetor da constituição e perpetuação histórica dos mecanismos de controle e repressão empreendidos pelo Estado na atuação das forças policiais. O artigo, então, pretende lançar luz sobre as possíveis saídas para esse reposicionamento, a fim de que lance luz sobre a realidade tal qual hoje se configura, considerando as prováveis implicações para os campos científicos que orbitam sobre o tema, especialmente para o paradigma consolidado e em construção dos direitos humanos. Entramos na segunda década do século XXI e, na conceituação consolidada em muitos anos de pesquisas e de análises metodológicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade dos brasileiros são negros. Isso significa que o Brasil tem hoje a segunda maior população negra (afrodescendente) do mundo, com cerca de 80 milhões de indivíduos, só sendo superado pela Nigéria. Essa densa presença da população negra na formação do povo brasileiro originou-se e desenvolveu-se na violência. Na realidade, nenhum país americano praticou a escravidão em tão larga escala como o Brasil (Dados IBGE, 2012). Quando olhamos para a amplitude do tema violência contra a população negra, tendo como pano de fundo o cenário da violência letal em específico, e o papel do Estado de promover igualdade e justiça social, torna-se indispensável a reflexão sobre segurança pública e o tema da violência contra a população negra. Quando se observa a forma de funcionamento das forças policiais, além dos problemas mais

estruturantes, aos quais também iremos nos reportar, fica perceptível a impossibilidade de qualquer chance de construção sistêmica de dados para fomentar a ação regulatória do Estado. Entender a questão racial como central no debate e nas análises da situação da violência no Brasil implica o entendimento de como o processo de escravização se consolidou como elemento fundante da modernidade, como o racismo se reproduziu no país mesmo após a escravização e como foi o racismo que permitiu a criminalização das pessoas, dos modos de vida, do acesso a recursos.

Viés racial – entrave à eficácia da Lei Maria da Penha

Lenny Blue de Oliveira (OAB-SP)

O tema viés racial na Lei Maria da Penha, Lei 11.340/06, é o objetivo da reflexão do presente trabalho. O assunto é altamente relevante face à necessidade de ampliar estudos relacionando o racismo como um mecanismo impeditivo à real efetividade da Lei. Notadamente no caso da mulher negra, que segundo estatísticas oficiais encontra-se no mais alto patamar da pirâmide no quesito feminicídio, os entraves à efetividade na prática da Lei advindos do legado escravocrata e patriarcal, reforçado pelo racismo estrutural, devem fazer parte do amplo rol de quesitos embasadores e imprescindíveis a uma reflexão mais aprofundada, identificando e combatendo as desigualdades. Entrementes, há que se discutir o total despreparo dos Operadores do Direito (em todos os níveis), oriundo do racismo estrutural, como tão somente um dos obstáculos à implementação da Lei Maria da Penha. Os papéis sociais pré-estabelecidos, que reforçam a dominação e a hipersexualidade da mulher negra, influem diretamente, inclusive, na banalização das sanções aos incursos na Lei Maria da Penha. A discussão proposta também tem como mote dissecar o termo ferramenta social, como fomento à formação transformadora no âmbito jurídico operacional, vinculando a questão racial a todos os setores do Direito. O objetivo a ser alcançado é intentar estratégias ao pleno exercício da legislação ligada à questão racial e a suas nuances jurídicas, a fim de infirmar práticas e políticas públicas que diminuam efetivamente a distância da efetivação entre a Lei e a mulher negra vítima de agressão.

A máquina de moer jovens negros: tortura no sistema socioeducativo

Tarsila Flores (UnB) &

Emerson Borba (Fundação Escola Superior do Ministério Público)

O presente artigo trata da morte de Andreu de Carvalho, após uma sessão de tortura promovida por seis “agentes socioeducativos”, no Rio de Janeiro. Deize Carvalho conseguiu a exumação do corpo de seu filho apenas um ano depois do acontecido e isso confirmou a narrativa de uma testemunha de que Andreu fora vítima de uma série de golpes cruéis, numa tentativa dos algozes para imprimir no corpo do adolescente as marcas da vítima exemplar. Observam-se, nesse contexto: 1. o alto índice de casos de tortura que culminam em homicídios em unidades socioeducativas; 2. o papel da mídia na construção da imagem de bandido que zombou do sistema penal; 3. as nuances requintadas na prática da tortura, por parte dos agentes socioeducativos; 4. o descontrole dos representantes do Estado;

5. o papel de mulher e mãe negra, protagonista na busca de justiça e defesa dos direitos dos jovens em situação de socioeducação. Para a análise proposta, foi escolhida a metodologia da Etnografia Documental (KUPPER, 1984), a partir da autobiografia de Deize Carvalho (CARVALHO, 2014), mãe de Andreu. É possível identificar que os agentes trabalharam com a ideia de oferecer a ele uma punição que valesse como forma “educativa” aos demais. O objetivo foi, certamente, a perspectiva de que sua morte servisse como exemplo, trouxesse os limites disciplinares necessários à manutenção da estrutura da Unidade de Internação, assim como serviria ainda para evitar a desordem futura (FOUCAULT, 1977). O corpo do adolescente negro foi então transformado no caso exemplar, na vítima por excelência. É possível identificar novas formas disciplinares, na organização de novo tipo de conduta disciplinar organizado pelos sistemas penais e juvenis ocidentais, executadas por agentes do Estado, que, além de mais perigosas, são quase que principalmente voltadas ao corpo jovem e negro (WAISEL-FIZ, 2016; FBSP, 2016). O que não pode deixar de ser mencionado é que o Sistema Penal, assim como o Socioeducativo, transita entre um fio muito tênue entre a legalidade e a ilegalidade, o que torna as práticas de agentes do Estado muito difíceis de serem condenadas, visto que não há muito como controlá-las. Os agentes podem ainda ser considerados como sujeitos-dobradiças (FLORES, 2018), num espaço de ilegalidade, no qual o treinamento violento e a chamada Pedagogia da Crueldade (SEGATO, 2014) são o que vêm determinar a intensidade da força e do efeito da punição, numa direta expressão de necropolítica (MBEMBE, 2014).

Uma memória para um grupo: a análise das políticas públicas de promoção da igualdade racial para as comunidades quilombolas nos últimos dez anos

Márcia Carolina Silva (UnB)

À luz da discussão acerca das políticas públicas destinadas aos remanescentes de quilombos, é inquestionável o fato de que, a partir de uma ideologia racial e colonizadora, esses sujeitos foram deixados às margens da história política brasileira, não sendo reconhecidos enquanto cidadãos de direitos. Posto isto, a ausência de políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas no pós-abolição fez com que esses sujeitos ficassem em parte invisíveis e em parte estigmatizados. Porém, nunca deixaram de existir no espaço rural e urbano, com seus diferentes modos de organização social, cultural e econômica. Isso nos chama a atenção para o fato de que, para termos um quadro real acerca da luta por direito dos remanescentes de quilombos e das políticas públicas direcionadas a eles, é importante considerar as formas de dominação, expropriação econômica e a resistência política imposta a esses grupos, que se dá majoritariamente a partir da negação dos direitos. Frente a isso, o trabalho em questão busca analisar os avanços e retrocessos no que tange pensar as políticas públicas direcionadas aos remanescentes quilombolas nos últimos dez anos (2008 – 2018), colocando em voga as questões que envolvem o gênero e o modo como tais políticas públicas promovem a autonomia das mulheres remanescentes de quilombos. Cabe salientar que as comunidades quilombolas, ao longo dos séculos, configuraram-se enquanto espaço para a (re)produção da própria existência, de modo que, para além de uma dimensão material e econômica, há um sentido de pertencimento por meio das relações de sociabilidade estabelecidas e da ancestralidade étnica. Desse modo, ao analisarmos as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, nota-se a retomada de valores e saberes que se articulam para reivindicar direitos políticos que foram historicamente negados.

Uma agenda política pensada desde el hogar

Eliete Gonçalves Rodrigues Alves (UnB)

Este trabalho tem como objetivo apresentar os argumentos institucionais sobre a informalidade no mundo do trabalho, em perspectiva comparada com o Brasil e o México, no recorte temporal de 2005 a 2014. Foram delimitados para esta análise as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos, no contexto das agendas políticas e das políticas sociais. A pergunta formulada é: existe uma agenda política para o trabalho digno, ou discursos de invisibilização de sujeitos? Problematizamos as demandas desses trabalhadores e as lutas históricas engendradas no contexto das agendas políticas, com as lacunas das políticas públicas já implementadas. O objetivo geral é confrontar as perspectivas dos atores sociais com as ideias de bem-estar social e o engajamento institucional. De forma específica, será abordada a relação entre os discursos institucionais, a sociedade civil organizada e as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos (*trabajadoras y trabajadores del hogar*). No contexto dos direitos sociais, apresentam-se reflexões sobre os direitos laborais, as condições de trabalho, as perspectivas de gênero e o trabalho digno. Ao final, apresentamos as propostas para uma agenda política pensada desde el hogar, formuladas com base no lugar de fala de cada ator social envolvido na pesquisa.

Políticas públicas e transversalidade de gênero: um estudo sobre o acesso à aposentadoria pública

Josiara Barbosa Diniz Leite (UFG)

O ano de 2017 foi marcado, na agenda legislativa federal, por reformas estruturais, sendo uma delas a possibilidade de mudanças no sistema de Previdência Social. A proposta inicial, apresentada pelo governo federal em dezembro de 2016, iguala a idade de homens e mulheres no acesso ao benefício, dessa forma ambos os sexos se aposentariam com no mínimo 65 anos. Pela regra atual, prevista originariamente na Constituição Federal (CF) de 1988, mulheres podem se aposentar aos 60 anos e homens aos 65. A principal justificativa utilizada pelo governo e aliados para defender a igualdade de idades é que mulheres viveriam, em média, mais do que os homens e que compõem a maior parte da força de trabalho, já que são a maioria dentre a população brasileira, também se argumentou que a medida seria uma busca por equilíbrio entre os sexos. Após debates e pressão da bancada aliada no Congresso Nacional, o governo recuou e a proposta atual traz a idade de 62 anos para mulheres e 65 para homens no acesso ao benefício da aposentadoria. Os primeiros dados oficiais apontam que, em 1872, as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho, sendo que a maior parte dessas mulheres eram negras e pardas. Nesse sentido, a construção formal do trabalho brasileiro, apesar de ser representada no imaginário social como masculina, é feminina e negra. A ausência de um debate de gênero, enquanto categoria de análise e pela perspectiva interseccional, na Reforma da Previdência, retira do legislador a oportunidade de utilizar de uma política de grande impacto social para diminuir, paralelamente, as assimetrias históricas de gênero e de raça, além de significar, dado o contexto social patriarcal brasileiro, a regressão da luta pelos direitos das mulheres. Nesse sentido, não se observa um recorte analítico sério na proposta enviada ao congresso nacional, marcadores sociais, como classe e raça, não foram considerados na construção da proposta. A proposta inclui

somente a binaridade de homens e mulheres em categorias universais, todavia a construção racial do Brasil mostra que a mulheridade é vivenciada de forma distinta por conta dos recortes de classe e de raça. Nesse sentido, de qual homem e mulher estamos falando? Qual o impacto da mudança de idade de acesso à aposentadoria pública para mulheres negras?

Um olhar sobre a aplicação do Estatuto da Igualdade Racial na novela *Segundo Sol*

Marisley Oss Lorenzoni (DNIT)

Esta reflexão tem como objetivo promover o cotejamento entre a Notificação Recomendatória DIP/PRT1ª/Nº 163.181/2018, ação promovida pelo Grupo de Trabalho instituído pela Coordenadoria Nacional de Promoção à Igualdade e Combate à Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) do Ministério Público do Trabalho em face da Globo Comunicações e Participações S/A, e a representação de negos e minorias raciais na telenovela brasileira, que pode ser considerada um dos mais importantes produtos da indústria audiovisual e dramaturgica do país. A questão central da Notificação foi a falta de atores negros na novela *Segundo Sol*, que é ambientada no Estado da Bahia, unidade da Federação com o maior percentual de população negra – 76,3% de negros ou pardos declarados (Mapa de Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos, IBGE-SEPPIR, 2013). Essa representação, que prioriza os valores culturais de branqueamento da população, reforça a desigualdade racial, reafirmando sentimentos de preconceito contra a população negra e outros grupos étnicos minoritários. No contexto jurídico, temos uma clara afronta ao Estatuto da Igualdade Racial – Lei Federal nº 12.288/2010, que assim preconiza em seus artigos 43 e 44: “Art. 43. A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação da população negra na história do País. Art. 44. Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística. Parágrafo único. A exigência disposta no *caput* não se aplica aos filmes e programas que abordem especificidades de grupos étnicos determinados”. Questionar a representação dos atores e das atrizes negras nas telenovelas significa questionar de forma subliminar o mito da democracia racial, revelando a falsa imagem que o Brasil busca fazer crer de que somos uma nação mestiça, uma perfeita integração de raças. Em suma, a atuação do Ministério Público do Trabalho ganha um viés político de afirmação de direitos que precisa ser analisado e divulgado.

Desafios decoloniais: raça e gênero na Cooperação Sul-Sul brasileira

Maria do Carmo Rebouças dos Santos (UFSB)

Os países em desenvolvimento forjaram a Cooperação Sul-Sul (CSS) como expressão de solidariedade dos povos e países do Sul e como estratégia de independência econômica e autossuficiência coletiva. Nesse marco, esses países, desde Bandung, têm se engajado em parcerias econômicas, comerciais,

educacionais, sociais, com o intuito de se reposicionarem, mas também traçar um novo paradigma de relação intergovernamental no mundo na defesa de uma agenda comum e coordenada. A CSS, em suas várias modalidades, tem sido um mecanismo subsidiário mobilizado para auxiliar o desenvolvimento de países cujas soluções internas cessaram de funcionar. O revigoramento da CSS na década de 2000 colocou em cena a cooperação realizada pelos países emergentes, dentre eles o Brasil. O sucesso brasileiro nas políticas internas para o crescimento econômico, a inclusão social e os interesses geopolíticos internacionais aparecia como forte argumento para o país investir na CSS. Por meio dessa Cooperação, o país colocou à disposição de outros países em desenvolvimento as experiências e os conhecimentos de instituições especializadas nacionais, com o objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico e social. Esse adensamento deu ímpeto à atualização dos debates sobre a CSS no sentido de verificar qual papel os países emergentes (em grande medida proponentes de CSS) estão desempenhando – se estão liderando o questionamento do sistema econômico excludente existente, os regimes de poder e propondo regras mais justas ou se estão seguindo a tendência de reproduzir a relação verticalizada Norte-Sul e difundir o modelo hegemônico de desenvolvimento neoliberal. Subjazem a essa discussão justamente questões sobre modelos de desenvolvimento transferidos por meio da CSS. Neste debate, acrescento outro desafio a ser analisado no âmbito da CSS: desigualdades étnico-raciais e de gênero são dois marcadores sociais que têm impedido que grande parte das sociedades dos países que se engajam em cooperação usufruam e gozem dos benefícios do desenvolvimento. Nesse sentido, como garantir, na relação Sul-Sul, a criação de práticas de cooperação alinhadas com visões de desenvolvimento comprometidas com a eliminação do racismo e do sexismo? Que papel o Brasil pode desempenhar na CSS levando em conta seus próprios desafios de eliminação do racismo e do sexismo no âmbito doméstico? Baseada em um referencial teórico decolonial, a presente comunicação pretende fazer uma discussão preliminar sobre esses desafios e apontar possíveis respostas.

Os Conselhos Municipais de Igualdade Racial como atores da proposição de políticas públicas, no âmbito da gestão municipal

Lais Méri Quirino (CEFET/RJ) &

Dyego de Oliveira Arruda (CEFET/RJ)

A Lei nº 12.288/2010 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, com o objetivo de garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, por meio de comandos legais bem delimitados. Dentre esses comandos legais, pode-se citar a faculdade de os municípios criarem os seus Conselhos Municipais, em caráter permanente e consultivo (art. 50), com representantes de órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil, representativas da população negra. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as características da atuação dos Conselhos Municipais de Igualdade Racial, conjecturando as potencialidades e eventuais limitações desses Conselhos no âmbito da proposição e da fiscalização de políticas públicas que garantam o respeito aos direitos fundamentais das minorias étnico-raciais. De um modo geral, por ser o município a menor unidade autônoma do sistema federativo, entende-se que, nessa área jurídica e geograficamente delimitada, as demandas da população negra estão em uma perspectiva microanalítica, e podem ser

publicadas e efetivamente conhecidas pelo Executivo e Legislativo locais. Para tanto, como subterfúgio metodológico para as reflexões inerentes ao presente trabalho, apresentaremos o caso do Município de São Gonçalo, situado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, onde o Conselho Municipal de Igualdade Racial seguiu os comandos legais preconizados pela Lei 12.288/2010, com o objetivo precípuo de propor e fiscalizar políticas públicas de enfrentamento ao racismo estrutural e institucional. Desta feita, mesmo sem a pretensão de ser conclusivo, entendemos que o estudo em tela pode ser importante para subsidiar um processo sistemático de reflexão em torno da necessidade de estruturar, a partir de certos princípios básicos de atuação, os Conselhos Municipais de Igualdade Racial nos vários municípios da Federação, com o escopo de garantir os direitos da população negra.

Resistir para permanecer: o protagonismo das estudantes negras, indígenas e quilombolas nas políticas de inclusão social no Ensino Superior

Delza da Hora Souza (UFSC/Educafro)

O objetivo deste trabalho é apresentar a importância da organização dos estudantes universitários/as oriundos/as das políticas de Ações Afirmativas, na luta por permanência estudantil no cotidiano acadêmico na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A partir da observação participante, analisamos como se dão as relações institucionais no Movimento de Casas de Estudantes (MCE) e como as estudantes negras, indígenas e quilombolas vêm cumprindo um papel bastante importante nas lutas por permanência estudantil, uma vez que esses estudantes em sua maioria apresentam vulnerabilidade socioeconômica e necessitam de políticas de assistência estudantil. Várias são as ações protagonizadas por esse perfil acadêmico, desde o fomento do diálogo institucional à análise da efetividade das políticas de Ações Afirmativas. Um dos resultados desse diálogo e enfrentamento constante com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é o Grupo de Trabalho da Permanência, que tem por finalidade a revisão dos critérios do cadastro socioeconômico, via pela qual os estudantes comprovam sua renda, para posteriormente concorrerem aos auxílios do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na UFSC. Por fim, busca-se diagnosticar os avanços e as propostas de inserção das estudantes negras, indígenas, quilombolas e pobres nos espaços acadêmicos, entendendo até que ponto a instituição está se propondo a implementar, de fato, as políticas de Ações Afirmativas (AA).

Por uma militância sindical afirmativa, antirracista, decolonial

Josiane Nazaré Peçanha de Souza (ABPN, GPMC, UERJ, SEPE-Niterói) & Eliane Souza Peçanha (SEEDUC, SMRJ, SEPE-Niterói)

O presente artigo pretende apresentar o processo de consolidação de uma militância sindical antirracista, decolonial, interseccional, dentro de um sindicato dos profissionais da educação pública: iremos apresentar a construção de uma militância sindical cada vez mais atuante, em relação à luta pela implementação das ações afirmativas e na discussão interseccional, nas redes públicas de nossa cidade, estadual e municipal, dentro do núcleo do Sindicato dos Profissionais da Educação de Niterói

(Sepe-Niterói), por meio da articulação do Coletivo de Combate às Opressões, focalizando, neste artigo, principalmente o processo de consolidação da discussão e de materialização da luta antirracista e decolonial (CLAUDIA; RIASCOS, 2016), pois potencializamos, por meio de nossas ações junto aos profissionais da Educação, a construção de práxis insurgentes, dando visibilidade a outras epistemologias, articulando aqui a implantação das ações afirmativas: as Leis 10.639/03 e 11. 645/08, que obrigam o ensino da história e cultura afrobrasileira, africana e indígena. Essa militância afirmativa começou a se aprofundar no segundo semestre do ano de dois mil e quinze, nascendo a partir dos programas de chapa que compõem a direção colegiada. É antirracista pois é capaz de potencializar nos profissionais da Educação interesse em conhecer, estudar, desenvolver e lutar principalmente por uma Educação antirracista ao discutir e lutar contra as formas de racismo existentes em nosso país, além de ser capaz de denunciar o mito da Democracia Racial. Construindo também uma Educação decolonial, que busca, a partir das ações/teorizações dos movimentos sociais, a valorização de epistemologias outras e combatente das opressões interseccionais nos tempos e espaços educativos públicos, num cenário mundial e nacional cada vez mais neocapitalista, de acirramento do machismo, do sexismo, da xenofobia e do racismo a níveis alarmantes.

O cotidiano das mães de negras e negros

Marizeth Ribeiro da Costa (SEEDF)

Ser mãe de negra ou de negro não é tarefa fácil. É uma atuação que demanda ter muita garra, perseverança, entusiasmo e disposição para uma luta diária. Mães de negras e negros vivem 24 horas em estado de alerta. Os dados estatísticos mostram, nitidamente, que suas filhas e filhos fazem parte da exclusão social, estão mais propensos a serem violentados, estão imersos nos altos índices de homicídios, de evasão escolar e dos diversos tipos de discriminações. Com a permanência desse estado de alerta, muitas mães, jovens ou de idades mais avançadas, adoecem. Por isso, um grupo de mães de negras e negros se reúnem para que, juntas, possam se fortalecerem, conversarem sobre suas lutas diárias e outros temas, seus anseios e realizações. As reuniões possuem uma coordenadora que viabiliza a mediação das temáticas e ações, contando também com o apoio de parcerias. O espaço ocupado para as reuniões torna-se em um tipo de quilombo do terceiro milênio pautado na união, na organização, na luta, no altruísmo e na resistência. As referidas reuniões acontecem em cidades do entorno do DF. Considerar as necessidades emergenciais que tais mães apontam já é um grande passo em direção à elaboração de Políticas Públicas que venham ao encontro dos anseios desse grupo e de outros. Uma população adoece pelo sofrimento constante que passa com sua família não consegue viver dignamente. Ao buscar invisibilizar as questões de mães de negras e negros, a sociedade contribui para o adoecimento e para a continuidade da luta de tal população levando-a à exaustão ou até mesmo à morte. O esforço para que suas filhas e filhos se vejam como seres importantes, amem-se, estudem, trabalhem e valorizem a vida é, demasiadamente, intenso. Torcemos para que os diversos setores da sociedade possam ver essa causa como importante e apontem novos horizontes.

O protagonismo jovem no Neabi IFRJ-Paracambi: relato de experiências feitas a várias mãos

*Joyce Alves Rocha (Neabi IFRJ/Paracambi) &
Tomas Garcia (Neabi IFRJ/Paracambi)*

Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) foram criados pela Portaria 85\2103 e têm como missão institucional a elaboração, o fomento e a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à implementação das Leis 10639/2003 e 11645/2008. As atividades desenvolvidas pelo Neabi do campus Paracambi são divididas em três categorias: pequenas, médias e grandes inserções no cotidiano escolar, que vão desde colocações de cartazes provocativos e motivacionais e exposições até atividades de dia inteiro e participações em eventos extrainstitucionais. A premissa é que a temática étnico-racial, passando a fazer parte dos temas frequentes dentro do processo de ensino-aprendizagem, torna-se mais eficiente. Assim também esperamos fugir das armadilhas de uma “Pedagogia do Evento”, na qual as datas historicamente estabelecidas (19 de abril, 13 de maio e 20 de novembro) acabam por engessar ações, folclorizar a temática e reforçar a ideia que existe uma data específica para se tratar das questões étnico-raciais. Um interessante termômetro de interferência do Neabi no cotidiano do campus tem sido o crescente interesse dos estudantes pelo tema e pelo envolvimento nas atividades. Hoje já são mais de trinta jovens atuando como monitores voluntários. Adotamos, como contrapartida, a reafirmação constante da importância do protagonismo deles, acolhendo as sugestões e solicitações com horizontalidade, e as efetuando. A experiência proporcionada pela entrada deles no Núcleo enriqueceu sobremaneira as atividades propostas e executadas, e temos um vasto repertório de ações bem-sucedidas. O engajamento demonstrado por eles aponta para uma demanda represada para tratar das questões afetivas, políticas e educacionais que envolvem o tema, indo além dos conteúdos formais contidos nas ementas, que, na prática, precisam fluir. Cabe ressaltar que, além dos eventos, das inserções nos ementários das disciplinas, e em ações extensionistas, por meio de diversas instituições parceiras (Comissão Verdade da Escravidão Negra no Brasil/OAB-RJ; Prefeitura de Paracambi; Cinemaxx de Paracambi; IFF; Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE); Coletivo Elas Existem; Cáritas e UFF), inauguramos em 2017 projetos de pesquisa e oficializamos, com aprovação em edital, nosso primeiro projeto de extensão. Sendo assim, o Neabi do campus Paracambi vem atuando nos três eixos, ensino, pesquisa e extensão, e muito se deve ao interesse e ao protagonismo de nossos jovens monitores.

A cultura afro-brasileira na educação básica do DF: a dança na perspectiva da Lei 10.639/03

*Karina Felix dos Santos (IFB) &
Fernando Antonio de Alvarenga Grossi (IFB)*

O presente trabalho é uma investigação sobre duas metodologias de ensino que aplicam a Lei nº 10.639/03, que determina o ensino das tradições e da cultura negra no Brasil. Esses projetos foram/são realizados em escolas do DF e voltados à cultura afro-brasileira: “Concerto Nacional Brasileiro”, coordenado pelo professor Júlio Cesar Moronari, e “Sons da Cidadania”, coordenado pelo professor Francis Magalhães. Esses projetos têm como característica utilizar a dança e/ou a percussão como

elementos de didática. Esta pesquisa busca identificar e analisar as abordagens utilizadas em cada projeto, visando sua multiplicação em experiências de igual interesse e conteúdo, e busca observar como a Lei nº 10.639/03, que determina a abordagem de questões étnico-raciais em sala de aula, mais especificamente, o ensino da cultura afro e afro-brasileira, dá-se no ambiente escolar. Busca, também, identificar o trajeto dos professores e os resultados que alcançaram. Nos processos históricos das lutas da população negra pela igualdade racial e justiça, apontadas como valores supremos em nossa Constituição, essa área tem se revelado como fundamental. A escritora Marcia Valeria (2006) argumenta que: cultura é o comportamento social do grupo, uma vez que traduz desenvolvimento e sentidos. Cultura congrega conhecimentos, artes, moral, leis, costumes, aptidões, hábitos adquiridos, herança cultural, tradição social, toda e qualquer necessidade básica como resposta ao ambiente, expressa modo de vida, povo, ocupação, territorialidade, instituições, linguagem, instrumentos, serviços e sentimentos (2006, p. 1). Fundada nessas reflexões e em meu processo de ressignificação como professora mulher negra dançante, o objetivo da pesquisa foi estudar metodologias utilizadas no currículo de duas escolas públicas da Educação Básica no Distrito Federal. E verificar se seria possível adaptá-las visando sua multiplicação em processos iguais – no foco e na preocupação. Enquanto professora, negra e estudante de escola pública, sinto-me responsável por falar sobre esse tema. Sou estudante de um curso de licenciatura em dança que tem como proposta a formação de docentes para suprir uma demanda de professores na rede pública de ensino. Com esses requisitos também justifico meu trabalho de conclusão de curso.

Desigualdades étnico-raciais nas escolas e universidades: revisão bibliográfica e atualização do debate à luz do pensamento decolonial

Ana Catarina Zema de Resende (CDS/UnB) &

Sandra Nascimento (PPG-ECsA /UnB)

Em estudo recente, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) apresentou o Relatório La matriz de la desigualdad social en América Latina (2016) alertando para o fato de que indígenas, negros e mulheres estão mais vulneráveis ao desemprego e à pobreza na região. A pesquisa identificou como “eixos estruturantes” da desigualdade social o gênero e a pertença étnico-racial. Avaliando a população empregada no Brasil, no Equador, no Peru e no Uruguai, revelou que a escolaridade média dos brancos é significativamente mais elevada que a dos afrodescendentes e mostrou que a população indígena aparece particularmente vulnerável à falta de acesso à educação. À luz do pensamento decolonial, partimos do pressuposto que a “ideia de raça”, como teorizada por Aníbal Quijano, continua sendo o fator central na determinação das desigualdades sociais e tem um reflexo importante sobre as oportunidades educacionais e de vida. Neste artigo, procuramos decifrar os significados socioestrutural e cultural da ideia de “raça” nas desigualdades educacionais de modo a avaliar o papel das escolas e das universidades como produtoras e reprodutoras de racismo e de desigualdade social. Antes, porém, apresentamos uma revisão bibliográfica dos estudos sobre as desigualdades étnico-raciais nas escolas e nas universidades feitos nos últimos dez anos, sobretudo nos Estados Unidos e no Canadá, onde a temática da educação para os afrodescendentes, os indígenas e os imigrantes tem ocupado um lugar cada vez mais importante nas pesquisas acadêmicas. Muitos desses estudos têm demonstrado como e o porquê da pertença racial permanecer um princípio estrutural das desigualdades sociais e qual o papel das escolas e das universidades na construção e na manutenção dessas desigualdades.

ST 04 – DISCURSOS DE GÊNERO SOCIAL E RAÇA: CAMINHOS PARA DESCOLONIZAR RELAÇÕES DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Coordenação: Cordélia Oliveira

Esta Seção Temática (ST) tem como objetivo fundamental congregiar trabalhos, estudos e pesquisas que tenham o discurso (aqui compreendido como texto oral, escrito, visual ou multimodal) como seu principal objeto de estudo. Partindo desse ponto e, com base em análises pautadas em Análise de Discurso (AD) e em Análise de Discurso Crítica (ADC), a ST objetiva desvelar relações sociais de inclusão/exclusão que se pautam em gênero ou em raça ou na intersecção entre gênero e raça. Parte-se aqui do pressuposto que gênero social e raça são categorias constituídas por meio do discurso (e das práticas sociais que ele permeia) e que são social e historicamente situadas, por isso fazem sentido somente em determinado contexto e época. Com isso, pretende-se debater, por exemplo: 1) aspectos como as relações ideológicas que sustentam, fundamentam, legitimam e/ou (des)naturalizam discursos de inclusão/exclusão no eixo gênero e raça; 2) a forma como os discursos constituem identidades sociais de gênero e raça e como essas identidades podem ou não gerar identificação e sentimento de pertença, assim como elementos constituintes do gênero e/ou da raça são utilizados para (des)legitimar identidades enfraquecidas ou empoderadas; 3) o modo como os discursos disseminam representações sociais de gênero e/ou raça que podem ou são usados em favor da inclusão ou da exclusão social; entre outras temáticas que, de alguma forma, pensem o discurso como elemento fundante de práticas discursivas e sociais. Pretende-se, como resultado, focar criticamente os discursos produzidos em nosso meio social e refletir sobre estratégias para descolonizar discursos e práticas sociais.

“Dilma e o Sexo”. A mobilização de ideologias sexistas para a formação da opinião pública

Rodrigo dos Santos Camilo (UnB)

Esta pesquisa promove uma análise discursiva crítica do artigo *Dilma e o sexo*, publicado pela Revista Época, no qual foram mobilizadas ideologias sexistas que operaram para a desconstrução da identidade pessoal, social e política da Presidenta da República Dilma Rousseff. O embasamento teórico do estudo se dá pelos pressupostos da Análise Crítica de Discurso, de Fairclough (1992, 2003), pela concepção dos Modos de Operação da Ideologia, de Thompson (2009), e pela perspectiva de Identidade, de Stuart Hall (1998). O resultado da ação das ideologias manifestadas no discurso analisado visa a convencer a opinião pública, acerca das questões problemáticas do governo, por meio da legitimação de um ideário discriminatório e depreciativo de gênero.

Por uma análise do discurso ecológico da problemática de gênero no Senegal

Djiby Mane (UnB – Campus Planaltina)

Pela marca de uma cultura patriarcal real nas grandes religiões (cristianismo, islamismo e judaísmo) do Livro e Deus únicos, não se pode negar o importante papel das tradições religiosas e culturais na desigualdade de gênero. Em *Caminho de Areia*, Bugul (1999) mostra, baseando-se na religião muçulmana, a realidade do patriarcado, que se manifesta por meio da poligamia, submissão, uso do véu e a virgindade. Ele se manifesta sob a tutela do pai, antes do casamento, e do marido, no casamento. As consequências do patriarcado no Senegal são sofrimentos físico, psicológico e mental. Afinal, por que perpetuar uma prática tão prejudicial à mulher? Assim, esta comunicação consiste em fazer uma Análise do Discurso Ecológica (ADE) do livro *Caminho de Areia*, de Ken Bugul, no intuito de mostrar o tipo de sofrimento pelo qual passam mulheres senegalesas no sistema patriarcal. Segundo Couto (2015, p. 74), “a ideologia ecológica defende a vida na face da terra com unhas e dentes, e luta contra tudo que possa trazer sofrimento, mas sem violência, à la Gandhi”. Para lutar contra qualquer tipo de sofrimento, muitas mulheres, feministas e sociólogos estão levantando a voz para tentar acabar com a poligamia, que é um fator catalizador da submissão da mulher. Em outras palavras, atualmente, a mulher quer quebrar essa fatalidade para se tranquilizar. Por um lado, ela não se contenta mais de ser a projeção perfeita de seu meio e, por outro, ela se revolta, explicitamente ou não, contra a definição muito limitada de seu papel de mulher como lhe foi imposto. Ela procura desesperadamente deixar de ser condenada à área privada e sonha ter acesso a uma esfera de influência que excede o lar, nascendo nela o desejo de emergir na vida social, econômica e política. Com base nos dados analisados que ressaltam o sofrimento da senegalesa no patriarcado, acredita-se que muitas dessas mulheres ainda devem esperar anos e anos para a tão almejada igualdade de gênero, uma vez que são em sua maioria analfabetas e presas nas crenças religiosas.

Mulheres angoleiras: gênero e resistência na Capoeira Angola de São Luís

Jucimeire Rabelo Moreira (Uema – Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia)

O presente estudo visa investigar os desafios enfrentados pelas mulheres para atingirem os campos hierárquicos no universo da Capoeira Angola de São Luís, a partir de suas narrativas de vida e vivências na capoeira. Em sua metodologia, opta por uma abordagem qualitativa e pela busca de formar grupos focais para a realização do estudo, para obter uma visão aprofundada, ouvindo um grupo de pessoas apropriado para falar sobre problemas que nos interessa pesquisar. Temos como campo de pesquisa os grupos de Capoeira Angola Mandingueiros do Amanhã, Laborarte, Acapua e Centro Matroá de Capoeira Angola, por serem grupos tradicionais da Ilha de São Luís, por trazerem raízes de diferentes mestres de Capoeira Angola, por apresentarem de forma empírica elementos importantes que nos traduz a preservação da tradição e por deterem um número significativo de mulheres com atuação expressiva nas rodas de capoeira de São Luís. A pesquisa pretende obter o registro de narrativas das mulheres angoleiras em São Luís, bem como desenvolver, a partir dos estudos realizados, reflexões e processos de discussão, tanto no campo acadêmico quanto no universo da capoeira, acerca da necessidade da desconstrução e descolonização de representações hegemônicas de subalternização do feminino. A pesquisa se encontra em fase de revisão bibliográfica, consideramos que a pesquisa de campo nos trará elementos importantes para encorpar a discussão sobre a desconstrução da percepção das relações de gênero na Capoeira Angola. Preliminarmente, ainda consideramos que os efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, ou o saber a respeito das diferenças sexuais, não é apenas um conjunto de ideias e definições, abarca estruturas, práticas e instituições sociais que são relações de poder decorrentes dessa produção, com investidas conflitantes e diferenciais dos discursos sobre homens e mulheres.

“A cor morena do Brasil fagueiro”: gênero e raça nas músicas de Lamartine Babo e Braguinha (1932-1948)

Maria Clara Martins Cavalcanti (Unicamp)

Este trabalho analisa a construção dos discursos sobre as mulheres mestiças presentes nas letras das músicas dos conhecidos compositores brasileiros de marchinhas de Carnaval Lamartine Babo e Braguinha. Suas composições e músicas fazem parte da memória social brasileira com forte veiculação, ainda na atualidade. A presença recorrente dessas mulheres como tema chama a atenção para as maneiras com que esses discursos são construídos e o que isso significa para as relações de poder produzidas a partir deles na cultura brasileira. A proposta de análise está atenta aos anos entre 1932 e 1948, nos quais os compositores concentraram grande parte de sua produção e, ao mesmo tempo, circulavam teorias sobre o papel social e cultural das mulheres, a mestiçagem e o conceito de raça. Pesquisar sobre a constituição da representação das mulheres mestiças em nosso país significa abarcar as construções históricas que produzem seus papéis sociais em meio a uma sociedade patriarcal e racista. Ao mesmo tempo, pretende-se compreender como o racismo no Brasil é atravessado pela questão da mestiçagem cultural, de forma conectada à dificuldade para apreendê-lo e combatê-lo

sem o estudo de tais nuances. A partir das contribuições do pensamento feminista, em vertentes conceituais como a da diferença, a do decolonial e a do interseccional, busca-se entender de que formas as músicas moldam as concepções acerca das mulheres, os imaginários sobre elas e os estereótipos que as circundam, compreendendo a produção cultural em sua historicidade. Este trabalho se baseia nas concepções sobre corpo, raça e gênero, pensadas a partir das discussões em torno das relações de poder presentes em Michel Foucault e nas teorias críticas feministas de autoras como Margareth Rago, Ochy Curiel e Maria Lugones.

Economia solidária na Associação de Catadores do Recôncavo Baiano (ACRB): um estudo de caso dos limites e desafios da participação da mulher

Neilma Brito Borges (Uneb/ARCB) &

Felipe Rodrigues Bomfim (Uneb)

A atualidade nos apresenta outros diálogos com a ciência que não são mais aqueles do século passado. Boaventura de Sousa Santos (2010) nos ensina que todo conhecimento científico, antes, foi senso comum. Visto isto, trabalhar com as mulheres catadoras de produtos recicláveis no município de Santo Antônio de Jesus, Bahia, descortina uma visão diferenciada sobre as relações de produção e trabalho ligadas à economia solidária e ao desenvolvimento sustentável, sob a perspectiva daquelas que são as agentes-ação. O objetivo principal deste estudo é investigar a participação/contribuição da mulher na Associação de Catadores do Recôncavo Baiano (ACRB) e sua interface com a economia solidária no território. Para tanto, elegemos como questão norteadora: quais os limites e os desafios da participação/contribuição das mulheres na ACRB na perspectiva da economia solidária? Para responder à questão inquietante da pesquisa, optamos pelo método de estudo de caso, utilizando como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental e a aplicação de questionário. Os resíduos sólidos têm se constituído em problemas cruciais na contemporaneidade. Soma-se a isso a questão tecnológica que despeja toneladas de resíduos no solo, comprometendo a qualidade do solo e a produção que provém dele. Noguera (2011) considera que os resíduos sólidos urbanos são consequência do crescimento populacional e do consumo. Segundo Rabêlo (2007), esses materiais são constituídos desde o lixo comum, produzido, por exemplo, nas residências e no comércio, até resíduos especiais e perigosos, derivados das indústrias e dos hospitais. Dois são os motivos que nos instigam ao estudo: o primeiro é representado pela minha experiência, na ACRB, como estagiária voluntária no setor administrativo/financeiro, que possibilitou o conhecimento do processo sistêmico da instituição. O segundo é poder contribuir para a análise da participação da mulher na economia solidária e, em especial, na ACRB. Essa associação foi originada pelo projeto Reciclando Vidas, uma entidade sem fins lucrativos, criada pela Cáritas Brasileira. Esta trabalha em prol da defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário, sua atuação, com os excluídos, é construir uma sociedade justa, igualitária e plural.

Ações afirmativas: debate sobre permanência de estudantes negras(os) cotistas nos dez anos do programa ProUni no curso de Serviço Social da PUC Goiás

Sara Hyaponnira Louzeiro Rocha (UFG)

O presente trabalho tem por objetivo trazer a historicidade da(o) negra(o) no Brasil, desde o período escravocrata até os dias atuais, fazendo recorte para o âmbito educacional com foco na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no curso de Serviço Social. Visa abranger todos os pontos relacionados na estruturação do racismo fora e, principalmente, dentro da Universidade. Esse debate se torna necessário a partir do momento em que a desigualdade entre a quantidade de jovens negras(os) e a quantidade das(os) que ingressam em Universidades (públicas ou privadas) são totalmente desproporcionais. Salienta-se que o foco é a permanência desses jovens na Universidade, uma vez que o sistema de cotas, na maioria das vezes, é pensado somente no processo de inserção do estudante. Para que se possa entender a causa da existência de poucas(os) jovens negras(os) no meio acadêmico, é necessário retroceder até a raiz da questão, a abolição da escravatura, e entender a questão do povo negro na sociedade brasileira desde então. Mostrar como o preconceito em relação à pessoa negra ainda está muito explícito e a tentativa das pessoas em tornarem esse debate pouco abrangente. O estudo tem por objetivo trazer o debate de cotas raciais e sociais, mostrando prós e contras. Além de ampliar a discussão sobre o espaço da(o) negra(o) dentro do meio acadêmico, mostrando o enfrentamento ao racismo diariamente dentro do curso de Serviço Social e mostrando as construções sociais que fazem com que tamanho preconceito esteja inserido até mesmo dentro de um curso tão progressista. Busca mostrar também os melhoramentos após o incentivo da discussão sobre racismo dentro da Universidade, muitas vezes propostos pelos Centros Acadêmicos da Instituição.

Representação masculina nas imagens de famílias tradicionais em livros didáticos da Educação Básica brasileira

Barbara Venturoso (UnB)

Este artigo, à luz da Análise de Discurso Crítica (ADC), investiga os modos de representação masculina em imagens de famílias tradicionais apresentadas em materiais didáticos, especificamente, nos manuais do professor, mais utilizados em escolas públicas de todo o Brasil (PNLD/2017), detalhando parte da pesquisa realizada no mestrado, que tem como título *Discursos, Identidades e Representações de Família em Livros Didáticos da Educação Básica*. Para tal, conto com o apoio de Fairclough (1992/2001, 1995, 2003 e 2012), Chouliaraki e Fairclough (1999) e Thompson (2002), além de Moscovici (1995, 2015), Guareschi e Jovchelovitch (1995) e Theo van Leeuwen (1997) para analisar a posição dos homens nas imagens e seus possíveis significados, além de refletir sobre a forma como esse suporte didático apresenta essas representações de família tradicional, levando a uma reflexão crítica acerca do assunto. Ao observar as construções discursivas manifestadas nas obras didáticas, compreende-se como um efetivo processo de cristalização do conceito tradicional de núcleo familiar, centralizado na figura masculina, vem ocorrendo nas escolas. Portanto, as coleções de livros didáticos analisadas sustentam estereótipos que são o resultado das constantes lutas pelo poder hegemônico e que servem de aparato de sustentação de redes de exploração. Para que a questão das representações e das

ausências de reflexões críticas sejam superadas, em uma sociedade globalizada, não será suficiente exigir que os instrumentos didáticos mudem se o professor e as escolas não estiverem preparados. Dessa forma, um trabalho de suporte e preparação do ambiente escolar se faz necessário para evitar o silenciamento diante de assuntos relacionados a problemáticas sociais que precisam ser sanadas.

Escravizados: sujeitos políticos na história, o discurso que constrói o imaginário nacional e fundamenta a identidade da Educação Básica brasileira

Mara Livia de Abreu Teodoro (UFMG)

A comunicação propõe demonstrar a utilização de termos como “escravidão”, “escravos”, “negros”, “escravizados” na formação da identidade historiográfica brasileira e sua influência na classificação de obras pela Biblioteca Nacional, atendo-se à análise do discurso empregada na catalogação das obras editadas dentro do recorte cronológico no qual a pesquisa é desenvolvida. E demonstrar como esse discurso agiu também sobre a formação do imaginário brasileiro acerca dos homens e mulheres negras, trazidos da África ou nascidos em solo brasileiro durante o período de escravidão. O discurso produzido pela produção historiográfica brasileira, com um expressivo aumento em 1988, foi um dos fatores responsáveis pelos conteúdos contemplados no currículo da Educação Básica. A presente pesquisa, ainda em fase inicial, deparou-se com a classificação na Biblioteca Nacional de livros que tratam sobre “escravos” com o assunto “negros”. É possível levantar a hipótese de que a semântica aqui encontrada tem completa responsabilidade pela formação do imaginário que correlaciona negros e escravos. O recorte cronológico desta pesquisa compreende os livros editados entre 1959 até 2003. Ao analisar esse aspecto, chegamos à importância do discurso que foi produzido academicamente e levado à Educação Básica. A formação do imaginário nacional passa pelo uso das palavras e pela alocação de personagens históricos em locais de submissão. A Biblioteca Nacional disponibiliza on-line informações sobre todos os títulos publicados no Brasil. Ao executar a busca, o sistema retorna com os seguintes dados: Material, Localização, Ent. Princ., Título, Ano e Assuntos. O resultado da pesquisa para a palavra-chave “escravos”, dentro do dado recorte cronológico, retorna 125 títulos, sendo 112 livros e 13 dissertações registradas. Chama atenção nos assuntos relacionados das obras, alguns trazerem a identificação “negros”, quando tratam de “escravos” em seus títulos. A ficha catalográfica dos livros é de responsabilidade das editoras, por sua vez criadas por profissionais da área de biblioteconomia. O assunto é pré-determinado em uma tabela do International Standard Book Number (ISBN) e cabe ao editor escolher entre vários disponíveis em qual encaixar cada livro. Daí vemos a importância de pensar como e por quem vem sendo construído o discurso que leva as editoras catalogarem livros sobre escravos como “negros” em seus assuntos. O discurso construído a partir da associação automática de negros e escravos pode ser relacionado a nossa sociedade, em que o racismo é a base das relações.

Gênero, sexualidade e diversidades em discursos pedagógicos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em análise

Carolina Gonzalez (UnB/NELIS)

Após defender a tese “Identidade de gênero no espaço escolar: possibilidades discursivas para superação da heteronormatividade”, na qual analisei, à luz da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 1989; 2001; 2003), como são negociadas identidades de gênero e sexualidades no espaço da educação pública do Distrito Federal e em políticas públicas locais e federais, percebi que há uma conjuntura bastante extensa de documentos, interações sociais, textos midiáticos e interações em redes sociais que dizem respeito a uma disputa político-discursiva sobre discussões relativas a gênero, sexualidade, raça e demais interseccionalidades contra-hegemônicas no espaço da educação formal básica. Portanto, trago proposta de projeto de investigação no sentido de chamar pessoas interessadas pelas temáticas para se engajarem a investigar os impactos das discussões sobre a recente proposta de instauração de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este trabalho tem como objetivo geral verificar quais os discursos presentes na formulação e na aplicação da BNCC e os impactos desses discursos e identificações em práticas pedagógicas orientadas por respeito aos Direitos Humanos e diversidades, a partir da revisão e da análise crítica de documentos oficiais e representações midiáticas sobre as questões de identidade de gênero e escola, em especial referentes à elaboração e implantação dessa BNCC, sugerindo melhorias ao texto e trabalhando em diálogo constante com entidades públicas e políticas responsáveis por políticas públicas educacionais. Para, enfim, engajar estudantes de diversos graus de formação (graduação, mestrado e doutorado) a comprometerem-se com pesquisas que usem o aporte teórico metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC) e dos estudos queer, de gênero e sociológicos a fim de refletirem sobre os impactos de políticas públicas para o futuro da educação brasileira, investirem em pesquisa de qualidade e que leve em consideração contribuições metodológicas qualitativas e quantitativas e fazerem-se valer de uma teoria crítica visando à superação da dominação de gênero social, ou, pelo menos, a compreensão dessa dominação para uma futura consciência de superação.

A representação feminina da raça negra em capas de revistas: uma abordagem multimodal

*Joanny Daniele do Lago Costa Bento (UnB/SEEDF) &
Francisca Cordélia Oliveira da Silva (UnB)*

Este trabalho insere-se nos estudos do projeto de pesquisa “Discursos, Ideologias, Identidades e Representações: práticas discursivas e sociais de exclusão” e tem o objetivo de, para dar continuidade a trabalhos anteriores, trazer à baila reflexões sobre a Representação Social (JOVCHELOVITCH, 2003), a Multimodalidade e a Gramática do Design Visual (KRESS & VAN LEEWEN, 2006; VIEIRA, 2007) para, pautando-se na Análise de Discurso Crítica (ADC) e nas teorias citadas, analisar a representação feminina da raça negra em textos multimodais de três capas de revistas brasileiras de circulação nacional. A análise textual tem natureza qualitativa, por se tratar de um trabalho de análise discursiva e, por isso, social, e parte da pesquisa documental em capas de revistas e da revisão bibliográfica dos au-

tores citados para analisar indícios de construções discursivas e sociais relacionadas ao racismo e à discriminação. O resultado deste trabalho visa demonstrar, por meio de categorias da Gramática do Design Visual e da Representação Social, que ainda nos deparamos com a exclusão social da mulher negra, exclusão constatada e observada nos textos analisados por meio de uma camuflagem para disfarçar o racismo presente em nossas práticas discursivas e sociais.

Mulherismo africana: uma perspectiva não colonial de organização de mulheres

Watusi Virginia Santiago Soares (Unifan)

A colonização das Américas e da África e a escravidão negra foram determinantes para desencadear a estrutura que está posta, com a qual importantes debates têm sido travados e construídos novos paradigmas no campo das teorias crendo que isso se refletirá na vida cotidiana fora da academia. A colonização não deve ser o marco de organização ou leitura de si para o povo negro. Como primeiro povo, a África produziu um arcabouço milenar que antecede o advento da colonização europeia, além disso ter a colonização europeia como ponto de partida é diminuir o ser negro à existência no território imposto pela escravidão. Os avanços dos estudos afrocêntricos deixam nítido que o feminismo, mesmo com intersecções de raça, não consegue responder às demandas das mulheres negras, principalmente pelo antagonismo dos berços civilizacionais. O feminismo, como toda teoria, carrega em si o gérmen do seu povo. Foi escrito a partir de e para esse mesmo povo, nesse sentido, é imprescindível retomar referências negras para construção de um ser negro epistemologicamente, para tanto, faz-se necessário recorrer ao arcabouço teórico-metodológico organizado e construído sob ótica afrocêntrica. O Mulherismo Africana é uma teoria que discute gênero a partir de premissas que compõem a afrocêntrica. Abdias do Nascimento expõe o racismo não apenas como algo que transforma a mulher negra em objeto de exploração, e sim como uma estrutura de dominação e exploração, ou seja, é uma questão que está para além de uma construção de gênero, é um marcador determinante de todos os eixos de sociedades organizadas sob o berço civilizacional europeu. Mais do que uma teoria preta, o Mulherismo Africana é pan-africanismo por excelência. Na compreensão de que a opressão contra o povo preto acontece de maneira semelhante em todos os lugares do mundo, acredita na união dos povos africanos do continente da diáspora na luta pela libertação. Essa opressão tem como base teorias brancas que se propõe universais, Mulherismo Africana é a resposta negra que dispõe a organizar o seu povo tendo mulheres negras como cabeça, sendo baseada no matriarcado africano que, mesmo depois de séculos de colonização, ainda tem os seus vestígios no território africano e nos valores de grupos pretos na diáspora, assim sendo, essa resposta não tem intenção de responder demandas de todas as mulheres, somente mulheres africanas, seja no continente ou na diáspora.

Mulher negra em exposição: discurso e violência nas representações das mulheres negras em museus

Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes (UFSC)

O museu, como conhecemos hoje, tem sua base calcada no modelo de modernidade trazido no arcabouço das revoluções do século XVIII, especificamente a Revolução Francesa e a inauguração de uma discussão epistemológica sobre o conceito de patrimônio. O dito museu moderno nasce na transição política entre os Estados Nacionais e a burguesia ascendente, implantando novas formas de organizar e expor coleções já conhecidas, que remetiam a poder e ao conhecimento de classes sociais e políticas dominantes. O museu cumpre, desde então, o papel de instituição político-ideológica de salvaguarda de objetos, mas majoritariamente de discursos. Esta pesquisa se propõe a analisar esse espaço político a partir de um recorte específico: a representação da mulher negra. O museu como um lugar de memória ideológico atuou essencialmente na promoção do fazer científico, operando como espaço de pesquisa e educação, tendo como ápice de seus processos comunicacionais a expografia. A montagem de exposições museológicas se debruça historicamente sobre processos de pesquisa de seleção e exclusão não só de objetos, mas de atores sociais e discursos políticos. As mulheres negras especificamente não só cumpriram um espaço de subalternidade nas exposições museológicas ao longo do tempo, mas foram também invisibilizadas – como nas exposições de arte – ou até mesmo violentadas, como é o emblemático caso da Vênus Hotentote na seção de pré-história da exposição de longa duração do Museu do Homem em Paris. A forma como as mulheres negras aparecem – ou são invisibilizadas – em exposições museológicas retratam discursos históricos, antropológicos e até biológicos de como essas mulheres eram vistas socialmente e de como as instituições a serviço do Estado – como é o caso dos museus – contribuíram na formulação e na propagação desses discursos.

Ocupar e (Re)existir: a inserção da mulher negra em coletivos em tempos de diferença

Paolla de Santa Anna Moura (UFF)

O presente trabalho pretende analisar como a inserção da mulher negra em coletivos reverbera na construção de uma política de afetos e de solidariedade, que busca compreender e ressignificar os discursos e representações pré-concebidas sobre ser mulher negra em nossa sociedade. Desse modo, aponta-se para o entendimento de como as estratégias de empoderamento, na perspectiva do feminismo negro interseccional, contribui para a descolonização dos discursos e nas possibilidades de (re)existência. Baseado em fundamentos teóricos decoloniais, apresentam-se estratégias encontradas pelas mulheres negras em coletivos para ocupar espaços institucionais e reivindicar o lugar de narradoras da própria história. À luz de Glória Anzaldúa (2005), a fronteira é o entrelugar que nos permite criar possibilidades de produção de novas subjetividades, é atuar nas fraturas do sistema, é o espaço de disputa com o hegemônico e de transcender o projeto colonial. Para isso, a autora propõe uma formação de uma nova consciência: a consciência mestiça. Essa consciência parte de um “contrapositionamento”, que seria uma reação, e não uma ação, que refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante. Ademais, a consciência mestiça, além de um manifesto para uma

nova consciência identitária e política, também é um manifesto feminista de empoderamento das mulheres. Para compreender as formas de empoderamento, parte-se da reflexão do conceito debatido por Paloma Abelin (2016) que busca entender a prática do empoderamento feminino na América Latina, tanto na perspectiva individual quanto coletiva. Com o intuito de dialogar sobre os discursos de diversidade e desigualdade, Renato Ortiz (2015) debate as diferenças homogeneizadas pela modernidade. Por meio da política da solidariedade, faz-se alusão à ressignificação da identidade e da negritude como valor para mulher negra, inserida em coletivos. Então, discute-se o tema a partir dos pensadores latinos Walter Mignolo (2016), que entende o processo de mobilização coletiva essencial para a conscientização dos sujeitos, e Danilo Martuccelli (2006), que concebe a solidariedade como a possibilidade de construção de uma inteligência política comum e cruzada baseada nas políticas de diferenças. Por fim, apresenta-se o pensamento de autoras brasileiras, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que discutem a questão da representatividade e empoderamento da mulher negra periférica como legitimadoras da identidade negra e desconstrução do racismo.

Ethos como categoria onto-epistemológica e dobra metodológica: análise de discurso crítica e estudos de solidariedade

María del Pilar Tobar Acosta (IFB/CSSB)

A presente comunicação visa compartilhar reflexões sobre o estudo de práticas de reexistência por meio da materialidade discursiva de textos produzidos em contextos de mobilização social. Essas reflexões são fruto da pesquisa de doutoramento “Construções discursivas de reexistência – um estudo em análise de discurso crítica sobre marchas de mulheres no Brasil” (ACOSTA, 2018), em que pude estudar a articulação de mulheres em redes de solidariedade para a promoção de formas alternativas de ser e de vir a ser no mundo (NGOENHA, 2004). Em razão das especificidades dos objetos de minha pesquisa, tive de redesenhar e redimensionar diferentes conceitos da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001), campo ao que se filia minha investigação, buscando formas de estudar a solidariedade a partir do marco teórico moldado para o estudo do poder (RAMÍREZ, 2013). Em especial, foram centrais diálogos com outras searas do conhecimento articuladas a partir de uma perspectiva decolonial Sul-Sul, tais como pensamentos tradicionais do Ubuntu, do Bem-Viver e do Quilombismo, bem como com autores como Paulo Freire (2015), Lélia Gonzalez (1980), entre outros. Nesse processo, a categoria ethos serviu-me como fio de Ariadne, possibilitando tecer práticas de pensamento insurgentes, ao mesmo tempo em que viabilizou análises que focalizaram centralmente a identidade e a identificação. Assim, proponho que a categoria ethos, assim como a da argumentação (Pardo, 2011), seja compreendida como uma macrocategoria realizada a partir da convergência de diferentes processos discursivos, capazes de dar a ver aspectos da expressão do modo de ser no mundo – ética – e modos de sentir(-se) (n)o mundo – estética. Buscando a articulação desses conceitos, proponho também o redimensionamento da estética da existência de Foucault (2004) como estética da reexistência, em que o trabalho de si implica o trabalho conjunto com outras subjetividades, sendo que o processo de subjetivação da realidade é, pois, compartilhado. Para além de servir como categoria ontológica por sistematizar uma componente de práticas sociais, o ethos também é uma categoria epistemológica, pois permite compreender como, a partir de nossa inclinação social a algo, compreendemos nossa

realidade. Ao mesmo tempo, ao dobrarmos (Deleuze, 1991) a categoria analítica *ethos* sobre nosso próprio fazer científico, podemos balizar nossa prática por meio da reflexividade. Deste modo, o *ethos* pode ser uma chave para estudos engajados de práticas insurgentes.

A força da Ènìyàni: o verdadeiro gênero dos Iorubás

Gardenia Nogueira Lima (UFG/UnB)

Esta comunicação oral apresenta parte do artigo final do curso de Especialização em História e Cultura Afro-brasileira e Africana da Universidade Federal de Goiás (UFG) que analisa a construção de gênero na sociedade iorubá pré-colonial. Com base nos autores africanos Oyewumi Oyeronke e Ifi Amadiume, o texto resgata, entre outros aspectos, práticas sociais linguísticas que demonstram a não construção de gênero para esse povo. A fêmea anatômica iorubá não era submissa ao homem anatômico, pois essa sociedade não criava essas diferenças sociais. O que os iorubás construíram foi um respeito que partia do mais novo para o mais velho. É por isso que pronomes em iorubá só distinguem idade, e não sexo. Não havia a ideia de mulher para os iorubás. Assim, quando o feminismo afirma que seu sujeito é a mulher, acaba apenas levando uma categoria ocidental para a sociedade iorubá. Com a colonização, as mulheres foram cada vez mais sendo subordinadas aos homens e ao casamento, e o divórcio e a gravidez foram regulados pelo Estado. A colonização fez com que as mulheres fossem excluídas das escolas formais e dos postos de poder. Por fim, analisar um sistema social que não seja o ocidental aumenta a nossa possibilidade de complexificação dos seres e é um grande exemplo de que existe possibilidade de ficar fora dessa lógica dominante.

“Aprendendo a beijar outros homens”: reinvenção de masculinidades pretas no texto poético da canção

André Luiz de Souza Filgueira (UnB)

Esta comunicação analisa a representação de homens negros no texto poético da canção de Gilberto Gil. De saída, são abordados referenciais teóricos que versam sobre as masculinidades negras. Autores como Osmundo Pinho, Rita Laura Segato, Kimberlé Crenshaw, bell hooks, Pedro Paulo Oliveira, Frantz Fanon são consultados para questionar a hegemonia do estereótipo masculino, sobretudo o de origem negra, pautado na ficção do gênero e na hierarquização racial. Pensar sobre a identidade é um exercício indispensável. Posto que ela é construída dentro de uma realidade social determinada por fatores de exclusão, de pobreza e de discriminação promovida por ideologias de base racial e de gênero, conforme afirma Kimberlé Crenshaw. Entendendo o machismo como ideologia resultante da ordem do simbólico, como explica a antropóloga Rita Laura Segato, toma-se o gênero como encarnação de códigos mítico-simbólicos, hierarquizantes e performatizados pelos autores sociais. O gênero não pertence à empiria, mas ao simbólico, captado na sutileza. Só o apreendemos quando ingressamos numa cena fundante (ficção dominante), afirma Segato. Assim, observa-se o gênero como resultante de uma composição mista e variante apoiado na subjetividade. é no corpo que o gênero se

manifesta. Posto dessa forma, ocorre uma disputa entre os protagonistas que encarnam o paradigma gênero. Como ressaltou Osmundo Pinho, detecta-se um conflito, disputa por narrativa, entre homem, mulher, bicha, lésbicas, gays, travesti e transexuais. É também Osmundo Pinho quem observa como essa maquinaria do gênero é vivenciada por homens negros, que não são, como se espera, ausentes de representação, mas demasiadamente representados. São representações, explica Fanon, desumanizadas, irracionais, hipersexualizadas e violentas. Para enfrentar essa realidade, as reflexões de bell hooks propõe a escolarização dos homens negros como medida de enfrentamento ao machismo e racismo. É necessário, ainda, explica Pedro Paulo Oliveira, elaboração de um novo vocabulário que dê conta das especificidades masculinas sem estereotipá-las. A visita à textualidade das canções de Gilberto Gil – a saber, ‘Pai e mãe’, do disco *Refazenda*, de 1975, e ‘Super-homem, a canção’, do álbum *Realce*, de 1979 – é com intuito de apresentar possibilidades outras de construção de representações positivas (humanizadas, pautadas na alteridade afetiva) pela arte.

Mulher cigana: para além da Sandra Rosa Madalena

Anna Clara Viana de Oliveira (UnB/IFB) &

Loryne Viana de Oliveira (IFB)

Neste trabalho, fazemos um estudo crítico a respeito da forma tradicional de gênero na cultura cigana e suas implicações na construção sociodiscursiva do que é ser mulher nessas comunidades. Buscamos, também, refletir sobre como o(s) feminismo(s) pode(m) auxiliar a tornar visível a situação dessas mulheres, expondo suas demandas específicas na luta por igualdade. A produção e disseminação desses discursos hegemônicos é o foco deste estudo, fundamentado na Análise de Discurso Crítica, por terem potencial para legitimar a internalização de saberes-poderes constitutivos de identidades que não favorecem o empoderamento feminino, na contramão de muitos esforços que vêm sendo feitos na academia (MAGALHÃES, 2009, 2010a; DIAS, 2007; LAZAR, 2005) e nos movimentos feministas (ARAIZA DÍAZ, GONZÁLEZ GARCÍA, 2017; LÓPEZ RODRÍGUEZ, SANZ HERNÁNDEZ, 2017; PUIGVERT, 2001). Resultados preliminares do estudo indicam que papéis sociais de gênero na cultura cigana, tradicionalmente, têm potencial para reforçar desigualdades entre homens e mulheres, e também outras que são governadas por oposições binárias, sejam elas de raça, classe ou sexualidade. Para dar voz à necessidade dessas mulheres, além de utilizar fatores externos – principalmente as teorias feministas e iniciativas legislativas nacionais e internacionais –, é interessante promover debates interculturais que façam emergir novas formas de intervenção e convivência social com outros costumes para catalisar mudanças que podem, em certo sentido, tornar a cultura tradicional mais igualitária.

ST 05 – CINEMA: NARRATIVAS, IDENTIDADES, DIÁLOGOS E REPRESENTAÇÕES

Coordenação: Edileuza Penha de Souza, Kênia Cardoso Vilaça de Freitas & Janaína Oliveira

A Seção Temática pretende congrega pesquisas que possam dotá-lo de parâmetros para as incessantes reflexões em torno do inexorável papel das imagens na constituição do humano, em diálogo permanente com as prodigiosas máquinas de produção do imaginário. Dessa forma, a ST acolherá estudos sobre o cinema negro que reflitam desde os aspectos conceituais de sua definição, passando pela multiplicidade dos formatos narrativos (contemporâneos e históricos) dos filmes e das obras, até os diversos elementos que atravessam o audiovisual. Partindo do princípio de que o cinema negro é um conceito político, social e estético, e, por isso, em constante processo de mutação e reafirmação das suas bases, o objetivo do Seminário é de ser um espaço que abarque reflexões sobre produções do cinema negro africano e/ou diaspórico, enfocando a pesquisa sobre os filmes de realizadores negros e negras, que refletem experiência negra, denunciam e/ou combatem o racismo, as discriminações, os preconceitos e os estereótipos, bem como revelam diversidades e afetos. Nos últimos anos, as questões referentes às representações e identidades étnico-raciais ganharam impulso renovado, constituindo-se tema de investigação das mais diversas áreas do conhecimento. Particularmente, no campo do audiovisual, assistimos a um crescente interesse pela temática, que vem sendo explorada, teórica e metodologicamente, de modo interdisciplinar, ultrapassando fronteiras aparentemente rígidas para dialogar com várias áreas do conhecimento. Ao que parece, não há território interior no domínio do audiovisual. Com o avanço irrevogável dos dispositivos de produção de imagens, horizontes de investigação foram alargados, agregando-se a esse temário provocações advindas da esfera política; novos formatos, linguagens e dispositivos, como a publicidade, os documentários e os seriados televisivos foram incorporados aos estudos; o fenômeno da autorrepresentação também se inscreveu como uma vertente importante; e práticas e saberes gestados nas franjas dos discursos hegemônicos postularam lugar ao centro. Os cinemas do continente africano e da diáspora reivindicaram esse lugar. Discussões emergentes, a exemplo das tecidas na esfera da biotecnologia, com o pós-humano nucleando o debate, também perfilaram a arena das audiovisuais. Para além do viés das representações, estudos sobre os modos de produção e veiculação adensaram o campo dos estudos étnico-raciais. A título de ilustração, os modelos de produção adotados por coletivos de jovens, seja nas periferias e/ou universidades, para viabilizar suas produções revelam um novo/outro reordenamento dos modos de fazer. Movimentos estéticos, políticos e culturais contemporâneos também possuem um considerável impacto nas narrativas negras no audiovisual, como por exemplo o Afrofuturismo (que pensa a junção da ficção especulativa com a experiência negra diaspórica e africana). A Seção Temática tem, portanto, o propósito de dar abrigo ao leque de pesquisas sobre audiovisuais, identidades e representações que têm sido trabalhadas em programas de graduação e pós-graduação nas áreas das Artes, Ciências Sociais e Humanas. Os crescentes trabalhos de conclusão de curso, pesquisas de iniciação científica, artigos acadêmicos, teses e dissertações centrados nas questões de raça e de suas interseccionalidade (de gênero, classe e sexualidade) atestam o inegável interesse sobre o cinema negro africano e diaspórico.

Incursão do cinema por mulheres negras

Larissa Costa Silva &

Adriano Vinícius Leite Fernandes (IESB)

A estrutura cultural escravocrata implica hoje numa bagagem densa dentro de todos os espaços. No entanto, a necessidade de desmembrar os recortes racistas desde o mercado de trabalho até a produção artística tornou-se preponderante na era da efervescência dos movimentos sociais. O mundo artístico reproduz a cultura que teve na sua história o racismo legalizado, na qual o Blackface foi uma prática institucionalizada, mesmo sendo ferramenta de opressão para destituir a presença ontológica negra, e esses vestígios marcam desde a linguagem até aos índices de negros dentro do cinema. Este estudo é atestado por Adélia Sampaio. Negra, periférica e cineasta, foi a primeira mulher a dirigir um longa no Brasil. O filme *Amor Maldito* baseia-se no romance entre duas mulheres, ilustrando os anos 80 e a presença negra. Além das dificuldades para produção, teve seu filme classificado como absurdo pela estatal Embrafilme, que recusou financiar a exibição dentro do Brasil e também quando recebeu o convite para festivais no exterior. Na produção de curtas, Adélia anteveria por uma equipe negra, sabendo da importância desse posicionamento perante os escassos nomes de pretos, pardos e mulheres na produção cinematográfica. A sua expressão cultural negra, pelo choque dentro do Cinema Novo, imperado pela branquitude, foi a quebra dos paradigmas necessária na historiografia brasileira. De outro lado, a trajetória do cinema africano inicia-se nos anos 70, após a derrubada do Decreto Laval. Cinema africano feito por africanos. O país pioneiro dessa produção foi o Senegal, também Estado de origem da cineasta Safi Faye, que teve como motivação para sua produção cinematográfica a necessidade de criar um acervo de filmes que respondiam às criações etnográficas, sumariamente, francesas, e que, reiterando Ousmane Sembène, colaborava com o estereótipo africano e congelava as tradições culturais: “você quer fixar uma realidade sem olhar a evolução. O que eu tenho contra você e os africanistas é que você nos olha como se fôssemos insetos”. Safi, no começo de sua carreira, atuou no cinema verdade de Rouch, o que a aproxima dessa corrente para estruturar a utilização da câmera discreta e o uso de não atores. O ponto de inclinação da cinematografia de Faye é a criação de *Carta Camponesa*: abordagem sócio-econômica da aldeia Fad’jal, o declínio da subsistência e os costumes da região; proporcionando espaço de fala ao camponês e aos abusos do Estado a essa classe, levando o filme a ser proibido no país.

Arkhé

Ana Caroline Brito Gonçalves (IESB)

Arkhé é um curta autobiográfico experimental. O filme é dividido em cinco partes, cada uma ligada a um elemento: éter, água, ar, terra e fogo. Ele explora algumas sensações e metáforas relacionadas à depressão e aos sentimentos que essa doença trás. O mar de sentimentos, o furacão de pensamentos, a terra que nutre e o fogo que transmuta. Uma tentativa de embraquecimento e um relacionamento que dá errado são gatilhos que levam ao clímax. A cura vem por meio do reconhecimento do copo que leva a um retorno à infância e às raízes ancestrais.

Produzir um filme e falar de si: Mulheres Negras e a Orisà Òsùn

Pâmela Peregrino da Cruz (UNIRIO)

Como as Orisàs femininas são representadas imageticamente? Que características lhes são atribuídas? Qual relação há entre a representação do corpo da mulher negra e a representação das Òrisás? Como um coletivo de mulheres do candomblé as representariam? Neste artigo, irei analisar alguns elementos do discurso imagético (cinético ou não) sobre a Deusa Òsùn refletindo sobre as opções tomadas pelo Coletivo de Mulheres do Abassá da Deusa Òsùn de Idjemim (Paulo Afonso – BA) na criação, produção e roteirização do curta-metragem de animação stop motion *Òpára de Òsùn: quando tudo nasce* (2017-2018). Diferente de outros curtas e imagens geradas sobre a Orisà, não se optou por mostrá-la nas suas relações com Orisàs masculinos, mas sim na sua potência frente à criação da vida e na sua relação de fortalecimento das mulheres em trabalho de parto. Para a criação do roteiro, além de rodas de contação de histórias com Yalorixá Idjemim, o coletivo pesquisou livros com histórias de orixás, os quais foram criticados frente a uma representação que poderia submeter o feminino ao masculino. Após esse processo criativo e reflexivo realizado pelo coletivo, eu me envolvi na direção do curta. Pude então, enquanto pesquisadora, também cartografar os discursos, as práticas e as questões apresentadas pelo coletivo de mulheres desse Abassá. O pensamento de autoras como Sueli Carneiro, Cristiane Sobral e Vilma Reis são trazidos à argumentação para possibilitar uma reflexão das representações imagéticas dentro do escopo de análise do papel atribuído à mulher negra na sociedade brasileira.

Produção de cineastas negras brasileiras

Renata do Canto dos Santos Canto (UnB)

Apresentação do artigo cujo tema está relacionado com a “produção de cineastas negras brasileiras”, analisando suas produções e a forma como se colocam não só assumindo a direção de uma produção audiovisual como também na frente das telas. Trata-se de duas cineastas negras brasileiras: Juliana Vicente e Larissa Fulana de Tal com as respectivas produções de curta-metragem *Cores e Botas* e *Lápis de cor*, que analisam o racismo sob a perspectiva de uma criança, cuja compreensão do racismo se dá de forma distorcida, porém é neste período da infância que se inicia o processo de destruição da autoestima. A abordagem do tema, embora usem o mesmo recurso audiovisual, trata-se de linguagens diferentes. Enquanto *Cores e Botas* se trata de uma ficção, *Lápis de cor* é um documentário que aborda questões sobre identidade racial. O presente artigo fará uma breve análise sobre a história do cinema infantil brasileiro, a trajetória do protagonismo das mulheres negras como cineastas e o recorte da trajetória dessas cineastas usando como referência a tese de Leonardo Khuriyeh, “A produção audiovisual para criança no Brasil” (2017), de Adriano Monteiro, “A emergência de um novo cinema negro brasileiro: representação, identidades e negritudes” (2016), Edileuza de Souza Penha, “Mulheres negras no cinema brasileiro – estratégias de afeto, amor e identidade” (2008).

A diretora negra e os lugares de poder

Day Rodrigues

Muitas são as situações de discussão em torno do que seriam os protagonismos negros e LGBTQTT's na produção artístico-cultural. Assim, termos e categorias conceituais, como diversidade, apontam diretrizes que informam algo para além do lugar do poder branco, heterossexual e cisgênero; indicam também a existência de uma população que não atende à norma. No ano de 2017, o longa-metragem de direção e elenco negros *Moonlight: sob a luz do luar* foi premiado com o Oscar em meio muitos questionamentos; já que, desses temas caros aos projetos civilizatórios das Américas (elitistas e homofóbicas), da invisibilidade intelectual negra ao reconhecimento de como se dá o racismo institucional, há um hiato discursivo. Então, não seria possível um diretor negro ganhar o Oscar? Quem são os realizadores e cineastas negros no Brasil? Quantas diretoras negras conseguiram desenvolver uma cinematografia? Segundo Angela Davis, feminista negra, em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*: "(...) Precisamos refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras." A ex pantera negra nos faz refletir por uma outra construção conceitual, mas, nesse caso, como aponta a escritora Djamilia Ribeiro, como quem parte da base da pirâmide social, das mulheres negras, para outros projetos de mundo. Assim, há a necessidade de pensar roteiros e direções cinematográficas em crítica constante aos estereótipos e roteiros não racializados.

Memórias de ator em Afronte

Victor Hugo Leite de Aquino Soares (UnB)

O presente trabalho visa percorrer questões acerca do processo de realização do documentário ficcional *Afronte* (2017), dirigido por Bruno Victor e Marcus Azevedo, que narra vivências de homossexuais negros/bixas pretas no Distrito Federal. Contextualizamos o filme no contexto dos cinemas negros em diáspora, ao entender o compromisso das(os) realizadoras(es) do projeto em contribuir para as narrativas de afeto e resistência de comunidades negras. O documentário recupera, ancorado nos axés das ancestralidades afrodiaspóricas, imagens de afirmação positiva das identidades negras, nele bixas pretas, homossexuais negros, masculinidades negras não hegemônicas (como nos aponta Osmundo Pinho) e outras dissidências sexuais e de gênero aparecem, (re)construem um cuíerlombo (a lembrar a autora Tatiana Nascimento). A partir das reflexões de ator-pesquisador, esta proposta nos convida a tecer outros olhares sobre o cinema, entendido aqui como modo de expressão complexo que abriga o processo fílmico e seus diversos pontos de análise. Além de lançar olhares para o filme, como materialidade, a atriz/o ator é vista(o) como um dos memoriais desse processo criativo/inventivo que carrega/inscreve em seu corpo/corporeidade pistas e partes dessa obra audiovisual. Nesse sentido, as memórias do ator, VH, são recorridas para apresentar e analisar os trânsitos entre realidade e ficção na composição da personagem homônima no filme *Afronte* (2017). Essa poética estética de jogo realidade/ficção, típica do gênero doc-ficção, se dá no devir ator/personagem a partir de movências entre identidades, representatividade e representação.

Corra! – Um filme de terror segundo Frantz Fanon

Murilo Mangabeira Chaves (UnB)

O presente trabalho pretende oferecer uma leitura do filme de longa-metragem *Corra!* (Get Out, 2017), do diretor Jordan Peele, segundo o olhar do psiquiatra e revolucionário Frantz Fanon (1925-1961) e sua abordagem sobre o processo de colonização e racismo nas obras *Os Condenados da Terra* (1961) e *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952). A presente análise procurará mostrar a compreensão de violência como um instrumento de manutenção de uma ordem social colonial e racista, por excelência, que se manifesta em diversos âmbitos da vida, fazendo da colonialidade e do racismo aspectos de um sistema que abarca diferentes esferas da existência humana. Confrontando a narrativa do filme com o olhar de Frantz Fanon, pretendemos mostrar os quatro personagens antagonistas como facetas personalizadas de quatro tipos de dominação, a saber: a dominação pela violência física, a dominação psicológica, a dominação pelo conhecimento e a dominação pelo afeto. Como resultado, defendemos que o pensamento de Frantz Fanon de considerar o racismo segundo a lente da dominação colonial permanece pertinente para analisar os padrões de relações raciais e as representações raciais atualmente existentes, bem como para entender o filme *Corra!* como uma narrativa que extrapola a questão dos relacionamentos interracialis e suas questões internas, e percebê-lo como uma representação de uma sociedade racista colonialmente sistematizada. Assim, a organização do presente trabalho apresenta cinco seções, além da introdução e da conclusão. A primeira seção tratará do personagem Jeremy Armitage como a personificação da dominação pela violência física. A segunda tratará do personagem Dean Armitage como a personificação da dominação pelo conhecimento. A terceira tratará da personagem Missy Armitage como personificação da dominação psicológica. A quarta tratará da personagem Rose Armitage como personificação da dominação pelo afeto. Finalmente, a quinta seção tratará do personagem Chris Washington como a personificação das possibilidades de resistência ao sistema racista-colonialista mediante adoção da máscara negra para se referir como possibilidade humana no mundo.

Privilégios – Branquitude e racismo no cinema e na sociedade brasileira

Rosana dos Santos Miranda (UFF) &

Edileuza Penha de Souza (UnB)

A partir da análise do documentário curta-metragem *Privilégios*, Rio de Janeiro – Brasil, produção do coletivo Kbça D' Nêga, 2018, o presente artigo busca abordar os diversos privilégios existentes na indústria cinematográfica e na sociedade brasileira, contrapondo branquitude e racismo. Analisa as políticas de ações afirmativas de gênero e de raça e como essas tem mudado o cenário do cinema no Brasil. O documentário *Privilégio* foi arquitetado após uma chamada virtual e de cartazes nas ruas de Niterói – Rio de Janeiro, em que mais de vinte pessoas se voluntariaram a responder as seguintes perguntas: O que são privilégios? Você acredita que tem privilégios dentro dessa sociedade? Quais são os seus privilégios? Você acredita que cotas é um privilégio? No diálogo com essas questões respondidas por pessoas de diferentes classes, gênero, orientação sexual e cor/raça, buscamos apresentar um complexo panorama social representado no cinema brasileiro.

O Arco do Medo: cinema, negritude e homossexualidade

Marcus Vinicius Azevedo de Mesquita (SEEDF) &

Edileuza Penha de Souza (UnB)

O artigo apresenta análise das representações de masculinidade e negritude, presentes no curta-metragem experimental *O Arco do Medo*, do diretor Juan Rodrigues, realizado em 2017. O filme propõe-se a questionar os padrões de gênero e a maneira como incidem sobre o corpo do homem negro e gay. Nesse sentido, busca-se analisar questões raciais e de gênero que aparecem no discurso da obra cinematográfica. O aporte teórico utilizado refere-se às representações sociais, à análise do discurso e ao conceito de cinema negro, concebido como um cinema produzido por negros e com temáticas sobre a população negra. O cinema é uma produção simbólica e, por meio de representações, age diretamente nas subjetividades dos(as) espectadores(as). Por meio do aparato teórico da análise do discurso, demonstram-se as formações discursivas encontradas no interdiscurso e na cena enunciativa do filme. Elaboram-se, por conseguinte, discussões sobre as opressões vividas pelos homossexuais negros, em uma sociedade racista e heteronormativa, que impõe determinados comportamentos. Examinam-se as transformações vividas pelo protagonista do filme, cujas narrativas possibilitam questionar e reconstruir os conceitos de masculinidade e negritude. Nesse sentido, busca-se problematizar como a arte pode tornar-se mecanismo de transformação dos padrões hegemônicos, para moldar a corporalidade negra.

“Não sou tuas nega”

Margarida Maria Oliveira Conceição (UFS) &

Iris Brito Lopes (UFS)

Não sou tuas nega é uma produção de exposição-performance produzida por duas jovens negras e as energias de nossas ancestrais, que propõe suscitar um olhar crítico-artístico sobre a condição humana das mulheres negras escravizadas no século XIX a partir de uma imersão em memórias ancestrais dessas mulheres. O diálogo entre as linguagens corporal, fotográfica e sonora cria uma atmosfera cênica que transporta o espectador para as ruínas da Fazenda Sant’Aninha, em Laranjeiras/SE, à beira do rio Cotinguiba, reavivando a memória das guerreiras que não aceitaram tão pacificamente serem subordinadas. Propondo assim reflexões atemporais acerca da similaridade no histórico de luta e resistência das mulheres negras na contemporaneidade. Com isso, acreditamos que *Não sou tuas negas* busca esse sopro de axé coletivo para nos fortalecer enquanto artistas negras em meio a esse clã de mulheres afrocentradas.

ST 06 – DISCURSOS, RACISMO E QUESTÕES DE GÊNERO: ENTRE FALAS E SILÊNCIO

Coordenação: Renata Waleska de Sousa Pimenta

Esta Seção Temática (ST) tem por objetivo promover um espaço de análise, reflexão e discussão acerca dos discursos circulantes nos meios de comunicação diversificados a respeito das relações raciais e suas interlocuções com as questões de gênero. A abordagem teórica baseia-se na concepção de que os discursos são historicamente construídos e constitutivos dos sujeitos e estão em processo dialético contínuo de significação e ressignificação na sociedade, assim valores e compreensões acerca de grupos sociais como a mulher e LGBT's negras estão pautadas no racismo e no machismo estruturante da sociedade brasileira. A proposta está voltada para a análise dos discursos promovidos em espaços de comunicação variados por entendermos que os traços socioculturais brasileiros estão presentes em múltiplos enunciados, como nos discursos acadêmicos, nas propagandas, nas relações profissionais e pessoais, que evidenciam as marcas do preconceito, do racismo, da discriminação e do machismo. A ST se ampara na ideia de que o mundo da linguagem é um universo de representações, de aparências, sendo que todo processo de produção de sentido passa por duas dimensões da semiose social, em que nada passa despercebido por essas dimensões. A primeira dimensão é o campo ideológico, estabelecido pelo conjunto de regras formais impostas que são responsáveis pela geração de sentido. A outra é o poder instituído e disputado no processo de circulação dos sentidos que influenciam e determinam as relações sociais. Assim, em todo fenômeno social, existe a possibilidade de leituras em relação às formas de representação social. A ideia de representação social ocupa um lugar fundamental neste estudo, pois remete às subjetivações mentais, imaginárias, que os sujeitos constroem a partir das condições materiais. Essas representações denotam uma construção a respeito do real em que os tensionamentos entre os grupos podem ser representados e revelam a configuração da estrutura construída socialmente e reproduzida em consonância com os interesses da cultura dominante. Essas construções representativas da realidade adquirem, muitas vezes, o caráter de verdade e assim se naturalizam a partir dos habitus e também dos discursos veiculados, logo as palavras adquirem um poder no mundo social e institucionalizam normas, valores e concepções, como a identidade.

A capoeira sob a ótica de gênero: a mulher no âmbito da capoeiragem

Tarcísio José Ferreira (UEG)

As mulheres na capoeira destacam-se por sua exuberância e sua persistência, vê-se que essas mulheres, além da luta diária e da perseverança de cada uma, são resilientes, pois mostram uma garra além das suas capacidades para reafirmar-se nos espaços da capoeira. É perceptível nas falas das capoeiristas um teor da discriminação sofrida somente pelo fato de serem mulheres, mas isso não abalou a vontade de serem praticantes da capoeira, apenas lhes deu mais motivos para serem resilientes e mostrarem o quão talentosas são. Essas capoeiristas apresentam uma garra para enfrentar os obstáculos que são impostos a elas e viram nas rodas de mulheres um meio pelo qual podem se fortificar e unirem-se para transpor tais barreiras, demonstrando união e determinação. Pode-se perceber que, mesmo que involuntariamente, a presença masculina acaba por inibir as mulheres nas rodas de capoeira não só por ser maioria, mas também pelo porte físico e pelas ações que acabam por impelir as capoeiras e fazem com que elas não desenvolvam seu jogo. Percebe-se que as mulheres têm alcançado seu lugar de fato, mas não se pode negar que a trajetória delas no mundo da capoeiragem não fora fácil, eis, talvez, o grande trunfo nas mãos dessas mulheres, que sobressaem com tamanha beleza e expertise. A ótica de gênero nos abre outra possibilidade de enxergar a capoeira sob diversos panoramas e desmistificar aspectos e elementos que foram consolidados. Assim, ao se discutir o espaço da mulher na capoeira, abre-se novas oportunidades para que outras mulheres possam praticar essa arte/luta e para ampliar a participação feminina. Elas têm a roda de capoeira não somente como um *lócus* de uma arte/luta, mas um espaço de lutas sociais, de discussão de resignificação de si e dos seus corpos, no qual buscam soluções coletivas em meio à individualidade, partilham de dificuldades, de decisões e de acontecimentos num processo de construção coletiva da subjetividade, alargam os seus círculos sociais, trazem para si a responsabilidade e, numa construção mútua, tornam-se sujeitos ativos sociais.

Negras candaces do agreste baiano: a representatividade das mulheres negras cativas nas famílias escravas na primeira freguesia de Feira de Santana, São José das Itapororocas, séculos XVIII e XIX – 1785-1826

Yves Samara Santana de Jesus

O presente trabalho destaca a representatividade das mulheres negras escravizadas na região de Feira de Santana. Na localidade abordada, a Freguesia de São José das Itapororocas, pouco se sabe sobre as reminiscências da população negra cativa, as experiências cotidianas, as resistências e as trajetórias individuais e coletivas dos egressos do sistema escravista. Dessa forma, abordo a representatividade das cativas por meio das informações presentes nos registros eclesiásticos que trazem dados sobre essas mulheres cativas, libertas e livres, e pretendo construir a historicidade das relações sociais firmadas por elas nos batismos e nos casamentos de escravos na região abordada. Nessa perspectiva, os estudos sobre a presença de escravos na região de Feira de Santana são muito recentes. Essa ausência explica-se, em grande parte, pelo ocultamento da historiografia tradicional sobre a existência da escravidão negra na região. De certa forma, houve o silenciamento da memória dos

escravizados(as) e a difusão de uma historicidade de grandes personagens brancos e aristocráticos em Feira de Santana. Na contextualização da região abordada, Feira de Santana é considerada a porta de entrada para o sertão e teve na pecuária e na policultura as atividades econômicas principais da localidade. Assim, o destaque econômico da região da e localização geográfica (entrocamento rodoviário) facilitava o trânsito de pessoas e essa movimentação atraía vaqueiros para a cidade. Nesse contexto, o imaginário social, como representatividade e memória coletiva, foi construído em torno dos vaqueiros. No intento de discutir a questão da escravidão negra em Feira de Santana e focalizar no objetivo da pesquisa sobre a representatividade da mulher cativa na região, pretendo reconstituir os lares escravos chefiados pelas mulheres cativas e elencar a importância das relações familiares escravas na primeira freguesia de Feira de Santana, São José das Itapororocas, nos séculos XVIII e XIX (1785-1826). Analiso as relações e as escolhas afetivas e sexuais dos escravizados(as) na freguesia de São José das Itapororocas e se existia a intervenção dos senhores de escravos nas preferências para os relacionamentos.

**Se a vida é poesia, se são brancos os versos livres, somos nós, pretos, os presos?
Análise crítica discursiva de comentários racistas implicitamente manifestados no
Facebook**

*Kets Laine dos Santos (UEG) &
Viviane Faria Lopes (UEG)*

Sabe-se que no Brasil contemporâneo as relações sociais estão estritamente relacionadas a questões raciais e são investidas de ideologias naturalizadas pelo, relativamente recente, passado colonial do país. As formações ideológicas dos sujeitos se fazem presentes em sua formação discursiva, e seus discursos, por seu turno, materializam-se no uso linguagem. Esta pesquisa pretende investigar o discurso racista contra pessoas negras presente no *Facebook* (uma rede social digital cuja popularidade atingiu níveis globais), orientada pela abordagem crítica da Análise de Discurso. Esse viés investigativo caracteriza-se pelo intuito de revelar o que é encoberto na manifestação da linguagem, especialmente no que tange às desigualdades, bem como às assimetrias envolvidas nas relações de poder. Apesar das lutas sociais, não há como negar as discrepâncias existentes entre o binário brancos x negros no Brasil: nos mais diversos níveis, os segundos tendem a estar em desvantagem, sendo vários os estigmas atribuídos e associados ao ser negro e ao sujeito negro; paradoxalmente, no entanto, nega-se a existência do racismo no país. Negar o racismo dificulta o combate a ele, contribuindo para a manutenção da estrutura assimétrica das relações de poder, e promove ainda mais as desigualdades em diversos âmbitos. Os discursos, por seu turno, ocupam um papel privilegiado na criação, na manutenção ou na transformação das relações de poder. São moldados a partir de ideologias que visam a manutenção do *status quo*. O fato de o *Facebook* ser uma rede social de natureza significativamente linguística, associado ao fato de a materialização do discurso ocorrer na linguagem, contribui para que a rede social se constitua, então, como espaço de luta entre os (sujeitos) usuários pela construção, manutenção ou transformação das relações de poder. Dessa forma, a pesquisa se mostra relevante no sentido de denunciar o preconceito racial mascarado, encoberto pela naturalização e pela cristalização de discursos que defendem a supremacia branca e reforçam a subalternização do negro na sociedade

brasileira contemporânea – sejam eles conscientes, ou não. Também, por reforçar a concepção de discurso como prática ideológica e política, que assume forma material na linguagem e na língua, e que, portanto, por meio dessas, é substancialmente capaz de promover mudanças sociais, que favorecem a diminuição das desigualdades características das relações de poder.

O silencioso poder do pudor

Antonio Marcos Moreira Silva (UnB)

O pudor corresponde, no comportamento da mulher, a um conjunto de regras e, portanto, de expectativas de suas ações, submetendo seu corpo a um controle social. A importância política advinda dessa disciplina moral não é recente, mas, na era moderna, está associada a um pensamento eurocêntrico. Conjuga a disciplina sexual com civilização, concretizada principalmente no código do vestuário, em relação à nudez selvagem. Rousseau, o teórico do bom selvagem, também postulou sobre o bom comportamento sexual feminino. Pretende-se acompanhar a leitura que Jacques Derrida faz das análises sexuais de Rousseau e verificar se é possível incluí-las numa genealogia da moral sexual feminina. Depois disso, compreender a análise de Roger Bastide sobre a mulher brasileira.

Mulher, negra e travesti: ratificando a importância da educação à diversidade no meio educacional

*João Marcos Dias Machado (IFSC – Campus Gaspar) &
Beatriz Rausch (IFSC – Campus Gaspar)*

O meio acadêmico e científico é composto, predominantemente, por homens brancos pertencentes às classes sociais de maior destaque. Com isso, encontrar representantes das chamadas “minorias sociais” nesse meio é um desafio. A não ocupação desses espaços acadêmicos gera o controle sobre informações e tem como base a etnia, a religião, a cultura, o gênero ou a sexualidade, ofuscando diversos talentos. O presente trabalho tem como objetivo reconhecer as contribuições da apresentação da doutora em educação Megg Rayara Gomes de Oliveira – uma personalidade que representa, em sua pessoa, um conjunto de minorias – no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Gaspar, no evento SERNEGRA, ocorrido em 2017. Para isso, foi aplicado um questionário aos alunos das últimas fases dos Cursos Técnicos Integrados em Química e Informática. As perguntas buscavam saber se eles a conheciam, bem como perceber suas opiniões acerca de trabalhos que busquem dar visibilidade a pessoas transexuais e/ou negras nos espaços educacionais. A partir disso, realizou-se uma análise das respostas obtidas. Os principais resultados foram: (1) apenas uma das turmas demonstrou conhecer a pesquisadora; (2) de modo geral, a esmagadora maioria concorda com a inclusão dessas minorias para palestrar nos espaços educacionais, alegando (a) a erradicação de preconceitos; (b) conhecer diferentes realidades; e (c) qualificar a formação humana. Esses resultados mostram que apesar de se demonstrarem abertos, os alunos das fases finais não conhecem a pesquisadora, o que mostra a invisibilidade das minorias e reforça a necessidade de manutenção de políticas de inclusão étnicas e de gênero na sociedade.

As representações da liberdade em Goiás na imprensa abolicionista (1878-1889): os jornais *A Tribuna Livre: Órgão do Club Liberal de Goyaz* (1878-1884), *O Publicador Goyano: órgão de interesses do povo* (1885-1889) e *Goyaz: Órgão do Partido Liberal* (1885-1889)

Ana Paula Oliveira Lima (IFG)

O tema proposto para a pesquisa consiste no estudo do protagonismo negro na conquista da liberdade na Província de Goiás do século XIX, com ênfase na trajetória do abolicionista negro José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889), jornalista, escritor, compositor, músico e militante goiano. A luta de Marques Tocantins ocupa lugares na imprensa abolicionista, espaço irradiador do ideário de liberdade e igualdade, principalmente a partir da década de 1870. Tendo constituído uma tipografia, Marques Tocantins escreveu para o jornal *O Publicador Goyano*, do qual era também sócio-proprietário e redator chefe, n' *A Tribuna Livre*, foi redator e editor, esse último encargo realizado por ele também no periódico *Goyaz*, jornais abolicionistas os quais selecionamos enquanto fonte. O protagonismo de intelectuais negros, como José Marques Tocantins, em torno da causa da abolição em Goiás ainda é tema escassamente discutido no campo historiográfico, posto que se constata um apagamento, um silenciamento em torno das marcas da experiência desses sujeitos. Reconstruir as vivências de um homem negro, livre, detentor de diversas titulações profissionais, com domínio de vários idiomas, de condição financeira favorável e detentor de uma tipografia na sociedade escravista goiana favorece a compreensão do debate acerca da dimensão política da forma específica de atuação dessa elite negra letrada na Província de Goiás. Os princípios analíticos têm como objetivo problematizar historiograficamente a invenção da liberdade em Goiás no século XIX a partir das ideias, dos sujeitos e das práticas emancipatórias constituídas pelos negros. Utilizamos-nos das discussões da História Cultural e da História Social para refletir as representações e as práticas emancipatórias, e, ainda, estabeleceremos diálogos interdisciplinares entre História e Linguística para pensar as categorias do discurso, do símbolo e do poder. As principais bibliografias a serem operacionalizadas sobre a temática da conquista da liberdade por meio da imprensa pelos negros são Pinto (2006; 2014), Larindo (2017), Sant'Anna (2005), Chalhoub (1990) e Carvalho (2001). Os procedimentos metodológicos incluem a constituição de uma série a partir das fontes, a observação da materialidade destas e sua organização interna, a identificação e caracterização de redes colaborativas, a leitura da bibliografia selecionada, a investigação de documentos e/ou as informações adicionais pertinentes sobre José Marques Tocantins.

A emancipação do feminino interior: o elo entre o homem e a sua feminilidade via artes da cena

João Vítor Ferreira Nunes (UFRN)

É necessário quebrar com os padrões de uma sociedade que supervaloriza a virilidade masculina e que sem piedade coloca boa parte daquilo que é feminino numa posição de inferioridade. Este estudo dissertativo e teórico-prático tem como base epistêmica o descortinar da feminilidade interior masculina, conhecimento que o psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (2000) intitulou de energia ânima. A ânima encontra-se presente em todos os indivíduos; não é algo que por ventura manifeste-se em um

grupo específico de homens. Pertencente às camadas profundas do inconsciente, a feminilidade no homem muitas vezes é negada devido ao grande machismo social. É a partir das Artes da Cena, por meio de uma Jornada Artetnográfica – pesquisa de campo – e nas imersões no conceito/prática da Metodologia em Arte, ambos conhecimentos cunhados pela Prof^a. Ph. D. Luciana Lyra (UERJ / UFRN), orientadora desse estudo, que eu, João Vítor Ferreira Nunes, torno-me o pesquisador e objeto de meus estudos, tendo em vista que desancoro o que há de feminino em meu interior. Em uma das imersões artísticas com a pesquisadora, eis que surge uma Deidade, e que foi nomeada de A Santa. Essa figura encontra-se inteiramente ligada aos ritos de passagem (GENNEP, 2011), de meu mito-guia (LYRA, 2015), Bia Mulato, minha avó materna, que em sua juventude foi artista noturna durante a Segunda Guerra Mundial na cidade de Natal, Rio Grande do Norte (RN). É justamente a figura da cabocla Bia, cuja história de luta e resistência passa por significativos episódios de violência, prostituição e busca de liberdade. Bia Mulato me conduz nos estudos de mestrado, os quais me afinam com minha avó, na provocação de um lugar de escuta entre gerações. A interlocução aqui tecida me conduz aos impulsos anímicos, e faz-se mister explicitar que nesta pesquisa há um tripé de interlocução entre o mito, o rito e as teorias de gênero, que, a um só tempo, destampa o fenômeno da fala/performance. É uma pesquisa em atividade desde 2013 enquanto estive vinculado ao curso de Licenciatura em Teatro da UFRN, e pude aprofundar-me no tema estando no Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGARc – UFRN).

A mulher negra haitiana na sociedade catarinense: relações raciais e de gênero no Alto Vale do Itajaí

Maria Antonia Paiano do Nascimento (IFSC)

Este trabalho tem como tema presença/ausência da mulher negra haitiana na sociedade catarinense, com foco no Alto Vale do Itajaí. Nessa abordagem, visa-se analisar as relações raciais, de poder e de gênero na sociedade atual dentro do estado de Santa Catarina, discutindo o papel e o lugar da mulher negra haitiana nesse espaço e como se deu a sua transição de imigração para espaço, a partir dos dados coletados nas aulas do Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros, ofertado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Câmpus Gaspar. As motivações para a construção deste trabalho residem na análise dos resultados das pesquisas de Schneider et al (2017), Pimenta e Silveira (2017) e nos projetos desenvolvidos na linha de pesquisa Multiculturalismo, discurso e sociedade do Grupo de Pesquisa Letramento e Numeramento do IFSC. Com isso, os aportes teóricos basearam-se nas questões de gênero e raça, para tal valemo-nos do artigo intitulado Relações de Gênero, de Classe e de Raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil, para abordar a forte presença de escritores haitianos como Joseph Handerson e Rose-Myrllie Joseph, discutindo os fatores da migração de mulheres negras haitianas e suas consequências. O trabalho de Telmo, Pizzinato e Weber (2017) trouxe para esta pesquisa a discussão acerca da feminilização da migração involuntária no Brasil, fontes que complementarão a análise com os fatores da migração, dialogando com o trabalho de Araújo (2015) sobre as Limitações e Estratégias de Ação Feminina na Sociedade Hatiana, trazendo o feminismo negro também para a discussão do projeto. O projeto visa elaborar uma pesquisa aplicada e trazer dados importantes para a discussão, ampliando ainda mais os projetos que

discutem a importância do feminismo na sociedade atual do Brasil e de Santa Catarina, sobretudo o feminismo que promove o empoderamento da mulher haitiana.

Um ano após o VI Sernegra: o que ficou e o que precisa ser feito para a ampliação da discussão sobre racismo no IFSC?

Julia Pita (IFSC)

O presente trabalho tem como proposta apresentar a experiência do VI SERNEGRA que ocorreu pela primeira vez no sul do país. Em 2017, a Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça se tornou itinerante e foi realizada pela primeira vez fora de Brasília, no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Gaspar. A VI edição teve como temática Educação, Transdisciplinaridade e Diáspora e conteve seminários temáticos, práticas de oficinas, minicursos, painéis temáticos, apresentações de pôsteres e atrações culturais. Possuiu o apoio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do IFSC Gaspar, da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), de mais de sessenta alunos voluntários e de uma comissão organizadora e científica de nove pessoas, totalizando mais de setenta pessoas. É sabido que a inserção cultural de imigrantes e refugiados haitianos nos últimos anos mudaram a paisagem sociocultural do Vale do Itajaí, uma região que abrange uma forte descendência alemã e italiana, que também envolve questões do feminismo branco-europeu. Dessa maneira, esse evento proporcionou uma forma objetiva à reflexão, a reverberações e à luta em torno dos temas da negritude e do feminismo negro (Munanga, 2005 e Pimenta e Silveira, 2017). Assim, com o intuito de avaliar a VI edição, realizou-se um questionário entre discentes, docentes e técnicos administrativos em educação (TAES) do IFSC. Esse questionário trouxe alguns dados interessantes a respeito das relações étnico-raciais e da realização do evento, já que a maioria dos avaliados concorda que a região do Alto Vale do Itajaí está inserida em um contexto no qual as problemáticas levantadas, tais como o desrespeito de gêneros e raça, são facilmente observáveis e que seria significativo que um evento como esse ocorresse mais vezes para se promover uma discussão mais qualificada diante de tal tema. Dessa maneira, este trabalho pretende apresentar os dados do questionário aplicado e traçar linhas mestras que possam fomentar ações antirracistas nesse contexto.

Mulheres negras na música: protagonistas, coadjuvantes ou desconhecidas? Como o IFSC – Campus Gaspar as vê? – Um estudo com foco na promoção da Lei 10.639

Sabrina Lemos de Moura (IFSC – Campus Gaspar) &

Larissa Bressanini e Camila Inácio Franco (IFSC – Campus Gaspar)

Esta pesquisa tem como tema as mulheres negras brasileiras que são artistas e suas inserções nesse meio. Assim, buscou-se saber se personalidades como Alcione, Taís Araújo, Sheron Menezes, dentre outras, eram conhecidas ou não daqueles que responderam a investigação feita por esta pesquisa. Sabe-se que ter a pele negra e o cabelo crespo são características que, historicamente, fazem as mulheres ouvirem verdadeiros absurdos preconceituosos, por isso as que são artistas precisam demonstrar sua

competência em seu ofício muito mais vezes do que mulheres brancas, por exemplo. Dessa maneira, o reconhecimento para esse grupo não vem com o tempo, mas sim com sua luta para se manter num ambiente hostil e discriminatório. Dito tudo isso, esta pesquisa investigará como se trava essa luta e como isso pode ser modificado no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Gaspar. A partir de um questionário entregue aos alunos, docentes e servidores do IFSC – Campus Gaspar, constatou-se que poucas pessoas souberam responder a perguntas a respeito de mulheres negras artistas. Essa pesquisa verificou que os dados mostraram ser o mais interessante dos resultados é o não reconhecimento dessas mulheres como artistas e nem como sujeitos sociais. Isso demonstra que a raiz desse apagamento é o racismo estrutural de que fala Souza (2015), pois a discriminação e a cultura da violência contra o negro levam as pessoas a verem os negros somente como força de trabalho braçal e como artista que somente está ligado ao lúdico. Com isso, segundo Oliveira 2017, este trabalho justifica-se pelo fato de tratar o racismo pela raiz, atentando-se à sua essência e às peculiaridades desde a formação do país, ou seja, da mesma maneira pela qual ele tem se revelado, significado e ressignificado ao longo da história do Brasil. Desse modo, estudar como as mulheres negras artistas são tratadas no contexto do IFSC torna-se uma necessidade, a fim de mais uma vez colocar em práticas os saberes e as competências suscitados pela Lei 10.639.

Corpos colonizados: uma análise da subjetivação da mulher negra no cancioneiro popular brasileiro

Sabrina Cristina dos Santos (UFJF)

Nos últimos anos, os estudos de gênero alçaram significativa importância no campo dos estudos literários. Acerca disso, vale ressaltar a produção científica que lança mão da teoria feminista, cuja presença no meio acadêmico já se faz marcadamente notável. Tais trabalhos criaram, indubitavelmente, um espaço a partir do qual as relações de gênero são constantemente questionadas e favoreceram um movimento de contestação do papel sociocultural do indivíduo feminino. Todavia, muitas vezes, a questão da mulher aparece dissociada de outras formas de repressão, como de raça, o que coloca a luta das mulheres negras em um plano secundário, posto que elas se encontram em uma posição dupla de marginalização. Sob esse viés, é importante analisar a importância da valorização do protagonismo feminino negro no Brasil. Ao longo do processo de colonização, uma série de discursos foram responsáveis pela objetificação dos corpos negros. No século XXI, mulheres negras ainda têm seus corpos colonizados por discursos dominantes que insistem em uma subjetivação inferiorizante. O objetivo do presente trabalho é analisar como esses dispositivos discursivos se manifestam no cancioneiro popular, servindo como um elemento do dispositivo que inferioriza a condição da mulher negra. A partir disso, pretende-se chamar atenção para a necessidade de valorização do protagonismo feminino negro na música popular brasileira a fim de promover a reescrita desse grupo identitário na cultura e, conseqüentemente, na sociedade.

Ressignificação das representações sociais das mulheres negras na Constituinte de 1987/88

Viviane Aparecida dos Santos Torres (UnB)

A proposta de comunicação tem como foco de análise a audiência pública na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, na qual a antropóloga Lélia Gonzalez denuncia a objetificação das mulheres negras nos meios de comunicação. Além da denúncia, a antropóloga ressalta a importância da educação como ferramenta indispensável para a resignificação positiva das mulheres negras no Brasil.

A participação das mulheres negras no meio científico brasileiro: as ciências humanas e da linguagem como meios de promover uma educação antirracista e que vise os direitos humanos

Rafael Lopes Cerqueira Frena (IFSC – Campus Gaspar);

Eduarda Cristina Reichert (IFSC – Campus Gaspar) &

Matheus Fernandes (IFSC – Campus Gaspar)

O papel das mulheres na ciência é um assunto pouco abordado, para muitas delas, uma carreira científica tem um caminho com muitos obstáculos, um deles é o preconceito que por gerações impossibilita-as de contribuir com a sociedade, para as mulheres negras, a complexidade é ainda maior, pois enfrentam muitos outros fatores sociais e culturais, como a falta de incentivo e de oportunidades. Muitos negros(as) após ingressarem em cursos superiores desistem, por conta de ataques à sua autoestima e de pouca representatividade, e têm o mercado de trabalho restringido a serviços “desvalorizados” pela sociedade, a população negra representa apenas 20% do PIB brasileiro. Assim, esta pesquisa pretende contribuir para mudança na visão que se tem acerca do papel da mulher negra no meio científico brasileiro (principalmente na área das exatas e biológicas), buscando resultados a partir de pesquisa, de obras e de entrevistas das mulheres citadas. Nesse sentido, este trabalho pretende, por meio da análise de documentos, de artigos e de entrevistas, uma coleta de dados que nos façam compreender como a mulher se insere e ainda como funciona a construção do preconceito que a exclui do meio acadêmico e também do meio social. Com isso, pensar ainda nas estratégias construídas para reduzir essa segregação e como isso tem sido feito no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e em Gaspar. Dessa maneira, a pesquisa deseja realizar uma investigação que possa ser objeto de estudo e conscientização acerca dessa temática e de seus desdobramentos. Palestras, oficinas, entrevistas e relatórios serão os meios utilizados para que se possa atingir os objetivos definidos e aplicar a metodologia.

Um olhar para o estrangeiro: a percepção do ensino de português como língua de acolhimento na cidade de Blumenau-SC

*Maria Luiza Dix Reis (IFSC) &
Natália Krause (IFSC)*

Durante várias décadas, o contexto migratório mundial tem sido uma temática recorrente, por conta de conflitos violentos entre nações ou das condições mínimas de subsistência humana em regiões específicas do globo. O Brasil tornou-se de tal maneira um destino preferível pelo público externo, para os que procuram, em sua maioria, integridade física e melhores condições de vida (Barreto, 2015). Mediante a essas demandas, o ensino da língua portuguesa aos estrangeiros é uma peça fundamental quanto ao processo de adaptação e inserção social do público-alvo desta pesquisa. O presente trabalho tem como objetivo compreender, com o auxílio de uma pesquisa de campo, o funcionamento do ensino-aprendizagem da população estrangeira com a língua portuguesa na cidade de Blumenau-SC, por intermédio dos cursos FIC, promovidos pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). De tal maneira, criar materiais e atividades didáticas com a estratégia de facilitar o ensino de português como língua de acolhimento. É sabido que a cidade de Blumenau-SC passou a receber uma quantidade significativa de haitianos bem como de indivíduos de outras nacionalidades (Magalhães e Baeninger, 2017). Portanto, faz-se necessário promover espaços de ensino da língua portuguesa a fim de integrar esses sujeitos. Dessa maneira, com a realização desta pesquisa, almeja-se constituir metodologias eficazes a fim de atingir resultados favoráveis ao ensino dos estrangeiros e propiciar, dessa forma, um entendimento mais eficiente e produtivo da língua portuguesa e da cultura brasileira.

A identidade da mulher negra no Brasil – Representatividade e construção identitária

*Raquel Cristina Isensee da Silva (IFSC); Larissa Raiane Heiden (IFSC) &
Manoela Marie Mulhmann (IFSC)*

A identidade agregada à negritude feminina e brasileira é construída em diálogo com fatores históricos nos âmbitos de gênero, classe e cor. Presenciamos a invisibilidade dessas mulheres na mídia, no cotidiano e na exclusão de demais meios sociais. É empírica a necessidade de afirmar a existência dessas mulheres num país desigual, onde, mesmo sendo sua população composta por 54,9% indivíduos autodeclarados negros e/ou pardos (IBGE, 2016), ainda se tem a imagem da mulher negra atrelada a uma ideia fetichista, como indivíduo inferior e desnecessário, sem aprofundamento psicológico ou emocional. De acordo com Munanga, a afirmação e a reabilitação da identidade cultural, e da personalidade própria, são objetivos fundamentais dos povos negros, os quais lutam contra a assimilação que os rouba a individualidade. Relatam-se, assim, as dificuldades no Brasil atual para assumir uma identidade política e cultural providas da negritude. Torna-se inexorável a percepção da carência no incentivo de um sentimento de pertencimento para essa comunidade. No contexto social vigente, a luta por uma sociedade igualitária se faz ativa e é de fundamental importância a discussão voltada à identidade da mulher negra. Segundo Carneiro (2011), “a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista,

enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira”. Condizendo com os pensamentos de Carneiro, assumimos que, para buscar compreender de que maneira essa parcela populacional foi idealizada como coletivo identitário específico, passa-se por várias discussões e ramificações de problemáticas já existentes. Para abordarmos a formação identitária desse grupo, realizamos uma análise das redes sociais configurativas e da representação midiática das protagonistas, especialmente nas mídias virtuais. Tal estudo nos instiga uma maior percepção e criticidade acerca do que está sendo exposto no ambiente virtual.

Identificação das estratégias interacionais, culturais e antirracistas do português como língua de acolhimento para haitianos no FIC do IFSC

Luiz Herculano de Sousa Guilherme (IFSC – Campus Gaspar);

Pedro Vinicius Pamplona (IFSC – Campus Gaspar) &

André Pereira Martins (IFSC – Campus Gaspar)

Guilherme (2012) apresenta uma discussão a respeito das teorias oriundas da Antropologia Social sobre *A Casa e a Rua*, de Roberto DaMatta, e sobre a definição do Homem Cordial de Sérgio Buarque de Holanda. Essas concepções servirão como base para o entendimento do processo de aquisição do Português como Língua de Acolhimento (PLA) por haitianos nos cursos FIC do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e suas conexões com o uso que esse público dá ao idioma. Desse modo, ao se construir o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2017-2018, buscou-se saber como se dava o uso de estruturas sintáticas complexas e simples nas aulas do FIC Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros, entretanto tal estudo mostrou-se pouco para dar conta daquilo tudo que se observava nas aulas. Então, decidiu-se investir em uma continuidade dessa ação com objetivo de agora entender como se dá o processo interacional professor-aluno e aluno-falantes nativos, além da aquisição dos aspectos culturais que permeiam a cultura brasileira, bem como suas intersecções com a alemã e italiana, presentes na região de Gaspar e Blumenau. Dessa maneira, esta pesquisa visa pensar em meios que possam identificar essas estratégias e propiciar aos alunos haitianos e aos alunos bolsistas um intercâmbio cultural, visando a construção de uma visão de ensino integrado e intercultural. Então, para além dos tópicos gramaticais, buscar-se-á mostrar aos aprendizes que não há como se dissociar o binômio língua/cultura dentro de um ambiente de ensino de uma língua seja ela materna ou não. Além disso, criar nos estudantes do IFSC um olhar crítico a respeito do Português, apresentando-os como sujeitos culturais e históricos que têm como meta extinguir preconceitos e concepções equivocadas sobre como se aprende um idioma e também sobre as relações de raça e gênero presentes nesse contexto.

Voz e silêncio: construção social e simbólica da mulher negra

Elna Dias Cardoso (UFG)

Este trabalho propõe-se a analisar o corpus discursivo dos textos jornalísticos que formaram as imagens das mulheres negras nos primeiros anos da construção de Brasília (1956-1960). São narrativas que sublinham o processo de (re) construção dos discursos propagados pela mídia. Sendo este um exercício de reflexão inspirado em Foucault (2009, p. 29), que nos conduz à inquietação “diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares”. É, portanto, um convite à análise crítica dos objetos naturalizados, desalojando essas formas tradicionais de interligação dos discursos já conhecidos. É uma proposta de desnaturalização do olhar, colocando para o centro de discussão as sínteses discursivas reconhecíveis e universais, mostrando que são resultados de uma complexa trama que permite que elas apareçam daquela forma em um determinado momento. Seguimos, portanto, o convite de Foucault de mergulhar nesses ditos que se cristalizaram, colocando em prática o exercício da dúvida, e buscando descrever práticas discursivas e não discursivas. O mapeamento dos textos em que as mulheres apareciam no primeiro plano e/ou temáticas que se referiam a elas nos jornais no período de 1956 a 1960 foi norteado pelos seguintes questionamentos: como a mulher negra no período da construção da cidade é captada, descrita e reelaborada nos textos jornalísticos? Que campos de poder se associam ou se defrontam nas afirmações descritas? Os textos jornalísticos apresentam densidade e singularidade no conteúdo expresso, possibilitando reflexões acerca das regularidades intrínsecas no próprio discurso, dos códigos de normalização que operavam naquele momento. Nessa direção, os jornais constituíram um importante instrumento para compreendermos como os vários discursos se fazem presentes, como se relacionam e como (re) constroem as imagens das mulheres negras.

População negra no âmbito acadêmico: um reflexo do passado mascarado no presente

*David Roberto Nascimento (IFSC) &
Ramon Augusto Bonini Nalesso (IFSC)*

O Brasil é uma grande referência quando se trata de diversidade, desde a colonização, houve um grande choque entre raças, culturas e etnias. Com a chegada dos portugueses em território nacional e com o início do período escravocrata, essas diferenças aumentaram e, atreladas a elas, está o preconceito étnico-racial, o que reverbera até os dias atuais. Esta pesquisa tem como tema a população negra brasileira e as políticas que promovem sua inclusão/exclusão no espaço acadêmico. Desde a colonização, as outras etnias não sendo a branca eram subjugadas, consideradas inferiores e eram utilizadas como moeda de troca. Nos séculos passados, o preconceito entre os grupos era nítido, brancos e negros não se misturavam, mas, nos dias atuais, encontramos um preconceito velado, nos formatos estrutural e institucional, o qual é visto nos índices sociais do nosso país, pois a população negra, mesmo sendo maioria, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representando 54% de brasileiros, são minorias quando analisamos fatores como acesso à educação e distribuição de renda. Tudo isso chega até as pessoas em todos os espaços e setores da sociedade, mostrando mais

uma vez a necessidade de se promover ações e debates acerca da Lei 10.639/03. Assim, militância tem sido cada vez mais importante, dando voz a essa parcela excluída do nosso país. Políticas de ações afirmativas como as cotas, a Lei 12.711/2012, que reserva 50% das vagas das instituições de ensino federais para estudantes vindos de escolas públicas, e a Lei 12.990/2014, que destina 20% das vagas dos concursos públicos para a população negra, são leis que cada vez mais estão inserindo essa população nos espaços sociais. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo investigar a participação da população negra no espaço acadêmico no que diz respeito ao cumprimento da Lei 10.639/03 e à presença de marcas do passado nesse público.

Escrita: tática de resistência das mulheres negras

*Daniela Soledad dos Santos Barbosa (UERJ) &
Jéssica Mara Raul (UERJ)*

A linguagem, vista sob o prisma da interação social, determina a constituição das identidades, a representação de papéis e a negociação de sentidos coletivos. Concebido a partir dessa perspectiva, nosso trabalho discorre sobre a produção escrita de mulheres negras como estratégia de resistência, identificando que os discursos construídos por esse grupo são capazes não só de comunicar, mas, principalmente, de transmutar o social. Nesse sentido, a língua – outrora considerada um mero instrumento passivo de comunicação, que apenas permitiria a descrição dos sentimentos e pensamentos humanos –, convertida dentro das atuais concepções sociointeracionais, passa a ser reconhecida não só como mecanismo de descrever o que se observa, sente ou pensa, mas sim como forma do indivíduo agir sobre o mundo, instaurando realizações, alterando, construindo e desconstruindo conhecimentos e cosmovisões. Dessa maneira, o discurso de mulheres negras concretiza-se, além do conteúdo, como ato inesperado dentro da lógica predominante, tornando-se uma ação de transformação da realidade imposta que – na perspectiva da interação social – conseqüentemente exige reações e comportamentos dos outros semelhantes que compõem o grupo (Koch, 1992:9). Fundamentando-se nesse prisma, a escrita de mulheres negras pode ser percebida como uma poderosa estratégia contra o racismo e a interseccionalidade de opressões que impõem o silenciamento e a invisibilização social da comunidade negra na sociedade brasileira. Para tal, considerando-se a produção textual criativa (Literatura), assim como a produção textual técnica (escrita acadêmica), produzida por mulheres negras ao longo da história, no Brasil, analisamos as questões percebidas nas relações entre esses discursos e o contexto social. O objetivo do nosso trabalho é evidenciar os aspectos gerais da resistência discursiva de mulheres negras, tendo o uso da língua escrita como tática de ação. Assim, a metodologia utilizada é o estado da arte, respaldada no mapeamento bibliográfico, que acomoda um diálogo com teorias complementares, para refletirmos como a escrita das mulheres negras arquiteta e impulsiona um mecanismo de ação e resistência da comunidade afro-brasileira diante do racismo estabelecido no país.

Segregação socioespacial, direito à cidade e mulheres negras

Aline da Silva Sousa (UFT) &

João Aparecido (UFT)

Tendo uma tradição escravocrata e colonialista, o Brasil continua enfrentando as mais diversas facetas do racismo e o grande mito da democracia racial. Já que, quando a escravidão foi extinta, não houve nenhuma condição que permitisse que as pessoas negras pudessem alcançar o mínimo de estabilidade socioeconômica, de modo que, após a derrubada da ditadura, essas pessoas nunca viveram uma condição de igualdade com as pessoas não negras. Dentre os muitos problemas que assolam a vida da população negra no Brasil, cabe frisar que o contingente negro, em sua maioria, historicamente tem ocupado apenas espaços urbanos assolados pela consolidação de preconceitos, maior exposição à violência, desassistidos no que tange à efetivação de acesso a bens e serviços essenciais que deveriam ser inerentes à vida na cidade, entre outras consequências que distanciam de forma significativa a cidade real da cidade ideal desenhada pelo aparato legislativo vigente. Feita essa consideração, cabe dizer que as cidades espelham uma gama de diferenças no se refere aos territórios urbanos, e que a segregação socioespacial constitui um dos principais empecilhos para a prevalência da justiça no que tange à efetivação da garantia constitucional do direito à moradia. Cabe frisar que o espaço urbano apresenta uma relação intrínseca com a questão racial e de gênero, o que implica dizer que o acesso à cidade, as ocupações urbanas, os territórios são vivenciados de maneiras diferentes por cada pessoa. O trabalho em tela visa fazer um recorte de raça e gênero sobre o problema mencionado acima, de modo que a análise parte do viés da interseccionalidade como uma ferramenta reflexiva para problematizar a questão do Direito à cidade para mulheres negras. Adota como mecanismo o estudo da presença da mulher negra no âmbito das decisões sobre o uso e a ocupação que se deve dar à cidade, pontuando a importância de tal questão para o fortalecimento do Estado democrático garantidor da igualdade sem discriminação. Necessário ainda analisar a estrutura do espaço urbano, tendo como principal intuito descrever os prejuízos trazidos pela segregação socioespacial, para assim demonstrar como tal problemática tolhe o gozo de uma gama de direitos básicos intimamente ligados ao exercício do direito à moradia.

Miscigenação e mobilidade racial no Brasil

Jéssica Caroline de Amorim Lucas (UnB) &

Nakiely Arantes (UnB)

Com um processo de embranquecimento da população no Brasil, iniciado em meados do séc. XIX, a miscigenação ocorreu por meio de políticas que tinham único e exclusivo caráter de dizimar a população negra, como posto por Célia Azevedo em seu livro *Onda Negra, Medo Branco* (1987). Uma das medidas adotadas foi trazer imigrantes italianos para o Brasil, com pressupostos de que essa “raça” se misturaria com a “raça” negra e esse entrecruzamento resultaria em uma população mais clara, como pode ser observado nas mais diversas colorações de tons de pele no Brasil. Na tentativa de propor um espaço de análise acerca de discursos sobre as relações raciais e suas interlocuções com as questões de gênero e classe, faz-se necessária a intersecção como um sistema de entrecruzamento

que combina sistemas complexos e variados de opressão e/ou subordinação que gera consequências estruturais de dinâmicas de interação, como propõe Kimberlé Crenshaw (2002). A proposta de análise é o entrelaçamento da discussão de miscigenação e a mobilidade social, como discutido por Rafael Osório (2004) e também por Carlos Ribeiro (2016), mas tendo como foco de análise mulheres pretas. A partir da discussão de mobilidade social por meio da variação da coloração dos tons de pele da população negra no Brasil, pode-se discutir quais são os perfis de mulheres negras que são recrutados e inseridas nos mais diversos espaços sociais com uma maior “facilidade” e como isso gera impacto na representatividade e na proporcionalidade de mulheres negras nos espaços de poder. Pensando nas dimensões da simbiose social, do campo ideológico e do poder instituído e disputado no processo de circulação de sentidos que influenciam e determinam as relações sociais, o papel da representação social de mulheres negras é intrínseco no processo de disputa de espaços, tendo em vista que o processo de desconstrução dos padrões estéticos e a luta contra o epistemicídio, conforme apontado por Sueli Carneiro (2005), são obstáculos sociais reais a serem rompidos na sociedade brasileira.

SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES

ST 07 – REMOLDURANDO AS MARGENS: GÊNERO, RAÇA, INTERSECCIONALIDADES PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS NAS DIÁSPORAS AFRICANAS

Coordenação: Isis Aparecida Conceição & Eunice Aparecida de Jesus Prudente

A categoria crítica de Justiça Racial, interseccionalidade, cunhada pela professora Kimberlé Crenshaw, popularizou-se de forma marcante no Brasil com a mesma velocidade da popularização das redes sociais. É possível notar uma apropriação esvaziada das categorias no Brasil, reflexo de um fenômeno de “convergência de interesses” presente desde a formação do projeto de nação, em que liberdade e igualdade eram declaradas concomitantemente à regulamentação do escravismo. Assim, notamos a presença dessa convergência de interesses no fenômeno de recepção da categoria raça dentro do movimento feminista, condição apresentada pelas mulheres negras para que essas permanecessem dentro daquele movimento social, mas que em razão da reticência estrutural em promover-se o debate sobre negrofobia no Brasil implicou numa recepção mitigada e diluída. Essa mitigação do potencial crítico inerente à categoria analítica é criticada pela linha de estudos decoloniais de epistemologias anticoloniais. Pensadores alinhados com a abordagem decolonial destacam a insuficiência de uma ferramenta epistemológica geográfica e cronologicamente deslocada do contexto em que é aplicada. O feminismo clássico, pós-colonial, crítico do machismo, colonial, não consegue pactuar de forma concreta com mulheres negras cujas demandas de interseccionalidade se apresentam (decoloniais). Diante desse contexto, a categoria interseccionalidade, assim como outras categorias epistemológicas críticas de justiça racial, é imersa em uma estrutura “progressista” pós-colonial e contaminada de forma reduzir seu potencial transformador. Várias são as feministas que ponderam sobre a questão de como a teoria interseccional trata questões de imperialismo e de transnacionalidade, teóricos pós-estruturalistas vêm colocando questões sobre a natureza do tema face à pesquisa interseccional e teóricos de crítica racial vêm se dedicando à problemática de como a pesquisa interseccional aborda o tema racial. Tais análises críticas são as de nosso maior interesse no Brasil, pois manifestam preocupações relativas à obliteração das origens radicais da interseccionalidade, à sua aplicação generalizada enquanto a teoria que serve todas as feministas e à sua higienização pelo feminismo liberal. Acreditamos que o Womanismo, crítica ao feminismo pós-colonial no continente africano, também pode colaborar com o projeto de resgate da criticidade da categoria interseccionalidade.

Epistemologia amefricana e epistemicídio: uma crítica feminista negra e decolonial aos espaços acadêmicos brasileiros

Raíla de Melo Alves (UnB)

O presente artigo visa propor uma reflexão crítica ao conhecimento eurocentrado, racista e machista difundido mundialmente, sobretudo nas universidades. No artigo, busco analisar criticamente a difusão de uma epistemologia calcada sob o paradigma da modernidade e como isso se presta à perpetuação da invisibilização e do epistemicídio de conhecimentos divergentes da perspectiva hegemônica europeia e branca. Por meio de uma revisão bibliográfica, analiso a decolonialidade e amefricanidade de Lélia González como proposta de ferramenta teórico-conceitual para realização do giro decolonial. Neste trabalho, proponho o debate e a reflexão acerca da difusão de uma epistemologia positivista, eurocêntrica, racista e machista nas universidades brasileiras como proposta de produção hegemônica, racista e universalista de conhecimento. Nesse sentido, entendo o epistemicídio como impacto dessa difusão epistemológica sobre outras epistemologias divergentes e proponho uma análise da categoria político-cultural de amefricanidade (GONZÁLEZ, 1988) e de decolonialidade (QUIJANO, 2000) como ferramentas teórico-conceituais capazes de realizar um efetivo giro decolonial (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOUEL, 2007). Num primeiro momento, buscarei retomar os conceitos acerca da ideia de uma epistemologia calcada em um paradigma moderno-positivista e como essa ideia foi concebida como fruto da colonização, com o fim de construir toda a ideia de modernidade, dentro de uma perspectiva racista e machista, que perdura no imaginário da população até os dias atuais. A partir dessa concepção, busco debater a compreensão de uma epistemologia negra feminista (COLLINS, 2000) sob uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 1991), a fim de que seja possível analisar, sob esse viés inicial, o fenômeno do epistemicídio. Outrossim, busco analisar a contribuição dessa epistemologia negra feminista como forma de epistemologia contra-hegemônica. No debate sobre epistemicídio, proponho-me a analisar as dinâmicas da perpetuação desse fenômeno nas universidades latino-americanas, sobretudo as brasileiras. Partindo da compreensão do fenômeno do epistemicídio, busco apresentar as noções de amefricanidade e decolonialidade como ferramentas teórico-conceituais capazes de realizar de forma pragmática um efetivo giro decolonial, de acordo com a noção de Ramón Grosfoguel e Santiago Castro-Gómez.

De Lélia Gonzalez a Luiza Bairros: mulheres negras existem e insistem

Cristiana dos Santos Luiz (Movimento Negro Unificado – MNU) &

Aline Pereira da Costa (Movimento Negro Unificado – MNU)

Analisando os dados sobre feminicídios, percebemos que, a depender de toda legislação e ações de combate à violência contra a mulher, há um aumento dos dados quando nos referimos a mulheres negras ao passo que de mulheres brancas diminuiu. De acordo com o Balanço do Ligue 180 (2015), as negras são quase 60% das mulheres vítimas de violência doméstica, por exemplo. Debater a transversalidade das lutas das mulheres negras no Brasil traz para o centro do debate a questão das sobreposições de raça, gênero e classe. Analisamos essas variáveis a partir do conceito interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (2002): “(...) é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estrutu-

rais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições de mulheres, raças, etnias, classes e outras na sociedade” (CRENSHAW, 2002, p. 177). No Brasil, temos Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Lulza Bairros e outras que apresentam que as questões de raça e gênero perpassam todas as esferas de poder e, conseqüentemente, é necessária uma luta interseccional para atingir igualdade racial e de gênero. Em 2018, os movimentos de mulheres negras do Brasil celebram duas datas históricas da constituição e luta por direitos: os quarenta anos do Movimento Negro Unificado (MNU) e os trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que ocorreu em dezembro de 1988 no município de Valença – RJ. O ano de 1988 foi emblemático não somente para as mulheres negras, mas também para todo campo das políticas públicas, pois o marco regulatório da Constituição de 1988 coloca o Estado como principal agente de políticas públicas. Nessa perspectiva, propomos-nos a analisar os avanços e os desafios para inserção e acesso das mulheres negras a essas políticas e nos espaços de poder. O texto finaliza apontando as contribuições do Movimento Negro para a elaboração de uma agenda que atenda as demandas das mulheres negras, problematizando, ainda, sobre como a afetividade da mulher negra tem sido sistematicamente subalternizada, ou mesmo desacreditada, acreditamos ser esse um dos fatores de vulnerabilidade social das mulheres negras e, em consequência, de suas famílias negras, já que grande parte dessas são chefiadas por mulheres negras.

Poder ou não poder: eis a questão para brasileiras e santomenses

Marta Barbosa da Costa Nunes (USP)

Já não causa mais surpresas em nossos dias mulheres ocupando posições de destaque na sociedade. Essas mulheres são empresárias, cineastas, físicas, astronautas, escritoras, cientistas, intelectuais das mais diversas áreas, vencedoras de prêmios pelo reconhecimento de seus trabalhos e de suas contribuições e, principalmente, na esfera política – em diversos cargos, tomam decisões que afetam a vida de toda população. Embora pareça normal, os fatos acima referidos são conquistados, ainda, com muita luta, seja individual ou coletiva, por meio de grupos de mulheres que se articulam para verem seus direitos efetivados, direitos que já estão positivados em documentos promulgados por organismos internacionais e legislação interna de diversos países. Contudo, não se pode falar em direitos humanos de forma generalizada quando se trata de mulheres, sobretudo quando se trata de mulheres negras, principalmente quando o foco é participação dessas mulheres na política, espaço predominantemente masculino, com participação diminuta das mulheres no Brasil e em São Tomé e Príncipe. Essa situação persiste porque faz parte de um estratagema implantado pelo sistema colonial na África e nas Américas, e que estabeleceu uma divisão de privilégios a partir de conceitos de superioridade e inferioridade, baseados nas suposições europeias referentes à raça e gênero. Diante desse cenário, trazemos para o debate a contribuição das mulheres brasileiras e santomenses, em relação ao aspecto jurídico, visando a concretização dos preceitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos Pactos Internacionais dela decorrentes, na Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, enfim, nos mecanismos positivados que

ensejam promover a equidade de gênero. Dentro dessa proposta, é mister considerar, ainda, a contribuição do pensamento feminista africano, para a questão da interseccionalidade de raça e gênero em seus diversos eixos, e a busca de novas epistemologias em relação ao feminismo no Brasil, a fim de que sejam eliminados os diversos tetos de vidro para que as mulheres ocupem espaços de poder e tomada de decisão, nos diversos setores da sociedade.

Afro-shentreprenurship, descolonização e transcendência de identidade: repensar como o empreendedorismo desafia e “descoloniza” a identidade da mulher negra

Ellie Paris-Miranda (University of Massachusetts Dartmouth)

Entrepreneurship has been defined as “The New Women’s Movement” and women are stepping away in unprecedented numbers from traditional household gender roles to the challenges of starting their own businesses in every sector imaginable, contributing to both household incomes and growth of national economies as “job-making entrepreneurs” (Forbes, 1) Without exception, African, African diaspora, and African descendant women such as the Afro-Brazilians women are changing trends of higher unemployment rates, long-term unemployment, gender pay gap, racial barriers, and patriarchal structures —, which have insisted on the supremacy of men over women and have been the primary factors responsible for keeping women economically, politically, socially, emotionally, and psychologically oppressed —, to embark upon entrepreneurial activities. In the United States, where most data are available, women of color are reported to be the fastest-growing group of business owners. Between 1997 to 2017, companies owned by this group of shentreprenurs grew from 114% to 467% (American Express Open, 2017) (5). In Africa, two countries are leading the race with the highest percentage of women business owners in the world. In the first place is Ghana (46%) and right after Russia, is Uganda (33%) taking the third place, according to the MasterCard Index of Women Entrepreneurs (MIWE) (2018). In Brazil, according to PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) by IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2013, 50% of the entrepreneurs in the country describe themselves as black or brown. However, despite that female entrepreneurship is today a popular topic of research for scholars around the world, who investigate “the processes by which some women become entrepreneurs of this nature, the consequences of doing so, the psychological and contextual factors that facilitate or inhibit their entrepreneurial activity, and whether these processes, consequences, and influential factors differ from their male counterparts” (Jennings and Brush 662), little has been researched and written about the experience of African, African diaspora, and African descendant women entrepreneurs in an international context. This research aims to explore the unique experiences of the African, African diaspora, and African descendant women entrepreneurs and demonstrated how their entrepreneurial adventures challenges their identities and their sense of themselves while simultaneously provide them with an opportunity to redefine their agency through economic empowerment brought by entrepreneurship. This new agency enables these women to navigate outside the male dominant and female submissive society which was reinforced by colonialism.

Localizando as hierarquias raciais, de gênero e de classe das categorias jurídicas

Caroline Rocha dos Santos (PPGD/UERJ)

A presente proposta de comunicação oral busca retomar algumas problematizações em torno da universalidade e da generalidade, qualidades atribuídas à noção de sujeito de direito, sendo esse o ponto nodal em torno do qual se estrutura a compreensão da normatividade jurídica moderna. Buscamos assim refletir sobre os atuais impasses colocados para a construção de uma teoria crítica do direito ao relegar ao segundo plano a necessária racialização e generificação do debate sobre a construção das categorias jurídicas. A escolha do tema se justifica uma vez que, não obstante a existência de debates contemporâneos sobre a necessidade de reconhecimento e problematização dos eixos de dominação estruturados por raça, gênero e classe que dão ossatura à sociedade brasileira, eles raramente nos têm levado a pensar sobre as categorias que informam o que compreendemos como direito. Pretendemos assim resgatar o longo debate sobre o universalismo atribuído a categorias jurídicas, em especial à noção de sujeito de direito, contudo pretendemos percorrer esse caminho assentadas em constructos teóricos que entendem as disposições de raça e gênero enquanto aspectos da ordem da colonialidade. É assim que o conceito de colonialismo jurídico e discursivo, elaborado por Karina Bidaseka, bem como o de hegemonia cultural, trazido por Oyèrónké Oyèwùmí, serão mobilizados neste trabalho a fim de estimular a produção de interpretações sobre o direito atentas a essa questão. As contribuições dessas autoras para pensar o não reconhecimento das disposições raciais, de gênero e de classe que informam as categorias jurídicas se dão pela crítica que formulam ao universalismo, conceitos que almejam compreender as realidades sociais podem ser incorporados para refletirmos também sobre o universalismo igualmente presente na linguagem normativa, situando o problema para além das fronteiras da teoria do direito e dentro do campo epistemológico. Por outro lado, os textos em análise nos alertam para o fato de que esse universalismo, por meio do qual se apresenta a linguagem normativa, é um registro fundamental da perduração da ordem da colonialidade, sendo essa, ao mesmo tempo, um elemento fulcral que confere sentido às categorias jurídicas.

Feminismo Negro como metodologia de leitura da teoria constitucional contemporânea: potências e limites da interseccionalidade a partir da análise do trabalho doméstico no Brasil

Juliana Araújo Lopes (UnB)

Compreendendo o colonialismo como face oculta e constitutiva da modernidade (HALL, 2013), que se mantém e se atualiza no presente (QUIJANO, 2006) e que situa povos não brancos numa zona do não ser (FANON, 2008), a violência da conquista é o fundamento primeiro da democracia (MBEMBE, 2009). Tendo como marco a escravidão colonial, corpos racializados são constituídos antes como objeto de controle e exploração que como sujeitos, sendo o direito historicamente um meio de legitimação de sua dominação (FLAUZINA, 2006). Contudo, a partir de uma perspectiva que privilegie a agência e a resistência negra na diáspora aos processos coloniais nas narrativas da modernidade (GILROY, 2012), as lutas negras por liberdade e direitos implicam a importância da disputa pela gramática dos direitos fundamentais (QUEIROZ, 2017). Se a modernidade organiza o mundo ontologicamente

em categorias homogêneas e dicotômicas, tendo como o ideal de sujeito moderno o homem branco proprietário cisheterossexual, a intersecção entre gênero, raça, classe e sexualidade feita por mulheres de cor do terceiro mundo tem potencial de transcender a lógica categorial moderna (LUGONES, 2014; COLLINS, 2009). Pensando o lugar das mulheres negras na narrativa oficial da nação, que elege como mito fundador a democracia racial para inserir o Brasil na ordem do progresso (SILVA, 2006), a figura da mucama tem papel central (GONZALEZ, 1984). Diferente do papel subordinado que sugere a versão freyreana do texto nacional, a categoria de interseccionalidade afirma, a partir da alegoria da trabalhadora doméstica na casa da família branca, o potencial epistêmico do ponto de vista distinto das mulheres negras (HOOKS, 2013). A partir da sistematização realizada por Patricia Hill Collins do pensamento feminista negro (COLLINS, 2009), este artigo consiste numa proposta de utilizar a interseccionalidade como chave de leitura da teoria constitucional contemporânea (LOPES, 2017), apontando suas possibilidades e limites teóricos na compreensão da inclusão/exclusão das mulheres negras na ordem jurídica nacional, considerando, nesse sentido, a centralidade da luta por direitos do movimento sindical de trabalhadoras domésticas no Brasil.

A pertinência do conceito de interseccionalidade no feminismo contemporâneo e as contribuições de Angela Davis

Thaís Rodrigues de Souza (Unifesp)

Definido por Kimberlé Crenshaw como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”, a interseccionalidade “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. Haja vista sua amplitude crítica, o conceito de interseccionalidade tem sido utilizado como ferramenta metodológica para pensar interações nas quais as relações de poder são exercidas, mormente as discussões sobre gênero e raça, sendo importante ressaltar que, embora o conceito tenha sido cunhado pela jurista afro-americana acima citada, a compreensão das especificidades de grupos sociais constituídos por um ou mais marcadores sociais de exclusão já havia sido indicada por outras estudiosas. Uma das expoentes desse pensamento é a filósofa estadunidense Angela Davis. Assim como outras autoras do período, Davis partilha da posição que advoga a necessidade de se considerar as especificidades das comunidades negras e o histórico de escravidão e discriminação racial da diáspora, incluindo no conjunto teórico do feminismo a perspectiva das mulheres negras, sem, no entanto, hierarquizar opressões que agem simultaneamente, já que “situadas na intersecção entre racismo, sexismo e injustiça econômica, as mulheres negras têm sido obrigadas a suportar o peso desse processo opressivo complexo”. Muitas são suas obras nas quais figuram em destaque temas como o racismo, o sexismo, a emancipação feminina e o sistema penal. No que concerne ao tema doravante proposto, focaremos nas obras *Mulheres, Raça e Classe* e *Mulheres, Cultura e Política*. O presente texto visa analisar as contribuições de Angela Davis para as discussões sobre gênero, raça e classe na contemporaneidade, buscando compreender como essas categorias se interseccionam em sociedades fundadas no racismo e no sexismo. Pretendemos com essa digressão apresentar a dificuldade do reconhecimento de sua produção intelectual pela atual

categoria acadêmica e filosófica em nosso país e a necessidade de aprofundamento do tema no Brasil, levando em consideração a indicação de que Davis antecipa algumas das elaborações sobre a condição da mulher negra relacionando as categorias gênero, raça e classe, que serão discutidas e conceituadas por autoras posteriores sob o nome de interseccionalidade.

Mulheres negras em espaços de poder: a Oxum que habita em mim saúda a Oxum que habita em ti

Elisa de Araujo

Esta proposta de comunicação pretende trazer o debate da presença feminina negra em espaços de poder. Utilizando-se de estudos sobre o arquétipo do feminino presente na orixá Oxum, que envolve poder e altivez em contraponto à fragilidade e passividade esperadas de figuras femininas, aliando tais análises aos estudos da interseccionalidade encontrados em teóricas como bell hooks, Lélia Gonzalez e Angela Davis, o objetivo é questionar o papel dado pelo patriarcado à mulher negra, especialmente no que tange espaços de deliberação e tomada de decisão política, em contraponto ao papel que essa mulher de fato pode ocupar, uma vez superada a limitação do papel que lhe é dado e entendida a dimensão e a importância que pode alcançar sua atuação enquanto agente formulador de políticas públicas. Pretende-se analisar: o perfil dos indivíduos eleitos para cargos no Poder Legislativo Federal e dos que são nomeados para altos cargos no Poder Executivo Federal, utilizando-se de recortes de gênero e raça; o tipo de pauta que prospera politicamente, revistas a partir do perfil dos indivíduos que são os formulares das agendas a serem debatidas e apreciadas; a importância da presença de mulheres negras ocupando cargos nos Poderes e por que elas encontram dificuldade em serem eleitas/ nomeadas para tais cargos; e a liderança exercida historicamente por mulheres negras em âmbitos políticos comunitários e a discrepância entre essa atuação comunitária e a atuação política em âmbitos institucionais. Pretende-se, por fim, ponderar casos de mulheres negras que alcançaram papéis centrais nessas arenas políticas, considerando suas trajetórias e a forma como superaram as diversas limitações para que fossem alcançados tais patamares.

Problematizando a interseccionalidade a partir do feminismo negro

Isadora Brandão Araujo da Silva (Faculdade de Direito da USP)

A partir da recente popularização da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) no Brasil, sobretudo entre ativistas da luta feminista, nota-se que a sua manipulação tem se dado a partir de certa maleabilidade e ambiguidade teóricas, aspectos que podem levar ao esvaziamento do conceito, transformando-o em um dispositivo meramente retórico, de potencial crítico reduzido ou inexistente. Para Yuval-Davis, tal maleabilidade se deve à amplitude dos níveis analíticos que podem ser englobados pela leitura interseccional, já que os diversos sistemas de opressão não apenas remetem a grandes eixos de poder que atuam no âmbito macrossocial, mas também envolvem pessoas concretas e produzem efeitos materiais e simbólicos. Para Lykke, o ceticismo subjacente à interseccionalidade decorre de sua

adaptabilidade a diferentes correntes teóricas. Assim, como solução, propõe a eleição de um número limitado de eixos interseccionais, com a adoção da tríade gênero-raça-classe, por exemplo, combinada com a eleição de uma estrutura teórica coerente para análise dessas categorias. Outra estratégia apontada seria deixar de ver a descontextualização como um problema para entender a carência de um significado estável como vantajosa, pois permite que a noção de interseccionalidade sirva como lugar discursivo no qual diferentes posições feministas podem estar colocadas em diálogo crítico ou em conflito produtivo uma com a outra. Para Luft, ao partir da afirmação da equivalência dos sistemas de opressão, a abordagem interseccional pode ser utilizada para onubilar a lógica específica que preside a construção do antagonismo de raça, dificultando o combate das iniquidades produzidas pela supremacia branca. Essa é uma preocupação que se avulta no contexto brasileiro, em que o racismo está estruturado na negação da sua própria existência. Sustento que a conservação do potencial emancipatório do método interseccional é possível, desde que não se negligencie a necessidade de compreensão das lógicas específicas que presidem cada um dos sistemas de opressão – irredutíveis um ao outro –, que se contextualize o uso de tal ferramenta, compreendendo as especificidades das dinâmicas raciais em cada realidade nacional, que se historicize o método interseccional, estabelecendo-o como inseparável das epistemologias do feminismo negro e que ele seja integrado à praxis dos movimentos sociais, com ênfase na visão autodefinida que as mulheres negras têm de sua opressão.

ST 08 – COM AMOR: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS À LUZ DA STANDPOINT THEORY

Coordenação: Norma Diana Hamilton & Keila Meireles dos Santos

Problematiza as vivências/experiências e representações das mulheres negras à luz da Teoria do Ponto de Vista Feminista (Standpoint Theory) evidenciada nos trabalhos de feministas afro-estadunidenses, como Kimberlè Crenshaw, Patricia Hill-Collins, bell hooks, dentre outras, e afro-brasileiras: Lelia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e outras. Suas narrativas têm contribuído de maneira significativa para a epistemologia feminista, pois evidenciam a perspectiva das mulheres negras na construção da crítica aos conhecimentos dominantes, que convencionalmente se dão a partir da perspectiva eurocêntrica. A partir de 1970, a inclusão da temática de raça e racismo pelas ativistas negras na discussão do feminismo tem transformado a teoria feminista e seu objeto de estudo. Como a feminista afro-estadunidense Barbara Ransby (2000: 1218) nos explica, a teorização feminista negra parte do princípio de que “as noções de raça, gênero, classe e sexualidade são variáveis interdependentes que não podem ser separadas ou classificadas nos estudos acadêmicos, nas práticas políticas, nem nas experiências vivenciadas”. Ao analisar a interdependência entre essas variáveis, tanto as feministas afro-estadunidenses quanto as afro-brasileiras revelaram como diferentes discriminações, relacionadas a identidades, estão interligadas nas experiências das mulheres negras. Termos como dupla opressão, múltipla opressão e interseccionalidade são utilizados ainda hoje nos trabalhos de teóricas negras para analisar a opressão pluridimensional que atinge as mulheres negras. Escritoras afro-estadunidenses, como Maya Angelou, Toni Morrison, Alice Walker, e afro-brasileiras, como Beatriz Nascimento, Ana Maria Gonçalves e Conceição Evaristo, desde os anos 1970, também exploram em suas obras literárias a questão da violência e intersecção de discriminações racial, de gênero e de classe que sofrem as mulheres negras, e as potencialidades dessas mulheres de sobrevivência e transcendência de sua realidade opressora. Cabe ressaltar que uma das expressões da violência simbólica que acomete as mulheres negras é a ausência de amor, debatida ainda de maneira tímida. Nesse sentido, a afetividade no âmbito da população negra, sobretudo das mulheres negras, precisa emergir como pauta fundamental de debate não apenas enquanto alternativa à violência racial e de gênero, mas sim como instância libertária de descolonização da população negra. A recuperação dessa população ao histórico processo de sofrimento acometido pelo racismo perpassa pelo ato e pela arte de amar, como indica bell hooks ao complementar que “muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público”. É a partir dessa realidade, que a afetividade de mulheres negras também se torna uma variável de suma importância dentro da Standpoint Theory. Com isso, as principais questões que exploramos nesta Seção Temática incluem: a construção de um contradiscurso nos trabalhos teóricos e literários das feministas afro-estadunidenses e afro-brasileiras para expor e denunciar as diferentes formas de opressão que enfrentam as mulheres negras em contextos sociais patriarcais e racistas; o resgate, nesses trabalhos, de identidades positivas para as mulheres negras, cuja resistência tem sido duradoura; e o modo em que as produções teóricas e literárias das feministas negras se distinguem das concepções normativas tradicionais, para articular as experiências híbridas das mulheres negras.

Feminismos negros: um diálogo sobre o pensamento das mulheres africanas, afro-americanas e afro-brasileiras

Priscila Costa Silveira (UFBA)

Este artigo revisita produções teóricas na área do pensamento de mulheres africanas, afro-americanas e afro-brasileiras trazendo suas reflexões e ressaltando as diferenças de ser uma mulher negra no Brasil, nos EUA e no continente Africano. Assume-se uma preocupação com a situação das mulheres negras e com a contextualização dos conhecimentos por elas produzidos, para, a partir deles, derivar algumas hipóteses que permitam um posicionamento crítico dentro da pesquisa feminista negra. Como mulher negra e feminista, considero importante ressaltar o meu lugar de fala no texto, além de afirmar as minhas percepções sobre como o racismo em uma sociedade capitalista se articula com sexismo no apagamento e na invisibilização da mulher negra. É fundamental refletirmos então como esses marcadores de opressão se relacionam de maneira interseccional. Tais elementos mediam em diferentes espaços de socialização a vivência, em maior ou menor medida, de violências físicas e simbólicas que afetam a construção identitária. Ao olhar a nossa sociedade, percebo a existência de um país racista, patriarcal, machista e sexista. Ao pensar sobre estética negra ancestral recriada por mulheres negras latinas, inspiradas em padrões africanos e dos EUA (cabelos soltos, turbantes e tranças), é perceptível a resistência ao aprisionamento estético colonial. Essas relações se encontram entrelaçadas de maneira inextricável. Geralmente os estudos sobre as hierarquias raciais no Brasil partem de uma análise comparativa entre Brasil e EUA, todavia penso ser necessário ponderar o imperativo da descentralização do feminismo norte-americano. Isso significa estabelecer uma relação crítica, refletir de uma forma transnacional contra a monopolização do campo. Há uma pressuposição de que a forma mais avançada de feminismo negro é encontrada nos EUA. Afirmando que essa é uma visão colonialista e imperialista. Temos que nos perguntar como essa teoria fundamentada nas experiências de mulheres norte-americanas pode ser útil para todas. Nesse viés, pretendo enriquecer o debate sobre o tema, trazendo a reflexão das mulheres negras africanas, mais especificamente da África subsaariana, também conhecida como África Negra. Mesmo que tenham suas especificidades geográficas, demográficas, políticas, econômicas, étnicas e raciais, compreendo que as experiências específicas das mulheres negras são passíveis ao diálogo, respeitando-se suas diferenças. Assim como o feminismo hegemônico precisa reconhecer as desigualdades que perpassam grupos diferentes de mulheres e compreender que o movimento é caracterizado por uma pluralidade de feminismos que lidam com questões particulares, o próprio feminismo negro precisa pensar nas múltiplas experiências das mulheres negras. Este precisa ser um aspecto crucial do feminismo, principalmente para mulheres negras, porque, apesar de todas nos identificarmos como mulheres, as formas como as questões globais nos afetam não são sempre iguais, nossas posições nas relações de opressão podem mudar dependendo da nossa localização geográfica. Perceber essas diferenças é importante para a formação de uma solidariedade no feminismo que não oblitere as vivências de grupos marginalizados. É essa discussão complexa e intrigante que este artigo privilegia.

Cores de Aidê e a emancipação das mulheres negras em Florianópolis

Cauane Gabriel Azevedo Maia (UFSC)

O objetivo da pesquisa é traçar os reveses e os reverberes provocados por meio da banda Cores de Aidê a partir da ótica das mulheres negras que fazem parte do grupo, bem como as percepções e possíveis modificações das quais as mulheres não negras foram submetidas acerca do debate étnico-racial por conta da sua participação na banda. Debater as interações entre as diversas mulheres e situações de confronto com a temática interseccional entre raça e gênero por meio dos espaços artísticos e políticos que a banda Cores de Aidê esteve inserida, por meio das narrativas das integrantes e dos fragmentos situacionais que contribuíram para a complexificação e formação da identidade do grupo como uma potente voz que questiona as relações de poder na sociedade atual será a ponta de lança para o início de um complexo diálogo que, possivelmente, não se esgotará nestas páginas.

As constituições de famílias de mulheres negras e lésbicas nos bairros periféricos de Goiânia-GO

Sara Hyaponnira Louzeiro Rocha (UFG)

A presente proposta de pesquisa tem como objetivo principal estudar o recorte de gênero, raça e sexualidade dentro da perspectiva familiar, debatendo sobre como esses indicadores sociais são refletidos dentro de casa e na sociedade como um todo, com foco nas regiões periféricas de Goiânia-GO. Para pensar relações raciais, de sexualidade e de gênero no contexto dessa cidade, apresentarei uma revisão bibliográfica sobre o que já foi discutido e produzido envolvendo essa temática. Esse estudo se faz necessário para que possa ser analisado todo o contexto em que uma mulher negra e lésbica é vista na sociedade. Essa avaliação servirá para o entendimento da questão racial, sexual e de gênero em uma comunidade periférica, visto que esse assunto ainda não possui a visibilidade necessária dentro da academia. Entender como a qualidade de vida de mulheres negras e lésbicas tem sofrido mudanças, isso quando comparado com a forma como elas subsistiam a menos de um século, e de como a sociedade em que vivem pode ter influenciado nesse processo no estado de Goiás são pontos principais deste trabalho. Pensar o meio em que essas mulheres vivem e como o processo de transformação social tem ocorrido ao longo dos anos pode ajudar na reflexão sobre o papel dessas mulheres dentro da sociedade, acerca da vivência e de como elas contribuem com a sociedade por meio da transformação social promovida pelas suas conquistas.

Políticas de amor voltadas à prevenção de DST/HIV/Aids e gravidez precoce de adolescentes negras

Keila Meireles dos Santos (UEG)

Este estudo investiga como o racismo norteia as relações afetivas das adolescentes negras e corrobora para a perpetuação das taxas elevadas de gravidez precoce, bem como para a exposição ao risco

de infecção e adoecimento provocados pelas Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e pela Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (SIDA/HIV/Aids). Supõe-se que a taxa elevada de gravidez na adolescência no Brasil nos casos das adolescentes negras pobres é reflexo do racismo que afeta negativamente as suas relações afetivas. Por isso, elas são mais propensas a abrirem mão do uso do preservativo em troca do afeto masculino. O racismo se intersecciona com o machismo e, assim, hierarquizam as relações de gênero e classe, afetando as relações afetivas das meninas negras. O estudo provoca reflexões acerca do assunto supracitado com o objetivo de subsidiar a efetivação de políticas públicas voltadas para a população adolescente, sobretudo as negras grávidas e mães em situação de pobreza. A metodologia, à luz da teoria do ponto de vista feminista, é a análise documental e bibliográfica, como do Boletim Epidemiológico 2014 do Ministério da Saúde. Conclui que houve queda no número de gravidez de adolescentes no Distrito Federal e sem dúvidas esse dado atinge as adolescentes negras. Por outro lado, os números mostram a juvenização das DST/HIV/Aids na capital federal.

Chimamanda Adichie: Hibisco Roxo

Marília Beatriz de Castro Duarte (UnB)

O objetivo deste trabalho é discutir a representação da interface de raça e gênero no romance *Hibisco Roxo* da escritora nigeriana Chimamanda Adichie. Esse romance, e vários outros produzidos por ela, ilustra a difícil realidade de diferentes grupos sociais, sobretudo, das mulheres negras, ao expor problemas sociais como o racismo e a desigualdade de gênero e suas implicações na atualidade. Sua obra teve grande visibilidade, sendo traduzida para mais de trinta línguas. Em uma de suas palestras no TED Talks, intitulada “We should all be feminists”, Adichie discute as construções de gênero e a forma que elas deveriam ser discutidas para promover a igualdade para as mulheres em geral. Já em sua outra palestra, “The Danger of a Single Story” (O perigo de uma história única), a autora denuncia a opressão causada pela formação e perpetuação dos estereótipos, mostrando como isso afetou sua vida nos Estados Unidos aos dezenove anos. Chimamanda é uma importante escritora por relatar desigualdades e trazer tais assuntos para que as pessoas possam discutir e, assim, promover mudanças positivas para a realidade contemporânea.

Para repensar o feminismo afro-latino-americano de Lélia González: dos silêncios na academia ao giro decolonial

Lys Guevara Morais Rodrigues (UnB – Campus Planaltina) & Rosânia Oliveira do Nascimento (ICS-DAN, UnB)

Apesar de ser reconhecida como uma das principais ativistas do Movimento Social Negro e do feminismo negro brasileiro, presença marcante em encontros de mulheres negras na década de 1980 pela América Latina e Caribe, Lélia González ainda segue como pensadora das margens acadêmicas; no entanto, tem sido reivindicada pelo chamado giro decolonial feminista. Como aponta Ochy Curiel

(2007), muitas contribuições teóricas desenvolvidas por González têm permitido fortalecer a discussão sobre a emergência de uma genealogia feminista dissidente na América Latina e no Caribe. As bases epistemológicas decoloniais centram-se em nomes masculinos, como Arturo Escobar, Nelson Maldonado-Torres, Walter Dignolo, Aníbal Quijano, Pablo González Casanova e o português Boaventura de Sousa Santos. Por outro lado, várias lutas políticas na América Latina e no Caribe organizadas pelas mulheres indígenas, negras, mestiças e de fronteiras têm permitido experiências políticas e coletivas para a produção de conhecimento, principalmente por meio de traduções coletivas organizadas por Mercedes Fabardo, Jules Falquet e Ochy Curiel (2005) e publicadas pelo projeto *Traficantes de Sueños*. A ausência expressiva e os silêncios que perduram até hoje no pensamento ocidental (de expressão francesa e anglófona) da autoria negra feminina brasileira corroboram a displicência para com os países de expressão portuguesa e, em contrapartida, confirma mais uma vez a sutileza do racismo por denegação operado na própria América Latina, que até hoje relega o Caribe e o pensamento social negro brasileiro como apêndices ou meras molduras do pensamento latino-americano e caribenho. Outro grande impasse é que a tradição acadêmica se pauta, sobretudo, numa escrita rebuscada e ainda sob o lastro do Norte global, somada à “fuga de cérebros” dos intelectuais do Sul global. No caso de Lélia González, percebe-se a insistência da autora pela adoção de uma linguagem subversiva do português africanizado (PONS, 2014), sem contar a dificuldade de organizar seus escritos em livros/coletâneas próprios, pois até hoje *Lugar de Negro*, em parceria com o sociólogo Carlos Hasenbalg, é seu livro mais conhecido, mas também abre precedentes para um trabalho coletivo a fim de torná-la, de fato, lida, não apenas como uma “modesta contribuição” como Lélia González grifou em “Por um feminismo Afro-latino-Americano”, mas como uma retomada para enfrentarmos as contradições internas no Sul global.

“Nós mulheres negras também queremos ser amadas”: visibilizando afetividades

Aline Cardoso Lima (Unimontes)

Esta comunicação é decorrente da pesquisa de mestrado em andamento referente a oito histórias de vida de mulheres negras “sozinhas” da cidade de São Francisco/MG. O objetivo é refletir a respeito da afetividade e da solidão delas, a partir da interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidade, pois não temos como pensar as mulheres negras a não ser por meio desses múltiplos marcadores sociais da diferença que se interligam entre si. Dessa forma, buscamos visibilizar a afetividade dessas mulheres; trata-se de uma temática pouco estudada por ser um assunto de cunho íntimo e consequentemente por trazer à tona lembranças as vezes dolorosas e indesejadas, tonando-se um empecilho para o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza. No entanto, não podemos deixar de destacar que é perceptível o surgimento, aos poucos, de estudos acerca dessa temática e, para tal, acreditamos que é imprescindível discutir e trazer para os ciclos de debate cada vez mais o assunto e mostrar para essas mulheres que elas não estão sozinhas. A ausência de um tipo de amor na vida das mulheres negras é algo recorrente, pois, de acordo com Claudete Alves, a solidão e o preterimento têm atingido a elas independentemente da classe social que se encontram inseridas, ou seja, a questão vai muito além de possuir ou não um poder aquisitivo e intelectual. Nesse sentido, é pertinente destacar que a afetividade abordada aqui não está meramente associada à ausência de parceiros, pensamos muito além

desse prisma, ela engloba as relações familiares, os laços de amizades, dentre outros. Portanto, para realização da pesquisa, buscamos fundamentação nos estudos do feminismo negro, que nos permite pensar na realidade das mulheres negras, tendo em vista que elas estão sujeitas às mais diferentes violências físicas e raciais, aos abusos sexuais, ao sexismo, além de compor o maior percentual de mulheres na linha da pobreza; elas também são as maiores vítimas do feminicídio e não têm acesso a questões básicas e urgentes, como saneamento básico, direito à moradia e outras demandas.

A representatividade das mulheres negras em *O Olho Mais Azul*

Evellyn Nycole Araujo Galvão (UnB)

O romance *O Olho Mais Azul* (1970), produzido pela afro-estadunidense Toni Morrison, é uma obra importante para a visibilidade da questão da violência contra as mulheres negras. É importante enfatizar que a visibilidade de questões relacionadas as mulheres negras tem sido muito lenta, decorrente das fortes opressões sofridas historicamente. Morrison foi a primeira escritora negra a ganhar o Nobel de Literatura em 1993, uma grande conquista para as mulheres negras no espaço literário. O objetivo da minha apresentação é discutir a questão da violência física e simbólica contra as mulheres negras nessa obra, destacando a importância dessa literatura como um discurso emancipatório e contra-hegemônico. O papel da literatura é fundamental, porque, por meio de um romance como *O Olho Mais Azul*, é possível ter acesso a outras representações da nossa realidade, representações que valorizam as experiências das mulheres negras. Dentro do contexto social tanto brasileiro quanto americano, essa obra é importante, porque é colocada para o público, dentre outras questões relevantes, a necessidade de representatividade das mulheres negras na literatura.

A (escre)vivência negra: reflexões a partir da obra “Ponciá Vivência” de Conceição Evaristo

Rakell Rays dos Anjos Alves (UFMA)

A autora negra Conceição Evaristo retrata, na obra literária *Ponciá Vivência*, a história de vida de uma mulher negra, as dificuldades que enfrenta em sua terra natal num espaço rural (território quilombola), descreve os obstáculos que se apresentam a essa mulher assim que se depara com sua chegada ao espaço urbano (a caminho das regiões periféricas) e o curso que a sua vida acaba tomando nesse novo ambiente. No romance, a autora não faz apenas uma representação de uma história fictícia. Sua escrita representa a prática da “Escrevivência”, termo criado por Evaristo em meados da década de 1995, quando escrevia sua dissertação, surgido do jogo com as palavras “escrever”, “viver” e “escrever-se”. A “escrevivência” consiste em uma “reflexão a partir de vivências constituidoras de uma experiência de grupo social, de identidades coletivas potencializadoras de umas das outras, constituidoras de formulações, saberes e salvaguardas de ancestralidade que apontam perspectivas futuras”. Essa é a caracterização descrita pelo grupo “Nós Movimento”, que, no início do ano, lançou um texto-manifesto pedindo a assinatura da petição em prol da incorporação de Conceição Evaristo

na Academia Brasileira de Letras. Ao observarmos os fenômenos anteriormente citados com as lentes epistemológicas de Patricia Collins (1986), Ângela Davis (1944), Sueli Carneiro (2011) e de outras intelectuais negras, podemos identificar elementos do pensamento feminista negro na literatura, o desejo de superar estereótipos estigmatizados com relação à mulher negra e a importância da cultura de mulheres negra que possibilita relacionamentos interpessoais entre mulheres negras baseando-se na noção de irmandade (COLLINS, 1986). Nossa proposta consiste em apresentar observações na escrita de Conceição Evaristo que possibilitem exemplificar, a partir de uma obra brasileira (*Ponciá Vivência*), a produção de uma intelectual negra que se enquadra no status de *outsider within*.

A construção da identidade étnico-racial entre trabalhadoras negras em Teixeira de Freitas – Bahia

*Caline Macário Guimarães Ferreira (UFSB) &
Francisco A. Nunes Nt. (UFSB)*

As reflexões teórico-metodológicas sobre a temática da identidade étnico-racial de trabalhadoras negras gravitam ao redor ou têm no seu horizonte ascendente analítico nas formulações já estabelecidas pelos feminismos negros dos Estados Unidos, do Canadá e da Inglaterra, buscando entender como essas reflexões repercutem no Brasil a partir de fins dos anos 1970. Como se sabe, o Brasil tem uma história baseada no colonialismo, patriarcalismo e escravismo e, no extremo sul baiano, essa é uma realidade ainda presente, há continuidades dessa história no tratamento que a sociedade oferece às mulheres negras. Essas continuidades de abordagem acabam por definir as nossas relações sociais, contribuindo para a persistência do racismo, do sexismo e das desigualdades sociais, econômicas e simbólicas. A proposta em análise tem como objeto/tema os deslocamentos de mulheres negras – não somente cartográficos – dos agrupamentos negros rurais e urbanos, espaços públicos e privados, para, por essa trilha, problematizar: como se operacionalizam a construção do pertencimento identitário étnico-racial entre as mulheres negras que trabalham como faxineiras, domésticas, babás, feirantes, comerciantes, manicures, cabeleireiras, atendentes e professoras do/no bairro Liberdade II em Teixeira de Freitas? Qual é a natureza e a tipologia dos ícones e/ou símbolos que aquelas mulheres acionam em seus processos de identificação com as práticas culturais afro-brasileiras? Para tanto, a pesquisa utiliza em seu arcabouço diferentes tipos de fontes, das bibliográficas às pictóricas e em diálogo com as orais ou outras de natureza literária sobre as histórias de vida e as formas de representações sobre as mulheres negras.

Coletivo Angoleiras Pretas: uma reflexão sobre práticas feministas na Capoeira Angola do Rio de Janeiro

*Juliana da Silva Julio (UERJ) &
Jéssica Mara Raul (UERJ)*

O presente trabalho busca problematizar estratégias de mulheres pretas na atuação da Capoeira Angola

na Região Metropolitana do Rio de Janeiro que se organizaram a partir de sua negritude na busca da representatividade e do resgate de uma cultura ancestral. Inicialmente organizadas pela perspectiva de gênero/sororidade, diferentes mulheres se uniram em torno dessa prática cultural para debater questões de gênero e classe, mas, no decorrer do processo, depararam-se com a variante “raça” entrecortando-as. Nesse movimento, as diferenças em uma sociedade hierarquicamente racializada se traduziram em relações verticais de atuação em que as mulheres pretas estavam mais ativas na organização e realização dos eventos do grupo, surgindo então o interesse de um movimento que contemplasse suas necessidades específicas. Assim, procuramos entender esse processo à luz do conceito de insecionalidade (CRENSHAW, 2002) e da historicidade das mulheres pretas na busca por uma organização autônoma, cabendo também pensar a capoeira enquanto movimento identitário e a inserção de grupos não identificados com a cultura negra nesses espaços. Nosso aporte teórico terá como norte as proposições de bell hooks para quem “as normas sexistas, que estipulavam que as mulheres brancas eram inferiores em razão de seu sexo, poderiam ser mediadas pelos vínculos raciais” (hooks, 2013, p. 129), pois apenas o estatuto de mulheres não confere uma solidariedade inata, que necessita ser trabalhada.

**ST 09 – POR ONDE ANDAM AS MENINAS/MULHERES
NEGRAS? PERSPECTIVAS ANALÍTICAS E DIALÓGICAS SOBRE
IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO, MÍDIA E NEGRITUDE**

Coordenação: Elbert de Oliveira Agostinho

Esta Seção Temática tem como objetivo iluminar práticas discursivas que aludem às identidades negras, tendo como ponto de observação personagens negras (femininas) que foram construídas e inseridas em plataformas midiáticas (filmes, séries de tv, histórias em quadrinhos, desenhos animados), evidenciando quais são as novas referências para possíveis representações identitárias nas quais meninas/mulheres negras possam se identificar. A proposta se debruça sobre uma abordagem investigativa, observando narrativas nas quais meninas/mulheres negras são apresentadas e verificando o processo de construção – inserção – manutenção, levando em consideração que atributos de tais personagens contribuem para a promoção da igualdade racial ou para a reprodução de invisibilidade e subalterização de personagens negras. A partir de tal proposta, pretende-se também examinar a estrutura e a representação das identidades negras evidenciando o aspecto signico e sua representatividade, questionando como a presença das personagens negras são efetivamente configuradas, pois expõe valores, agendas culturais, políticas, expectativas, nesse sentido, os aspectos da identidade cultural formam-se por meio do pertencimento a uma cultura nacional e, com os processos de mudança, as identidades podem ser deslocadas. Esses deslocamentos ocorrem também dentro das plataformas midiáticas, ou seja, as personagens apresentam fluidez, sendo deslocadas em diferentes contextos. Entretanto, percebe-se a necessidade de questionar os espaços em que a identidade negra é impressa, pois a identidade é relacional e existem condições específicas para que ela exista. Portanto, a análise inicial sobre essas questões nos leva à percepção de que as identidades de personagens negras podem estar enclausuradas em uma objetividade esmagadora, ou seja, apesar de se compreender que as identidades se deslocam, observa-se a manutenção dos espaços em que essas personagens ocupam, sua construção baseia-se em estereótipos que negligenciam o processo de representação identitária. Com isso, serão aceitas propostas que apresentem novas referências e que dialoguem entre representação e representatividade, no sentido de apresentar possibilidades de construções identitárias que funcionem como referências para meninas/mulheres negras, desconstruindo estereótipos negativos e reconfigurando imaginários sobre essas meninas e mulheres nos circuitos midiáticos.

Disputando espaços de ressignificação: mulheres negras e a mídia

Isadora Lopes Harvey (UnB)

Às margens de grandes plataformas midiáticas, mulheres negras permanecem restringidas a representações hiperssexualizadas que corroboram com um imaginário negativo sobre seus corpos. Por meio desse imaginário, cria-se uma falsa valorização de que, antes invisibilizadas, tornam-se aceitas em determinados círculos sociais. Por sua vez, essa exotificação sexual contribui à naturalização de violações e violências cometidas contra a identidade, o corpo e o pertencimento socioespacial dessas mulheres. O presente trabalho busca, a partir da comparação entre dois programas televisionados em rede aberta, contrastar as diferentes reproduções de personagens negras e de que forma suas representações podem contribuir ou se contrapor às construções de imagem estereotipadas atribuídas às mulheres negras. Tendência essa que se torna particularmente preocupante quando se pressupõe que o combate à hiperssexualização deve resumir-se à repressão sexual dessas mulheres, a quem habitualmente são negados todos os elementos que constituem sua humanidade. Nesse sentido, este artigo propõe-se a promover a reflexão acerca das construções e negociações de identidades das mulheres negras, rotineiramente provocadas pela mídia brasileira.

A mídia e a (de) formação da consciência: generificando

Qelli Viviane Dias Rocha (UFMT) &

Amanda Karoliny Conceição de Carvalho (UFMT)

A presente seção, objetiva contribuir para a reflexão de como as identidades sociais, individuais e coletivas, têm sido “forjadas” por meio dos meios de comunicação de massa, em especial as redes de relacionamento e TV. Nesse sentido, buscará evidenciar como as identidades raciais e étnicas apreendidas pela cultura de massa têm sido escamoneadas na cidadania consumidora. Nesse sentido, dificultando os processos de construção de identidades unitárias e/ou de classe da população negra em especial das mulheres. Tomamos como pressuposto os escritos de Santos (2008), corroboramos com a assertiva de que na “[...] unidade entre aspectos econômicos e extra-econômicos, nitidamente assinalada quando se deduz que na categoria modo de produção manifestam-se mediações não só das instâncias de organização da vida material, mas também da sociabilidade, que contempla um determinado modo de organizar as instâncias políticojurídicas, morais, ideológicas, culturais, etc” (Santos, 2008, p. 55). Assim, as bases constitutivas do racismo não são apenas ideias reinantes baseadas na ideia de supremacia dos sujeitos fenotipicamente brancos e da inferioridade dos sujeitos fenotipicamente negros. Não se constitui como uma cisão entre o mundo material e simbólico.

Rede social: blogueiras negras existem

Isis Taináh Monteiro dos Santos (Associação das Obras Pavonianas de Assistência)

As plataformas digitais, como YouTube, Instagram e Blog, estão cada vez mais em ascensão dominando o mercado digital. Diante disso, surgiram as novas profissões como digital influencer, blogueiras e

youtubers, que são pessoas que tem a capacidade de influenciar para compra de um produto, ideia, entre outros. Nesse sentido, é predominante nesse mundo de digital um padrão de imagem estético. A respeito disso, a ativista Maria Rita Casagrande (2016) escreveu uma publicação sobre a ausência de acesso de oportunidades para mulheres negras que são produtoras de conteúdo. Uma das barreiras que essas mulheres encontram para se destacar são justamente impostas pelo modelo hegemônico estabelecido ao longo da história que instituiu a supervalorização do modelo europeu. Nesse sentido, blogueiras negras passam por descrédito por não acreditarem na capacidade de influenciar e inspirar outras pessoas. A existência dessas blogueiras é uma ação de empoderamento e aceitação de mostrar que não existe uma beleza única, que a riqueza está na diversidade. Decorrente dessa consciência negra, diversas marcas começaram a pensar nessas consumidoras que criaram um movimento “Se não me vejo não compro”. Vale dizer que as iniciativas de marketing adotadas pelas marcas não foram para responder o chamado de responsabilidade social de ações afirmativas, mas, sim, para atender a interesses mercadológicos do capital financeiro. Vale dizer que é exigido para a pessoa negra ser duas vezes melhor, não podendo ter o privilégio de errar. O exemplo disso são os ataques sofridos nas redes sociais, que são escondidos por trás do computador. Outra questão analisada é que o mercado digital é mais rentável para as mulheres brancas, são elas que têm mais acesso à publicidade, aos patrocínios e a conquistar fãs por corresponder ao padrão estético. Percebemos que a existência da negação do negro na mídia sempre ocorreu. Atualmente, houve um crescente das representações, mas percebemos que são de negras de pele mais clara e cabelos cacheados. O que podemos também analisar com as *youtubers* que mais se destacam, que são as que dão dicas para cabelos cacheados, cronogramas capilares, mas as que tem características negroides e gordas ainda enfrentam barreiras para se destacar. A proposta pretende mostrar que existe uma linha tênue que temos que caminhar para equipar as oportunidades entre pessoas brancas e negras.

A representação da mulher negra em projetos fotográficos de mulheres negras, brasileiras e contemporâneas

Lubiana Prates Raimundo (USP)

A história do negro no Brasil se iniciou na primeira metade do século XVI, quando a escravidão foi instituída no país. A partir de então, a Igreja e, posteriormente, a Ciência se ocuparam de estudar o negro, a fim de justificar a escravidão a qual eram submetidos. Para a Igreja, o negro era herdeiro de Caim, portanto, um ser sem alma, primitivo, que, saindo do lugar onde vivia primitivamente, receberia uma alma cristã, que seria um sinal de evolução. Assim, ser traficada como escravo era o início de sua salvação. Também as grandes correntes científicas da época – Determinismo, Evolucionismo, Naturalismo – buscaram explicar a “inferioridade” do negro, reiterando os discursos da Igreja. Consideravam-no um ser inferior em todos os aspectos do desenvolvimento – intelectual, emocional, econômico e social –, bem como pré-lógico, propenso ao crime e incapaz de civilização. Para a negra, além das adjetivações citadas, houveram diferenciações que se deram pelo gênero. O sistema escravista deu à escrava as obrigações de, quando jovem, servir sexualmente ao senhor e, a partir da vida adulta, sustentar as exigências domésticas de seus proprietários e a amamentação e educação dos seus filhos. Dessa forma, como essas mulheres eram vistas pelo sistema escravocrata resultou na

percepção coletiva, racista e sexista de que sua atribuição natural seria o servir incondicionalmente. Esses estereótipos, construídos pela Igreja e pela Ciência, tornaram-se a base da sociedade brasileira, até os dias atuais, e são reforçados por meio de diversas ferramentas. Uma dessas ferramentas é a fotografia, que chegou ao Brasil ainda durante o período escravocrata. Nas fotografias feitas durante a escravidão e na pós-abolição, as negras eram, geralmente, retratadas na esfera da escravidão, ou mesmo no estúdio, durante as atividades de seu trabalho ou reproduzindo-as, e, também, nuas ou seminuas, evidenciando sua dupla opressão. Entendemos a fotografia também como uma ferramenta para propagação de ideologias, dessa maneira, com este trabalho, pretende-se apresentar projetos fotográficos elaborados e realizados por negras, que tenham como tema central a negra e que desconstruam os estereótipos relacionados a ela.

Mulher negra brasileira: presença e poder

Sandra R. Coleman (Black Brazilian Women)

O presente estudo tem por objetivo mostrar a construção da exposição “Mulheres Negras Brasileiras – Presença e Poder” realizada em dezembro de 2017 na Biblioteca Sojourner Truth na Universidade do Estado de New York (SUNY New Paltz). Não somente a construção, mas o impacto que a exposição causou na vida de algumas mulheres negras, participantes ou não da exposição. Também, a importância da representatividade da mulher negra num espaço que normalmente é destinado para brancos. Ademais, a importância da narrativa como empoderamento da mulher negra. A exposição teve como objetivo apresentar aos alunos, professores e funcionários da Universidade mulheres negras brasileiras que lutaram contra todos os tipos de discriminação e foram capazes de superar barreiras impostas pela sociedade racista, machista e classista, e entraram na tão sonhada universidade. Também, a exposição tinha como proposta fazer do invisível visível, já que por meio do convênio com universidades brasileiras, a SUNY só recebia do Brasil estudantes brancos. Outra ideia era desconstruir estereótipos, já que ainda existe a erotização do corpo negro, a exposição mostrou que a mulher negra e, em especial, a brasileira é mais do que um corpo “erotizado”, elas são educadoras, médicas, mestres, doutoras e o que mais elas desejarem. Infelizmente, vivemos em um mundo impactado pelo racismo, pelo machismo e por outras formas de opressão. A exposição foi composta com a apresentação de cinquenta mulheres negras que, além da foto e minibiografia, relataram os casos de racismo sofrido por elas (os casos de racismo foram mostrados em anônimos). Além disso, foram expostos livros de autoras brasileiras negras. A história das mulheres negras no Brasil não é justamente delas, é a história de todo o Brasil, de todas as Américas, do mundo. Fizemos e fazemos parte do processo de construção da sociedade. Somos a base da pirâmide e, quando nos movimentamos, a pirâmide se movimenta. A exposição se tornou uma publicação de 108 páginas que já está na Biblioteca da SUNY e, em breve, estará no site criado sobre a exposição.

O protagonismo feminino na literatura afrofuturista

Elaine Jansen Pereira (IFRJ – Nilópolis)

A partir da análise das personagens Ena Dias da Silva, primeira protagonista negra de *(R)Evolução e de (In)Verdades*, uma duologia de ficção afrofuturista, e Kiwili, a personagem do conto afrofuturista “Admissão”, ambos da escritora carioca Zaila (2016, 2017), buscarei apresentar a importância dessas representações para as meninas/mulheres negras na construção de suas identidades. Stuart Hall (2015) fala da complexidade que temos em definir o conceito de identidade uma vez que essa discussão é demasiadamente extensa. Entretanto, alguns aspectos podem ser apontados para que possamos dialogar sobre o tema e propor práticas que nos permitam elaborar ações positivas para as negras brasileiras. Ao se debruçar sobre essas literaturas ficcionais, em especial na pesquisa dessas protagonistas, fica destacada uma nova estratégia na implantação da representativa feminina no universo ficcional. As evidências sociais nos mostram a necessidade, cada vez mais crescente, de termos essas figuras como papel principal nas narrativas. Realçando o apontamento levantado por Fábio Kabral, que nos lembra sobre a existência do berço africano, pautado na cultura matriarcal, na liderança das mulheres, nada mais coerente e justo que tenhamos elas como heroínas dessas ficções. É por esse viés que podemos debater sobre a possibilidade de uma construção de mundo onde o povo negro esteja presente como autor de suas conquistas. Quando se pensa nessa idealização de futuro a partir de práticas advindas de pessoas negras, fica visível a importância da busca por referências que contemplem esse fazer. O resgate dos vínculos com as tradições fortalece nosso presente e geram um futuro mais sólido para o negro diaspórico. Esse movimento, chamado por alguns de Afrofuturismo, é o nosso passado guiando nosso presente para transformar o nosso futuro.

Super-heróis negros e negras: referências para a educação das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana

Fernanda Pereira da Silva (Cefet-RJ)

A presente pesquisa parte do entendimento de que a discussão sobre a representação da identidade da população negra, por meio das variadas produções midiáticas, torna-se um assunto fundamental para o reconhecimento da historicidade negada ou distorcida dessa população. O sistema narrativo existente nas histórias em quadrinhos adapta-se à necessidade da sua narrativa, possibilitando ajustes que atendam a uma demanda social, política, cultural, publicitária ou a outras demandas que possam se utilizar essa linguagem. Logo, reconhecem-se as histórias em quadrinhos como um canal que contribui para percebermos que as cidades, por meio das mídias e das produções visuais, conversam conosco e influenciam nossas percepções sobre as coisas e sobre as pessoas. No decorrer desta pesquisa, deparei-me com o desafio de desconstruir imagens para reconhecer discursos nessas produções que ainda preservam o racismo, mesmo que de forma subjetiva, mas, ainda assim, presente. O desconstruir envolve diálogos sobre como o racismo tornou-se uma ideologia e também sobre como percebemos o outro, e como foram criadas nossas concepções críticas para enxergar ou não o racismo. Podemos reconhecer que, antes do personagem Pantera Negra, houveram outras tentativas de emplacar heróis negros, mas estes tiveram uma curta duração e ficaram como histórias esqueci-

das. Quando o assunto são as mulheres negras nos quadrinhos, podemos reconhecer um destaque limitado para essas personagens, como a guerreira Núbia, que teve suas histórias suspensas para que apenas Diana, a eterna Mulher-Maravilha, ficasse como destaque nas páginas da empresa DC Comics. Por fim, concluo que, mesmo diante de tantas produções visuais que surgem inserindo pessoas negras em sua composição visual, precisamos nos manter atentos. Afinal, estar presente não significa estar inserido no contexto histórico e social. Pode ser mais uma representação vazia e sem sentido, mas pode ser mais uma forma de dizermos que estamos resistindo e reconstruindo histórias que foram distorcidas e aniquiladas por séculos.

Raça, gênero e a questão lésbica na tv e no cinema

Naira Évine Pereira Soares Lopes (UFF)

O cinema tem uma importância fundamental na subjetividade daqueles que o consomem, uma vez que ele ratifica e transmite ideias que constroem o imaginário coletivo acerca dos sujeitos e grupos sociais. A partir desse imaginário, pode-se entender de que maneira as representações negativas dos outros afetam as populações, dado que ele interfere diretamente na construção da identidade do indivíduo. Para poder pensar em discursos contra-hegemônicos que trazem à tona as vivências, subjetividades e particularidades de corpos que são apagados e marginalizados no cinema e na televisão, é necessário refletir sobre o que é representação. Em 2010 no Brasil, segundo dados do IBGE, haviam cerca de sessenta mil famílias homoafetivas e, dessas, 53,8% (32 mil, em média) eram formadas por mulheres, em contraponto, sabe-se, a partir de dados do Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil do projeto Núcleo de Inclusão Social (NIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que, entre os anos de 2014 e 2017, o Brasil matou 126 mulheres lésbicas, dessas, 42% eram negras. São diversas experiências que acarretam particularmente esses corpos atravessados por diversas opressões e, por isso, é importante que se fale sobre formas de combater a marginalização sutil e cotidiana. Este trabalho pretende analisar as abordagens narrativas de personagens negras não heterossexuais no cinema e na televisão contemporâneos, para entender se, de alguma forma, a presença desses corpos nas construções audiovisuais são críticas interseccionais. Vale salientar que este trabalho baseia a pesquisa de mestrado em andamento e, portanto, não tem a intenção de ter conclusões, e sim de abrir e fundamentar debates acerca do assunto.

ST 10 – CONCEITOS E MÉTODOS PARA A ANÁLISE DA INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS EIXO SUL-SUL

Coordenação: Gloria Maria Santiago Pereira & José de Ribamar Sousa Pereira

Na contemporaneidade, o impacto e a intensidade do fenômeno migratório suscita debates que desafiam a práxis nos diferentes campos do conhecimento das ciências sociais e humanas. Assim, podemos citar algumas situações (próprias desse fenômeno), como: o afluxo de imigrantes africanos no território latino-americano; a migração forçada de indivíduos que sofrem perseguição por sua orientação sexual e/ou religiosa; a circulação global de indivíduos mediada por tecnologias virtuais; feminização da migração; e as multiplicidades de trocas culturais, que geram identidades rizomáticas. Esses fenômenos socioculturais interrogam as teorias clássicas, instigam a produção de outros conhecimentos e desvelam saberes e práticas eclipsados pelo discurso canônico ocidental de verdade científica. Nesse sentido, ao mesmo tempo que a desordem material e simbólica produzida pela tensão entre o tradicional e o contemporâneo geram medo e angústia, também abrem espaços para vozes, que outrora foram silenciadas pelo colonialismo epistêmico e geopolítico do binarismo norte-sul. Portanto, este simpósio temático acolherá trabalhos produzidos no limiar dos conflitos socioculturais, na era da globalização, cujo objetivo é proporcionar outros caminhos e possibilidades à construção de um conhecimento reflexivo e situado no âmbito interdisciplinar dos estudos migratórios, no espaço latino-americano, em diálogo com saberes produzidos no contexto caribenho e africano. Também serão aceitas releituras conceituais e metodológicas de correntes teóricas tradicionais, desde que não evada da proposta do simpósio, que tem como enfoque a circulação de saberes sensíveis às dinâmicas socioculturais, no contexto da migração, eixo sul-sul, que leve em conta aspectos vinculados à interseccionalidade de gênero e raça. Impende mencionar que as diferentes formas de abordagens dos fenômenos socioculturais, em especial, relacionados aos estudos migratórios, possibilitam múltiplas análises estruturadas, que captam e realçam resultados válidos acerca da experiência social dos indivíduos e/ou grupos sob investigação. Nesse sentido, o simpósio também recepcionará propostas de trabalhos com metodologia qualitativa e/ou quantitativa, desde que a abordagem utilizada seja capaz de contemplar a realidade estável, mutável, de múltiplas categorias socioculturais (como de gênero, raça e nação) e que depreenda uma compreensão mais completa dos fenômenos considerados. Assim, o simpósio espera acolher trabalhos que contemplem o afluxo de imigrantes nos diferentes espaços geográficos eixo sul-sul e identifiquem padrões de violências e preconceitos produzidos nesses espaços que impactam no afluxo de imigrantes. Esses trabalhos podem, ainda, proporcionar uma reflexão que propicie a construção de uma ponte entre o preconceito e a violência e, dessa forma, expressar a conseqüente discriminação e exclusão por gênero e raça como categorias impulsionadoras do fenômeno da migração, sem olvidar a análise sob a perspectiva da interseccionalidade de formas de agenciamento e discriminação relacionadas às questões de gênero e raça, que interagem como modos de subordinação.

Por um direito de refúgio decolonial: imbricação de opressões em processos de elegibilidade no Brasil

Natalia Cintra de Oliveira Tavares (PUC-Rio/UFRJ)

O Direito de Refúgio se inscreve, desde sua origem, em uma ordem eurocentrada, na qual se subscrevem categorias de raça, classe e gênero que determinam as condições nas quais as pessoas vivem a experiência de refúgio. A dupla inscrição do refúgio, tanto na ordem dos direitos, quanto na ordem do humanitário, aparentemente harmônica, revela contradições inerentes ao instituto, as quais estão intimamente relacionadas com tecnologias de opressão e dominação coloniais. É nesse sentido que busco melhor compreender, a partir de uma visão geral, em direção à realidade brasileira, como tais mecanismos estão presentes e são manipulados nas decisões dos processos de determinação da condição de refugiado, a fim de observar os efeitos de seus usos em vidas refugiadas. Para tanto, discuto qual a melhor lente de análise, se a interseccionalidade, tal qual usada por Patricia Hill Collins, ou a imbricação, cunhada por Ochy Curiel, dá conta das demandas casuísticas. Argumento que é pela lente da imbricação das opressões que é possível melhor observar como a colonialidade é expressada também e por meio do instituto de refúgio. Ainda, trago para a análise elementos importantes de casos com os quais tive contato na pesquisa de campo que comecei em 2015, e que segue em construção, mantendo o sigilo das identidades das pessoas, a fim de melhor ilustrar as críticas feitas ao instituto.

Interseccionalidade e fronteira: mulheres negras migrantes na Amazônia franco-amapaense

Lívia Verena Cunha do Rosário (Unifap)

A fronteira possibilita diversos olhares. Ela é compreendida como espaço de alteridade, plural e híbrida. Estar no limiar, habitar a fronteira, expõe a vontade de incorporar e incorporar-se à alteridade, é o desejo de conciliar-se com o diferente. Sendo assim, a perspectiva adotada para as reflexões aqui expostas é a interseccionalidade, quer dizer, a sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. Partindo da hipótese de que a interseccionalidade pode ser relevante na compreensão da experiência social das mulheres migrantes e dos mais diferentes sujeitos sociais da contemporaneidade, este trabalho procura analisar uma tríplice dimensão da intersecção mulher-negra-migrante em situação de fronteira na Amazônia franco-amapaense. Essa investigação procura mostrar que as mulheres migrantes ao cruzarem as fronteiras da Amazônia, por conseguinte, do Amapá, também atravessam diferentes formas de subalternização que se entrecruzam no processo de adaptação e sobrevivência. A negritude dessa migrante entra em conflito com a complexa questão racial existente no Brasil; mulheres migrantes em mobilidade acionam marcadores de gênero, raça e nacionalidade, que, por sua vez, convertem-se em sexismo, racismo e xenofobia. Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar como se articula essas três categorias a partir das trajetórias de vida de quatro migrantes, contribuindo para capturar as consequências estruturais e dinâmicas dessas interações nas fronteiras, além de proporcionar reconhecimento e lugares de fala a essa coletividade historicamente marginalizada e silenciada.

O trânsito da raça: experiências migratórias e as percepções sobre a afroperuanidade no Brasil e nos Estados Unidos

Camila Daniel (UFRRJ) &

Débora Vitória Albino Pena (UFRRJ)

Reconhecido mundialmente pela herança de povos originários como os incas e aimarás, o Peru é um país diverso, cuja formação social contou também com a participação de africanos negros. Levada ao Peru na condição de escravizados, a população negra habitou a costa do país, chegando, no século XVII, a representar mais de 50% da população de Cañete, Chanchay, Chinchá e Ica, na costa sul, e Trujillo, Lambayeque e Piura, na costa norte (Espinoza et al, 1997). Apesar de elementos culturais afroperuanos terem sido incorporados às manifestações culturais nacionais pelas elites descendentes de europeus (Feldman, 2009), as populações negras têm sido sistematicamente preteridas tanto do imaginário do Peru como nação (Carazas, 2011) quanto das políticas públicas (Rojas, 2003). A partir do caráter transnacional da raça (Quijano, 2000), a dimensão diaspórica da negritude (Hall, 1994) e a comparação da presença negra na formação racial do Brasil, do Peru e dos Estados Unidos, neste trabalho, analisaremos como a afroperuanidade é percebida por peruanos que vivem uma experiência migratória, ou seja, um descolamento no espaço físico que abre a possibilidade de trânsitos por espaços sociais e simbólicos (Daniel, 2013) no Brasil e nos Estados Unidos. Explorando métodos etnográficos, inclusive da autoetnografia, observamos que, enquanto no Brasil, os peruanos tendem a considerar os negros no Peru e no Brasil como igualmente receptivos, alegres e festeiros, nos Estados Unidos, a afroperuanidade é distanciada da negritude norte-americana, uma vez que os afroamericanos são percebidos como agressivos e pouco amigáveis. Concluímos, ainda, que a percepção dos peruanos sobre a afroperuanidade é negociada a partir das representações de negritude hegemônica no país no qual se encontram.

Epistemologia Macunaíma: alteridade, etnia e raça nos estudos migratórios no espaço latino-brasileiro

Gloria Maria Santiago Pereira (Instituto Processus)

Partindo de um olhar alegórico do personagem Macunaíma – O herói sem nenhum caráter da obra de Mário Andrade, pretendo apresentar a tensão presente na cultura brasileira entre a valorização de uma brasilidade “miscigenada” e a negação dos traços indígenas e de africanidade que ressoam sobre a imagem do estrangeiro/imigrante que transita no espaço geográfico brasileiro. A intensidade das trocas simbólicas e culturais no processo migratório ocorrem por meio de suas diferentes manifestações, resultando em modalidades híbridas de expressão que desafiam conceitos de autenticidade e pureza, sobre as quais o poder colonial se apoia. Nesse sentido, a proposta da epistemologia macunaíma surge como oposição subversiva, expondo as formas de discriminação etnoracial e de dominação colonial no âmbito das relações socioculturais no Brasil, situação que também contribuiu para a construção das epistemologias coloniais, que negam a alteridade etnoracial como categoria de análise, resultando em debates superficiais sobre a realidade de imigrantes africanos, caribenhos e indígenas que habitam o contexto latino-brasileiro. Conforme o filósofo Enrique Dussel, o Outro na

perspectiva eurocêntrica nunca é indígena, mulher e/ou negro, estes são no máximo uma epifania da imagem de Deus.

O Exército Brasileiro (EB) e as ações de atendimento aos refugiados e deslocados climáticos no Brasil

José de Ribamar Sousa Pereira (Universidade Católica de Brasília)

No contexto da globalização, os indivíduos adotam discursos de relativa conscientização de que suas ações afetam a si e a outros inúmeros atores do meio ambiente. Elementos ambientais, tais como minerais, água e terra, têm sido objetos de intensas disputas intraestratal e interestatal, que rompem as fronteiras. Em consequência, temos fração da população mundial com necessidades urgentes e peculiaridades que não podem ser olvidadas pelas metas e estratégias da política internacional ambiental. Nesse contexto, o presente trabalho traça um panorama sobre os deslocados climáticos, no âmbito do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, a fim de proporcionar uma reflexão acerca da problemática. Apresenta os fundamentos legais que arbitram a questão dos deslocados climáticos, analisa as estratégias, as ações internacionais e as respectivas responsabilidades assumidas. Com base nessas discussões propostas, espera-se deduzir que essa temática se constitui numa questão de segurança nacional e internacional. Além disso, sob a ótica dos regimes nacionais e internacionais, bem como das ações implementadas e de suas vantagens e desvantagens, contemplaremos o papel do Exército Brasileiro (EB), à luz das necessidades geradas a partir do contexto que configura o refúgio e o deslocamento. Dessa forma, as sugestões e recomendações que possam contribuir para a implementação e sustentabilidade das ações da Força Terrestre objetivam contemplar a fração da população que se encontra em maior vulnerabilidade no seu direito universal básico da vida e da dignidade da vida humana. Além disso, do estudo, espera-se depreender que os Estados, por meio de suas instituições perenes e regulares, deverão desenvolver instrumentos formais, legais e em consonância com a ordem socioeconômica e política, capazes de mitigar causas e minimizar os efeitos dos deslocamentos internos e transnacionais. Assim, a partir de algumas implicações da temática proposta, pretende-se ressaltar alguns aspectos norteadores das políticas de segurança nacional e internacional relacionados, que caracterizam a ação do EB.

O projeto colonial português na África

Maysa Espíndola Souza (UFSC)

“Tem que haver leis rígidas para controlar os negros e obrigá-los a cumprir seus contratos de trabalho nas fazendas.” “O preto só por exceção trabalha por seu próprio impulso.” Os excertos mencionados são de um fazendeiro da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, e do governador geral de Angola, respectivamente. Ambos remetem à forma como autoridades coloniais e as elites viam a autonomia das pessoas de origem africana. Após a emancipação dos escravos, foram muitas as iniciativas realizadas no intuito de fazer com que os libertos trabalhassem e, além disso, que o fizessem em setores espe-

cíficos da economia colonial. Tanto nas Américas quanto na África, a liberdade foi seguida da imposição de inúmeras restrições à vida cotidiana e as diversas formas de coerção aplicadas fizeram uso de instrumentos jurídicos e ou de uma moralidade que acreditava serem os negros intrinsecamente indolentes. Os administradores coloniais se mostraram ávidos estudiosos da questão do trabalho nas sociedades escravistas. Em muitos dos ensaios ou nos debates parlamentares, foram feitas menções, por exemplo, às condições dos escravos no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos ou à emancipação em outras colônias europeias. A África fez parte do Atlântico escravista não só pelo fornecimento de escravos como também por meio das dinâmicas desenvolvidas nas discussões sobre o fim do tráfico e da escravidão. Assim, esta pesquisa analisa a legislação sobre o trabalho livre dos povos africanos no Império Português, entre 1880 e 1930, a articulação entre as discussões sobre raça e trabalho e os significados da liberdade promulgada na África Colonial Portuguesa na perspectiva da história global. Além de explorar as medidas instituídas pelo colonialismo português. Outra parte importante da pesquisa remete ao projeto colonial europeu pensado às questões de gênero, pois o colonialismo português tentou instituir nos territórios africanos onde exercia algum domínio uma lógica de reprodução social e de retribuição pelo trabalho diferenciada por sexo que certamente era alheia a diversos povos africanos. A reprodução do modelo binário de gênero tal qual o europeu foi vista como um dos meios da dominação colonial. Com isso, esta pesquisa considera o colonialismo como um sistema amplo onde não só o trabalho, mas a forma de vida das pessoas africanas como um todo foi vista como potencialmente reformulável pelas nações europeias.

SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES

ST 11 – ESTUDOS DE TRADUÇÃO E FEMINISMOS NEGROS: DECOLONIALISMO, INTERSECCIONALIDADE E MULHERIDADES NEGRAS

Coordenação: Dennys Silva-Reis & Cibele de Guadalupe

Américas, África e Ásia compartilharam em suas histórias a experiência de dominação e opressão implementada pela empresa colonial. Na colonialidade, em suas diferentes expressões, raça e gênero foram os aspectos por sobre os quais a subjugação do colonizador mais pesou sobre o colonizado. Dessa forma, as mulheres negras foram mantidas sempre em posição identitária, social, econômica e cultural invariavelmente abjeta. À mulher negra coube, então, resistir e insurgir contra a dupla e diuturna opressão que lhe impunham, a de gênero e a racial. Assim, mesmo engajadas em movimentos de liberação: a independência colonial, a luta antirracista, e o feminismo, as mulheres negras não tinham suas lutas e especificidades respaldadas nas pautas gerais de tais movimentos. No caso do movimento feminista, o chamado feminismo negro surge para endereçar as pautas específicas da mulher negra, a partir de sua posição dentro da estrutura social e das experiências de vida compartilhadas, em uma existência duplamente alijada e silenciada. Inclusive, será no feminismo negro que surge o conceito de mulheridades negras, que abrange o conceito de mulher para além do reducionismo biológico. No campo da tradução e interpretação, historicamente a atividade foi exercida majoritariamente por homens brancos e as contribuições de homens negros e mulheres – brancas e negras – foram invisibilizadas. Não obstante, linhas de estudo como a Teoria Decolonial tem gestado, também na área da Tradução e Interpretação, o posicionamento, a atitude e a luta pela identificação e visibilidade de “lugares” de exterioridade e construções alternativas na América Latina. Somado a isso, a Teoria da Interseccionalidade traz novos olhares para as complexas relações entre Estudos de Tradução, identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. Exemplo disso são os problemas encontrados no que tange à norma padrão, ao preconceito linguístico, à hipercorreção, à revisão e à publicação de (re)traduções, bem como à representação e à representatividade da tradução ou dos tradutores e tradutoras/intérpretes na mídia, na literatura, na narrativa historiográfica, na academia e no mercado de trabalho. Nesse sentido, propomo-nos, nesta Seção Temática, retomar as discussões anteriores – a saber, em 2014, na terceira edição do evento, em que discutimos a “escrita tradutória negra: traduções e tradutores”; e em 2016, na quinta edição, quando “Tradução e Diáspora Negra: entre decolonialismo e antirracismo” foram problematizados. Para a edição de 2018, focalizamos a tradução (escrita ou oral) de, por e para mulheres negras. Portanto, pretendemos entender quem são as tradutoras/intérpretes negras, o que traduzem, como traduzem, para quem e de onde o fazem. Além disso, almejamos alargar o debate para o campo da representatividade e da representação – seja na ficção, na mídia, nas artes, na narrativa historiográfica, no mercado de trabalho, na academia, o que de fato se sabe, fala-se, imagina-se e se estuda sobre tradutoras/intérpretes negras e traduções de autoras negras. Assim, serão acolhidos trabalhos que versem sobre tais temas, contribuindo para o aprofundamento do debate e, igualmente, relatos de experiências de tradutoras, legendadoras, dubladoras e intérpretes negras ou de agentes de tradução traduzindo produtos de autoria feminina negra.

“No seu pescoço”: uma análise da tradução

Dandara Oliveira de Paula (Cefet-RJ)

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparativa da tradução do conto “No seu pescoço”, de Chimamanda Ngozi Adichie, do original em língua inglesa para o português, levando em consideração algumas passagens do conto para observar se a tradução feita para o português levou em consideração os elementos culturais, de raça e gênero presentes na obra original. O referido conto está presente no livro de mesmo nome comercializado, editado e publicado em 2017 pela Companhia das Letras. Trata-se de um livro no qual temas como migração, sexualidade, raça, gênero, produtividade acadêmica e preconceitos são abordados ao longo dos contos. Portanto, procuro entender a tradução como um processo parte dos estudos culturais. Pois, quando se traduz um texto é preciso ter em mente que se traduzirá também uma cultura. Por isso, busco primeiro analisar os paratextos do livro (capa e contra-capas). Em um segundo momento, comparo o sentido e a mensagem que se deseja passar com o uso de determinadas palavras ou expressões destacadas tanto no inglês quanto no português. Já em um terceiro momento, procuro entender quem é e qual é a trajetória da tradutora, Julia Romeu, para poder concluir porque ela optou por certos termos na tradução ao invés de outros e por um tipo de tradução ao invés de outro.

Zine e tradu(A)ção: A peruca que esconde a minha alma

Raphaella Silva Pereira de Oliveira (UNEB e SME-Salvador) & Maísa Anjos (UNEB)

As traduções de textos de grupos considerados minorias ainda apresentam alguns desafios do ponto de vista de circulação. Buscando um elo entre os Estudos de Tradução e a produção intelectual/literária de mulheres negras afro-americanas e pós-coloniais na década de 1980 a 1990, com a finalidade de promover a difusão desses conhecimentos para o cenário acadêmico, o projeto de extensão “The uses of Translation: womanism and Black feminism as response to racism” iniciou suas atividades no fim de 2016, a partir da percepção de que a tradução “é muito mais que um processo interlingual, mas fundamentalmente uma atividade intracultural” (Salgueiro, 2010, p. 98). Este trabalho busca apresentar as estratégias de tradução, bem como alternativas de circulação do texto “Everything Counts” da escritora de Gana, Ama Ata Aidoo (1970, p. 1-7), desenvolvidas pelas estudantes participantes do projeto. O texto foi adaptado e apresentado ao público-leitor na modalidade de fanzine, que consiste em uma publicação alternativa, em que se pode abordar vários temas, além de favorecer a liberdade criativa e ser uma forma barata de reprodução. *A peruca que esconde a minha alma*, narrada pelas personagens “Maria e Júlia” tem como temática a questão do empoderamento da mulher negra, a partir da aceitação do cabelo crespo, mote do texto de Aidoo (1970). Para tanto, a perspectiva desconstrutivista e a tradução intercultural são adotadas (DERRIDA, 2002; ARROJO, 2007; CRUZ, 2009; SALGUEIRO, 2010; CARRASCOSA, 2017), portanto admite-se que a subjetividade cultural, social, racial, de gênero e sexualidades fazem parte da tradução, ainda que indiretamente. Assim, coaduna-se das ideias de Carrascosa (2017), a qual compreende que a tradução afrodiaspórica realizada por uma pessoa negra pode transmitir saberes, ao passo que também apresenta riscos. Contudo, mesmo salientando essas

possíveis armadilhas, a autora destaca que essa tradução pode ser mais eficaz na transmissão da sua cultura. Nessa configuração, os estudos de tradução alinhados aos estudos feministas, aos pós-coloniais e aos culturais foram fontes acessadas para a realização dessa tarefa, tendo o reconhecimento que as produções de autoras afro-americanas, bem como das autoras da pós-colonialidade têm as vivências negras como ponto de partida para reflexão, intervenção e devir de suas realidades.

Reescrevendo Carolina: uma análise da (des)construção da favela na tradução de Quarto de Despejo

Carina Nascimento de Jesus (UNEB-Campus IV, Jacobina) & Juliana Cristina Salvadori (UNEB-Campus IV, Jacobina)

O presente trabalho está vinculado ao Núcleo de Traduções (NUTS) com orientação da professora Dra. Juliana Cristina Salvadori em parceria com o grupo de pesquisa Desleitura. Objetiva analisar a reescrita de *Quarto de Despejo* (1960) da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, traduzido para língua inglesa por David St. Clair como *Child of the dark* (1962), publicado pela editora Signet Classic. Para tanto, será feito um cotejo analítico da obra original de Carolina de Jesus com a edição traduzida do diário, levando em conta os aspectos divergentes na (des)construção da favela que permeiam a interpretação e a contextualização da obra para o leitor em língua inglesa, observando quais estratégias de tradução foram utilizadas para traduzir a obra, já que o tradutor efetua o apagamento cultural quando faz uso da normatiza na escrita da autora. As categorias teóricas deste trabalho são os conceitos estruturantes de reescrita (LEFEVERE, 2007), cânone doméstico (VENTUI, 2002), escrita de mulheres (DALCASTAGNÈ, 2007) e tradução de textualidade afrocentrada (CARRASCOSA, 2017). Para a realização desta pesquisa, realizaremos o cotejo do texto em língua portuguesa com o traduzido, para analisar como o tradutor reescreve a favela para a língua inglesa e como traduz a identidade social e cultural linguisticamente marcada no texto em língua portuguesa.

A recepção de Oyèronké Oyèwùmí no Brasil: uma entrada pela tradução Sul-Sul?

Rosânia O. do Nascimento (ICS/DAN UnB) & Aline M. S. Rezende (ICS-SOL UnB)

A presente proposta versa sobre a recepção da produção da nigeriana Oyèronké Oyèwùmí no Brasil. Assim, identificamos duas vias principais na Universidade de Brasília (UnB) dadas pelo chamado giro decolonial ou por estratégias de tradução Sul-Sul no âmbito das discussões acerca da descolonização do feminismo. A primeira via deu-se pela introdução do componente curricular Filosofia Africana, ministrado por Wanderson Flor do Nascimento (FIL/UnB), também organizador do site filosofia-africana.weebly.com, criado em 2015, e que tem contribuído por meio da tradução para língua portuguesa de produções de autoria africana (inglês e francês) para a aplicação da Lei 10.639/2003. Como corroborado na apresentação do site, trata-se de um desafio coletivo encabeçado, historicamente, pelos movimentos sociais negros, mas também por grupos de pesquisa, fóruns e intelectuais/pensadores

negros. O principal desdobramento do referido projeto foi a inserção das traduções de autoras africanas na aba textos africanos, muitas delas traduzidas pela primeira vez para o Brasil pela filósofa Aline Matos da Rocha (UFG) que, atualmente, pesquisa as interfaces do pensamento de Oyèronké Oyěwùmí. Das três traduções disponíveis no site, duas foram realizadas por Aline Matos da Rocha (2013 e 2018), e há uma outra de sua autoria com Emival Ramos (2015) de outra pensadora nigeriana, Bibi Bakare-Yusuf. Outro grande momento da incursão do pensamento de Oyèronké Oyěwùmí no Brasil se deu pela realização de importantes eventos internacionais, assim como, por meio de ciclos de debates e minicursos iniciados em 2016 e 2017, respectivamente, o I Seminário Internacional Decolonialidade e Perspectiva Negra, que contou com Oyèronké Oyěwùmí como principal conferencista, e a I Jornada de Estudos Negros acompanhados pelo lançamento do dossiê Decolonialidade e Perspectiva Negra, ambos organizados por Joaze Bernardino-Costa (2016). Em 2017, o Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELIS) da UnB propõe o Colóquio Decolonialidade e Perspectivas Interdisciplinares com o lançamento da tradução do clássico de Oyèronké Oyěwùmí para o espanhol, *La Invención de las Mujeres*, com a presença da organizadora da tradução, Yuderlys Miñoso (2017). Em 2018, o Demodê/IPOL realiza o minicurso Epistemologias do Sul Global: uma introdução ao feminismo decolonial, numa interlocução entre Oyèronké Oyěwùmí e María Lugones.

Mulher, preta, brasileira, professora e tradutora: a recuperação da construção de minha carreira acadêmica e profissional

Cibele de Guadalupe Sousa Araújo (IFG)

Para esta comunicação, pretendo expor uma breve memória que recupere e discuta como meus processos pessoais de tomada de consciência de aspectos identitários como gênero e raça determinaram meu percurso formativo acadêmico e profissional. Para tanto, procurarei delinear como tais aspectos me influenciaram desde a graduação, na participação de pesquisas focadas em indivíduos afrodescendentes; minha atuação profissional, construída em redes públicas de ensino, como professora de inglês; minha pós-graduação, nos níveis de mestrado e doutorado, no desenvolvimento de pesquisas que abordavam, respectivamente, a análise do feminismo em obras de uma escritora negra africana e a tradução de uma obra dessa mesma escritora para o português brasileiro; até minha atuação como pesquisadora doutora, em que continuo a fazer escolhas que abram espaço para a reflexão, a discussão e a visibilização das questões que envolvem tradução, gênero e raça; e como tradutora em que continuo a privilegiar a tradução de textos de escritoras negras. Assim, espero retomar minha própria experiência, formativa e profissional, para evidenciar como a conscientização acerca de meu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), como mulher, preta, brasileira, basilar escolhas fundamentais na construção de minha carreira e atuação profissional, especialmente no que tange à pesquisa e produção de tradução.

Incidents in the life of a slave girl (1861): uma (re)tradução feminista negra comentada

Luciene do Rêgo da Silva (UnB)

Harriet Ann Jacobs faz parte da história das mulheres negras e da escravidão estadunidense; sendo reconhecida inclusive pelos movimentos feminista e abolicionista, à época, como a primeira mulher negra que escreveu sua própria história. O presente estudo, com um viés negro-feminista, tem o intuito de propor uma (re)tradução de *Incidents in the life of a slave girl* (1861), que é de grande valia por trazer memórias da escravidão, a partir de uma mulher negra que resistiu e que, além de conseguir escapar da escravidão, ainda se inseriu no movimento abolicionista e escreveu sua própria história. Discuto quais características devem ser mantidas ou alteradas para que essa tradução seja recebida por um público diferente do hegemônico e o leitor almejado nas obras literárias e nas traduções é o leitor masculino. Nesse projeto, de tradução feminista, a leitora-alvo é a mulher e, para tanto, proponho manipulações propositais na linguagem para que essa mulher se sinta contemplada por meio de uma tradução que, ao levar em consideração o lugar de fala das mulheres negras, contemple esse público como alvo da presente tradução. Ao mesmo tempo, essas modificações possuem o intuito de causar estranhamento ao público-geral, pelos termos que usualmente estariam flexionados no gênero masculino, como leitor. Tomo por base Angela Davis (2016), Sueli Carneiro (2003), Patricia Hill Collins (2000), Nascimento dos Santos (2014), Lori Chamberlain (2000) e Sherry Simon (1996). A (re) tradução comentada de *Incidents* é fruto de uma dissertação de mestrado em curso, no âmbito dos Estudos da Tradução na Universidade de Brasília (UnB), escrita em primeira pessoa por uma mulher negra para as mulheres negras, sobretudo as feministas.

Daquilo de que não se fala

Israel Victor de Melo (UnB)

Se avaliarmos o contexto de produção de conhecimento no âmbito de epistemologias feministas negras, podemos chegar à enumeração de determinadas configurações sociais que impossibilitam movimentos políticos de mulheres negras – em síntese, feminismo e *womanism* (Cleonora Hudson-Weems, 1995) – de estabelecerem um diálogo comum. Em princípio, a primeira configuração social que dificulta chegar a esse objetivo concentra-se na realidade multilinguística. Assim, perde-se, no contexto brasileiro, em não se falar as línguas espanhola, francesa, inglesa, indígenas e autóctones, tornando-se indispensável a tradução das epistemologias produzidas por mulheres negras, tanto no âmbito teórico-acadêmico quanto no âmbito literário-ficcional, uma vez que, parafraseando Sonia E. Alvarez (2009, 2014), a tradução é teórica e politicamente essencial para construir alianças políticas feministas. Não obstante, o risco de que as teorias produzidas por mulheres negras sejam deslegitimadas é iminente. Por um lado, por razões que dizem respeito às estruturas sociais de racismo e sexismo, e, por outro, em decorrência dos efeitos dessas estruturas e da realidade de determinadas instituições, as quais não propiciam o espaço favorável para que se produza outras formas de conhecimento. O intuito é de, nesta comunicação, apresentar uma breve avaliação dos contornos de tradução, publicação e edição de textos produzidos por mulheres negras, em especial, no Brasil.

Presença, representatividade e inclusão de afro-brasileiros nos mercados de tradução e interpretação: reflexões e desafios

Rane Paula Morais Souza (Pesquisadora Independente)

Parte do legado colonial e de iniciativas estatais, como a adoção da eugenia como política de Estado no início do século XX e o estímulo às teorias de branqueamento, fazem com que a sociedade brasileira, ainda hoje, em 2018, seja estratificada e assimétrica. Uma das evidências disso é a permanência do racismo institucional que mantém a população negra, que representa 54% dos habitantes do país, em uma situação de vulnerabilidade e marginalização social. Apesar de a população negra ser a maior, em termos absolutos, no Brasil, observa-se que, nos mercados de tradução e interpretação, em que se espera dos profissionais conhecimentos profundos de culturas e línguas estrangeiras, bem como acesso e domínio de novas tecnologias, há pouquíssimos afrodescendentes atuando. A superação dessa barreira passa por adoção de medidas institucionais, estatais e privadas, para fomentar a formação e inclusão de tradutores negros no mercado brasileiro. Portanto, o objetivo desta comunicação é refletir sobre a presença de afro-brasileiros nos mercados de tradução e interpretação de modo a pensar estratégias que possam fazer com que haja maior inclusão deles e, conseqüentemente, maior representatividade dessa parcela da população no nosso setor de atuação.

Traduzindo textos de autoria afro-brasileira nos Estados Unidos: uma experiência de pedagogia crítica

Christopher Larkosh (Universidade de Massachusetts Dartmouth)

O que quer dizer a pedagogia crítica hoje em dia? E que formas de feminismo negro podem assumir as tradutoras, além das identificações de raça e etnia, gênero e sexualidade? A tradução é quase sempre uma mediação intercultural com algum conteúdo linguístico que não é nosso: como pode o ato de tradução literária até reconfigurar as normas no ensino da literatura, seja brasileira ou outras, para a gente poder facilitar a difusão de vozes tradicionalmente marginalizadas como tarefa central? Esta apresentação tem como objetivo partilhar as experiências de um curso de literatura afro-brasileira e feminina não só traduzida, mas também ainda por traduzir por alunas. Partindo de uma análise dos textos já disponíveis para tal curso (um romance de Conceição Evaristo, textos afro-brasileiros traduzidos pelo acadêmico nigeriano Niyi Afolabi), o curso continua com projetos de tradução em grupo de textos ainda não traduzidos. Até que ponto podem tais projetos ir formando a próxima geração de interlocutoras transculturais num Atlântico Negro ainda mais feminino centrado cada vez mais no do Sul do Mundo como a língua portuguesa? E até que ponto estamos preparados para desafiar por meio da tradução não só as divisões geográficas ou raciais, mas também os binarismos de gênero?

Rompendo barreiras através da tradução: um breve olhar sobre a recepção de Conceição Evaristo na França e nos Estados Unidos

Marcela Iochem Valente (UERJ)

Como uma atividade nada inocente, a tradução pode funcionar como um instrumento para (des) construir estereótipos, questionar cânones, dar visibilidade a autores e culturas antes relegados a posições marginais em determinadas nações, assim como suscitar debates e levar novas ideologias para a cultura receptora. Isso porque, como aponta André Lefevere (1990), “[s]empre há um contexto no qual a tradução ocorre, sempre há uma história da qual um texto emerge e para o qual um texto é transposto”. Desde a escolha de um determinado texto para ser traduzido ou não, passando por sua produção, circulação e até mesmo recepção, há seleções sendo feitas. Essas seleções podem ser responsáveis por estabelecer cânones a partir de admissões e exclusões, criando centros e periferias. Assim, acreditamos ser de grande relevância estudar questões relacionadas à tradução da literatura afro-brasileira para línguas estrangeiras, visto que em nosso polissistema cultural, o brasileiro, tal literatura ainda é relegada a uma posição marginal. Percebemos que a literatura afro-brasileira, em geral, ainda é produzida por pequenas editoras de um nicho muito específico interessado nas questões raciais e/ou de gênero em nosso país, tendo uma circulação limitada, se compararmos às grandes editoras. Outro aspecto que gostaríamos de destacar é que tal literatura ainda não é de conhecimento do público geral nem possui destaque nas livrarias mais tradicionais, embora escritores como Conceição Evaristo tenham conseguido mais visibilidade recentemente, circulando por espaços considerados canônicos e geralmente reservados apenas àqueles escritores que possuem (re)conhecimento do grande público. Assim, o presente trabalho tem como objetivo abordar algumas questões relacionadas à tradução de Conceição Evaristo para as línguas francesa e inglesa, com especial atenção para questões de recepção das traduções do romance *Ponciá Vicêncio* na França e nos Estados Unidos.

“Pare, olhe, escute”: a visão, o olhar e a escuta de Sandra de Sá

Beatriz Schmidt Campos (UnB)

Neste trabalho, pretendemos investigar o processo de tradução do inglês para o português de canções do disco “Pare, olhe, escute” de Sandra de Sá, lançado no ano de 2002 pela gravadora Universal Music, no qual todas as músicas são traduzidas e, portanto, criadas versões. Desse modo, nossa intenção é entender como as letras são vertidas: os processos de mudança de ritmo, de instrumentação e arranjo para adaptar a “nova” letra às melodias. Por meio das escutas das canções originais (em inglês), podemos perceber que eventualmente as letras da canção (em português) transmutam-se para manter as melodias e, eventualmente, uma melodia poderá transmutar-se também para que a letra mantenha seu sentido. Sob esse aspecto, percebemos que a cantora e arranjadores imprimem nas canções outras instrumentações e arranjos e ainda o estilo rítmico da black music, o qual a cantora enfoca em sua carreira. Vale destacar que Sandra de Sá é uma cantora e compositora que tem como característica compor canções com letras de conscientização social e ritmos que sempre remetem à música negra: soul, funk, samba rock, sambalanço, jazz, entre outros. Desse modo, para traduzir as letras das canções do disco supracitado, a cantora cria versões, porém, mantém seu estilo rítmico e

vocal, imprimindo às canções sua própria “assinatura”. Nessa via, pretendemos também aprofundar nos estudos do feminismo negro na carreira da cantora. Sabe-se que Sandra de Sá sempre protagonizou uma voz de crítica feminista e racial em suas performances, portanto, acreditamos que, ao pesquisar suas versões, a cantora mantém seu discurso em sua voz, letras e ritmos. Para a realização deste trabalho, enfocaremos na escuta das versões originais e do disco como modo comparativo de letra, melodia, ritmo, arranjos e instrumentação e nas visões de Djamilia Ribeiro (2017) sobre feminismo negro.

‘Mulheres, Raça e Classe’, de Angela Davis, em tradução: perguntas e reflexões

Maria Aparecida Andrade Salgueiro (UERJ – Cientista do Nosso Estado/FAPERJ Pesquisadora do CNPq)

A presente comunicação lança olhar sobre o amplo espectro do Simpósio “Estudos de Tradução e Feminismos Negros”, detendo-se em aspectos específicos descritos na ementa, e lançando foco maior sobre a tradução de *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis, para o Português do Brasil em 2016 – trinta e cinco anos após a publicação do original nos Estados Unidos. A autora, filósofa conhecida por seu ativismo na sociedade estadunidense, assim como por seu desempenho na academia, sempre em posturas de questionamentos, reflexão, crítica e ruptura, só recentemente teve um de seus livros clássicos publicado no Brasil. Para o debate, são feitas perguntas tais como ‘O que tal espaço de tempo nos diz sobre nosso país e os feminismos negros?’, ‘O que indica sobre nossa realidade tradutória se colocado lado a lado ao tempo de publicação no Brasil da tradução de filósofos – homens e brancos?’, ‘Que aspectos da tradução da obra poderiam ser apontados, se consideramos o tema em foco?’, ‘Qual o impacto gerado pelo fato de que o Prefácio foi assinado por Djamilia Ribeiro, à época ainda não possuidora da visibilidade atual?’. Ao longo de ensaios de respostas, caminharemos para o debate da Amefricanidade, termo cunhado por Lélia Gonzalez, militante negra dos anos 80 (mesma época da publicação original do livro de Davis) e uma das pensadoras pioneiras dos feminismos negros no Brasil, cuja contribuição para nossa história recente ainda não foi devidamente avaliada e reconhecida. A partir daí, ainda seguindo Lélia, partiremos para possíveis breves desdobramentos e concepções no campo dos Estudos de Tradução, em termos da construção de uma alternativa negra para pensar histórias decoloniais de luta e resistência.

Tradução como transbordamento: a experiência com a alteridade feminina negra em poemas traduzidos de Gwendolyn Brooks, Harryette Mullen e Dominique Christina Ashaheed

Lauro Maia Amorim (Unesp – São José do Rio Preto-SP)

A tradução pode ser uma experiência libertadora. Além de ser ela mesma uma forma de transformação de materiais linguísticos e culturais — e não uma mera reprodução/cópia, como bem salienta o filósofo Jacques Derrida (1981) —, a tradução é transformadora, também, de quem traduz. A tradução inscreve, no(a) tradutor(a), a possibilidade de uma vivência transbordante no contato com o Outro

traduzido, numa relação híbrida com a linguagem da qual ninguém sai exatamente como sendo “o(a) mesmo(a)” anteriormente ao gesto da tradução. É pela via da tradução que permeia a relação entre subjetividades, de quem é traduzido(a) e de quem (se) traduz, que essa comunicação tratará de experiências de tradução do autor (homem e branco) com a escrita de poetisas afro-americanas, para o português, cuja textualidade tocam, diretamente, no âmago das relações entre linguagem, corporeidade e diferentes formas de violência contra a mulher negra. Serão abordadas traduções de três poetisas premiadas de diferentes gerações: Gwendolyn Brooks (1917-2000), Harryette Mullen (1953 -) e Dominique Christina Ashaheed (1974-). Serão discutidas as principais características do perfil poético de cada uma, as formas singulares, criativas e sensíveis com que enfrentam diferentes formas de violência contra a mulher, e os transbordamentos que as traduções de seus poemas acarretam para a experiência com a alteridade feminina negra. O transbordamento na tradução dialoga com algo que vai além da “palavra justa” ou absolutamente certa (ou *mot juste*), e joga com o imprevisível, com a possibilidade de dizer algo para além do dito, que não seja a sua mera extrapolação, mas como forma de transbordar no sentido de se perfilarem as bordas ou, como se diz em inglês, to border, ou margear o Outro, produzindo, assim, um(a) Outro(a) de si mesmo(a).

Pensadoras negras da tradução: contribuições e singularidades de feminismos negros

Dennys Silva-Reis (UnB)

As intersecções entre etnia, língua e poder são cada vez mais evidentes e configuram constructos sociais e culturais, prova disso é a ideia de nação e o imperialismo histórico sobre ex-colônias. Somado a essa constatação, a Sociolinguística e os Estudos de Gênero comprovam cada vez mais as diferenças entre escrita e fala de homens e mulheres (o generoleto) visíveis nos mais variados textos, em particular nos literários. Uma vez que o trânsito de textos sempre foi presente entre nações e povos por intermédio da tradução, todas as variáveis interseccionais (etnia, poder, generoleto, dentre outras) foram e continuam sendo passíveis de manipulação, reprodução e continuidade. É a partir dessas questões que os Estudos de Tradução cada vez mais vêm se interessando pelo processo e pela circulação de traduções, bem como pelos agentes que as realizam. No que tange aos estudos diaspóricos e sobre afrodescendentes que envolvem as questões de tradução, já é possível afirmar que a tradução é um forte elemento diaspórico de identidade, irmandade e solidariedade negra. Entretanto, observa-se que a pauta dos feminismos negros ainda é pouco estudada na área, mesmo tendo em vista a grande virada teórica atual dos estudos feministas da tradução. A fim de articular o empirismo de tradutoras negras brasileiras e os escassos estudos de teóricas negras dos Estudos de Tradução, o presente trabalho visa recuperar o histórico de tradutoras negras no Brasil, as reflexões sobre tradução desenvolvidas na academia por mulheres negras e propor um pequeno leque de conceitos operantes para se pensar a tradução pelo prisma dos feminismos negros. Para esse empreendimento, deteremos-nos na revisão da história da tradução escrita de tradutoras negras e nos textos teóricos sobre tradução de Patrícia Hill Collins, Nadège Veldwachter, Tatiana Nascimento e Denise Carrascosa. Almeja-se compreender os Estudos de Tradução a partir da visão de pensadoras negras, analisando suas contribuições, suas funcionalidades práticas e suas singularidades de feminismos negros.

A arte na crítica de Mary Evans: tradução de *How we speak*

Sidnei Costa (UnB)

A obra da autora Mary Evans (1923-2017) abordou acerca do meio ambiente e do convívio coletivo, tratando da linguagem como caminho para estabelecer novos significados a partir do diálogo entre a escrita, as relações culturais e sociais. A proposta desta comunicação será apresentar a tradução do ensaio *How we speak* e identificar os elementos da percepção da arte e da estética na crítica da autora. Na obra *Black Voices* (1968), uma antologia, que reúne escritoras e escritores negros estadunidenses, organizada por Abraham Chapman, a escritora Mary Evans foi descrita como a voz da nova geração de poetisas afroamericanas. Dessa forma, de que modo esse ensaio colabora para essa percepção? A autora ficou conhecida por força dos versos de seus poemas “Speak the Truth to the People”, “To Be Born Black” e “I Am a Black Woman”, que renderam a ela o reconhecimento entre as principais poetisas negras estadunidenses. Mary Evans teve forte influência de Langston Hughes, com quem compartilhou seus escritos e percepção acerca do negro. A combinação da referência demarca uma linha de intersecção entre a arte, a presença negra e o próprio discurso afrodescendente. Isso colabora com a percepção da combinação entre o integralismo e a alteridade no diálogo entre a tradução e o discurso afrodescendente (AMORIM & REMPEL, 2013). Por isso, cabe trazer a proposição dessa tradução para discutir esses elementos que colaboraram para o conhecimento e a reflexão sobre a obra dessa autora.

Traduzindo Dionne Brand: experiências diaspóricas

Juliana Salvadori (UNEB) &

Lourdes Silva Modesto Alves (UFBA)

Este trabalho se propõe discutir a experiência de tradução dos textos *A map to the door of no return* (2001) e *Ossuaries* (2010), da escritora caribenha canadense Dionne Brand. A experiência com *Map* (2001) ocorreu no âmbito do componente Tópicos de tradução ministrado em 2015 para alunos do curso de licenciatura em Letras Língua Inglesa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), enquanto a jornada tradutória de *Ossuaries* (2010) foi solitária, para pesquisa e análise no âmbito de programa de pós-graduação. É no diálogo sobre essas experiências que se tecem as reflexões sobre a escrita – e leitura – diaspórica e descentrada que Brand nos propõe em sua obra, que esta comunicação radica. A proposta se vincula ao Núcleo de Traduções (NUTS) do Departamento de Ciências Humanas do Campus IV e ao grupo de pesquisa Desleituradas e visa, em sentido amplo, delinear uma historiografia da tradução de escritoras de língua inglesa em língua portuguesa, numa perspectiva comparatista, tendo como objeto as traduções de autoras de ficção inglesa para o português brasileiro, bem como fomentar a leitura e circulação textos afrodiaspóricos. Compreendemos o registro dessa historiografia como a reconstrução de uma história da leitura que concebe leitura como prática cultural compartilhada, cuja circulação e recepção dos textos está vinculada a sua história material, dentre elas as traduções (VIEIRA, 1996; PAGANO, 2001). Partimos da abordagem contextualizada de Lefevere (2007) e Venuti (2002; 2004) em diálogo com os estudos culturais e crítica de tradução (BERMAN, 2000).

ST 12 – A RESISTÊNCIA PELA PRÁTICA PEDAGÓGICA: RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE EM SALA DE AULA

Coordenação: Jaqueline Aparecida Barbosa & Aldenora Conceição de Macedo

Estamos vivenciando momentos ímpares de investidas antidemocráticas e conservadoras na educação formal. Temas como a diversidade e os direitos humanos, que a duras penas e com atuação determinante dos movimentos sociais foram incorporadas aos documentos norteadores e legislações educacionais, têm sofrido ataques originados no meio político e disseminados de maneira imprudente e tendenciosa pelos meios de comunicação e pelas mídias sociais. Implementar uma educação antirracista, educar para a equidade de gênero ou trazer o debate sobre sexualidade para a sala de aula têm sido vistos como doutrinação, quase subversividade, em contrapartida a um currículo orientado por uma visão eurocêntrica e excludente, que segue exaltado como correto e imparcial. Práticas pedagógicas que respeitem preceitos legais determinantes para a educação diversa e laica vêm sendo contestadas e sendo alvo, inclusive, de retaliações. Nesse cenário, desejamos que esta Seção Temática (ST) se constitua como um espaço no qual a resistência docente e a certeza da necessidade de se continuar trabalhando em prol de uma sociedade mais crítica e menos segregadora possam ser celebradas e fortalecidas. Resumindo, propomos pensar a educação em tempos de golpe, ainda que saibamos que os desafios enfrentados pela educação para a diversidade são perenes. Nossa proposta se insere no campo de estudos sobre raça e diversidade na educação e parte do pressuposto de que a prática pedagógica vigente em nossas escolas ainda não alcançou o patamar desejado de atenção a tais questões e, dessa maneira, nega o direito humano à diferença. Assim, levando em conta a abrangência, riqueza e interseccionalidade intrínseca à questão racial, nos atentamos, também, para as temáticas de gênero e sexualidade. Receberemos propostas que, dialogando com tais questões, apresentem os conflitos e complexidades de se trazer esse debate para a escola, assim como análises sobre a (re) produção das desigualdades raciais, de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. As comunicações apresentadas podem ser relatos de experiências vivenciadas no ambiente escolar, apresentação de trabalhos frutos de pesquisas acadêmicas, projetos desenvolvidos nas instituições de ensino e afins. Estaremos abertas, ainda, às propostas advindas de iniciativas de educação popular. Pretendemos reunir nesta ST membras/os da sociedade civil, estudantes, pesquisadoras/es e professoras/es de todos os níveis da educação básica e superior, pois acreditamos que os diálogos, trocas de experiências, ideias e informações são, no momento político em que nos encontramos, mecanismos de resistência na busca pelo direito à educação de qualidade e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Educação antirracista e antissexista através da música

Vilma de Souza Lopes (UnB)

Baseado nos estudos de bell hooks, que defende a construção de uma educação antirracista e antissexista, este estudo pretende aproximar o discurso de letras de músicas com a realidade na qual os alunos se encontram inseridos, numa tentativa de aproximação da teoria com a prática, com o objetivo de estimular o senso crítico dos estudantes nas aulas de História. Nesse sentido, o uso de música em sala de aula é de grande valia para o ensino dessa matéria, visto que pode ser utilizada para contextualizar conteúdos pertinentes à disciplina, bem como para a aprendizagem de valores e de exercício de investigação intelectual. Outro ponto positivo é que a música traz a diversão para a sala de aula, fazendo com que os alunos tenham o interesse em participar. A música selecionada, *Formation* (2016), da cantora Beyoncé, foi escolhida por, além de se tratar de uma celebridade conhecida mundialmente e com público composto de crianças, adolescentes e jovens, por pautar aspectos relacionados à raça e gênero, com letra e clipe que permitem a historicização e a investigação acerca de episódios que ilustram a estrutura racista e machista na qual estamos inseridos e que auxiliam no entendimento de algumas pautas do feminismo negro, como o embranquecimento e o empoderamento estético, bem como a violência policial. O objetivo da atividade é demonstrar de que forma músicas podem ser levadas em sala de aula, de modo que fomentem uma educação antirracista e antissexista. Nesse sentido, será feita uma análise da letra e do clipe, para que se possa historicizar a letra, fomentar debates acerca de métodos de educação antirracista e debater sobre formas de inserir a arte dentro do ambiente escolar, para que alunos e alunas se sintam motivados a participar das aulas de História.

Projeto Afrins: mitologia africana, indígena e afro-brasileira

Daniele Santos Santana (SEEDF e UnB)

O presente projeto tem por objetivo incentivar estudantes da educação básica a conhecerem, produzirem textos dramáticos e encenarem histórias mitológicas africanas, indígenas e afro-brasileiras, tendo em vista a valorização de tais culturas no ambiente escolar. Precedentemente, propõe-se abordar, preferencialmente nas aulas de Arte, História, Geografia e/ou Língua Portuguesa, os conceitos relacionados aos mitos e como eles se fazem presentes em inúmeras e distintas culturas, em localidades e espaços temporais igualmente diferentes. O caminho a ser percorrido envolve também debates sobre o etnocentrismo, que promove uma hierarquia cultural, criando grupos hegemônicos em detrimento dos demais, e como esse processo reflete na discriminação negativa de algumas culturas e religiões, como é o caso das indígenas e afro-brasileiras. A partir dessas abordagens e da leitura de textos que contem as histórias mitológicas desses grupos, almeja-se que os/as estudantes criem textos dramáticos e os encenem para atividade de representação teatral que será a culminância do projeto. Em paralelo, a investigação também analisa a relação entre as práticas propostas e as diretrizes e legislações curriculares que buscam assegurar a pluralidade cultural na educação básica, tais como os Temas Transversais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas.

Para uma metodologia contra-hegemônica: a mediação estética como ferramenta no trabalho pedagógico emancipador e crítico

Jefferson Sampaio de Moura (IFB)

Pensar em educação é pensar no fazer educativo como um processo que vai além de dominar certos conteúdos, mas permitir que a/o discente consiga ter uma visão mais ampla da sociedade da qual faz parte e como ela influencia e/ou é influenciada por padrões históricos e mundiais. Nesse sentido, proponho como objetivo para esta comunicação apresentar uma experiência docente em que foi ressaltada o potencial do fazer pedagógico no sentido de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e criativo com foco em uma formação omnilateral. Para tanto, o método utilizado foi o de mediações estéticas, em que o sensível, o criativo e o emocional são pontos centralmente trabalhados, de modo a incentivar e contribuir para a formação de uma cidadã crítica, ativa e sensível aos problemas de sua época, que consiga entender os fenômenos além dos aspectos positivistas. Esse relato de experiência tem como base minha atuação dentro do Instituto Federal de Brasília (IFB), onde tenho colocado em prática a mediação estética como instrumento fundamental para iniciar alguns debates, principalmente os relacionados às temáticas dos direitos humanos. Relato, em especial, minha experiência com a disciplina de “Educação em Direitos Humanos e Cidadania”, que ofertei em 2016 para o curso de licenciatura em Letras Língua Portuguesa. Conclui-se que o processo de ensino aprendizagem se tornou bastante significativo, tendo possibilitado protagonismo estudantil, sendo que as próprias estudantes acabavam por serem as mediadoras dos conteúdos. Como resultado, a intencionalidade pedagógica apoiada no lúdico foi de modo eficaz compreendida pelas estudantes.

O multiculturalismo crítico no currículo de educação física do Ensino Médio: construindo novas possibilidades com a cultura corporal da comunidade escolar

Lucimar Passos SantAnna de Brito (SEEDUC-RJ)

O presente trabalho busca trazer para o centro da discussão curricular os saberes e vivências da cultura corporal da comunidade escolar do Colégio Estadual Amanda Velasco, localizado no bairro Santa Izabel, conhecido como “área rural favelizada” do município de São Gonçalo-RJ. E, dessa forma, incentivar o reconhecimento e a legitimidade das práticas corporais da região, favorecendo a aproximação do conteúdo da disciplina Educação Física à realidade dos alunos. Partimos do estudo de caso para realização da pesquisa, de cunho qualitativo, utilizando da pesquisa-ação de Michel Thiollent (1986) e estudo de casos de Robert Yin (2001), para tencionar as críticas contra esses conteúdos absolutos no currículo da educação básica e a favor da diversidade. Como resultados, foi possível repensar o currículo a partir do olhar desses alunos, colocando-os como sujeitos de suas próprias histórias e aproximando o conteúdo da disciplina Educação Física à realidade desses sujeitos. Conclui-se que a iniciativa de construção de uma proposta curricular multicultural a partir dos conhecimentos e saberes da comunidade escolar tem sido muito válida para fortalecer as potências da comunidade como produtora de saber. A partir do mapeamento cultural da região, conseguimos buscar na comunidade as pessoas que são referências em algum determinado saber da cultura corporal. Além dos alunos que dividiram com as turmas seus saberes por meio de oficinas temáticas. Percebemos que, ao longo das

aulas, os alunos se mostraram mais envolvidos e participativos. Ainda mais quando eram solicitados a repassar o que dominavam de prática corporal.

Escola quilombola e o direito a educação: subjetividades da construção da identidade em espaços escolares

Eliana Aparecida Silva Santos Feitosa (UnB)

O objetivo deste trabalho é analisar as violações de direitos, observadas em propostas de fechamento de escolas do campo, escolas quilombolas em território de preto, comunidades tradicionais quilombolas, que lutam pela manutenção de seus territórios, sua identidade e cultura. Para tanto, a metodologia eleita para coleta e análise dos dados obtidos na pesquisa será a revisão bibliográfica e pesquisa de campo em que a perspectiva da violação de direitos das comunidades tradicionais quilombolas se apresenta. A Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, marca a diminuição da invisibilidade das comunidades negras rurais que estão distribuídas em todo o Brasil a partir de seu Artigo 68, do ato das Disposições Constituições Transitórias (ADCT), que garante a permanência dos moradores em seus territórios tradicionais, o que justifica esta proposta de pesquisa. Tem-se intensificado o fechamento de escolas pequenas no meio rural, o que leva a maior tempo e esforço de deslocamento por parte dos alunos, além de promover uma educação nos centros urbanos que não contempla as especificidades de quem vive “na roça”, afastando, em geral, os estudantes de uma educação mais enraizada, mais contextualizada com as especificidades da comunidade em que vive, como a produção agrícola local, diversidade cultural e religiosa de cada comunidade. A educação e o currículo que devem integrar a Escola Quilombola devem estabelecer a união do conhecimento formal e o conhecimento tradicional ancestralmente construído, valorizando a identidade e a cultura da comunidade a partir da partilha de saberes que se estabelece na escola, na igreja, em rituais, em cultos, na culinária e na medicina natural. Conclui-se que o conhecimento tradicional, não somente como tema transversal, mas como um elo importante de conhecimento, faz a escola na comunidade ser o que ela é: um locus do saber ancestralmente construído. Por sua vez, o aperfeiçoamento da política de transporte escolar, em que pese sua importância, parece criar incentivos reversos à manutenção de escolas no campo e favorecer processos de nucleação de escolas (Ipea, 2012). Recentemente, todavia, foi sancionada norma que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ao exigir a “manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas” (Lei no 12.960/2014), fato que pode refrear essa tendência.

Reflexões sobre risco e o cenário da educação pautada por direitos humanos, gênero e sexualidade

Carolina Gonzalez (UnB/ NELIS)

Este trabalho decorre de minha pesquisa de doutorado que possui como objetivo refletir com base na Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2003) como identidades de gênero e sexualidade são represen-

tados discursivamente em contexto de educação formal básica, operando ideologicamente relações hegemônicas de violência. Compõem a metodologia de coleta e geração de dados análise de políticas públicas sobre os temas decorrentes de ações do Estado nos últimos vinte anos e etnografia crítica em profundidade com professoras e professores da rede pública de ensino do Distrito Federal do Brasil, composta de entrevistas e observações participativas. Partindo do conceito de risco a partir de Giddens (1992;1999), refletirei sobre como os movimentos conservadores e fundamentalistas impactam ações práticas de ensino e ajudam a colocar as pessoas em situações de risco, além do impacto da linguagem e silêncios nas expressões cotidianas de sexismo, intolerância, medo e preconceito, propondo, ao final, alternativas de uso de linguagem para a superação de situações de violência, risco e medo por meio da consciência linguística crítica. Trarei como exemplo de análise trechos de entrevistas concedidas por quatro professoras da Educação Pública do Distrito Federal que são parte do material gerado e coletado ao longo dos quatro anos em que esta pesquisa foi elaborada. A categoria de Avaliatividade (Halliday, 2014; Martin, 2000; Martin & Rose, 2003; Martin & White, 2005 e Vian Jr., 2007) é a ferramenta que utilizo para refletir como as professoras avaliam a si, a outros atores sociais envolvidos no processo educativo pautado por questões de gênero e sexualidade (colegas de profissão, escola, família e alunas) e como o medo, insegurança, risco e conflito estão presente não só na forma de avaliações negativas, como de metáforas (Lakoff & Johnson, 1980) de guerra e conflito. As análises apontam que há em curso ações de formação que reforçam uma emancipação feminina, ancoradas em discursos feministas que apontam para um uso consciente e crítico da linguagem.

Escola Sem Partido: as ameaças e os tempos de resistência

Iran Alves Magalhães dos Santos (UFG)

O atual cenário brasileiro aponta para um retrocesso na garantia de Direitos Humanos, nas recentes conquistas da classe trabalhadora e no fortalecimento de grupos “conservadores”, desde o golpe parlamentar de 2016, quando a presidenta Dilma Vana Rousseff sofreu o processo de impeachment, o Congresso Nacional tem aprovado leis que violam os Direitos Humanos, é nessa conjuntura de fragilidade da democracia brasileira que se fortalece o Movimento Escola Sem Partido (ESP) criado pelo advogado Miguel Nagib, o movimento ESP propõe modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelecendo como princípios da Educação Nacional neutralidade política, ideológica e religiosa, reconhecimento da vulnerabilidade do educando, liberdade de consciência e crença do direito dos pais em que seus filhos recebam uma educação moral de acordo com as crenças da família, é evidente que esses setores “conservadores” identificaram a escola como um espaço de disputa hegemônica e saíram em ofensiva na disputa pelo currículo escolar, afinal de contas a quem interessa uma escola apolítica? A quem interessa uma escola incapaz de despertar a crítica social e reflexões sobre a realidade de desigualdade em que vive nossos alunos? O presente trabalho se propõe a analisar em que medida as ideias antidemocráticas do ESP pode estar influenciando no exercício docente de professoras e professores, cabe, portanto, investigar até que ponto as ideias do ESP, ainda que não esteja em um arcabouço legislativo, refletem negativamente na construção de uma educação emancipatória.

Diálogos sobre relações de gênero na educação de jovens e adultos

Rutileia Carvalho Xavier Pinho (UFT) &

José Damião Trindade Rocha (UFT)

O propósito deste estudo consiste em refletir sobre questões de gênero em classes de educação de jovens e adultos, a partir de um projeto de intervenção numa escola municipal, localizada na cidade de Lajeado, TO. As discussões sobre gênero foram realizadas em duas classes de Ensino Fundamental, constituídas por quinze pessoas (sendo onze homens e quatro mulheres, num misto de jovens e adultos), cujas idades variam de dezessete a cinquenta anos. O material utilizado como referência para planejamento das ações que compuseram o plano de ações do projeto de intervenção pedagógica desenvolvido na escola tomou como base o caderno de gênero disponibilizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs/1997). Os dados e informações trazidas no presente artigo integram o caderno de anotações feitas por ocasião do desenvolvimento do projeto, o que ocorreu no mês de junho de 2016. As análises indicam que os estudantes possuem compreensões distintas em relação às questões de gênero. Os resultados indicam que mais do que em outros tempos, tais questões precisam ser discutidas no processo de ensino e aprendizagem, com vistas à superação de uma série de desigualdades entre os gêneros.

O movimento #ConMisHijosNoTeMetas e a construção da família nuclear branca latino-americana

Verônica Veloso Pereira (UnB)

Sob o lema #ConMisHijosNoTeMetas, milhares de mães e pais saíram às ruas em resposta às medidas governamentais latino-americanas que visam colocar como transversal a temática da igualdade de gênero nos currículos escolares. O movimento alega que os governos estariam instituindo e propagando a “ideologia de gênero” e interferindo na criação moral dos filhos, responsabilidade da família nuclear – afinal, “não se meta com meus filhos” é o nome da campanha. Este trabalho tem como objetivo mostrar que a concepção de “meus filhos” é exclusiva. A noção de que a responsabilidade de criação recai sobre a mãe e o pai é ingênua e se refere a uma situação privilegiada na qual a família nuclear pode se dedicar integralmente às filhas. A maternidade negra não se organiza da mesma maneira. Enquanto as mães negras vão cuidar das filhas brancas, as filhas negras são criadas por toda a comunidade – a educação e a criação é uma atividade coletiva. A fim de comprovar tal hipótese, revisita-se o conceito de maternidade negra de Patricia Hill Collins por meio da análise das entrevistas e das páginas oficiais do movimento nos diferentes países latino-americanos. Conclui-se que o movimento não apenas é fundamentado em ideais da maternidade branca, como é fundamental para a manutenção das desigualdades raciais e de gênero na sociedade.

“Por que não falamos de Carolina Maria de Jesus?”: reverberando a voz da escritora na escola pública através do estágio de Sociologia

Naiala Amorim de Oliveira

O estágio é uma etapa fundamental para a formação dos futuros docentes nos cursos de licenciatura. A sua contribuição nesse processo se refere à aproximação que o estudante tem com a realidade escolar, contribuindo para a construção da sua identidade como professor a partir da união da teoria e da prática. Desse modo, no campo da Sociologia, o estágio permite que o licenciando desenvolva temáticas que por vezes são pouco exploradas em sala de aula, como é o caso das categorias gênero e racismo que são pertinentes para a educação dos jovens. Apesar da Lei 10639/03 instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas, em muitas, essa determinação ainda tem sido incipiente diante de vários fatores, entre eles está a formação docente, visto que no locus acadêmico essas temáticas geralmente não fazem parte do conteúdo obrigatório dos cursos. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo fomentar no espaço escolar uma reflexão referente à situação das escritoras negras na literatura brasileira, a partir de um relato de experiência fruto da realização de aula ministrada em duas turmas do segundo ano do ensino médio no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em Itabuna-BA, em 18 de novembro de 2016. A aula realizada buscou evidenciar o legado e o protagonismo da escritora Carolina Maria de Jesus na sua busca por reconhecimento enquanto literata bem como em sua trajetória de mulher negra e pobre, visando problematizar e romper com o epistemicídio, corroborando a ideia de que negras e negros podem e devem falar por si, sendo também produtores de conhecimento. Essa atividade contou com a participação de 37 estudantes, de início foi feita uma sensibilização que ocorreu com a exposição de duas imagens da escritora Carolina Maria de Jesus, em seguida apresentou-se elementos importantes da sua biografia com auxílio de um mural com fotografias da escritora e de seus livros, enfatizando o seu alcance e a sua relevância no que tange a produção literária, e, por último, abriu-se uma discussão sobre o tema. Os resultados obtidos foram: demonstrou-se ser o primeiro contato dos estudantes com a biografia da escritora e sua obra, o que indica que é necessário apresentar literatura negra como uma forma de promover uma educação antirracista. Houve uma proveitosa reflexão que resultou da problematização com os alunos a respeito do silenciamento e da invisibilização de Carolina e o modo como isso está correlacionado com o racismo.

Identidades em pauta: História da Abayomi

Dhara Cristiane de Souza Rodrigues (SEEDF)

A contextualização de como se dá a luta e pautas feministas desde a colonização do Brasil pode transformar a atuação das pessoas envolvidas com a educação nas mais diversas áreas de aplicação de conceitos, cultura e resistência dentro da escola. Reconhecer que a escola é a instituição social em que mais se cobram os padrões impostos pelo patriarcado pode ampliar significativamente os olhares para novas práticas pedagógicas com ações metodológicas diferenciadas. O entendimento da urgência em se revelar a institucionalização do racismo, do sexismo, da misoginia, do machismo bem como de outras sobreposições em que as relações sociais são determinadas pela opressão e

subordinação da mulher – mais precisamente do feminino – mediante o controle da sua capacidade reprodutiva, da sexualidade, da capacidade laboral e da interdição de acesso ao poder, temos por objetivo relatar como o projeto “Identidades em pauta: História da Abayomi” contribui para que o olhar pedagógico sobre as questões de gênero se tornem práticas cotidianas e vão ao encontro do Currículo da Educação Básica do Distrito Federal. Sendo assim, pela absorção e observação em vários encontros nas escolas, concluímos que ao direito de ser diferente e de ter diferentes direitos, contar a história com poesia pode transformar significativamente a poesia histórica de meninas e meninos que estão nas escolas do Distrito Federal.

Gênero e sexualidade: ressignificando práticas pedagógicas

*Dhara Cristiane de Souza Rodrigues (SEEDF) &
João Paulo Rocha Ribeiro (UFG)*

Vivemos em uma sociedade plural em que a diversidade de pessoas as tornam distintas e heterogêneas. O reconhecimento de que é na escola em que mais reproduzimos e cobramos os padrões sociais heteronormativos imposto pelo sistema patriarcal de sociedade revela a pertinência de que professoras/es e gestoras/es precisam ser orientadas/os a não reproduzir práticas estereotipadas e preconceituosas de uma sociedade em que existem coisas de menina e coisas de menino. A compreensão de que tais estudantes possuem vivências distintas e, ao saírem da norma cis-heteronormativa, principalmente quando professoras e professores não estão preparados para trabalhar com a diversidade de gênero e sexualidade, deparam-se com a discriminação institucionalizada nos mostra a pertinência de revelar a urgência em se adotar práticas pedagógicas diferenciadas que promovam a igualdade de gênero. Nosso objetivo é relatar experiências vividas em conversas com profissionais da educação e de como essa experiência se estende às salas de aula propiciando que um debate reflexivo aconteça. Dessa forma, concluímos que ampliar o conhecimento do corpo docente com um debate contextualizado sobre gênero e sexualidade em sala de aula, para que haja a compreensão da estrutura patriarcal em que as relações sociais são determinadas pela opressão e subordinação da mulher, pode possibilitar que o olhar pedagógico sobre as questões de gênero e sexualidade se tornem cotidianas, interdisciplinar e transversal na escola.

Cineclubes EIT: educação, cineclubismo e direitos humanos

*Flávia Felipe Inácio (Centro de Ensino Médio EIT – SEEDF) &
Beatriz da Costa Lira (Centro de Ensino Médio EIT – SEEDF)*

Desde 2010 até o presente mês, desenvolvemos no Centro de Ensino Médio EIT (CEMEIT) em Taguatinga o projeto Cineclubes EIT – Educação, Cineclubismo e Direitos Humanos. Uma vez por semana frequentamos um espaço em construção para ver filmes, conversar sobre eles e os temas sugeridos, como o de participação política e autonomia. A busca por transformações do ambiente escolar, estimulando a discussão, a participação e a proposição de caminhos mais humanos e respeitosos com

o outro, embasou esse projeto e envolveu os(as) estudantes, a partir do empoderamento desses(as) jovens em rodas de conversas para leitura audiovisual dentro de uma prática cineclubista. Neste relato de experiência, pretendemos apresentar como a ação cineclubista contribui para a construção de diálogos na comunidade escolar sobre preconceito, discriminação, racismo, machismo, misoginia, intolerância, homofobia e outros comportamentos excludentes e desumanizadores, assim como pensarmos de forma coletiva o combate a esses comportamentos. Temos como referência as reflexões apontadas por Lúcia Leite sobre a construção de uma escola cidadã: a escola precisa dar centralidade nos sujeitos, acolher a diversidade e dialogar com o território. A prática cineclubista se mostrou um caminho interessante de diálogo entre os(as) agentes da comunidade escolar, pensado o diálogo como o encontro de seres humanos para refletir sobre sua realidade, segundo Paulo Freire. Os encontros no cineclube têm como princípio a troca/construção de saberes, compartilhados em rodas de conversas após exibição do filme/vídeo, técnica de produção de conhecimento inspirada no método freiriano. O que observamos foi a conquista/construção de um espaço de diálogo e vivência dentro da escola, impulsionadora da diversidade, da acessibilidade das individualidades, do sentimento de pertencimento e o cuidado com o espaço e com o outro. Descobrimos que experimentar formas circulares, horizontais e democráticas na escola por meio de uma ação cineclubista despertou outras vivências e a busca do respeito à diversidade. Contudo, tal ação colocou em pauta a importância das reflexões desnaturalizadoras de práticas discriminatórias e excludentes no ambiente escolar, antes consideradas secundárias, fortalecendo as vozes de grupos e sujeitos antes silenciados pela ideologia hegemônica centrada na discriminação.

Questões de gênero como construção social em meio aos dizeres do currículo sobre o “ser mulher” e “ser homem”

*Anderson Neves dos Santos (PPGE/UFT) &
José Damião Trindade Rocha (PPGE/UFT)*

Neste trabalho, temos a finalidade de discorrer acerca das concepções de gênero, diversidade sexual e currículo com vistas à reflexão que se traduza em compreensão significativa desses conceitos. Apresentamos alguns aspectos históricos que constituem a emergência do conceito de gênero com ênfase no pensamento feminista: algumas vertentes das correntes teóricas, concepções do feminismo e as categorias que permeiam os estudos feministas. Discutimos acerca da sexualidade, da diversidade sexual e de gênero e do currículo. Este trabalho faz parte de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFT). Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica que recorreu a pensadores/as da educação para apresentar as análises e definições dos termos enunciados. As reflexões nesta investigação vêm evidenciando que a problematização e o debate originado no movimento feminista são estudos que oportunizam a compreensão de conceitos que favorecem as análises relacionadas às diversidades e ao currículo. Ressaltamos que gênero é uma construção histórica, social e cultural, e o currículo pode contemplar a diversidade sexual e de gênero.

Representações femininas em livros infantis: submissão ou protagonismo?

Alzira Sampaio Porto (UnB)

O objetivo deste estudo é investigar em livros de literatura infantil, adequados a crianças que estão no Ensino Fundamental I, como escritores representam as mulheres. Nesse sentido, pretende-se observar se a representação das personagens femininas é construída em torno de um ser inferior, submisso e sem participação na produção de conhecimento, se enclausurada no ambiente doméstico ou não. Além disso, objetiva-se indagar quais marcas hegemônicas tais personagens carregam consigo, e, por fim, se legitimam ou refutam os papéis tradicionais de gênero. Isso porque os livros, mesmo os infantis, veiculam valores, ideologias e crenças, contribuem para a compreensão do mundo, desenvolvem o pensamento crítico e são importantes para a construção de identidades. Nesse sentido, as leituras oferecidas às crianças nessa idade podem ser caminhos que as conduzirão a questionar, construir conhecimento e transcender limites, preconceitos e paradigmas – além de proporcionar uma representação feminina que pode influenciar futuras posturas diante da vida. Importa destacar que o aporte teórico-metodológico aqui utilizado se centra na Análise de Discurso Crítica (ADC), na vertente britânica, levando-se em consideração os estudos de gênero, uma vez que, sendo uma ciência transdisciplinar, dialogar com outras áreas do conhecimento redonda em uma compreensão mais robusta do fenômeno em estudo. Vale ressaltar que, para a ADC, discurso é tão importante que pode mudar práticas sociais e vice-versa. Dessa feita, a importância dos discursos veiculados nos livros infantis repousa sobre a potencial influência que pode ter na concepção de mulher que as crianças adotarão em suas vidas. Para a análise, utilizam-se também, como suporte, conceitos oriundos da Crítica Literária Feminista. Uma análise, ainda preliminar, aponta para a legitimação de crenças que posicionam as mulheres em um degrau inferior ao masculino.

Práticas pedagógicas para uma Educação Antirracista na Educação Infantil

Ananda da Luz Ferreira (UFSB e SME-RJ)

O presente trabalho tem como objetivo relatar experiências pedagógicas para uma educação antirracista realizadas em espaços de educação infantil no município do Rio de Janeiro. Pautada na função que a Educação Infantil tem em formar hábitos e atitudes que contribuirão na consolidação da identidade dos diferentes sujeitos, percebe-se a necessidade de trazer para o currículo da Educação Infantil a história e cultura da África e Afro-Brasileira, para que as crianças se sintam representadas e compreendam a importância das heranças históricas e culturais trazidas pelos povos africanos e reelaboradas no território brasileiro. Para a concretização do projeto, que foi realizado com crianças que possuem entre três e quatro anos (maternal), foram utilizadas diferentes linguagens artísticas, como: literatura infantil, pinturas, áudio visual, músicas e fotografias. Corroborando que o lúdico que a Educação Infantil requer e a riqueza das culturas e histórias africanas e afro-brasileiras podem se complementar para que as identidades das crianças se solidifiquem positivamente. Constatando a prática pedagógica dialogicamente com a teoria, buscou-se apoio em Abramowicz, Trindade, Cavalleiro, Kramer, Hooks e os documentos oficiais. Trazer o debate étnico-racial para dentro de sala de aula, além de fazer com que a criança se reconheça e se sensibilize como parte dessa história, é contribuir

para que o racismo diminua em nossa sociedade. Podendo assim reafirmar que nada mais valioso do que utilizar-se de práticas pedagógicas em que as crianças se encontrem e se reconheça, além de aprender a valorar e respeitar as diferenças, efetivando a educação como prática libertadora.

O ensino de História, principalmente negras, como norteador de para a construção de identidades e horizontes de expectativas por parte de alunos negros na Aceleração

Josiane Nazaré Peçanha de Souza (ABPN, GPMC, FME-Niterói)

O presente trabalho procura mostrar o quanto o ensino de História, principalmente de Histórias negras, constituiu-se como espaço de reação, norteador para a construção de identidade racial e de novos horizontes de expectativas por parte de alunos negros pertencentes às periferias urbanas, em escolas públicas da Educação Básica. Será socializado para tal trechos do projeto educativo, fruto de uma observação participante, desenvolvido no ano de dois mil e dezesseis, em uma turma de Aceleração de Aprendizagem, numa rede municipal, composta por doze alunos negros, com idades entre onze e quinze anos, com grande defasagem de série, ano/idade. Dialogará principalmente com as categorias de 'espaço de experiência e horizonte de expectativas' e a 'historia magistra vitae' nos estudos respectivos de Paul Ricoeur (2010) e Reinhart Koselleck (1993) e, assim como outros conceitos-chaves de outros autores, por meio de uma pesquisa bibliográfica quanto ao ensino de História, potencializando principalmente uma profunda reflexão sobre o combate necessário do Racismo na Educação, fundamentado a partir de Munanga (2004), articulando categorias importantes como: a História Oral, a História de Vida, a História Nacional e Internacional, memória, identidade racial, representatividade e pertencimento negros e o desfazer de silenciamentos. Serão descritas ainda práxis antirracistas e que também discutiram com os alunos sobre gênero e sexualidade, potencializando a desconstrução de estereótipos e preconceitos já enraizados entre eles, influenciados pela realidade em que estavam imersos, inclusive as vivenciadas dentro dos espaços e tempos escolares. Discutiremos ainda como as práticas desenvolvidas também possuem uma perspectiva fortemente decolonizadora dos currículos escolares e das metodologias tradicionalmente utilizadas nas turmas de Aceleração da Aprendizagem.

Gênero, raça e pedagogia decolonial no ensino de ciências

Kelly Meneses Fernandes (Centro da Mulher Baiana/Prefeitura de Camaçari/UNEB)

O trabalho traz algumas reflexões para se pensar uma pedagogia decolonial no ensino de Ciências, a partir da inserção das histórias e dos conhecimentos científicos produzidos por mulheres negras das áreas das Ciências. As histórias escolhidas e conhecimentos científicos produzidos dizem respeito às seguintes cientistas negras brasileiras: Joana D'Arc Félix de Sousa (Química); Nadia Ayad (Engenheira de Materiais), Viviane Barbosa (Engenheira Química e Bioquímica) e Sônia Guimarães (licenciada em Ciências). O currículo de Ciências oficial pouco estabelece conteúdos relacionados com as temáticas

de gênero, e não existe nada relacionado à intersecção gênero e raça. Os livros didáticos de Ciências também não fazem menção às mulheres negras cientistas. É muito natural abrir um livro e se deparar com conhecimentos científicos produzidos somente por cientistas homens e brancos. Além disso, é muito comum questionar os estudantes sobre a imagem que possuem de um cientista e praticamente a maioria afirmar que é um homem. A forma como se hierarquizou ao longo dos tempos emoção e razão e se criou a ideia de que fazer ciência é agir de forma racional e, portanto, é melhor ocupada se for por homem, vai se produzindo a regra que ciência é feita por homem e que não é o lugar para uma mulher, muito menos se ela for negra. Portanto, afirmar que existem mulheres negras produtoras de conhecimentos científicos diversos é também repensar esse conceito de ciência que foi posto, como algo inteiramente objetivo e racional. A pedagogia decolonial pode ser uma prática importante nesse pensamento de construir um currículo menos eurocêntrico e masculino. Um currículo de Ciências transgressor no sentido de visibilizar vozes negras femininas como inventoras, criativas e produtoras de conhecimentos científicos é importante para a sociedade.

ST 13 – GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E INTERSECCIONALIDADES

Coordenação: Heloisa Helena de Oliveira Santos & Lívia Paiva

Uma abordagem das questões de gênero fora de uma perspectiva que cruze os elementos de classe e raça, atualmente, revela-se, em muitos sentidos, reducionista. O mesmo ocorre no campo de análise da garantia/violação dos Direitos Humanos: analisar as questões em torno do modo como as mulheres negras são aproximadas ou alijadas desses direitos demanda uma perspectiva que considere não apenas as opressões de gênero, mas também aquelas de raça e classe. Assim, nesta Seção Temática (ST), estaremos discutindo a área dos Direitos Humanos não a partir de uma perspectiva legalista e centrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas sim de uma perspectiva sociocultural e histórica, que insere as lutas das mulheres por emancipação, identidade e direitos, de modo mais amplo, como um processo de transformação que questiona o sujeito universal dos Direitos Humanos. Dessa maneira, receberemos e discutiremos trabalhos que, a partir da análise de diferentes objetos de pesquisa, abracem a temática do acesso/violação dos direitos, considerando o potencial criativo/empoderador, de um lado, e os desafios e opressões, de outro, próprios dos sujeitos que vivenciam diariamente em suas vidas as resultantes deste cruzamento entre gênero, raça e classe, assim como as violências presentes na vida de pessoas não heterossexuais e cis. Discutir linguagens artísticas diversas se encontra em nosso escopo: a abordagem de experiências literárias, musicais, teatrais e todas as demais expressões culturais utilizadas como ferramentas empoderadoras serão recebidas nesta mesa. Reconhecendo os diferentes mecanismos de violência, também é do interesse desta ST abordar os modos de opressão engendrados pela sociedade capitalista, no Brasil, na América Latina e no mundo, que recriam e reproduzem o massacre das mulheres nas sociedades com histórico colonial. De outro lado, os trabalhos que abordam o diálogo Sul-Sul e desnaturalizam abordagens desagregacionistas também estão compreendidos nesta Seção Temática. Assim, pesquisas que visem abordar a questão do acesso/violação dos direitos a partir de perspectivas afrocentradas/afrodiáspóricas ou, reconhecendo as devidas limitações, pós-coloniais ou decoloniais também são de grande interesse.

Rostos, vozes e silêncio: transgressões ao corpo feminino nos contos “Ana Davenga” e “Maria”, de Conceição Evaristo

*Adriana de Oliveira Teixeira Kató (UFRR) &
Fabiana Pereira de Assis (UFRR)*

A depreciação da cultura de um povo é um dos instrumentos mais eficientes de dominação, o que acaba por instigar o oprimido à resistência. Desse contexto, emergem as mais variadas formas de violências. Por esses seguimentos, surgem então, na literatura, as escritas reais de autores que nararam suas vivências às margens da sociedade. A obra *Olhos d'água* (2015), de Conceição Evaristo, uma das principais escritoras da literatura afro-brasileira na atualidade, remete-nos a reflexões profundas sobre os mecanismos de violência contra a mulher, evidenciando a violência simbólica, que diz respeito ao poder simbólico praticado pelo dominador, bem como a moral, configurada por injúrias e difamações, e, por conseguinte, a física, quando finalmente ocorrem as transgressões ao corpo. A autora afrodescendente aborda em sua escrita a condição feminina da mulher negra marginalizada com base no conceito de “escrivência”, que pode ser interpretado como a escrita das vivências de um corpo feminino, que coloca personagens subalternos, da sociedade brasileira, em evidência. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo a reflexão sobre a temática da violência contra a mulher que se configura nos contos “Ana Davenga” e “Maria”, na obra de Conceição Evaristo, cuja trama desencadeia a morte das personagens (femininas) de maneira trágica. No referencial teórico, serão considerados os estudos de Bhabha (1998), para tratar sobre a literatura marginalizada do pós-colonial, e de Duarte (1998), para as questões de gênero e violência. Trata-se de um trabalho de caráter bibliográfico em andamento. Os resultados parciais indicam que a violência afeta, ao longo da vida, as mulheres de todas as raças e etnias.

As “mulatas” de Di Cavalcanti – iconografia e estereótipos femininos no imaginário social brasileiro

Andréa Regina Marques Chamon (UFMG) &

Adriano Roberto Afonso Do Nascimento (UFMG)

O presente artigo aborda o termo “mulata” na tentativa de compreender a maneira específica como as artes plásticas se apropriaram dessa personagem, decidimos pela escolha da produção de Di Cavalcanti, reconhecido no mundo das artes como o “pintor das mulatas”. Diante da escolha do nosso objeto de estudo, propusemos-nos então a identificar, descrever e analisar os elementos de significado presentes em obras que retratam mulatas, executadas pelo artista, procurando considerá-los segundo questões envolvidas de raça, gênero e classe. Elegeu-se a interseccionalidade como o principal caminho teórico a se percorrer na tentativa de se apreender melhor o fenômeno social que permeia a personagem “mulata”, por suas características singulares. Como método de análise, optou-se pela análise semiótica de três imagens. Os achados apontam a vulnerabilidade da mulher negra/mestiça por ter sua vida marcada pelas sobreposições de três eixos de subordinação: raça, gênero e classe. Parece adequado, então, enfatizar que o interesse específico pela temática desta pesquisa se deu

principalmente pela possibilidade de pensar os lugares sociais ocupados pela mulher negra/mestiça brasileira ao longo da história de nosso país. Como citado, optou-se pela produção artística de Di Cavalcanti, por sua importância enquanto artista brasileiro e pela grande quantidade de obras produzidas por ele. Procuramos esboçar um quadro que permita contextualizar minimamente o significado de “mulata” em diferentes momentos para, então, tentar apreender seu significado na obra de Di Cavalcanti. Mais especificamente, interessou-nos a maneira como essa categoria foi sendo criada e recriada, tendo como pano de fundo algumas discussões sobre raça, gênero e papel social. Como estratégia de apresentação das informações, iremos tratar a “mulata” segundo três perspectivas complementares: a) o vocábulo “mulata”; b) a imagem da “mulata” (iconografia) e; c) a própria mulher considerada “mulata”. Por isso, entendemos que, tratando-se do que estamos propondo, o estudo da interseccionalidade pode possibilitar uma melhor compreensão do material que analisaremos.

As mulheres negras nos 130 anos pós-abolição da escravidão

Karoline Franciele dos Santos (UFSC)

O presente artigo tem por objetivo trazer um resgate histórico-social das mulheres negras nos 130 pós-abolição no Brasil, tendo como pressuposto que os processos de escravização e o pós-abolição (sem indenização pelos anos de escravidão, sem assistência, sem políticas de inclusão por parte do Estado) deram-se de forma divergente quando acrescentamos as categorias gênero e interseccionalidade. Passados 130 anos da abolição da escravidão no Brasil, análises estatísticas das relações raciais e de gênero no país demonstram como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros dispositivos de segregação interferiram na estratificação social. As mulheres negras com muita luta e resistência alcançaram diversas conquistas, mas a realidade ainda está longe da ideal. Ainda se luta pela igualdade de condições e pelo acesso aos direitos humanos, políticos e sociais. As marcas das desigualdades históricas e do período escravocrata, aliadas ao patriarcado nas relações interseccionais, ainda apresentam-se contemporaneamente na sociedade e em suas diversas ramificações, as quais este artigo tem por objetivo apontar, tais como: educação, saúde, mercado de trabalho, política, habitação, violência e acesso às políticas públicas. Nessa perspectiva, construir um artigo em que o ponto central consiste em analisar a realidade das mulheres que são totalmente atingidas pelas suas identidades sociais (raça/cor, etnia, gênero, classe, religião, orientação sexual) é um esforço para além de pontuar as desigualdades, mas também é explicar as estratégias de resistência e afrontamento a tudo que a sociedade brasileira tenta impor às mulheres negras. Este trabalho visa colaborar realizando a síntese de várias pesquisas já realizadas (muitas inclusive por intelectuais negras, buscando dar visibilidade a elas). Assim, este artigo trata-se de uma pesquisa de caráter documental explicatório, pretende-se realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a historicidade da mulher negra no pós-abolição em diversos livros, artigos, revistas, dissertações, teses, sites, pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).

Mulher negra: Um potencial afrofuturista

Carla Costa (UniRio)

O presente artigo apresenta a discussão sobre a existência do corpo feminino a partir do conceito de afrofuturismo. Questiona-se como o corpo afrodiaspórico lutou, resistiu e sobreviveu às violentas opressões e rejeições do passado. Traça-se também um panorama da realidade presente, analisando de que forma esse corpo se projeta para o futuro. Discute-se ainda como a mulher negra cria fissuras no capitalismo rompendo com as assimetrias sociais para sobreviver às mazelas do sistema no qual estamos inseridas. Para aprofundar a discussão, esta pesquisa traz como referência questões levantadas pela filósofa Angela Davis. Nos livros *Mulheres, cultura e política* e *Mulheres, raça e classe*, a autora, que desde os anos 60 faz uma abordagem sobre o universo da mulher negra, defende o fato de que, sem a presença da mulher negra e da mulher não branca no mundo, os direitos não são humanos. Compara-se aqui as questões levantadas por Davis sobre as mulheres negras ao conceito afrofuturista, que surgiu como um movimento artístico na década de 60 criado pelos negros estadunidenses e que, nos anos 90, recebeu o termo “Afrofuturistic” pelo escritor Mark Dery. Ao fazer um recorte de gênero no conceito de afrofuturismo, tomando como ponto de partida as provocações aqui citadas, reflete-se sobre sua amplitude e abre-se a possibilidade de construir novas verdades fora da narrativa cultural dominante. Assim, o afrofuturismo pode potencializar e conectar mulheres da diáspora africana com suas histórias e conhecimentos a partir dos seus corpos racializados.

O abandono de mulheres negras no assentamento Egídio Brunetto, e suas relações com os frutos nativos do Cerrado

Kelly Soraya da Luz (UnB)

O trabalho tem como propósito mostrar o abandono de mulheres que residem no assentamento de reforma agrária Egídio Brunetto, localizado em Flores/GO, que é composto majoritariamente por mulheres negras. Bem como apresentar a relação dessas mulheres com os frutos nativos do cerrado e com os produtos de base extrativista e agroecológicos, dado que a agroecologia não foca somente nas questões produtivas, mas também nas questões culturais, sociais, econômicas e nos saberes populares, além de buscar valorar a prática dessas atividades como um incremento de renda para as famílias. O assentamento está localizado a cerca de 240 km do Distrito Federal, a pesquisa de campo se deu a partir de visitas feitas no local, entrevistas e rodas de conversas com algumas mulheres que residem lá. Tal assentamento foi criado em 30 de outubro de 2012, com 113 famílias assentadas. Atualmente, residem menos de 80, devido muitas dificuldades, tais como a falta de água potável, de saneamento básico, de luz e de transporte público. Em consequência da falta de recursos hídricos, os agricultores não conseguem produzir e terminam abandonando suas parcelas e famílias. Sendo essa uma das diversas formas de abandono das mulheres das regiões rurais, o que, no assentamento visitado, não é diferente. Pode-se perceber por meio da observação in loco que a maioria das mulheres que residem no assentamento Egídio Brunetto são mulheres negras e elas relatam que essa situação de abandono é muito humilhante, pois se veem abandonadas com seus filhos por seus companheiros, que vão para outros estados para trabalharem e adquirir renda para a família, eles garantem a elas que

logo retornarão para seus lares, mas isso não acontece e acabam constituindo outras famílias. Provocam-se, assim, uma violência muitas vezes naturalizada e uma luta árdua e solitária dessas mulheres para sustentarem suas famílias e permanecerem na terra. Elas vivem em situação de repetição que se dá devido aos restos de escravagismo e aos privilégios de grupos dominantes, porque as mulheres negras ainda estão fadadas a exercer funções que já ocupavam na sociedade colonial, colonialidade essa que subalterniza e mantém essas mulheres num ciclo relacional de abandono.

Por um entendimento de quem são os humanos dos direitos humanos

Ana Luísa Machado de Castro (UFG)

O discurso da universalidade dos direitos humanos se sustenta a partir de uma defesa abstrata da extensão dos direitos para todas as pessoas, por serem todos humanos, mas tem como lado oculto ter se assentado na exclusão de grupos e a partir de construções hierárquicas de raça, gênero e classe. As instituições e os aparatos normativos de direitos humanos, por exemplo, conferiram direitos conforme a noção de humanidade de cada época. Portanto, refletir sobre quem são os humanos a quem se refere esse discurso dos direitos humanos significa entender as questões históricas, políticas e filosóficas que sustentaram os processos de desumanização do humano ao longo da modernidade. Uma das contradições centrais dos direitos humanos, como destaca Sueli Carneiro (2011), é o não reconhecimento da humanidade de todos e todas. A autora complementa “se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de uma humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos” (CARNEIRO, 2011, p. 15). Na hierarquização da humanidade, as mulheres negras são as mais desumanizadas, por articularem as hierarquias de raça e de gênero estando sujeitas a múltiplas violações de direitos. Considerando essas provocações, o objetivo deste trabalho é relacionar a construção da noção de humano ao longo da modernidade colonial com as violações sistemáticas de direitos humanos sofridas pela população negra brasileira, em especial pelas mulheres negras. Para atingir o objetivo proposto, o artigo está dividido em três eixos reflexivos. Primeiro, analiso alguns processos de desumanização do humano, como o genocídio dos povos indígenas e a escravização dos africanos no início da modernidade colonial, relacionando com a construção da noção de humano nos discursos hegemônicos dos direitos humanos. Em um segundo momento, investigo como a desumanização da população negra no Brasil, com base em argumentos religiosos, científicos e políticos, relaciona-se com as múltiplas violações de direitos humanos vivenciadas pelo grupo na contemporaneidade. Por fim, considerando as contribuições teóricas de intelectuais negras como Thula Pires, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, indico possibilidades de ampliação das categorias humanidade e dignidade humana, buscando abarcar uma diversidade de sujeitos subalternizados.

Ser mulher negra na América Latina

Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso (Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina/USP)

Este trabalho faz parte da pesquisa da tese de doutoramento intitulada “Vozes Insurgentes: o discurso do feminismo negro da América Latina”, do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP). A condição de ser mulher negra latino-americana passa uma tripla discriminação interseccionada em gênero, raça e classe. Tal condição remonta o processo de colonização das Américas, no qual a divisão social do trabalho é realizada pela produção de diversas identidades históricas racializadas. Esse processo de racialização é um componente básico para definição das relações de poder que operam até os dias de hoje. O papel social da mulher também foi reorganizado a partir da colonização com a subalternidade sexual da mulher perante o homem sob uma ótica colonizadora. Esse processo aconteceu tanto nas sociedades pré-colombianas, quanto nas sociedades yorubas, nas quais as mulheres anteriormente desempenhavam outros tipos de papéis sociais que não as subalternizavam. Dessa maneira, a colonização legitimou a hegemonia masculina nessas sociedades. Sob o conceito da interseccionalidade, a condição da mulher negra na América Latina oprimida pelo racismo e pelo sexismo também atravessa a condição de classe e, ainda, outros tipos de discriminações que podem se sobrepor. Assim, as mulheres têm os piores índices socioeconômicos em relação aos homens, brancos e negros, e às mulheres brancas. Entretanto, durante todo o período de escravização até os dias atuais, a opressão à população escravizada e aos seus descendentes gerou resistência e revoltas na América Latina. E a luta contra o regime escravista foi convertida em luta pela sobrevivência e contra a opressão, o que se perpetua até os dias atuais.

Direitos humanos, othering e interseccionalidade

Grazielle Vasconcellos Ozorio (UERJ – Coletivo Negro Patrice Lumumba)

Pretende-se analisar a possibilidade de os direitos humanos serem utilizados como ferramenta emancipatória para mulheres negras e pobres. Para tanto, por meio da crítica à forma jurídica, demonstrar-se-á as contradições entre a aparência e essência contidas no referido instituto, explicitando a funcionalidade do conceito do sujeito universal de direitos humanos para a reprodução do capitalismo e o porquê de não contemplar as particularidades de mulheres negras e periféricas. Segundo Rosa Luxemburgo, o desenvolvimento do capitalismo pressupõe a permanente tomada de espaços não capitalistas, sempre que há situações de acumulação para se fazer fluir o excedente produzido. Com base nisso e na teoria da expropriação capitalista do espaço, Guilherme Leite acredita que, nessa fase sistêmica e expansionista, a forma jurídica se manifesta a partir da violência jurídica explícita e da prescrição expressa da desigualdade, operando sob os discursos jurídicos de *othering*. Os direitos humanos foram declarados com base em ideais iluministas (humanismo, racionalidade e universalidade), pressupondo a existência de um conjunto de valores inerentes à natureza humana, tendo a razão humana como mecanismo universal e esclarecedor do mundo, assim criou-se o conceito de justiça, baseado na suposta razão, logo, o que é irracional é injusto/desumano, segundo a particularidade eurocêntrica: branca, classista, patriarcal e heternormativa. Nesse sentido, qualquer

prática social que não se encaixa nesse padrão é tida como desviante, sendo caracterizada como o outro (*othering*), aquele que é irracional/incivilizado, violador de dos direitos humanos. Portanto, esse outro pode e deve ser tutelado para a proteção desses direitos abstratos, com base nessa justificativa racional, os discursos de *othering*, travestidos de direitos humanos, têm servido para a expansão e reprodução do capitalismo. Com isso, ao introduzir os direitos humanos nessas sociedades, reestabelecem-se também as relações sociais segundo a lógica da propriedade privada, além de se fazer o uso do direito penal para controlar as massas que não se adequem a esse novo modelo social. Dessa forma, será demonstrada a reprodução do capitalismo via direitos humanos, explicitando as formas de violências para esse outro desviante, quanto mais longe do padrão eurocêntrico do sujeito de direitos humanos, mais explícita será a violência sistêmica para com esses corpos, assim, tem-se que o capitalismo e suas formas de reprodução e expropriação são interseccionais, atingem de forma particular cada indivíduo, conforme sua raça, gênero, classe e sexualidade.

SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES

ST 14 – EXPERIÊNCIAS DE INTERLOCUÇÃO, LEITURA E ESCRITA EM CONTEXTOS EDUCATIVOS: O QUE NOS ENSINAM AS NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS, INDÍGENAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS?

Coordenação: Cristiane de Assis Portela & Bruna Paiva de Lucena & Valéria Gomes Borges Vieira

Parte integrante das ações do grupo de estudos Autoria de Mulheres, Pedagogia Engajada e suas Interseccionalidades, que reúne pesquisadores da Secretaria de Educação do DF, da Universidade de Brasília e do Centro Universitário de Brasília, esta Seção Temática pretende ser espaço de interlocução para pesquisas acerca da autoria de mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais, dos seus procedimentos narrativos de autorrepresentação, bem como dos processos de leitura e escrita em contexto escolar elaborados a partir de pedagogias fundamentadas na autonomia, na resistência e na transgressão. Pretende-se movimentar um conjunto de problemas significativos para se pensar as narrativas afro-indígenas-brasileiras, o potencial contra-hegemônico da presença dessas autoras e os questionamentos epistemológicos trazidos ao universo da leitura e da escrita de maneira mais ampla, o lugar da memória, da história e das escritas de si, do corpo e de seus deslocamentos por fronteiras nacionais e locais, o debate sobre a violência, a justiça, a ética, a identidade étnico-racial, de gênero e de classe, a posição da crítica e da educação escolarizada no cenário atual. Embora as abordagens possam ser múltiplas, o eixo que unirá os trabalhos será a preocupação com a reverberação das vozes dessas mulheres em sala de aula e em outros contextos educativos, as instâncias legitimadoras daquilo que pode ser reconhecido como material didático e a abertura para o diálogo com outras expressões autorais, sejam elas produzidas em narrativas literárias de base oral ou escrita, textos acadêmicos ou obras em diferentes suportes, como o audiovisual e as artes em geral. De forma alinhada com a proposta do grupo de estudos acima citado, interessam-nos, em especial, análises que estabeleçam interlocuções teórico-conceituais com bell hooks e Glória Anzaldúa e, do ponto de vista da análise discursiva, pesquisas ou relatos de experiência que tomem como objeto as narrativas de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Eliane Potiguara, Scholastique Mukasonga, Cristiane Sobral, Meimei Bastos e os títulos organizados pela jornalista canadense Deborah Ellis. Interessa-nos muito também reunir trabalhos que se debruçam sob as produções de mulheres oriundas de diversas comunidades tradicionais brasileiras, como quilombolas, pescadoras, ciganas, quebraadeiras de coco, geraizeiras, retireiras, ribeirinhas, assentadas, extrativistas etc.

Da pele à escrita, uma reflexão sobre o trabalho artístico de Grada Kilomba como resistência ao silenciamento

*Meire Rocha de Abreu (Ufes) &
Aline Maria Dias (Ufes)*

O trabalho aborda duas obras de arte produzidas pela artista, escritora, ativista negra Grada Kilomba, trazendo reflexões árduas do processo de descolonização da história da independência de países africanos e do processo de rompimento do silenciamento dos sujeitos que, de alguma forma, fazem e fizeram parte desse contexto. O trabalho “While I Write” – Enquanto eu escrevo (2015), realizado no projeto Descolonizando conhecimento Performando Conhecimento, mostra-nos a importância do sujeito recusar o papel de objeto de significações e assumir-se como sujeito produtor de significado. O texto é apresentado por meio de uma projeção de vídeo na sala de exposição e está relacionado a outro trabalho da artista, “Conakry”. Este vídeo retoma arquivos filmados por cineastas guineenses e consiste em uma afirmação política de revisitação da independência de Guiné e Cabo Verde por Amílcar Cabral e, sobretudo, de resistência ao colonialismo português. Na videoperformance, o corpo e a voz da artista dão suportes ao que foi silenciado na história da colonização e de suas repercussões na formação escolar. A análise da produção artística de Kilomba estabelece um cruzamento com o pensamento da escritora, professora e intelectual negra bell hooks e sua potente convicção da educação como prática da liberdade, concebendo os alunos como participantes ativos, não consumidores passivos. Parte-se da contribuição da crítica construtiva de hooks à abordagem androcentrada de Paulo Freire e, igualmente, de sua crítica ao feminismo pautado por uma perspectiva branca e burguesa. A defesa da autora de conferir voz e espaço para que o diálogo educativo aconteça encontra ressonância nos trabalhos de Kilomba, ambas compreendendo a escrita como estratégia de resistir ao uso opressor da língua e de impedir o silenciamento. Nesse sentido, o trabalho inclui ainda a posição da autora da pesquisa, artista e pesquisadora negra, que reivindica a arte como construção de um espaço de resistência, visibilidade e aprendizado, encarando o uso do texto além das fronteiras da dominação.

Mulheres em movimento mudam o mundo e o Núcleo de Extensão do Território de Identidade da Chapada Diamantina (Nedet): diálogos com mulheres de comunidades tradicionais

*Marleide Rosa da Silva (UNEB-Campus XXIII) &
Therezinha Gauri Leitão (IFBA-Campus Seabra)*

Na busca de (re)conhecer quem são e o que desejam as mulheres de comunidades tradicionais do município de Seabra (BA), o Nedet/IFBA contribuiu para que Coletivos de Mulheres Urbanas planejassem e realizassem uma série de encontros em três comunidades: Riacho das Palmeiras (comunidade em processo de reconhecimento indígena), Agreste e arredores (comunidades quilombolas) e Mocambo da Cachoeira/Cachoeira da Várzea (quilombola), propiciando espaços de diálogo, intercâmbio e solidariedade entre mulheres de diferentes origens e vivências. Utilizou-se a metodologia participativa e da pesquisa-ação, adequando cada encontro para as demandas específicas trazidas por cada comunidade. Os resultados foram marcantes: nas comunidades Mocambo da Cachoeira/Cachoeira da

Várzea, houve momentos de pleno envolvimento, que revelaram situações de violência de gênero, encaminhadas pelo próprio grupo presente; as mulheres do Agreste mostraram um grande empoderamento, fruto de sua organização na Associação Amigos do Agreste, e mostraram-se desejosas em (re)construir espaços de vivência feminina como ocorria tempos atrás; as mulheres de Riacho das Palmeiras, tímidas e retraídas nos primeiros encontros, revelaram-se completamente articuladas, retomando, ao final do ciclo de encontros, o Coletivo Mulheres no Comando, atualmente finalizando a construção da cozinha comunitária, fruto do projeto escrito por elas e contemplado pelo Edital do Bahia Produtiva, sendo que elas continuam com os encontros, junto com o projeto de Extensão Ubuntu, do IFBA – Campus Seabra. Ao final do ciclo de encontros, percebeu-se que desenvolver ações nesses grupos de mulheres constitui-se em tarefa desafiadora, em função das exigências e obrigações múltiplas do cotidiano feminino, gerando um tempo escasso para refletir sobre sua posição sócio-econômica, sua saúde e sua participação política, sejam elas mulheres rurais ou urbanas. Nesse sentido, o projeto promoveu uma movimentação e um intercâmbio inéditos das mulheres de comunidades tradicionais e de coletivos urbanos do município de Seabra, trazendo para o centro da discussão a própria mulher enquanto sujeito histórico-crítico e sua condição de luta numa sociedade ainda pausada pela heteronormatividade, pelo patriarcado, pelo sexismo e pela misoginia, compreendendo a articulação como fundamental na busca da autonomia feminina.

Mulheres negras macacoarienses ocupando território: quintais, roças de toco, uso da mata e das águas e o dom das mãos

Maria das Dores do Rosário Almeida (MESPT/UnB)

O pioneirismo de mulheres negras na Vila do Carmo do Macacoari se inicia no final do século XIX, perpassando pelo direito à terra, pelo combate ao latifúndio e pelo protagonismo dessas mulheres. Nesse processo, temos tanto mulheres negras criadoras de gado quanto roceiras. Nos quintais, na roça de toco e nos usos da mata e do rio, elas foram ocupando esse território e, teoricamente, dialogando com a questão de raça e classe. Essa ocupação deu-se por meio de seus saberes e fazeres, enredados por redes de cuidados entre mulheres negras macacoarienses. Seus conhecimentos e suas mãos foram os principais instrumentos desta tecedura: a dor de uma era a dor de outras mulheres, assim fortaleceram-se e transformaram-se em mulheres sábias e aguerridas. As mais velhas tiveram um papel fundamental nessa construção. “A nossa vida era assim”, “assim que era”. Eu pensava: “assim como?”. Elas falavam de um período entre 1920 a 1970, e mesmo relatando um período em que eu não havia nascido ou em que eu era pequena, eu compreendi cada gesto, cada desviar de olhos, de voz embargada, de olhos lacrimejantes e, finalmente, o silêncio. Para bell hooks (1981), esse silêncio tem significação: era o silêncio das oprimidas, o profundo silêncio causado pela resignação e aceitação de um único destino. Afinal, eu sou uma mulher negra e, nessas frases, era como se elas me dissessem: “acorda!”. O nosso protagonismo era assim, mesmo na Vila do Carmo. Nas palavras de Luiza do Rosário Almeida, 85 anos, em 2016: “a vida era só fazer farinha, ir pra roça, vinha de lá, passava o ano assim, fazendo farinha indo e vindo, varrendo dentro de casa, lavando roupa das mulheres que eram fazendeiras. Na época, sempre teve gente com mais dinheiro e outras que não tinham, a vida inteira era assim”. Com base nos resultados obtidos, verificamos que elas iniciavam desde a

fase de meninas suas atividades laborais, entretanto, as filhas das roceiras estavam no campo, nos quintais, nas roças, na mata, nos rios ou em casa; enquanto as filhas das criadoras de gado aparecem mais nas atividades intelectuais.

Educação em direitos humanos e literatura: a representatividade na ficção científica escrita por mulheres brasileiras

Risla Lopes Miranda (UnB)

O objetivo da comunicação é discutir a relação entre a educação em direitos humanos e a representatividade, tendo como base a coletânea de ficção científica feminista *Universo Desconstruído*. Com organização das escritoras Lady Sybylla e Aline Valek, os dois volumes do *Universo Desconstruído* trazem autoras e autores (na comunicação aqui proposta, a discussão irá focar nas mulheres escritoras) com contos que quebram os estereótipos comumente presentes nas histórias de ficção científica, além de questionar a masculinização desse gênero literário. Mesmo que a ficção científica moderna tenha começado por nada menos que Mary Shelley, os clássicos da ficção científica se consagraram com homens e com personagens homens. As narrativas das mulheres na ficção científica, portanto, são relegadas à marginalidade e apagadas no espaço do mercado literário. Questionar esse processo de marginalização na literatura contemporânea em geral, e na literatura de ficção científica em específico, é trazer à tona a questão da representatividade na narrativa, praticando a desconstrução de práticas de injustiça social, nas quais meninas e mulheres não se veem nas histórias e também são desencorajadas a criar suas próprias narrativas. Diante disso, a igualdade de gênero se alinha à representatividade presente nas produções literárias, disputando narrativa e questionando as representações de mulheres na ficção científica. A universalidade da narrativa imbuída ao homem relega as mulheres aos espaços da narrativa dita “específica”. A ideia é marcar a ficção científica feminista como um subgênero de contra-hegemonia que traz elementos para se discutir a representatividade, a igualdade de gênero e a literatura como direito humano.

A receptividade da Literatura de autoria negra feminina em rodas de leituras e criatividade literária em São Sebastião/DF

*Letícia Érica Gonçalves Ribeiro (IFB) &
Elizângela Quézia Gonçalves Cardoso (IFB)*

Na tradição literária brasileira, durante muito tempo, o negro teve pouca representatividade e, mesmo quando as suas vivências se tornam temas, eles são tratados a partir de “ideologias, atitudes e estereótipos da estética branca dominante”, como afirma Proença Filho (2004). A literatura afro-brasileira, escrita por negros/as, com o olhar voltado para o resgate da historicidade do negro, com a perspectiva de valorização da cultura afro, como denúncia e forma de reflexão sobre a realidade de miséria e exclusão vividas pelos negros no Brasil, é algo recente e carente de visibilidade e valorização. Quando se trata de autoria negra feminina, a questão ainda é mais grave, isso porque às mulheres e, sobretudo

às mulheres negras, foi negada, por séculos, a sua participação na vida social, cultural e acadêmica, incluindo a vida literária. Embora, ainda no século XIX, Maria Firmina dos Reis publique o primeiro romance abolicionista e, um século depois, Carolina Maria de Jesus dá visibilidade à realidade de uma mulher negra da periferia com *Quarto de Despejo*, é somente na década de 1970 que a literatura escrita por mulheres negras começa a ocupar algum espaço. Com isso, por meio do discurso literário, vozes por tanto tempo silenciadas começam a resgatar a ancestralidade e valorizar o saber e a beleza negra, construindo pontes entre o passado e o presente. Atualmente, podemos citar várias de autoras negras que, mesmo timidamente, vêm rompendo barreiras, sobretudo editoriais, e enegrecendo e enriquecendo o cenário literário brasileiro. Mas, infelizmente, elas ainda não estão nas grandes livrarias, nem nas bibliotecas, nem nas salas de aula. Mesmo nomes já consagrados, como Conceição Evaristo, Mirian Alves, Cristiane Sobral, ainda são pouco conhecidos entre estudantes. Foi diante dessa constatação e da concepção de que a obra das autoras negras contemporâneas representa um resgate positivo da identidade e dos valores da negritude brasileira, principalmente, da imagem da mulher negra, que surgiu o interesse em trabalhar os textos de autoras por meio de rodas de leitura e criatividade literária na comunidade de São Sebastião, numa perspectiva que aliou ensino, extensão e pesquisa. Embora, em algumas rodas, trabalharam-se textos de várias autoras negras, priorizou-se a obra poética de Cristiane Sobral. Esta comunicação pretende apresentar o percurso metodológico trilhado e os seus resultados.

Laurindas, Joaquinias e suas narrativas de saberes: objeto e metodologias que existem e falam

Celenita Gualberto Bernieri (MESPT/UnB)

Apresento aqui um trabalho em que busco compreender as causas, as consequências e as perspectivas das gerações de mulheres quilombolas das comunidades de Lajeado e São Joaquim, no Tocantins. O trabalho se constituiu de interlocuções narradas numa atitude política contra-hegemônica, que dá visibilidade a mulheres que existem e que querem viver o seu lugar de fala, a partir do orgulho de se identificar como mulher quilombola, mulheres que concentraram os esforços na garantia de um território e que hoje fizeram nascer uma espécie de feminismo identitário, oriundo das Laurindas e Joaquinias. Numa perspectiva de se propagar um distanciamento da invisibilidade mantida para com elas, proponho a “oralidade dos sentidos” como epistemologia e método de ensino em contexto comunitário, valorizando a cultura oral e cotidiana, identificada nas ações cotidianas das interlocutoras. Como fenômeno ancestral, tracei as ideias do que parecia fácil de escrever, mas constatei que escrever a minha trajetória autobiográfica era muito mais complexo do que parecia. Eu teria que trazer o porquê de tanta fatura no coração. Então descobri que meu corpo já dissera aos quatro cantos que eu havia nascido menina negra, primeira dos seis filhos de uma não tão casual família, formada por uma professora e um agricultor. E que, só depois, constitui-me quilombola. O feminismo identitário das Laurindas e Joaquinias fez surgir entre nós outro território, com o investimento em si mesmas de modo a encontrar o território por onde querem seguir. A cada dia, acontece uma lição de vida. Aprende-se de tudo, a comunicação com os mais velhos, com os mais novos, o trabalho em grupo fazendo o que gosta ou o que não gosta e, sobretudo, aprende-se o gosto pela vida. Desse modo,

levanto a hipótese de que o método de ensino comunitário que chamo de oralidade dos sentidos também ocorre nas demais comunidades tradicionais, o que faz dele uma pertinente proposta em concretização de uma educação que atenda o perfil de um público multicultural presente nas escolas e nas universidades brasileiras.

A trajetória de luta das mulheres quilombolas Luízes em diálogo com os escritos sobre a diáspora africana

Miriam Aprigio Pereira (MESPT/UnB)

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de luta pelo território dos quilombolas Luízes, presente na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais. Esse coletivo tem como marco de sua história o protagonismo feminino à frente dos embates judiciais, na pauta de reivindicações de direitos territoriais. Pretende-se traçar um panorama histórico da saga dos Luízes, iniciada no início do século XX, cujos reflexos e/ou resultados estão sendo contemplados, ainda que parcialmente, no século XXI. A certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, o reconhecimento na categoria de Patrimônio Imaterial da cidade e um modelo diferenciado de organização coletiva constituem alguns dos temas a serem apresentados. Na condição de proponente desta apresentação, membro do grupo e pesquisadora, pretendo ainda abordar o meu próprio processo de construção enquanto ativista, militante e acadêmica que pauta pela busca por consolidação de direitos territoriais, culturais e educacionais dos povos quilombolas, tanto para os comunitários Luízes, quanto para os quilombos do estado mineiro. O objetivo é destacar quão necessária se faz a atuação da sociedade civil, no enfrentamento da opressão estatal, uma vez que essa opressão aniquila direitos e extermina culturas. A proposta é relacionar a trajetória de luta das quilombolas Luízes, em diálogo com as autoras e autores negros, que abordam a temática sobre negritudes, dentro de uma perspectiva decolonial. Objetivando-se ainda associar essa temática às produções da filosofia africana, que auxiliam na compreensão da legitimidade do pleito por liberdade e justiça social, dos sujeitos oriundos da diáspora africana no contexto de pós-abolição.

As intelectuais dos saberes orgânicos: a atuação de mulheres Tupinambás da Serra do Padeiro

Elizamar Gomes da Silva (MESPT/UnB)

Os saberes tradicionais e as vivências das mulheres indígenas abarcam aportes importantes na construção de ressignificações dos processos de conhecimentos estruturantes na busca da manutenção da vida humana e de seus povos. Esses conhecimentos conseguem modificar a vida de pessoas não somente da comunidade, mas somar para a construção das grandes teorias e práticas direcionadas à sustentabilidade. Isso nos faz pensar nos elementos estruturantes que abarcam e calçam esses saberes. Isso é notório nas comunidades indígenas a partir do próprio desenrolar educacional que utilizam os conhecimentos tradicionais nesse processo. A forma como se utiliza a matemática é algo concreto de

como os conhecimentos são abarcados, levando em consideração o repasse desses de forma orgânica (conforme Antônio Bispo). No momento atual, como mestranda na Uiversidade de Brasília (UnB), vejo a possibilidade de contribuir com os parentes Tupinambá nesse processo de ensino-aprendizagem a partir da agricultura familiar. Principalmente porque a agricultura é muito importante para eles, pois esse povo vive basicamente de suas plantações, como: feijão, milho, abóbora, mandioca, aipim, melancia, batata-doce, cana, abacaxi, cacau e banana, entre outras. Além disso, os conhecimentos cosmológicos são muito utilizados para realizar os plantios e para controlar as pragas. Percebo que tudo isso é também um meio de ensinar. Nesse sentido, os Tupinambá da Serra do Padeiro, na Bahia, conseguem evidenciar esses saberes na fala de uma matriarca de nome Maria da Glória, chamada por nós de Velha Maria. Como conhecedora das ciências tradicionais, ela consegue construir metodologias de aplicação de uma “matemática nativa”, uma espécie de etnomatemática que tem como base os conhecimentos tradicionais aplicados de forma autêntica, envolvendo desde o manejo de solo para o plantio aos cálculos, à organização da colheita, ao armazenamento e à circulação de produtos como o cacau e a maniva. Argumento aqui que mulheres como Velha Maria cumprem, ancestralmente e hoje, um papel fundamental como intelectuais dos saberes orgânicos, fortalecendo saberes tradicionais ao mesmo tempo em que estimulam o empoderamento das mulheres indígenas.

Mulheres pescadoras fazem resistência: por uma defesa das alianças entre os saberes tradicionais e os saberes científicos produzidos pelas mulheres negras em diferentes contextos

Elionice Conceição Sacramento (MESPT/UnB)

Visto que as mulheres pescadoras enfrentam um sistemático processo de violência, entre as mais profundas a invisibilidade e conseqüentemente a negação de direitos. Proponho abrir pontes de diálogos entre intelectuais negras da academia e pescadoras do território pesqueiro e quilombola Conceição de Salinas, Bahia, a fim de tecer redes de solidariedade que possibilitem o enfrentamento à invisibilidade imposta às mulheres das águas. Uma provocação respeitosa, visto que, para o momento, apresento um ponto de vista de um suposto entremeio: negra quilombola pescadora que está estrategicamente na academia para receber um título que, enquanto valor pessoal, é a busca por melhor qualificação como estratégia de enfrentamento ao capitalismo patriarcal, racismo, sexismo e seus desdobramentos que afetam as comunidades tradicionais. Com isso, vislumbro a construção de narrativas contra-hegemônicas que evidenciem a significativa importância social, cultural e econômica das mulheres pescadoras. Nessas águas, é importante nos deixarmos influenciar pelos diversos tipos de ventos, aprendendo a navegar em águas desconhecidas e complexas, nesse sentido, além de contribuir fazendo ecoar as nossas vozes, estamos provocando que os espaços de produção epistêmica rompam com os racismos que nos subalternizam e fortalecem a ideia de uma história única, perspectiva confrontada por Chimamanda Adichie. Sendo assim, falo de provocação, não como afronta ou polêmicas vazias, e sim no sentido de chamar a atenção para estabelecer alianças entre os saberes tradicionais e os saberes científicos produzidos pelas mulheres negras intelectuais urbanas e nós. Subsidiando essa conversa, terei minhas mais novas e minhas mais velhas do território tradicional de um lado, para as quais boto e peço bênção, e, do outro, as minhas professoras doutoras da

Universidade de Brasília, a fim de garantir respaldo ao colóquio na perspectiva do colonizador pelo lugar que elas representam. Ainda intervêm as professoras Geri Augusto (Brown University), Ana Lúcia Souza (UFBA) e a Cristiane Portela (UnB). Todas são mulheres negras da academia e que conhecem nossas demandas, dominam o tema do território tradicional e das literaturas marginais e, acima de tudo, compreendem que “a urgência por existir e a importância de evidenciar que mulheres negras historicamente estavam produzindo insurgências contra o modelo dominante e promovendo disputas de narrativas” (RIBEIRO, 2017).

Tecer histórias é como tecer uma rede de memórias: a oralidade e a ciência Xakriabá como epistemologias nativas

Célia Xakriabá Correa (MESPT/UnB)

Sou Célia Xakriabá, ativista do movimento indígena desde os treze anos de idade. Sou membra do Povo Indígena Xakriabá, comunidade localizada no norte do estado de Minas Gerais. Sou filha de um líder indígena que aprendeu a ler e a escrever em casa de família, época em que não existiam escolas em nossa comunidade. Sou bisneta de emblemático Xakriabá, referência na escrita de cartas. Meu avô é ainda respeitado pelo conhecimento da tradição oral Xakriabá, em especial da linguagem cantada. Possuo graduação em Ciências Sociais e Humanidades/ Formação Intercultural para Educadores Indígenas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 2013, com trabalho de conclusão do curso sobre pintura corporal e espiritualidade. Sou a primeira mestrande Xakriabá, concluindo o curso na Universidade de Brasília (UnB). Possuo experiência como professora de Cultura na Terra Indígena Xakriabá, na Escola Estadual Indígena Xukurank. Atuei na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) como Coordenadora de Educação Escolar Indígena, sendo também a primeira indígena a exercer essa função. A questão que orienta esta comunicação pode ser formulada mais ou menos assim: de onde vem a força que carrego da oralidade da palavra xakriabá? Embora o povo Xakriabá tenha uma narrativa que se assemelhe com a de outros povos indígenas, apresentamos características ímpares na palavra anunciada. Ora pelas metáforas, ora pela entoação com melodia. É assim que me apresento, como corpo falante que herda essa ressonância/melodia no entoar da palavra, o que não é muito comum para uma jovem, sendo mais presente entre os mais velhos, que são considerados sábios da tradição da ciência Xakriabá. Argumento que minha fala vem de um enraizamento, vem do território e circula em vários lugares. Considero que, se a academia, com seus critérios e normas, “forma” doutores de boa fala e aqueles que analisam a fala/discursos (os especialistas formados em linguística, os linguistas), para mim, de maneira análoga, a ciência do território “forma” os mais velhos xakriabá, como doutores da oralidade e criadores de conceitos nativos. Constitui-me ouvindo esses sábios, que são meus fios condutores de ancestralidade, e os tenho como epistemólogos nativos. Para a maioria das pessoas, uma boa fala é aquela que é produzida pelo pensamento com o apoio da escrita. Para mim, uma boa fala é também produzida pelo pensamento, mas a oralidade não é só uma boa fala, é o saber que se ancora também no corpo, e é no meu “corpo falante” que teço histórias como uma rede de memórias.

Iara, Conceição e Oxum: trajetória, alianças, interseccionalidades e os desafios de uma mulher afro-indígena quilombola marajoara

Daniele Conceição Sarmiento de Sousa (MESPT/UnB)

O presente trabalho visa apresentar a narrativa autobiográfica de uma mulher afro-indígena quilombola marajoara. Eu sou uma mulher na descoberta de mim mesma, desvendando as etnias e as mulheres que vivem em mim. Nunca havia parado para refletir mais profundamente sobre as minhas heranças étnicas. Falo étnicas, no plural, porque só agora me dei conta da formação multiétnica do meu povo, da minha comunidade. Até pouco tempo, tudo que eu sabia sobre mim, ou tudo que me interessou saber sobre mim, é que eu nasci na comunidade de Bairro Alto, uma comunidade formada no interior do município de Salvaterra, por gente negra forra ou refugiada no período escravocrata, das mais diversas fazendas de criação de gado, da região do Arari. Desde pequena, ouvia as histórias contadas por minha mãe e por minhas tias de como nossa família chegou à comunidade. Naquele tempo, não nos identificávamos como quilombolas, éramos apenas pessoas moradoras de comunidade negras rurais. Ser uma mulher quilombola é uma identificação recente para mim. Ter sido criada em comunidade tradicional, acabou por me fazer criar um vínculo muito maior com a família de minha mãe. As mulheres que vieram antes de nós escreveram a nossa história no tempo. Hoje, repensando essa história, eu passei a perceber o quanto eu venho de uma linhagem matriarcal. A narrativa nos reporta à história da formação pluriétnica da população da Ilha de Marajó. A resistência ao sistema opressor foi feita principalmente pelas alianças inter(étnicas) entre indígenas e negros, e a atuação de mulheres fortes e corajosas que, fugindo das fazendas de gado da região, formaram os mocambos ou quilombos. Destaco a estrutura matriarcal que até hoje resiste nesses espaços e se reflete na trajetória de bisavós, avós, mães, filhas e netas. Apresento também questões de enfrentamento ao racismo e à discriminação, e as lutas por políticas públicas que tratam da educação para as relações étnico-raciais e de gênero, porque a vida das mulheres marajoaras está sempre atravessada por uma trajetória de luta e resistência, mas também tem muita leveza e beleza. Entre nós, convivem crenças e valores antagônicos, como a religiosidade católica e a prática de cultos ancestrais aos encantados e o respeito à natureza. Ser uma mulher marajoara é poder ser devota de Nossa Senhora da Conceição, acreditar na lara, nas protetoras dos rios, mas também fazer oferenda a Oxum e conviver com esses femininos plurais em perfeita harmonia no corpo e na alma.

Relato de experiência: conhecendo o cotidiano e a vida de mulheres e homens das reservas indígenas: Panambizinho e Bororó em Dourados/MS

Michael Louzeiro de Aguiar (UnB) &

Eliane Sá de Oliveira (UFMS)

O objetivo desta comunicação é apresentar aspectos relevantes sobre a atividade extracurricular desenvolvida pelos acadêmicos/as do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Naviraí, nas aldeias Panambizinho (borboleta) e Bororó, duas das muitas reservas indígenas situadas no Estado de Mato Grosso do Sul. Durante a “experiência de entrosamento” – inédita para os/as acadêmicos/as –, foram realizadas observações e registros de relatos da população

em referência. Desse modo, serão discutidos aspectos observados empiricamente, como a realidade social e cultural de povos que vêm sendo segregados continuamente; eles sofrem “ilhados” em terras demarcadas, sobretudo pela falta de políticas que visem atender e respeitar suas necessidades mais básicas de subsistência. Contará com a apropriação da linguagem de gênero. Sendo feita essa análise de forma empírica, incentivada por teóricos/as que foram pioneiros/as nessas idas a campo, abrindo caminho para que pudéssemos ter o nosso próprio olhar, construindo um diário de bordo, que tende somente a acrescentar e a agregar os conhecimentos de forma prática, unindo a teoria com a pesquisa, tendo uma riquíssima experiência de vida acadêmica, construindo algo que se pensava estar somente no campo teórico, mas que foi possibilitado por essa visita às aldeias, a qual foi vivenciar a realidade “nua e crua” de toda uma variedade étnico-cultural.

Interseccionalidades e as Mulheres “Desapocadas” do Puris: conhecimentos tradicionais e categorias nativas de Beleza entre mulheres quilombolas do norte de Minas Gerais

Sirlene Barbosa Correa Passold (MESPT/UnB)

Como pesquisadora negra e quilombola, me propus a compreender como as mulheres de minha comunidade (Quilombo Puris, localizado em Manga, norte de Minas Gerais) constroem representações acerca da beleza, relacionando essas concepções com os conhecimentos tradicionais relativos ao embelezamento e cuidados com o corpo feminino. A partir da politização de nossa identidade como comunidade negra quilombola e pelas conquistas dos movimentos negro e de gênero, tomamos consciência de que muitas opressões se associam e acabam por marginalizar e nos colocar em uma situação de vulnerabilidade que guarda peculiaridades em relação a outros segmentos, também impactados por essas opressões concomitantes. Portanto, reconhecer na comunidade as opressões entrecruzadas em nossa história consistiu em um primeiro passo. As interlocuções teóricas nos permitiram nomear aquilo que já conhecíamos como parte das imposições vivenciadas pela comunidade: a isso chamo hoje de interseccionalidades, referindo-me ao entrecruzamento e sobreposição de opressões que marcam o nosso cotidiano. Dando continuidade a essas reflexões, percebemos a categoria nativa “desapocada” – há muito utilizada pelas mulheres mais velhas da comunidade – como parte das narrativas construtoras de uma interseccionalidade como política emancipatória, experimentada por aquelas mulheres que vivem nos rincões do país e enfrentam diversos conflitos e ameaças aos seus territórios. Para as mulheres do Puris, a mulher bonita tem que ser “mulher desapocada”, conceito que compreende que a beleza está associada à desenvoltura, à capacidade de comunicação, de resolver problemas e executar seus compromissos, de não ter vergonha de se apresentar em lugares públicos e falar com qualquer um de forma descontraída, sem se submeter inclusive a imposições masculinas. Esse é o elemento central que parece conferir sentido e predominar naquilo que essas mulheres conceituam como beleza. Por meio dessa categoria, conferimos uma distinção em relação a outras definições que qualificam a beleza feminina. Buscamos demonstrar que as opressões sofridas pelas mulheres negras, quilombolas, indígenas e de outras comunidades tradicionais, por mais que pudessem conduzir ao desempoderamento, acabam por ressignificar as relações identitárias e de pertencimento, ao acionar uma compreensão compartilhada de que a beleza tenha como característica elementar o desapocamento.

Travessias da narratividade oral às narrativas escritas de uma mulher quilombola Jalapoeira

Ana Claudia Matos da Silva (MESPT/UnB)

A comunicação tem como propósito apresentar a saga de travessias de uma mulher negra quilombola, da região do Jalapão, no Estado do Tocantins. Essa mulher teve, pela primeira vez aos nove anos de idade, em 1996, o primeiro lápis “para chamar de seu”. Desse ano até agora, vive o propósito de trilhar da oralidade para escrita e da escrita para a oralidade. Faço narrativas ancestrais e contemporâneas do meu grupo. Historicamente, o Quilombo Mumbuca é uma comunidade matriarcal, desde a geração da Jacinta, Guardina, Laurina, Guilhermina, Laurentina e Dotora. Na comunidade são as mulheres que narram o passado, reafirmam a importância da terra, justificam o legado do artesanato do capim dourado e reivindicam os direitos do grupo. Ana Mumbuca é o nome que escolhi para mim. Decidi que falaria ao mundo que quero ser chamada assim. Essa é uma escolha política em homenagem ao meu quilombo e aos nossos ancestrais que lutaram e lutam por nós. Sou negra quilombola, tenho trinta anos, solteira e não tenho filhos, faço parte de uma geração de mulheres quilombolas que abdicaram da condição corriqueira de ser mãe e esposa, no propósito de percorrer caminhos “outros”, nunca antes trilhados pelos nossos antepassados. Nesse sentido, faço questão de apresentar a minha narrativa autobiográfica com entrelaçamentos inseparáveis de vivência pessoal, coletiva, passados, presentes, futuros de homens e mulheres quilombolas. Muitos deles eu não conheci, mas “os meus” fizeram-me saber sobre as suas existências. O que se espera de uma narrativa de uma negra quilombola? Não tenho nenhum propósito de fazer uma narrativa nem floreada e embelezada, nem penosa ou heróica. Escrevo prioritariamente para os meus pares. Quem são os meus pares? Os meus pares estão localizados em diferentes espaços geográficos mundo afora, são aqueles que foram colocados em situação de “excluídos” e “inferiorizados”, foram ao longo de anos subalternizados e, assim como eu, aos poucos estamos tentando dominar o mundo da escrita, entre outras ferramentas de lutas contemporâneas. Tal desafio posto, veremos muitos outros “dos nossos” compartilharem de forma escrita as suas narrativas. Desse modo, essa narrativa tem o compromisso étnico, um viés político-ideológico que visa romper paradigmas e conseguir o êxodo do domínio ou a tentativa de escrever, colocando, no texto, os nomes, histórias, fatos, percepções sobre nós e com nós, escrevendo nossas próprias travessias.

As mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas: a educação por meio da oralidade

Maria Aparecida Mendes (MESPT/UnB)

Este artigo tem como objetivo discutir a atuação das mulheres que marcam a minha trajetória por meio da educação quilombola. O Quilombo de Conceição das Crioulas é um território localizado no II Distrito Da cidade de Salgueiro, Sertão Pernambucano, a aproximadamente 560 km da capital Recife. A inspiração para o trabalho vem da minha experiência de vida com o povo do meu Quilombo. Pretendo apresentar um relato sobre as estratégias educacionais adotadas pelas mulheres negras desse território. Adotarei como metodologia a análise do discurso a partir das conversas que tive com as

mulheres. Estabeleço interlocução com as autoras Givânia Maria da Silva (2016), Márcia Jucilene (2017) e Paula Balduíno Melo (2015). As duas primeiras trazem importantes informações referentes à educação quilombola e a terceira traz relatos importantes sobre as mulheres afropacíficas equatorianas e colombianas, a partir das quais posso estabelecer um diálogo com o tema que estou abordando. Até aqui, a minha trajetória de vida é fortemente marcada pela convivência com essas e outras mulheres. As suas orientações e experiências me impulsionaram. Esse processo passa pela luta pela educação, primeiro pela conquista do direito de estudar, depois pelo direito a criar um currículo específico para a pedagogia crioula. Com a minha mãe, aprendi a assumir a responsabilidade comigo e com meus irmãos mais novos, a tratar as pessoas com respeito, principalmente as de mais idade. As suas ações me ensinaram a enfrentar desde cedo as dificuldades que surgiam, ela foi a grande incentivadora para os meus estudos e, como não haviam possibilidades de ir às escolas, com o dinheiro da venda de umbu, ela pagou a uma parenta para nos alfabetizar. A minha avó materna foi a pessoa adulta com quem mais eu e meus irmãos convivemos e, durante as atividades cotidianas, ela aproveitava para nos contar as histórias que ouvia dos mais velhos. Nesses momentos, todos silenciavam para escutar, só se abria a boca para fazer perguntas sobre o assunto, e assim aprendemos muito sobre a nossa história e a do território, só não tínhamos a oportunidade de tornar essas narrativas conhecidas para além da comunidade. A preocupação em contar a história de nossa comunidade foi se tornando cada vez mais um propósito educativo e de vivência entre as diferentes gerações de Conceição das Crioulas. Hoje temos uma educação diferenciada, que nos é assegurada como direito e podemos afirmar que ela se pauta na oralidade.

Por leituras insubmissas: des(retratos) e pluralização epistêmica a partir do reconhecimento da leitura no cotidiano da escola

*Ana Claudia Souza Dias (SEEDF) &
Cristiane de Assis Portela (SEEDF/UnB)*

A partir da proposição de uma categoria analítica, a de leituras insubmissas, o texto busca problematizar metodologias de formação de leitores, argumentando que o reconhecimento da leitura que associa escrita e oralidade é parte importante do processo de ensino-aprendizagem na escola. Para fins de análise, tomamos como mote a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (divulgada no ano de 2016) e relatos da experiência vivenciada por uma das autoras em sua prática docente em escola pública do Distrito Federal. Confrontando concepções epistemológicas, estabelecemos interlocução com alguns teóricos críticos, como Daniel Pennac, Murizzio Gnerre, bell hooks e Glória Anzáldua. Argumentamos em defesa da necessidade inquestionável da leitura em que se resguarde, tanto entre professores quanto para estudantes, o direito à insubmissão, como parte dos direitos dos leitores. Para nós, pensar “fora da caixa” é sobretudo questionar o que está escrito, reconhecer como a língua pode significar opressão e não se submeter totalmente a ela, bem como também não a rejeitar totalmente. Retomando Rich, citada por hooks: “Esta é a língua do opressor, no entanto eu preciso dela para falar com você” (REICH, Adrienne apud hooks, 2008, p. 858). Pensar fora da caixa é considerar o popular, o contemporâneo e a diversidade linguística tão dignos de estudo como são o canônico, o consagrado e o clássico. Nesse sentido, pensar fora da caixa é realizar leituras insubmissas. Para

contribuir com a formação de leitores, propomos que estudantes e professores: duvidem do que está escrito; reconheçam que o padrão da norma culta da língua portuguesa é somente uma das variantes de nossa língua; identifiquem que a variedade padrão da língua contribui para manutenção do domínio das classes socialmente privilegiadas, mas que precisamos dela para construir uma nova consciência; compreendam e contribuam para que a oralidade tenha o mesmo privilégio dado à escrita; exercitem os direitos imprescritíveis do leitor proposto por Pennac (1991); saibam que há um leitor hiper-real ao qual não precisamos corresponder ou impor ao outro que corresponda; e aceitem que a leitura dos clássicos ou de alguns deles podem contribuir significativamente para a cidadania, desde uma leitura que considere suas subjetividades e que estabeleça de alguma forma relação entre o que está escrito e o seu mundo.

Carolina Maria de Jesus; memória, história e resistência

Milena Gabriel Nunes (UnICEUB)

A “escrivência”, termo popularizado pela pesquisadora Conceição Evaristo, apresenta-se sem a pretensão de se tornar conceito, tal qual obras oriundas de espaços e lugares de fala não-hegemônicos, que nascem da necessidade de ser – como sujeitos históricos – a partir da escrita de si. Nesse sentido, essa pesquisa visa compreender os escritos de Carolina Maria de Jesus como fonte de pesquisa histórica buscando correlacionar a literatura testemunhal aos estudos sobre a escrita da história. Propõe-se analisar o resgate de memórias proposto por Carolina como movimento de resistência ao silenciamento histórico das memórias dos sujeitos subalternizados, resistência essa que passa a preencher os vazios que foram tradicionalmente esquecidos ou ocupados por aqueles que, institucionalmente, detêm o poder da palavra. A partir dessa denúncia em tom de poesia, Carolina ocupa seus espaços de memória compreendendo toda a expressão de uma coletividade silenciada. Sendo assim produtora dos próprios conhecimentos, ela, a partir de suas obras, revisa a história do Brasil de forma a perceber e se enxergar dentro dos processos de continuidades que perpassam por essa história. Compreendendo fragmentos do passado e percepções do presente, correlaciona ambos os espaços de tempo a partir de reflexões sobre a fome; se no passado houvera fome de liberdade, em seu presente, a fome se apresenta de forma literal, fome alimentar. A obra de Carolina Maria de Jesus apresenta-se então como essencial à compreensão de processos que constituíram a construção do Brasil enquanto república, afirmando seu local de fala e legitimando a produção de suas epistemologias.

Leituras da liberdade: uma proposta metodológica de crítica literária em sala de aula

Bruna Paiva de Lucena (SEDF)

Considerar o leitor empírico, real, em sua materialidade de vidas e anseios, nos processos de leitura e escrita em sala de aula, talvez seja um dos primeiros passos para aproximar estudantes de textos literários, uma vez que a distância que estabelecem das obras propostas em ambiente escolar acabam

por afastá-los. O exercício da crítica literária pelos alunos muitas vezes não passa de uma atitude de memorização do que quer que se entenda sobre determinada obra, ou seja, apenas uma leitura da crítica, e não a realização do próprio exercício crítico. Sabendo disso, pretende-se propor neste trabalho uma possibilidade metodológica de exercício de crítica literária a partir da aproximação da história de vida de quem lê com a história de vida que é narrada, no imbricamento de autoficção literária e do que aqui se denominará de autoficção crítica. Para isso, será feita uma proposta de leitura de *A mulher dos pés descalços*, de Scholastique Mukasonga, com base na própria história de vida daquela que lê. Os processos teóricos e pedagógicos desenvolvidos no contexto do Programa Mulheres Inspiradoras para que os alunos escrevessem as biografias/memórias literárias de suas mulheres inspiradoras são o que fundamentam o desenvolvimento dessa metodologia de leitura, análise e escrita sobre o texto, bem como as leituras de teóricas como Ríia Lemaire, Rita Terezinha Schmidt, bell hooks e Glória Anzaldúa.

Sobre narrativas autobiográficas e a história ficcionada: o ensino de história indígena na educação básica a partir da obra “Metade Cara, Metade Máscara” de Eliane Potiguara

Cristiane de Assis Portela (SEEDF/MESPT-UnB)

No grupo de estudos Autoria de Mulheres, Pedagogia Engajada e suas Interseccionalidades, que reúne pesquisadores da Secretaria de Estado da Educação (SEEDF), da Universidade de Brasília e do Centro Universitário de Brasília, em torno do Programa Mulheres Inspiradoras, temos argumentado que todas/os nós, professoras/es de diferentes áreas de conhecimento e campos disciplinares, devemos atuar como agentes de letramento. Considero estratégico o lugar que o ensino de História ocupa nos processos de formação de leitores e, nesse sentido, busco analisar as potencialidades de uso da obra *Metade cara, metade máscara da escritora indígena* Eliane Potiguara, no ensino de História no Ensino Médio. Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de pedagogias fundamentadas na autonomia, na resistência e na transgressão, busco propor uma metodologia de trabalho com essa obra, centrada nas noções de narrativas autobiográficas e história ficcionada. Teoricamente, problematizo a concepção de língua como lugar de opressão e, ao mesmo tempo, espaço potencial de transgressão, conforme proposto por bell hooks e por Glória Anzaldúa. A concepção de escrevivência de Evaristo nos indica caminhos para utilização da autobiografia e da história ficcionada em contextos escolares, um tipo textual capaz de trazer ao ambiente escolar uma rede de troca de afetos e experiências que propicia a formação de leitores não só como interiorização de determinado padrão linguístico, mas também como forma de transgressão desses padrões, problematizando conceitos históricos e noções de temporalidade.

Mulheres transmitindo saberes: educação e conhecimento tradicional sobre plantas medicinais na comunidade São José/GO

Rosilda Alves Coutinho (MESPT/UnB)

Cada bioma possui plantas medicinais, como é o caso do Cerrado. Nesse bioma, as pessoas desenvolvem um amplo e profundo conhecimento das plantas, em especial daquelas com propriedades terapêuticas. Parte importante dessa riqueza do Cerrado ainda pode ser encontrada em minha comunidade, São José. Trata-se de um pequeno povoado, formado por famílias descendentes de quilombolas, localizado no município de Cavalcante, estado de Goiás. Fica aproximadamente a 85 km da sede municipal. O povoado foi fundado pela família de Dona Edivirge após saírem da comunidade quilombola Kalunga – mais exatamente da localidade Choco, entre o Vão do Moleque e o Vão de Almas, para constituir uma outra comunidade. Os conhecimentos tradicionais concernentes às plantas medicinais nos acompanham desde os tempos mais remotos do mundo. O intuito do meu trabalho, como professora, é transmitir os saberes das plantas medicinais por meio da educação na Escola Calunga I – João de Deus, fazendo interligação com as mulheres matriarcas da comunidade São José, Cavalcante-GO. Diversas mulheres na comunidade praticam/exercem esses saberes, que são conhecimentos culturais e tradicionais do nosso povo quilombola. Com este trabalho, proponho um diálogo entre saberes tradicionais e saberes científicos, ambos importantes e incomensuráveis (CARNEIRO, 2007), levando os saberes das nossas mulheres mais velhas para o espaço educacional da escola acima mencionada e outros espaços de debates da comunidade. São vozes de diferentes gerações de mulheres negras que estarão ecoando, provocando reflexão e mudanças de postura, nesse sentido, uma transgressão metodológica, como nos ensina bell hooks.

A mulher de pés descalços: memória, afetividade e os contatos interculturais a partir da narrativa feminina – a obra de Scholastique Mukasonga no ensino de história na Educação Básica

Flávia Pereira Machado (IFB/GO)

A presente comunicação é parte de um processo de autorreflexão sobre minha trajetória profissional marcada pelo trânsito entre ser formadora de professoras e professores e ser professora da Educação Básica. Ao atuar em um espaço em que se articulam dois níveis e modalidades de ensino, a Licenciatura em História e o Técnico Integrado ao Ensino Médio, proponho, como objeto de reflexão e ação, propostas pedagógicas que conduzam ao estabelecimento de relações dialógicas entre sujeitos e sujeitas da aprendizagem. Estabelecemos como eixo transversal para o plano de ensino da turma as diásporas africanas, no sentido de problematizarmos a escrita da história a partir do processo de colonização, desconstruindo a visão eurocentrada, não apenas do continente africano, mas de todos os continentes, estabelecendo a relação deles com a África nas diferentes temporalidades. Assim, por meio da leitura e análise da obra da escritora tutsi Scholastique Mukasonga, *A mulher de pés descalços*, realizaremos a discussão sobre relação entre memória e história por meio da narrativa autobiográfica de autoria feminina, refletindo sobre os elementos de afetividade que emergem nas lembranças da autora em um cenário marcado pela dor, a percepção da atuação das mulheres em meio à violência

da guerra civil e os contatos interculturais identificados na obra. A análise será realizada em três movimentos articulados: no primeiro movimento, objetiva-se compreender a vida e obra da autora, o lugar de produção, a intencionalidade, os diálogos entre história e literatura, a compreensão da narrativa autobiográfica, identificando os sentidos de ser mulher e ser tutsi em Ruanda; o segundo movimento envolve o trabalho com os temas relacionados à memória e à afetividade na escrita da trama da autora, os contatos interculturais e a dimensão do feminino no texto; por fim, o terceiro movimento é a construção da narrativa textual pelos próprios alunos e alunas evidenciando seu olhar sobre a obra e sobre como ela se articula ao seu cotidiano. O objetivo do projeto é de refletir sobre as narrativas femininas e africanas como forma de problematizar práticas discursivas e perspectivas historiográficas predominantes tanto nos meios midiáticos quanto no espaço escolar que estabelecem um lugar de subalternidade para a mulher e para as comunidades africanas a partir da percepção da multiplicidade de sujeitos, vozes dissonantes e de olhares sobre as Áfricas e sobre as insurgências dos femininos.

Escrever para existir e politizar a identidade de mulher da quebrada: a experiência de fazer nascer *Um verso e mei*

Meimei Bastos (Slam Q'BRADA/UnB)

Nascida em 1991 na Ceilândia, Distrito Federal (DF), de família nordestina e mineira, tenho a periferia como meu lugar no mundo e espaço de reflexão e produção poética. Ainda criança, mudei-me para Samambaia/DF, cidade onde resido e resisto até hoje como atriz, escritora, slammer, arte educadora, estudante e mãe de Sofia. Minhas palavras podem ser escutadas em saraus e batalhas de poesia falada (Slam) ao redor do Brasil e lidas em minhas redes sociais, bem como na antologia *Mulher Quebrada*, composição que reúne escritos de mulheres moradoras das periferias do DF e no livro *Um verso e mei*, meu primeiro livro de poesias, lançado recentemente. Atualmente, coordeno e produzo o Slam Q'BRADA. A relação com a oralidade reflete-se em uma poética que entrelaça a língua das ruas – e suas demandas – e dos corações, em busca de justiça para si e para o mundo. A presença de personagens femininas, símbolos de força, luta e coragem, remete tanto às minhas vivências familiares e pessoais quanto à necessidade de formação de uma história de um nós e de um agora das mulheres nas periferias. Meus poemas sinalizam a cultura das ruas brasileiras, colocando em primeiro plano o povo, retratado em figuras reconhecidas por seu trabalho e dignidade. Em minhas narrativas, o Estado cava feridas. Até o céu e o sol não são o mesmo para todos. O que todo mundo tem se entremeia ao que foi tirado de muitos: o danone, o carro, o reboco, a parede pintada, a roupa de sair, a água no cano, o livro e o brinquedo. A diferença de classes – marcada nas palavras por um “nós” e um “eles” é, ao mesmo tempo, uma marca das lonjuras e distâncias, mas também uma dicotomia que segrega e divide e que se faz necessária para que haja o abrir de olhos. É um mundo de lonjuras. As classes cindidas, que é tensão, dor e um bocado de indignação e revolta, amorna-se como a água temperada para banhar de bacia no quintal. Minto, não é que se amorne, mas esfria um pouco. “O que não mata, FORTALECE” é um dos meus versos. Mas nem tudo são dores. Os amores aparecem, o prazer feminino e sua força empoderadora. Em *Um verso e mei* “construo” uma quebrada e impulso uma voz periférica.

Soberania e justiça social: mulheres quilombolas e a agroecologia no Quilombo Pau D'arco, Malhada-BA

Valéria Pôrto dos Santos (MESPT/ UnB)

Desde muito tempo, as mulheres negras vêm exercendo um papel muito importante na sociedade, no entanto, sabe-se que elas historicamente foram excluídas e limitadas a ocupar certos espaços e ter seus direitos reconhecidos. Tratando-se da discussão a respeito das mulheres quilombolas do mundo rural, a situação é ainda pior, pois elas vivem, na maioria das vezes, em meio a péssimas condições de estrada, moradia, acesso à água, educação de modo geral e, principalmente, educação contextualizada, demandada pelas comunidades. Faltam também atendimentos relacionados à saúde, formação técnica, falta de regularização fundiária das áreas em que vivemos, entre outras questões. A falta de acesso a políticas públicas é uma das grandes lacunas existentes em muitas comunidades rurais. Apresento-me sempre como “Valéria Pôrto”, pois aprendi com Lélia Gonzales e Vilma Reis que preta e preto têm que ter nome e sobrenome, senão o racismo coloca o nome que ele quiser. Sendo assim, já gostava muito do meu “Pôrto”, que vem do pai de minha mãe, Sebastião Rodrigues Pôrto. Mas, ao entender a importância que tem o sobrenome nesse momento de afirmação do povo negro quilombola, passei a gostar e usar diariamente em atividades nas quais eu participo. Para além de um sobrenome, ajuda-me a afirmar a mulher que eu sou, o lugar de onde eu venho e revela também minha identidade em sua totalidade enquanto pessoa, além do sentimento de pertença comunitário e familiar. Dessa forma, este trabalho tem intuito de relatar a experiência de outras mulheres como eu, com nome e sobrenome. Nesta comunicação, falarei de mulheres agricultoras que possuem sistemas produtivos calçados pela agroecologia, do Quilombo Pau D'arco – Malhada-BA. A partir dessas práticas, tentamos garantir autonomia na geração de renda e o empoderamento feminino por meio da produção agrícola, usando práticas agroecológicas como princípios de soberania e justiça social.

Sobre afetos, aprendizagem mútua e fagulhas contra-hegemônicas: interlocuções entre a Universidade de Brasília e o Quilombo de Conceição das Crioulas-PE

Mônica Celeida Rabelo Nogueira (UnB)

Trago aqui a interlocução com os trabalhos de pesquisa das mestras quilombolas Márcia Jucilene do Nascimento e Maria Diva da Silva Rodrigues. Suas pesquisas foram resultantes de trajetórias que pudemos acompanhar entre 2015 e 2017 no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), na Universidade de Brasília. A construção das pesquisas de Márcia Jucilene e Maria Diva revela mais do que compromisso com o tema, sendo representativas a implicação com o contexto de pesquisa e a consequente responsabilidade com seus efeitos práticos, visto que elas mesmas são parte da realidade de estudo e ação. Os recortes de pesquisa são bem delimitados sob três pontos de vista: a) espacialmente estão restritos à comunidade de Conceição das Crioulas e, no caso de Diva, a dois sítios específicos localizados no território e em seus arredores; b) quanto às interlocuções no processo de pesquisa, já que se privilegia a voz coletiva das comunidades escolares e de Conceição das Crioulas, no caso de Márcia, os entrevistados são professores, mas é a experiência e trajetória de mulheres da comunidade que orientam as narrativas; no caso de Diva, os ouvidos pela

pesquisa são sujeitos das comunidades escolares, envolvendo não só professores, mas também pais e estudantes; e c) quanto às escalas de análise, visto que são articuladas em ambas as pesquisas as perspectivas local, estadual e nacional, com destaque para a pesquisa de Diva, que está voltada à sinalização de uma tragédia anunciada no âmbito das políticas públicas de educação, a nucleação escolar, ferindo as comunidades rurais como um todo, mas especialmente as quilombolas. Do ponto de vista metodológico, destaca-se a compreensão dessas pesquisadoras – como representantes de Conceição, agora presentes e atuantes também na universidade, do quanto suas agendas de pesquisa constituem-se de demandas definidas coletivamente nos espaços de decisão da comunidade. Por isso, destacamos que não são somente elas que estão presentes na Universidade de Brasília, é Conceição das Crioulas que ocupa esse lugar por meio de seus títulos de mestrado. Desse modo, seus problemas de pesquisa necessariamente conduzem a reflexões que dizem respeito a mais de um campo disciplinar, na busca por equacionar problemas que afetam diretamente à comunidade e que não se subsumem a uma reflexão teórica ou academicista.

Experiência de escrita autoral em uma escola pública da Ceilândia-DF: O que me ensinaram as mulheres inspiradoras que os meus alunos me apresentaram?

Gina Vieira Ponte de Albuquerque (SEEDF/UnB)

Sou professora da Secretaria do Estado de Educação (SEEDF) desde abril de 1991. Escolhi a minha profissão por paixão. Ser professora era o que eu queria desde criança. Atuei em várias frentes, mas estive a maior parte do tempo em sala de aula. Em 2014, compreendi que seria necessário motivar e mobilizar as/os minhas/meus estudantes da Ceilândia para que quisessem escrever, atribuísem sentido à escrita e se permitissem viver com entusiasmo o processo de reescrita na busca por narrativas das mulheres que os inspiravam em suas vidas. Era um convite para que eles conhecessem melhor a história de alguém que lhes era muito especial, com quem eles mantêm fortes laços. Já imaginávamos que haveria resistência por parte de alguns, porque escrever exige o empreendimento de maior esforço do que o que costuma ser dispensado ao se realizar cópias do quadro ou do livro didático. Havia uma razão, um motivo claro para se escrever o texto. E a escolha por esse caminho parece ter dado certo. A coletânea de histórias construída revela que muitos conseguiram se sentir entusiasmados com a proposta. O resultado final apresenta a emoção de quem passou pelo processo de redescobrir a própria mãe, de ouvir, talvez pela primeira vez, a avó falar sobre a sua trajetória de vida, de conhecer as durezas enfrentadas pela bisavó ainda na infância. Traduz o sentimento de quem estava descobrindo a própria história. Ao final, nós nos surpreendemos com os resultados, porque depois de terem sido devidamente preparados para fazer as entrevistas na perspectiva de histórias de vida, procederem às entrevistas, terem-nas gravado e transcrito, os alunos e as alunas retornavam nos contando o quanto eles desconheciam as histórias de vida de suas mães. Outros relatavam como a entrevista foi um momento em que a família inteira se reuniu ao redor da bisavó, para ouvir com interesse e amor suas histórias. Houve, também, alunos que nos contaram que suas mães pediam para ouvir, repetidas vezes, a gravação, na qual elas retomam as suas lutas, as suas vivências, as suas conquistas, os momentos de dores e de alegrias. Ouvimos o depoimento emocionado de uma mãe que disse que a entrevista foi valiosa para que ela e o filho se reaproximassem. Acredito que as narrativas contadas

carregam um pouco dessa emoção vivida ao longo do processo de construção de texto. Mas elas vão além. Observamos que as histórias acabaram por registrar a identidade da nossa comunidade, das pessoas que circundam a nossa escola e que fazem parte da história da Ceilândia.

Polifonias: escrita “viva” e literatura de mulheres em escolas públicas do DF

Cristiane Sobral (SEEDF)

Professora, atriz e escritora carioca radicada em Brasília, ainda no Rio de Janeiro estudei teatro no SESC e fui a primeira atriz negra graduada em Interpretação Teatral pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Artes pela UnB, com pesquisa sobre as estéticas nos teatros negros brasileiros, atuo em diversas peças audiovisuais e teatrais. Integrante do Sindicato dos Escritores do DF, minha estreia na literatura ocorreu em 2000, com publicações nos *Cadernos Negros*. Publiquei até o presente momento “Não vou mais lavar os pratos” (poesia); “Espelhos, miradouros, dialéticas da percepção” (conto); “Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz” (poesia); “O tapete voador” (conto); “Olhos de Azeviche” (coletânea) e “Terra Negra” (poesia). Nesta comunicação, farei um apanhado de minha trajetória profissional no universo das letras chegando à minha participação no Programa Mulheres. Como base para relatar minha experiência, partirei de alguns fragmentos dos registros de estudantes de Ensino Médio depois da leitura e contato com “Não vou mais lavar os pratos” e “Escolhemos, pensamos, revivemos”. Não deu tempo de todos lerem seus poemas que foram feitos, mas os poucos que leram se tornaram muitos. “Foi uma metamorfose de sentimentos, de escolhas.” (Giovanna Livia, Experiência Inspiradora – Diário de Bordo do 3º A). Foi uma “aula essa em que, além de aprendizado da disciplina, temos conhecido um pouco dos sentimentos de cada um e aliás é impressionante ver a tamanha identificação dos alunos com os poemas de “Não vou mais lavar os pratos”, de Cristiane Sobral.” (Áthila Leonardo, Entrelaços e Nós – Diário de Bordo do 3ºD). “Esse livro de poemas me deixa em êxtase. Cada palavra entra nas fibras do meu ser, se chocam no meu consciente e me deixam pensativa.” (Gabriele Martins, Entrelaços e Nós – Diário de Bordo do 3ºD).

SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES

ST 15 – AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NEGRAS NO CINEMA E NA LITERATURA NA PERSPECTIVA DOS FEMINISMOS NEGROS

Coordenação: Renata Melo Barbosa do Nascimento

Este Simpósio Temático tem como perspectiva discutir as representações das mulheres negras difundidas no Cinema e na Literatura. Propõe-se análises a partir dos estudos feministas, de gênero e raça, com ênfase nas vertentes dos feminismos negros e dos feminismos pós-coloniais/decoloniais, de modo a observar os pressupostos em que se ancoram essas representações, enfatizando as suas condições de produção. Trata-se, portanto, de apreender confluências quanto às imagens e lugares atribuídos às mulheres negras, desvendando conexões históricas e culturais. Por outro lado, busca-se apreender também a variabilidade e as divergências na maneira como as mulheres negras são retratadas nas obras cinematográficas e literárias, com atenção às ênfases de cada autor/a. Buscam-se a desnaturalização e o desvelamento do caráter histórico e cultural das representações, permitindo que outras representações possam ser construídas e veiculadas, pondo em questionamento linguagens e imagens que foram tomadas como verdadeiras e naturais acerca das mulheres negras no Brasil. Permite ainda a compreensão de que as mulheres negras são sujeitos com subjetividades plurais e múltiplas, que não são fixas ou permanentes, e que, portanto, transformam-se e se relacionam com vários outros aspectos da vida social, bem como a classe, a raça, a profissão, a geração, as religiosidades, a sexualidade, dentro outros. Vale ilustrar, por exemplo, que a literatura do século XIX, de um modo geral, produziu e disseminou uma série de representações das mulheres negras que fortemente povoam o nosso imaginário social. Em muitos dos escritos que ganharam então destaque predominaram imagens de mulheres submissas, subservientes, promíscuas e ignorantes. Obras como as de Aluísio de Azevedo, José de Alencar e Bernardo de Guimarães ilustram muito bem essas imagens, construídas e posteriormente reiteradas no cinema nacional. A constante reiteração, repetição de representações que reforçam a inferioridade, a submissão, a opressão, a exploração sexual e do trabalho dos/as negros/as, seja na literatura, no cinema (histórico ou de ficção), ou na própria historiografia, acabou legitimando e reforçando a discriminação e o preconceito racial e sexual em nossa sociedade. Os estudos feministas direcionados às mulheres negras no Brasil têm revelado outras representações de suas subjetividades e experiências históricas, em busca da pluralidade de suas experiências e da desnaturalização de representações depreciativas e estereotipadas que historicamente marcam suas relações sociais. Tais estudos apontam para o caráter histórico, político e social dessas representações, ao mesmo tempo em que buscam revelar outras possibilidades de atuação para essas mulheres na história, ou seja, imagens que promovam uma ruptura com aquelas que naturalizam e estigmatizam os saberes e as práticas dessas mulheres negras, portanto, em pleno século XXI, essas análises se fazem necessárias, pois o Cinema e a Literatura são ferramentas fundamentais para a construção e/ou desconstruções de certos imaginários.

In her own words: resistência e empoderamento nas narrativas da escravidão

David de Sousa Pereira (IFB)

As *slave narratives* formam o foco central de investigação da pesquisa, com objetivação à representação do gênero feminino e abordagem narrativa, com olhar compenetrado na modelagem de resistência e de poder em *kindred* de Octavia E. Butler. A natureza do trabalho, então, solicita uma abordagem textual diferenciada, sobretudo um procedimento crítico capaz de colocar em relevo as questões apontadas pela articulação entre história e literatura. O trabalho, primeiramente, introduz os aspectos fundamentais das narrativas da escravidão na tradição literária, seu percurso histórico, suas propriedades e representantes, de modo que as configurações analisadas na obra se encaixem nas categorias previamente esmiuçadas, dando forma ao gênero *neo-slave narrative*, em que se encontra a narrativa de Butler.

Ancestralidade africana: a representação da mulher negra no romance Úrsula

Erika Costa Silva (UnB)

O romance *Úrsula* (1859), escrito pela maranhense Maria Firmina dos Reis, inova pelo discurso abolicionista que é empregado na narrativa a partir das personagens negras. A escritora estabelece a crítica contra a escravidão no romance por meio da “voz” e da humanidade que é concedida às personagens negras. O romance destoa de obras abolicionistas do século XIX, pois a estética utilizada na construção das personagens negras coloca no cerne a agência da mulher e do homem negro em evidência. As personagens firminianas não são objetificadas, infantilizadas, sensuais, submissas e não simbolizam o mal. A afirmação identitária, a consciência crítica sobre a escravidão, a memória da cultura africana e o desejo de liberdade são elementos constitutivos da humanidade das personagens negras, e é pela perspectiva desses que o olhar contra a escravidão é reproduzida na narrativa. Destacamos em especial a representação da personagem preta Susana, mulher africana que tinha uma vida feliz e de liberdade na África, desfrutava de afetos e alegrias com o marido e a filha, mas a sua história é completamente alterada ao ser raptada e trazida para o Brasil, nessa nova terra, ela padece dos males do regime servil. É a própria personagem que autodefine a sua imagem e o seu pertencimento identitário por meio do discurso de liberdade da narrativa. A afirmação identitária de preta Susana simboliza a africanidade e a sabedoria das griôs. O conhecimento guardado na memória da personagem é utilizado como fonte de explicação acerca do verdadeiro sentido de liberdade, para a preta Susana, a liberdade está estreitamente relacionada às suas origens culturais, ela jamais será livre em uma terra estranha. A mulher negra em *Úrsula* é representada como aquela que detém o conhecimento sobre a sua cultura e a ancestralidade guardada em sua memória e transmitida por meio da oralidade. São as qualidades da personalidade de preta Susana que define quem ela é, muito mais do que as imposições da escravidão. A frase que marca o início do romance é “A mente, esta ninguém pode escravizar”, é nesse sentido que preta Susana está situada na narrativa, embora o seu corpo possa estar numa situação de servidão, sua mente encontra-se livre e é desse modo que a personagem faz a sua resistência. Todas essas características tornam o romance *Úrsula* inovador para a época, e especial por ser o primeiro romance escrito por uma mulher afrodescendente e o primeiro romance abolicionista publicado por uma mulher.

O filme Pantera Negra: relações de gênero e poder

Chitungane Sebastião Chachuaio (Unilab)

A presente proposta é uma forma de refletir sobre o papel da mulher na garantia e manutenção da segurança do império Wakanda no filme *Pantera Negra*, o seu lugar na construção de um estado forte e estável e sua contribuição na formação de um estado que seja forte no sistema internacional segundo os preceitos do realismo (aqui interpretado como “indivíduos” que são os estados nacionais, considerados como únicos atores válidos no sistema e, para todos os efeitos práticos, como sendo “inteiriços”, isto é, como representando uma vontade maciça). Pretende-se visibilizar as relações de gênero e poder, no exercício de funções estratégicas para a manutenção da soberania interna, mas sobretudo externa no âmbito internacional (relações internacionais) de um estado. A tecnologia e a segurança são pilares vitais na construção e manutenção de uma hegemonia e soberania (no sistema internacional). Apesar desse filme ser uma obra inteiramente de ficção, traz consigo múltiplas representações de identidades, que vão partilhar um mesmo espaço também fictício (Império de Wakanda), em que tudo indica que esse lugar se encontra no continente africano. Império esse que vai abrigar ao todo cinco tribos (com características próprias e distintas uma das outras), desde formas de organizações sociais, políticas até a divisão das tarefas. O vibranium que o império possui constitui um elemento central (epicentro) para sua sobrevivência. À luz das histórias dos processos de descolonizações, é possível afirmar que as mulheres (sobretudo no contexto africano) desempenharam importantes papéis nas lutas nacionalistas contra a ocupação e a exploração ocidental. Dentro dos movimentos independentistas, surgiram organizações de mulheres, cujas agendas passavam pela inclusão nos processos de luta, e logo após a emancipação destas. O filme vai representar também a narrativa, da construção de uma identidade nacional, na qual as relações entre homens e mulheres são visivelmente harmônicas, buscando um bem em comum (a construção de uma nação, onde todos possam gozar dos mesmos direitos). No entanto, faz-se necessário problematizar esse discurso construído sobre as relações de gênero e poder que são por vezes romantizadas, uma estratégia muito usada em alguns contextos africanos pós-independência, em que muitos líderes independentistas vão se usar de tais discursos para, por exemplo, legitimar o seu lugar de privilégio e poder.

“Maria do Rosário Imaculada dos Santos” e a interdição da experiência feminina negra

Fernanda Rocha da Silva (UFMG)

A proposta do presente texto é apresentar o conto “Maria do Rosário Imaculada dos Santos”, o quinto do livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, de Conceição Evaristo, sob a perspectiva do conceito de experiência de Walter Benjamin, sobretudo como a experiência da mulher negra vem sendo interdita pela colonialidade. De acordo com María Lugones, o padrão de poder estatuído pela colonialidade inferioriza as mulheres, especialmente as mulheres negras, tendo em vista que, segundo a autora, foi com a colonialidade e seus eixos de poder, baseados nas categorias de gênero, raça e classe, que as mulheres negras passaram a ser localizadas na intersecção das opressões e, por isso, carregam em seus corpos as marcas da subalternidade. Além disso, a colonialidade produz a interdição das

trajetórias dessas mulheres, limitando ou, em algumas vezes, proibindo-as, como no caso de Maria do Rosário, de pertencerem a si próprias e de compartilharem suas experiências segundo os seus quereres e a tradição ancestral transmitida no clã familiar. Maria do Rosário nos conta da dor de se construir uma memória ficcionalizada, diante da escassez afetiva e da ausência de vivências familiares, já que fora roubada de seus pais na infância: “com o passar do tempo, com desespero eu via a minha gente como um desenho distante, em que eu não alcançava os detalhes. (...) Por isso, tantos remendos em minha fala. A deslembração de vários fatos me dói. Confesso, a minha história é feita mais de inventos do que de verdades(...)”. As experiências de Maria do Rosário foram interdidas por esse ato, o qual se assemelha ao fato histórico do tráfico de africanos à escravização. Associação que a própria personagem faz ao contar das recorrências das lembranças do fatídico dia: “Às vezes, com todos os detalhes, ora grosseiramente modificado. Na versão modificada, eu-menina era jogada no porão de um navio, pelo casal que tinha me roubado”. Apesar da transformação de suas experiências, a personagem vai reconstruindo a sua trajetória segundo “a força do desejo dos perdidos em busca do caminho de casa”. E, ao final, ela narra uma transgressão comum às mulheres negras em um país marcado pelas opressões do racismo e sexismo: “sobrevivemos, eu e os meus. Desde sempre”. Para a pessoa negra, especialmente para a mulher, sobreviver é transgredir. Sobreviveremos!

“Como se fosse da família”: o trabalho doméstico no romance brasileiro

Débora Beirão Carvalho (IFB – Campus São Sebastião)

O presente trabalho discutirá o papel dos(as) empregados(as) domésticos(as) nos romances *O tronco do Ipê*, de José de Alencar, e *A paixão segundo G.H.*, de Clarice Lispector. A maneira como os/as escravos/escravas são tratados em *O tronco do Ipê* chama atenção, pois seus senhores tentam passar a impressão de que eles/elas são pessoas necessárias em suas vidas, como se fossem pertencentes à família de seus empregadores, assim o livro tenta criar uma aparente imagem de amizade entre as duas classes, porém eles não passam de trabalhadores escravizados que devem submissão aos seus senhores. Em *A Paixão segundo G.H.*, a empregada é invisibilizada por sua patroa, ou seja, há um não reconhecimento da classe trabalhadora até o momento em que G.H. encontra o quarto da empregada e ele se torna um espaço de importantes reflexões para a proprietária. Essa produção tem como objetivo refletir sobre a situação dos escravos no romance de Alencar e a situação da trabalhadora doméstica no romance de Lispector, pois é notável que há uma relação social e histórica que construiu essas personagens como reflexo da sociedade brasileira de suas épocas e que hodiernamente continuam a refletir essa construção, pois ainda hoje o lugar que é ocupado pelos negros e principalmente pelas negras dentro das grandes casas é o lugar do trabalho doméstico. Por conseguinte, é necessário que haja uma análise atenta sobre as realidades dos(as) trabalhadores(as) domésticos a fim de que, a partir da literatura, seja possível entender o que está por trás do trabalho doméstico tanto nas obras, quanto na sociedade brasileira.

Amor como cura: amar Carolina Maria de Jesus

Dandara Baçã de Jesus Lima (Ministério da Saúde)

Apresenta a construção subjetiva da autora que culmina em um processo de amadurecimento com o encontro com a obra de Carolina Maria de Jesus pela obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* durante o mestrado acadêmico em Saúde Coletiva na Universidade de Brasília. Discute os silenciamentos durante a vida da autora e a abertura para a plenitude da sexualidade vivida pelo amor a uma mulher. Carolina e o seu amor afetivo foram marcos importantes na formação da mulher que experimenta a liberdade e a possibilidade de ser mulher negra, lésbica, servidora pública, com vários outros signos de identidade e pertencimentos. Em processo de resignificar esses pertencimentos, adentra na política de saúde da população negra como servidora e se reinventa pelo amor, pela escolha, na liberdade.

SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES

**ST 16 – PENSAR A PRODUÇÃO INTELECTUAL:
SABERES NEGROS EM ENCRUZILHADA**

Coordenação: Aline Maia Nascimento/Humberto Manoel de Santana Júnior

É notório que o “Enclausuramento Epistemológico” vivenciado por intelectuais e ativistas africanos e afrodiáspóricos prejudica em escala elevada o florescimento de um pensamento anti-colonial e, conseqüentemente, de uma prática política produzida para libertação de povos subalternizados. Preocupados em evidenciar essa problemática num plano acadêmico, mas também político, esta Seção Temática foi pensada como um espaço de interlocução e diálogo de pesquisadores/as e ativistas que de alguma forma trabalhem na formulação de narrativas e epistemes destoantes do modelo eurocêntrico do saber. O que defendemos enquanto epistemologia destoante são aqueles saberes que se encontram na “dobra” conceitual e explicativa da produção de conhecimento tradicional construindo, portanto, análises de seu objeto de forma não revisionista, mas inovadoras do ponto de vista de conceber o mundo e os processos de experiências africanas e afrodiáspóricas que nele habitam (NASCIMENTO, 2017). Assim, a proposta é reunir produções intelectuais e ativistas que tenham encontrado nas matrizes epistemológicas consideradas “subalternas”, “destoantes”, “africanocentricas”, “decoloniais” ou “outras” base de inspiração e (re)criação para seu fazer acadêmico. Buscaremos acolher propostas que contemplem uma abordagem interessada em promover o desmonte do monopólio da supremacia branca no conhecimento acadêmico. Interessa-nos trabalhos que dialoguem com novos conceitos, estilo de escrita, técnicas, metodologia de análise e/ou que se sustentem em teorias que destoem do modelo tido como “exemplar”. Esse repertório deve servir tanto para repensar criticamente os pressupostos e instrumentos analíticos da produção acadêmica, quanto para oferecer horizontes interpretativos que auxiliem no trato com as inovações e diferenças trazidas pelas cosmovisões negras ou indígenas frente aos dilemas resultantes das constantes transformações do mundo.

Respeitem meus cabelos, brancos: o corpo-encruzilhada na performance de Juliana dos Santos e Priscila Rezende

Mateus Raynner André de Souza (UnB)

Juliana dos Santos e Priscila Rezende são duas jovens artistas que têm ganhado destaque no cenário nacional. Juliana é paulista e formada em artes visuais pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita. Já Priscila é mineira e graduada também em artes visuais pela Universidade Estadual de Minas Gerais. O padrão hegemônico de beleza que é imposto às mulheres negras é atacado e criticado nas duas ações, em que é interesse notar de antemão a vivência pessoal das duas artistas como marcadoras de uma experiência que costuma atingir mulheres negras universalmente. A performance é pensada e analisada a partir do conceito de corpo-encruzilhada, cunhado pelo pesquisador Jarbas Siqueira Ramos, para problematizar e compreender os atravessamentos simbólicos que regem o corpo negro. A encruzilhada é entendida a partir das suas conotações na cultura e na cosmovisão afro-brasileira. O cabelo é visto como corpo, é o foco do processo, tendo em vista a forte marca identitária de apagamento e de resistência desses corpos. Analisam-se aqui relações entre o conceito de Ramos e o trabalho das artistas, buscando zonas de contato e pensando desdobramentos para o futuro. A figura de Exu surge na pesquisa, como “senhor das encruzilhadas” e “dono do corpo”, como também figura categórica de um pensamento, uma ecologia de saberes, e de uma postura, com caráter de enfrentamento, dual, contra-hegemônico e contra-epistemológico. Dessa forma, ressaltar e por em debate trabalhos e pesquisas que se propõe ao confronto das mazelas do racismo é também combater o racismo dentro dos espaços institucionais, pretende-se que o campo das artes e da pesquisa em artes se voltem para esses artistas, permitindo que práticas contra-hegemônicas e os caminhos trilhados para a descolonização dos corpos negros permeiem a esfera artística.

Entre práticas e teorias descolonizadoras: um esforço para pensar a decolonialidade a partir do feminismo negro

Sian Carlos Alegre (UFFS)

O presente trabalho tem como proposta pensar possíveis limitações da Opção Decolonial a partir de um diálogo com autoras que, desde a condição colonial, podem ser compreendidas como racializadas. Dentre elas, destacam-se nomes como a da socióloga boliviana de descendência aymara Silvia Rivera Cusicanqui, as feministas decoloniais Maria Lugones e Yuderlys Espinosa Miñoso, e feministas negras, como bell hooks, Ochy Curiel e Lélia Gonzales, dentre outras. Partindo do conceito de *outsider within*, de Collins (2016), com a análise de Rivera sobre o decolonial, em que não é possível uma teoria e discurso da descolonização sem uma prática descolonizadora, busco sinalizar para possíveis relações que podem vir a ser estabelecidas entre o papel dos/as intelectuais na dominação, e na reprodução das estruturas coloniais de opressão, sobretudo no que diz respeito à neutralização e esterilização de pensamentos e práticas descolonizadoras (Rivera, 2010) a partir da invisibilidade para com as mulheres negras e suas experiências vividas. Nesse sentido, onde estão e qual o lugar das mulheres negras na Opção Decolonial? Quantas mulheres negras estão constituindo seu atual projeto político-epistemológico? Até que ponto os discursos e teorias em volta da decolonialidade

permitem/possibilitam o diálogo/acesso com/ao/desde o feminismo negro? Como temos pensado e problematizado, desde aqui e agora, o presente colonizado e sua superação (Rivera, 2010)? Em vista dessas questões, o trabalho segue no sentido de problematizar algumas questões referentes ao que atualmente tem logrado maior visibilidade dentro da perspectiva decolonial, especialmente no sentido da organização do conhecimento – produção, legitimação e circulação. Assim, diante da invisibilidade epistemológica que recai sobre as mulheres racializadas, suas ausências em meio aos grandes nomes do decolonial atualmente não devem ser compreendidas como naturais ou normais, mas, antes disso, escolhas, político-epistêmicas, que expõem as intencionalidades e os rumos por detrás dessa perspectiva. Por fim, antes que uma condenação da Opção Decolonial, o que se pretende é pensá-la desde seus limites e, na medida do possível, contribuir com elementos para uma decolonialidade que não nos recolonize, já que, enquanto superação, a decolonialidade deve ser compreendida como um conceito e um projeto em disputa, logo, realçada das mais diversas intencionalidades.

O discurso da imagem: reflexão sobre a obra de José Zumba

Jeamerson dos Santos (UFS) & Jessica Silva Alves (UFS)

O artista plástico José Zumba nasceu em Santa Luzia da Lagoa do Norte, em Alagoas, em 31 de maio de 1920, um dos mais antigos povoados quilombolas, do Estado de Alagoas. O objetivo específico de nossa reflexão é contribuir para compreensão das relações de identidade a partir das obras desse artista, e da construção do discurso e memória positivada sobre a imagem do negro. Neste momento, optamos em analisar as temáticas afro-brasileiras do artista, compreendendo que ele é efeito e causa do processo que estamos dispostos a analisar, sua obra e vida se confundem em elementos importantes que integram o que chamamos de uma produção da imagem positivada do negro e sua ancestralidade e religiosidade. Essa referência às temáticas afros do artista se dá pela produção que resulta em um conjunto de imagens dos negros pintados por Zumba, que se tornam meio de divulgação da imagem do negro de forma positivada, saindo do “ideário racista” do negro submisso, decadente escravo, porém tais obras vão além. Seus trabalhos são potenciais de construção e reconstituição da memória, dão visibilidade da cultura dos povos descendentes de negros e negras escravizados em Alagoas. As telas de Zumba refutam esse mecanismo racista de padrão eurocêntrico de beleza como sinônimo, de distinção social, de ter esse padrão como moral, político, intelectual, confiável. O homem negro é estigmatizado não só pelo conteúdo, mas também por sua forma. As telas mais conhecidas de Zumba eram as denominadas de cabeças de negro – figuras masculinas, femininas, pretas idosas e telas marinas, paisagens, mas também casarios e temas exigidos por clientes. De forma específica, estamos propondo analisar as obras desse artista plástico como imagens que serão tomadas como fonte de informação para nossas reflexões, para tanto, lançamos mão dos métodos iconográfico e iconológico de estudo das artes. Contribuindo, assim, para uma produção que fortaleça as discussões e a luta antirracista em nossa sociedade.

Sobre a liberdade da escrita, o gerencialismo e a quantofrenia

Marli Dias Ribeiro (Universidade Católica de Brasília)

O relato tem como principal objetivo refletir sobre a possibilidade de avançar para liberdade de escrever desprendendo-se da racionalidade dos números de produção e dos excessos de conteúdo nas disciplinas propostas nos cursos *stricto sensu* da universidade, enquanto local de trabalho estruturado em metodologias de rigidez científica. A ideia do escrito foi concebida a partir de uma participação em uma disciplina, Educação, Tecnologia e Comunicação, no Curso de Mestrado da Universidade Católica de Brasília, em 2017. A base metodológica adotada é a pesquisa-ação, por entender que não existe um sujeito e um objeto de pesquisa, todos são sujeitos, ativos e protagonistas, para um determinado fim, com vistas a aprimorar a prática, a escrita e a reflexão sobre o contexto nela inserida de forma sistemática. A metodologia qualitativa de pesquisa-ação adotada procurou a organização das atividades contínuas dos participantes, a auto-observação, a observação de outros, a reflexão sobre as transformações da realidade, as práticas produzidas, as percepções, a construção e reconstrução independente de gênero e condição socioeconômica. Aspecto importante revela-se no fato de os sujeitos envolvidos, a princípio, comungarem de objetivos comuns à produção científica. Importante destacar que os dados empíricos foram retirados de entrevistas, observações e textos produzidos pelos alunos da disciplina. Como resultado, parece existir uma maior reflexão, uma participação crítica em relação às atividades de escrita e a percepção de que é possível romper com o engessamento metodológico nos processos educativos, além de uma construção histórica do aprendizado por meio dos relatórios produzidos ao longo do semestre.

Quando a/o pesquisada/o se torna pesquisadora/or: pessoas negras e sua relação com a antropologia

Sara Hyaponnira Louzeiro Rocha (UFG)

A concepção do que é ou deixa de ser objeto de estudo parte do pesquisador e do seu interesse pelo que vai ser pesquisado dentro da antropologia. A relação entre pesquisador e pesquisado pode abrir espaço para questionamentos e despertar interesses novos sobre a pesquisa. Isso vem acontecendo dentro da temática sobre comunidades e sociedades étnicas. Cada vez mais o negro e o indígena vêm despertando interesse para entrar no meio acadêmico a fim de escrever sobre sua própria história, seu próprio espaço. Esse processo de pesquisa e entendimento é recente, devido ao contexto histórico brasileiro e ao modo como o ser negro é marginalizado dentro do país. O acesso à educação superior, por exemplo, é um dos agravantes para o desenvolvimento intelectual de pesquisadores negros. Destaca-se a importância da antropologia social e antropologia cultural como meio de entendimento para a inserção do pesquisado como pesquisador. Tudo isso dentro da capacidade social imposta, uma vez que já existe muita coisa produzida sobre pessoas negras, mas obras produzidas sobre os poucos interlocutores começaram a surgir com mais força somente a partir do século XX. Com o surgimento da antropologia social, a abertura para a pesquisa sobre sociedade, seus questionamentos e suas especificidades vem se tornando mais forte. Um pensamento não se encaixa no contexto da produção de pesquisadores negros por não ter uma base lógica dentro do contexto citado. É impossível dizer que

“negro só não estuda se não quiser”, pois a estrutura social imposta não arca com a responsabilidade de produzir uma sociedade igualitária. O mesmo negro que é apontado como preguiçoso acaba sendo vítima de um racismo direto dentro de espaços que antes não eram ocupados por ele e isso pode afetar diretamente na sua permanência, uma vez que a violência psicológica é constante e devastadora.

Epistemologias negras diante do espelho

Bárbara Pimentel da Silva Cruz (Museu Nacional/UFRJ)

No curso da história da antropologia, uma série de tensionamentos representaram verdadeiras viradas com desdobramentos em vários níveis e provocaram reflexões acerca do que seja a Antropologia, os modos de produção dessa vertente do conhecimento, a metodologia de trabalho e formas de escrita, o papel do antropólogo, suas práticas, a relação com interlocutores e o discurso “nativo” ou, posto de outro modo, do papel do sujeito observador e suas relações com o sujeito observado, as condições que o autoriza a dizer-se autor, passando por questões de subjetividade e reflexividade. No presente trabalho, pretendo explorar as potências e os limites desse corpo de reflexões quando postos em relação a antropólogos não brancos. Tomo como ponto de partida um conjunto de reflexões levadas a cabo por acadêmicos negros – talvez de maneira ainda esparsa – que, postas em contato, evidenciam que tais questões, longe de se restringirem a inquietações individuais, conformam um corpo consistente de atravessamentos singulares no que tange ao fazer acadêmico negro. Trata-se, portanto, de buscar subsídios para pensar um fazer antropológico que não se detenha nos mecanismos de “enclausuramento epistemológico”, mas que abra novos caminhos para a prática acadêmica a partir de referenciais que podem se dizer contra-hegemônicos.

Poços de conhecimento: as bibliotecas humanas obliteradas pela academia

Jordana Cristina Alves Barbosa (Universidade Estadual de Campinas)

Conhecimentos e cosmologias que foram deixadas na periferia da ciência agora podem ser equiparadas ao que se chama e é conhecida como ciência, apesar do elitismo, machismo e racismo que operam o sistema científico. Os estudos pós-coloniais abriram caminhos e espaços para vozes que sempre foram ignoradas ou abafadas, como disse Zumthor (2000), a revanche do conhecimento tradicional e da voz viva não virá de outra forma senão pelo grito. Em contraponto à ciência tradicional estão os mestres e mestras das comunidades tradicionais, eles são contadores de histórias, artesãos, cantores, músicos etc. Essas pessoas dominam conhecimentos que só serão passados pela oralidade e é esse conhecimento que dá sentido e forma útil à vida. Neste artigo, tento apresentar uma visão que contrapõe o conhecimento dos mestres populares com o que é chamado de conhecimento científico e, ainda, o tempo do homem que vive de acordo com teorias construídas por ele mesmo durante sua vida em oposição ao tempo da academia que construiu uma indústria do conhecimento e uma dominação dos territórios intelectuais. Não é possível esquecer da virada científica que estamos testemunhando com indígenas, quilombolas, mulheres negras, ou seja, as pessoas do “terceiro mundo” escrevendo

e teorizando sobre si mesmos, para provar que não existe conhecimento alternativo. E ainda como a antropologia pode ser distinta das outras áreas científicas por acumular vários conhecimentos e tentar compreender os diferentes modos de vida.

Diálogos entre psicologia negra e narrativas contemporâneas de escritoras negras

Calila das Mercês (UnB) &

Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira

Por meio de diálogos entre literatura negro-brasileira e psicologia negra, refletiremos as escrevivências de autoras negras e as vivências de suas personagens, a fim de compreender suas subjetividades frente às questões etnicorraciais. A literatura é um dos caminhos ou locais de pesquisa para estudar comunidades com direcionamentos e ideias sobre as histórias, os cotidianos e as peculiaridades das pessoas, assim como pensar em psicologia negra é refletir as particularidades, os fenômenos psíquicos e os movimentos da população negro-brasileira, levando em consideração as histórias dos negros no Brasil. Para esse diálogo, analisaremos dimensões da vida de personagens negras de contos em “Insubmissas lágrimas de mulheres”, de Conceição Evaristo, e em “O tapete voador”, de Cristiane Sobral, bem como o conceito escrevivência, criado por Conceição Evaristo, termo que diz respeito à mulher negra que vê, vive, vê-se e cria, agregando a experiência individual, coletiva e a dos seus ancestrais. Gostaríamos de refletir ainda sobre a responsabilidade dos diferentes segmentos de estudos relacionados à comunidade negro-brasileira que pensam nas nuances do corpo da mulher negra se afastando ou questionando os estereótipos naturalizados que ainda negam a subjetividade e contribuem para o sofrimento psíquico da mulher negra.

Rezadeiras: mulheres articuladoras entre o sagrado e o profano

Karina Fatima Gonçalves de Souza (CEFET-RJ)

Como parte extraída da dissertação “Ira, Emília e Jurema: trajetórias e perspectivas de rezadeiras do subúrbio carioca”, pretende-se abordar a prática do ofício de cura realizada por rezadeiras do Rio de Janeiro, especificamente dos bairros de Madureira, Marechal Hermes e Honório Gurgel. O levantamento gerado para o desenvolvimento da pesquisa está alicerçado em relatos de três delas, que aceitaram compartilhar suas experiências relativas à prática da reza, sendo elas: Tia Ira, Dona Emília e Dona Jurema. Essas mulheres idosas, duas negras e uma branca, periféricas, pertencentes às matrizes e influências africanas, têm a sabedoria para cura de males físicos e espirituais, no intuito de promover cura a quem nelas confia, mas, sob o ponto de vista acadêmico, são invisibilizadas. Dotadas de saberes específicos, com práticas pautadas na oralidade e na gestualidade e que conseguem transitar entre os planos terrestre e celeste, dialogando entre o profano e o sagrado, não têm seu saber/ofício reconhecido e valorizado socialmente nas esferas das políticas de saúde e cultura. Por fim, o trabalho tem como possibilidade motivar essa visibilidade na Academia e trazer um pouco de suas vozes para os ouvidos e olhares dos que conhecem e também aos que nunca ouviram falar sobre rezadeiras, seus saberes e fazeres.

Dispositivo de racialidade; reflexão da integração entre a ação teórica e ação prática de tipo militante sobre a questão racial no Brasil sob a perspectiva de Sueli Carneiro

Geronilson da Silva Santos (UnB)

O trabalho partirá da obra da filósofa Sueli Carneiro e busca uma reflexão de integração entre a ação teórica e ação prática de tipo militante sobre a questão racial no Brasil. Importante saber que a racialidade tem-se constituído na modernidade ocidental num dispositivo, “compreendida como uma noção produtora do campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação” (CARNEIRO, 2005, p. 56), pela compreensão do dinamismo que impulsiona e configura as relações raciais, gera articulações funcionais entre saber, resistência e raça como efeitos de poder do racismo e da discriminação. Fala-se em duas perspectivas, uma política e outra teórica, sob esse efeito enquanto instrumento metodológico, há uma pretensão de compreender as relações desiguais, notoriamente entre negros e brancos no Brasil, como prática discursiva, estudos são produzidos com intuito de modificar as relações produtoras de discriminações e assimetrias raciais (CARNEIRO, 2005, p. 52). Sueli interroga, citando Ari Lima e sugerindo essa reflexão interrogativa, que o espaço dado ao negro “é uma possibilidade de negar a inferioridade intelectual, um confronto dessas ideias consagradas ou apenas uma estratégia de assimilação?” (CARNEIRO, 2005, p. 55). De modo amplo, Sueli expressa que a tradição acadêmica negra se polariza nas relações raciais e demonstra os diversos grilhões que aquinhoam não apenas a vida acadêmica. Além dos impasses da resistência na luta contra exclusão intelectual, a forma mais cruel da deslegitimação do ativismo negro se manifesta também no epistemicídio, tornado o ativista como fonte do saber, e não como autoridade sobre o tema (CARNEIRO, 2005). O esquecimento ou a notória exclusão do negro do debate acadêmico consolida a instituição do “biopoder” que “não precisa da raça enquanto categoria socialmente institucionalizada para matar. Basta-lhe uma hostilidade e/ou desprezo socialmente consolidados em relação a um grupo social.” (CARNEIRO, 2005, p. 76).

What gender is motherhood?: o pensamento oxunista em questão

Aline Matos da Rocha (UFG)

Partindo de uma aproximação dos instrumentais analíticos produzidos pela epistemóloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí, este trabalho busca refletir sobre o conceito de maternidade desde a obra *What Gender is Motherhood? Changing Yorùbá Ideals of Power, Procreation, and Identity in the Age of Modernity*, na qual Oyěwùmí evidencia que *What Gender is Motherhood?* é uma questão insurgente, visto que a maternidade representa para os discursos feministas ocidentais o paradigma de gênero. Neste sentido, a maternidade tem sido sempre compreendida no Ocidente por meio de categorias generificadas, como mulher, esposa e mãe, sendo utilizada pelo feminismo ocidental como uma ferramenta para se mobilizar politicamente contra os mestres coloniais e dismantelar a sua casa. Entretanto, algo que Oyěwùmí vem chamando a atenção a partir dos povos iorubás de Oyó, na Nigéria, é que gênero não é nem universal e atemporal, tampouco uma fonte de organização social para todas as sociedades. De modo que compreender a maternidade em uma sociedade na qual gênero não foi ontologizado

na existência humana necessita ser feito por meio de iyá, categoria não generificada e orientada para uma existência e prática mais comunitária – em constante relação com os visíveis e invisíveis –, ao contrário da percepção do modelo de família nuclear ocidental. Dessa forma, Oyěwùmí nos apresenta o pensamento oxunista, uma analítica que tem como foco Oṣun (Oxum), “a iyá primordial”, a qual nos possibilita perceber que as hierarquias não são ontológicas, mas se dão nas relações e nos arranjos sociais produzidos por nós.

II Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas: relatos de uma experiência

Jullyana Carla Assunção da Silva (UFRN)

O II Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas (II ENNJF), ocorrido na cidade de Capela do Alto, interior de São Paulo, entre os dias 6 e 10 de setembro do ano de 2017, tinha como principal objetivo dar continuidade às pautas que nasceram na Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver em 2015. Durante a marcha, a ênfase dada ao combate ao racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação e violência que atingem a população negra foram fundamentais para alicerçar as temáticas discutidas durante o encontro. O espaço proporcionado pelo II ENNJF oportunizou o diálogo entre várias experiências de identificação negra não apenas entre as jovens com distintas vivências, mas entre as mulheres negras mais velhas. O encontro foi capaz de promover o diálogo e construção de negras jovens de todas as regiões do Brasil, contabilizando mais de duzentas inscritas, o que em geral é capaz de propiciar retornos aos estados de origem dessas jovens, com uma magnitude maior de perspectivas diversas geradas na troca que um encontro de quatro dias é capaz de oportunizar, além de toda a multiplicidade de mulheres negras, o que demonstra e confirma que não somos homogêneas, mas diversas em nossas sexualidades, estéticas, personalidades entre outras tantas coisas mais. Vale salientar a diversidade sexual das mais de duzentas participantes do encontro, segundo dados fornecidos pela organização do evento, cerca de 80% das jovens negras se declaram lésbicas ou bissexuais, sendo assim, mulheres heterossexuais uma minoria no evento. Em suma, este trabalho tem por objetivo registrar as experiências únicas vividas durante os dias do encontro, bem como ser um documento de memória da construção do II Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas.

Do nome à louvação, da poesia à evocação: orikis na diáspora cultural negra-africana

Lohana Kárita Teixeira (UFG)

Este artigo aborda, por meio de um levantamento bibliográfico, os estudos sobre Oríkis produzidos em Língua Portuguesa. Oríkis são definidos como eixo paradigmático que suscita uma memória ancestral, poemas, rezas, cânticos de invocação, entre outros. De forma geral, objetivou-se identificar a área do saber em que esses estudos estão situados e os contextos em que são produzidos; as questões inerentes ao trânsito e à diáspora cultural negra; o reconhecimento do Candomblé como mantenedor

dessa cultura no Brasil e o entendimento dos Orikis como elementos diaspóricos. O levantamento bibliográfico foi realizado nos periódicos da Capes, CNPq, Google Acadêmico e Scielo, no período de novembro a dezembro de 2017. A partir dos resultados obtidos, foi possível observar que há, ainda, poucos estudos especificamente sobre Orikis em Língua Portuguesa. Dos 62 trabalhos encontrados em Língua Portuguesa sobre os Orikis, apenas quatro abordaram o tema considerando-o a partir de uma perspectiva diaspórica. Os conteúdos sociais e políticos são elementos relegados pela grande maioria das pesquisas em Língua Portuguesa, elementos esses constitutivos da história do povo negro e esmaecidos por teorias e/ou abordagens reducionistas. Retomando a definição de Jegede (1997) sobre Orikis e relacionando-a com as definições e abordagens diaspóricas dos trabalhos encontrados, é possível notar a manutenção de seus pontos cruciais. Entretanto, ao que parece, há nas pesquisas brasileiras um consenso de que os Orikis mantidos após o processo de escravização são somente os Orikis de Orixás, mesmo com evidências de que essa expressão cultural – entre outras da cultura afro-brasileira – espargiu-se e também formou a música e a literatura brasileira. Por isso, onde se encontram os recortes de partes perdidas e/ou invisibilizadas dessa história encontra-se também a essência dos Orikis africanos. Este artigo é, para mim, uma minúscula metáfora do que nós, povo negro, buscamos empreender desde que fomos forçados a este eterno e doloroso banzo, o que Abdias Nascimento (1980) define como: reinventar nossas letras, recompor nossos nomes próprios, tecer os laços firmes nos quais ao riso alegre do novo dia enforcaremos os usurpadores de nossa infância.

Escritas negras no século XIX: textos de liberdade na diáspora afro-americana

*Lorena Francisco de Souza (UEG) &
Janira Sodré Miranda (IFG)*

A escrita de mulheres e homens, de origem africana, no Brasil e nos Estados Unidos no horizonte do debate abolicionista no século XIX   o corpus textual analisado nesta proposta de comunica o. O recorte da pesquisa engloba, nesta etapa, a escritura de mulheres e homens que vivenciaram e produziram trajetórias pessoais entre a escraviza o e a liberdade, vertendo e legando material escrito sobre tais experiências, no Brasil e nos Estados Unidos. Pontualmente, serão analisados textos de Frederick Douglass, “My bondage and my freedom” (1845), Harriet Jacobs, “Incidentes da vida de uma garota escrava” (1861), e Luiz Gama, “Correspondência” (publicada por Ligia Ferreira na obra *Com a palavra Luiz Gama*). O material textual será analisado em vista de estabelecer elementos da agência dos autores e autora, sobretudo evidenciando as estratégias de autoliberta o e engajamento da luta abolicionista. O objetivo   problematizar a inven o da liberdade como ideia e experiência histórica em afrobiografias, que estabeleceram diásporas de territorializa o no século XIX, em movimentos de autoliberta o.

Diálogos intertextuais: música e literaturas negras contemporâneas

Elisângela de Jesus Santos (Cefet/RJ, Campus Maracanã)

A proposta de comunicação em questão parte da escuta do primeiro álbum solo de Xênia França, “Xênia”, lançado de forma independente em 2017 para articular narrativas e sonoridades negras na forma de uma geografia poética contemporânea. Tal movimento busca compreender aspectos de escrituras negras forjadas por Conceição Evaristo, buscando na trajetória artística e pessoal da cantora/compositora possíveis interfaces sócio-histórico-políticas na chave interseccional proposta por Angela Davis (2016, 2017, 2018). A produção textual que resulta de nossa escuta do disco é efeito do esforço de articulação entre distintas linguagens artísticas sob perspectiva de intelectuais negras contemporâneas, costurando diálogos entre músicas e literaturas em intertextualidade.

Ancestralidade como fonte de epistemologia

Luanda Ribeiro do Nascimento Maat (Sociedade Matriarcalismo Africana – Instituto Hoju)

A ancestralidade se apresenta como uma orientação genealógica (de preocupação com a origem) ao invés de uma orientação cronológica (de preocupação com a linearidade temporal). Aqui há, assim, mais um traço diferencial cultural-cêntrico. Ou seja, os berços civilizacionais diversos tratam a sua historicidade de acordo com seus valores e princípios unitários culturais divergentes. Para os povos africanos, ao longo do tempo, a orientação para o registro da memória coletiva por transmissão oral iniciática e não iniciática é uma constante observável desde Kemet, o Antigo Egito. Nesse sentido, é importante perceber como, mesmo numa civilização da complexidade organizacional de Kemet, a oralidade e a sacralidade da palavra era algo central na passagem de conhecimento, uma vez que não se era permitido escrever os ensinamentos como forma de passá-los adiante para não iniciados como relatado no livro *O Legado Roubado* de George G. M. James. Logo, o que Hampatê Ba traz no texto “Tradição Viva” pode ser interpretado como uma continuidade cultural, no cuidado com a curadoria das histórias dos reinados, das famílias e da genealogia das etnias que é similar ao processo iniciatório kemético. Tendo-se na retratação da verdade o compromisso com a manutenção dos conhecimentos e sabedoria das comunidades africanas dentre suas gerações. Tendo alguns deles até mesmo o apoio de espécie de fiscais que corrigem as castas de guardadores-transmissores de memórias. Aqui também fica evidente a diferença entre a curadoria da memória pelas culturas africanas em oposição à idéia de modernidade na historiografia cronologista eurocêntrica e seu mito da inovação. A transmissão oral de conhecimentos para a vida está diretamente conectada ao respeito e à compreensão da ancestralidade como legado imaterial sagrado e inigualável dos povos africanos. Ou seja, o acúmulo milenar de experiências e de saberes da solução de problemas humanos que nos é imposto desde o nascimento da Humanidade, já que somos o povo original. O *homo sapiens* que se diferenciou das demais espécies de homínidos pela sua capacidade de aprender com experiências passadas é um epíteto da própria africanidade, e a africanidade seu prólogo. É o repertório coletivo que traz consigo a força vital, de todos aqueles que pisaram a Terra antes de nós a tomando emprestada de nós (suas futuras gerações), conforme diz um provérbio africano, que anima nossa agência e construção de identidade. Na Diáspora, é o que nos recentra de volta às nossas próprias referências histórico-culturais,

devolve-nos a dignidade humana e o protagonismo histórico-biográfico. Por fim, é o que reequilibra as relações e a comunicação entre os diferentes e as diferenças, ajudando-nos a caminhar para um mundo sem dominação da ótica de uns sobre a de outros, ou de outros sobre a de uns. É Maat.

Caminhos de Luiza Bairros – reflexões sobre a formação de uma liderança intelectual-ativista negra no Brasil

Ana Flávia Magalhães Pinto (UnB)

Para quem considera que o Movimento Negro não produziu líderes no Brasil, ficam aqui estes pedaços de pensamento que, espero, ajudem-nos a saber. “De que matéria é feita uma liderança, nas condições em que se desenvolvem as nossas lutas?” – questionava Luiza Bairros após o sepultamento de Magno Cruz, ativista negro do Maranhão, em 2010. Sob inspiração dessa pergunta, esta comunicação se volta a episódios da própria trajetória de Luiza Bairros, uma das mais destacadas representantes do Movimento Negro e de Mulheres Negras nas últimas quase quatro décadas, falecida em 2016. O exercício percorre um período que vai do seu nascimento em Porto Alegre, em 1953, aos primeiros momentos dos anos 2000, época da consolidação da sua formação como intelectual-ativista. A relevância desses momentos decisivos da sua militância, que se confunde com a reorganização do movimento social negro no país, justifica a opção por não se priorizar os anos em que Luiza atuou em organismos internacionais e na gestão pública como secretária estadual e ministra das pastas de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Nesse sentido, o foco se dirige às redes de interlocução política e intelectual; aos espaços de construção e afirmação identitárias; à formulação de seu pensamento atento às articulações entre raça, gênero, classe, mercado de trabalho e desigualdade sociais; tanto em perspectiva nacional quanto transnacional. Para tanto, são utilizadas fontes variadas como textos de sua autoria, jornais, documentos do Movimento Negro Unificado (MNU), correspondências particulares, vídeos públicos e entrevistas com ativistas com os quais ela construiu sua história.

O “negro” livro literário infanto-juvenil: a fruição estética de obras literárias com temática racial no livro didático no Brasil

Jakeline Pereira Nunes (UnB)

No Brasil, tem-se observado o amplo desenvolvimento de novas leituras e posições acerca da cultura afro-brasileira. As políticas públicas para o acesso à história da cultura afro-brasileira têm garantido resultados significativos quanto ao acesso aos conteúdos formais dessa temática. No que diz respeito ao livro literário infanto-juvenil, a Lei de Diretrizes do Livro n. 10.753, de 30 de outubro de 2003, instituiu a Política Nacional do Livro e anunciou a implantação do Plano Nacional do Livro e Leitura, fazendo o acesso aos livros literários nas escolas brasileiras crescer e, além disso, tendo contribuído de forma significativa para o crescimento do mercado editorial voltado para a literatura infanto-juvenil. A Política Nacional do Livro somada à Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares de

Educação Básica, fez crescer, de forma mais exponencial, a produção de histórias literárias, lotando as prateleiras de bibliotecas e livrarias com histórias sobre a temática da cultura afro-brasileira e africana. Essas histórias se apresentam com ares de ineditismo com a questão racial aos leitores deste país, descortinando narrativas com foco em personagens e vivências negras. Contudo, alguns questionamentos orientam a percepção desse boom editorial da temática racial na literatura infanto-juvenil: a) de que forma o livro literário com temática racial garante o status de literatura para crianças?; e b) como o livro literário com temática racial está inserido no livro didático de Língua Portuguesa? Essas perguntas vão de encontro ao título desta comunicação que tem por objetivo analisar se o livro literário infanto-juvenil com temática racial compõe o livro didático de Língua Portuguesa para: 1) cumprir o papel de inclusão da temática racial apenas para satisfazer às exigências legais; ou 2) se cria universos literários, possibilitando uma fruição estética da história e da cultura afro-brasileira.

ST 17 – COMUNICAÇÃO E DIREITO: PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES RACIAIS

Coordenação: Kelly Tatiane Martins Quirino/Walkyria Chagas da Silva Santos

Esta Seção Temática (ST) tem por objetivo receber estudos de relações raciais dentro do campo da Comunicação e do Direito. O conceito de Comunicação é tornar comum, dessa forma, no campo da Comunicação, podem ser encaminhadas pesquisas nas áreas de jornalismo, mídia, publicidade, redes sociais ou outras mídias, que dão visibilidade (ou não) à pauta racial. Historicamente, a temática racial aparece nos estudos de Comunicação sob temas como representação dos negros no rádio e na TV e por meio de análise de conteúdo, nos jornais impressos, para identificar como os jornais pautam o dia da consciência negra, as políticas de ações afirmativas e, nos últimos tempos, a violência contra os jovens negros. O diagnóstico de que a mídia brasileira é racista e estigmatiza a população negra as pesquisas acadêmicas já demonstraram. O desafio é propor novas narrativas, para o campo da Comunicação se tornar efetivamente um espaço de desconstrução do racismo e de valorização da pessoa negra e, conseqüentemente, da cultura afro-brasileira. Por conseguinte, o Direito, ao mesmo tempo que é um instrumento de defesa, também é utilizado como um elemento das ideias colonizadoras, auxiliando na pilhagem de direitos das minorias. Algumas pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas buscaram demonstrar a importância do negro na elaboração de leis, na conquista de políticas públicas e na garantia de direitos. Por outro lado, os pesquisadores têm colocado em evidência como o Direito Penal e a Criminologia são contaminados por elementos racistas e que tais elementos são utilizados para violar o corpo negro. É preciso, portanto, pensar no Direito a partir da vida social, numa proposta emancipatória, que respeite a cosmovisão dos “novos” sujeitos de direitos, como os indígenas, os quilombolas e os demais “novos” movimentos sociais. Assim, no campo do Direito, podem ser encaminhadas pesquisas numa perspectiva de descolonização do Direito e ampliação do debate para as questões raciais.

Do sujeito desidentificado à maioria minorizada: uma abordagem histórica da antinegritude na mídia brasileira

Richard Santos (UFSB)

A presente comunicação desenvolve análise sobre questões debatidas no cotidiano e pouco relacionadas entre si. Desta feita, tem por base pesquisas recentes conduzidas por mim e busca relacionar a exclusão afro-indígena dos meios de comunicação visuais, a televisão em especial, à “permissão” do uso da violência sobre seus corpos, à desumanização do ser, às dificuldades de acesso à cidadania integral e ao genocídio da população negra no Brasil. Propõe-se aqui que, ao negar ao imaginário coletivo um conjunto de signos que visibilizem a humanidade e a pluralidade do ser não branco, os emissores do discurso televisivo se associam aos interesses da minoria que historicamente atua pelo embranquecimento do país, em favor, ainda que não dito verbalmente, mas constatável visualmente, da supremacia branca e burguesa, em detrimento de uma formação nacional plural, equitativa e com valores humanitários estendidos à Maioria Minorizada. Destarte, proponho um olhar sobre o desenvolvimento da indústria comunicacional no Brasil em paralelo com a região latino-americana, cujas dependência e subserviência aos interesses estadunidenses, principalmente, desde o fim do conflito denominado Segunda Guerra Mundial, fará com que sejam reproduzidos por aqui os códigos da branquitude e o rechaço à negritude. A racialização dos não brancos e a formação de uma massa populacional que, segundo os signos emitidos pelos meios, seriam aculturados, disponíveis para receber o conteúdo emitido acriticamente, seriam os Sujeitos Desidentificados.

Mulheres negras e controle policial no Recife oitocentista

Fernanda Lima da Silva (UnB)

A historiografia que discute as principais cidades brasileiras do século XIX tem nos apresentado o cenário de cidades negras (FARIAS, 2006), nas quais a compreensão de territorialidade e controle de fluxos urbanos passa, necessariamente, pelas estratégias de ocupação do espaço empreendidas pelo povo negro. A ocupação do espaço público era central na vida desses atores porque envolvia de seu espaço de trabalho ao seu ambiente de sociabilidade. Para as trabalhadoras negras, isso era particularmente verdade: o trabalho de rua poderia adquirir os contornos de uma espécie de respiro dentro da escravidão (NOVAES, 2017; SILVA, 2001). Essa cidade africanizada que salta aos olhos é também a cidade que assusta as elites brancas ao evidenciar que seu projeto de sociedade europeizada encontra entraves concretos. O espaço público urge, então, por controle (CHALHOUB, 1988). É nesse contexto que nascem as polícias brasileiras, como executoras de uma agenda muito evidente de controle de corpos negros (BATISTA, 2003; FLAUZINA, 2006; DUARTE, 1998). Neste trabalho, voltamos para a cidade do Recife, entre 1870 e 1888. Assumindo a ideia de uma agenda de controle que unia demandas administrativas a demandas criminalizadoras, pretendemos direcionar nosso olhar, neste momento, para as práticas do controle estatal. A partir da análise de dados extraídos do Arquivo Público Jordão Emerenciano, somos confrontados com a presença constante das mulheres nos livros de entrada da Casa de Detenção do Recife e, em menor monta, nos ofícios da polícia civil. A partir dessas fontes, pretendemos discutir o trânsito das negras pela cidade do Recife, as representações sociais que recaiam sobre elas e sua relação com a polícia.

Gt mulheres negras da OAB Rio de Janeiro, uma experiência necessária

Marina Marçal do Nascimento (UFF-Cefet-OABRJ)

A escrita deste trabalho parte do posicionamento de como as questões de gênero e raça me atravessam antes mesmo de ser vista como profissional do direito. Compartilho essa perspectiva para que o leitor compreenda as angústias que me levaram a propor a criação do Grupo de Trabalho de Mulheres Negras dentro da Comissão OAB Mulher no Rio de Janeiro. O primeiro grupo do país formado somente por advogadas negras, dentro de uma unidade da Ordem dos Advogados e Advogadas do Brasil. Acredito que a política mais potente de mudança vem da própria identidade e, por isso, utilizo a ferramenta que Conceição Evaristo chama de “escrivência” (EVARISTO, 2017), escrevendo a partir de minhas experiências. Com Crenshaw (2002), pude compreender que os fatores gênero e raça operam juntos em um sistema de opressão, no que ela nomeou como teoria da interseccionalidade. As minhas experiências de tratamentos diferenciados não estavam justificadas somente por ser negra ou por ser mulher ou por ser jovem, mas o somatório de todos esses fatores. Assim, buscando estratégias de me reunir a movimentos que lutassem contra essas opressões, procurei a Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro. A OAB Mulher do Rio de Janeiro é uma comissão dentro da OAB do Rio de Janeiro, formada majoritariamente por mulheres brancas, binárias, cisgênero e cristãs. A experiência do vivido demonstra que há diferenças existentes no interior da categoria mulher e que cada especificidade pode significar uma maneira diferente de se criar políticas de ações. Desse modo, em sugestão à presidenta da OAB Mulher do Rio de Janeiro, por meu requerimento, foi criado, em março de 2017, um grupo de trabalho dentro da comissão da OAB Mulher: o GT Mulheres Negras. As atividades iniciaram em 25/07/2017, no dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Atualmente, as mulheres somam 70.184 advogadas no Rio de Janeiro – sendo 71.082 advogados (OABRJ, 2017). Desse modo, o GT Mulheres Negras se compromete a promover ações para melhoria da qualidade de vida não somente para advogadas, mas para todas as mulheres negras, por estarmos na base da pirâmide social. Em novembro de 2017, dezoito mulheres do grupo compareceram à Conferência Nacional de Advocacia sugerindo a criação de grupos de trabalho de mulheres negras em OABs de todo país. A conclusão é que grupos específicos podem ter ações voltadas para negras, pelo reconhecimento de que são as maiores vítimas do patriarcado e do racismo, acompanhando a realidade sociocultural do país.

O enquadramento midiático do genocídio dos jovens negros – análise da chacina de Costa Bairros

Kelly Tatiane Martins Quirino (UnB)

O racismo institucional é apresentado como um dos agentes do genocídio como fenômeno sociológico e a interseccionalidade de gênero, raça e classe, conforme define Kimberlé Crenshaw (1993), vulnerabiliza os jovens, homens e negros, que são as maiores vítimas de assassinatos no Brasil. Tendo como parâmetro o Brasil, o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016) registrou a morte de 30 mil jovens negros. No período de dez anos, morreram mais de 300 mil jovens negros. Os movimentos sociais – com o protagonismo do movimento de juventude negra e das mães – têm denunciado que há um genocídio desses jovens. O governo federal (BRASIL, 2014) criou uma política pública no ano de 2012 – o Plano

Juventude Viva – como um plano de prevenção à violência contra a juventude negra para combater as causas desse fenômeno e criar condições para sua superação e para reduzir esses números. O legislativo criou duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) sobre homicídio de jovens no Brasil, a Câmara dos Deputados (2016) denominou como Homicídios de Jovens Negros e Pobres e a do Senado (2016) foi intitulada Assassinato de Jovens. Os dois relatórios denunciam o genocídio da juventude negra. Essas ações do Executivo e do Legislativo podem ser interpretadas por meio dos conceitos de *accountability* e *responsiveness* dos atores Levine e Molina (2011). A Folha de S. Paulo, importante jornal de circulação nacional, ao noticiar os autos de resistência e não relacionar a sobreposição de gênero, raça e classe com a morte destes jovens, reduz o fenômeno como enquadramento episódico, e não dentro de um processo amplo e complexo que tem como consequência o racismo. Dessa forma, o presente estudo propõe analisar o enquadramento do jornal Folha de S. Paulo sobre a chacina de Costa Bairros, ocorrida em novembro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro, e se há uma relação entre gênero, raça e classe no conteúdo jornalístico ao noticiar essas mortes.

De João do Rio a Tim Lopes

Sionei Ricardo Leão (Cajira-DF)

Relatos sobre contribuições de profissionais afrodescendentes ao jornalismo profissional praticado no Brasil. A proposta é demonstrar que, desde a atuação de João do Rio, considerado o primeiro repórter do país, ao trágico episódio do assassinato de Tim Lopes, negros têm atuado de forma diferenciada nas redações. Há uma nítida mudança dessa participação por motivos socioeconômicos ao longo das últimas décadas. Esse olhar leva em conta trajetórias de expoentes como Milton Santos, mais conhecido como geógrafo, mas que foi redator do Jornal A Tarde, em Salvador, de Raimundo Souza Dantas e Mário de Andrade. O caso Tim Lopes é emblemático. O assassinato desse profissional suscitou comoção nacional e coincidiu com o surgimento da Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos (Abraji). Essa entidade mantém em funcionamento o projeto Tim Lopes, como uma resposta à violência contra jornalistas.

Importante analisar que Tim Lopes, assassinado em 2002 quando fazia uma reportagem no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, deve também ser interpretado como alguém que simboliza a agressão imaterial contra os negros na profissão de jornalismo. Ele, como outros tantos exemplos, percorreu a opção de atuar por detrás das câmeras, o que é bastante emblemático do ponto de vista das relações raciais brasileiras.

Raça, Gênero e Criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres a partir de uma dimensão racial

Naila Ingrid Chaves Franklin (Fundação de Ensino Superior de Rio Verde)

A presente proposta aborda a temática do controle social, categoria amplamente debatida na Criminologia, a partir de uma dimensão racial. Para isso, faço uma análise da maneira como essa cate-

goria é tematizada pela Criminologia Crítica, a partir da divisão entre controle formal (englobando as agências de controle visivelmente punitivas, como a polícia e os juízes) e informal (englobando mecanismos e instituições em que há uma maior dificuldade na percepção de seus efeitos), bem como a partir das agências do denominado sistema penal subterrâneo, vigente nas sociedades latino-americanas. Vinculo a dominação desses mecanismos de controle social ao exercício do poder colonial que se instituiu na sociedade brasileira, a partir da categoria da branquidade. Após isso, tematizo a análise da criminologia feminista acerca do controle social sobre as mulheres, argumentando que a hipótese de que controle social feminino se dá prioritariamente por meio de seu aspecto informal, conforme trazido pela Criminologia Feminista dominante, é insuficiente, pois não leva em consideração categorias importantes, como o controle penal subterrâneo e o poder de vigilância. Como âncora dessa hipótese, utilizo das problematizações trazidas no âmbito do feminismo negro e do feminismo decolonial a fim de compreender quais argumentos trazidos por essas teorias poderiam ser utilizados no âmbito criminológico para que se possa compreender os aspectos que envolvem o controle social feminino a partir de uma dimensão racial.

Racismo do tipo exportação: uma análise sobre a presença de telenovelas brasileiras em Cuba

Ana Luiza Monteiro Alves (UFF)

Esta pesquisa visa investigar aspectos relacionados à presença de telenovelas brasileiras em Cuba, tendo como objetivo central aprofundar conhecimentos sobre como esses produtos midiáticos impactam os discursos raciais na Ilha. As telenovelas produzidas pelas principais emissoras do Brasil, desde o ano de 1985, ocupam lugar de destaque na grade televisiva cubana. Historicamente, esses produtos midiáticos contêm representações deturpadas sobre a população negra e fazem referência a um modo de vida elitista. Observando isso, é notório que as telenovelas brasileiras não dialogam com o discurso oficial do governo e dos canais cubanos, que foram nacionalizados em 1959, após a vitória da Revolução Cuba. Esse discurso é pautado principalmente na igualdade de direitos e oportunidades. Apesar disso, essas telenovelas permanecem no ar, tem uma grande popularidade e, indo além, influenciam nas representações que cubanos estabelecem sobre o Brasil e sobre si enquanto povo. A partir desse contexto, analisamos a recepção de novelas brasileiras como um fenômeno produzido e que afeta cubanos e cubanas de diversas raças, gêneros, idades e posições sociais. Tendo isso em mente, este trabalho tem como principal objetivo complexificar, contextualizar e analisar os significados e os discursos raciais produzidos por diferentes grupos sociais daquele país sobre as representações construídas socialmente, em especial sobre as rupturas e ao mesmo tempo as contradições impostas por um cenário em que o nacionalismo cubano apresenta disjunções com tais processos de abertura social.

Direito, relações raciais e religiões afro-brasileiras

Walkyria Chagas da Silva Santos (UnB/UFBA/UFSB)

Ao fazer uma análise sobre como a elite utilizou o direito desde o Brasil Colônia, é possível perceber que as Constituições e as legislações durante longo período atuaram para a segregação dos negros, inicialmente escravizados, posteriormente libertos, mas sempre em posição de desigualdade. Assim, as manifestações culturais, os ajuntamentos de negros, a capoeira e a religião foram duramente combatidos pelo Estado. Na atualidade, ao dominar os códigos, o direito é muitas vezes utilizado como instrumento de defesa pelos negros, mas, conforme citado anteriormente, ele também é utilizado como um elemento propagador das ideias colonizadoras, auxiliando na pilhagem de direitos das minorias, nesse caso específico, dos negros e dos adeptos de religiões afro-brasileiras. Na década de 1970, os negros começam a se organizar enquanto movimento em busca da defesa de direitos basilares sem os quais não se pode viver em dignidade. Nesse contexto, surge também a luta pela preservação dos espaços religiosos afro-brasileiros, a primeira vitória acontece em 1986 com o tombamento definitivo do Terreiro da Casa Branca. De 1986 até 2018, apenas nove terreiros foram tombados a nível federal, um no Maranhão e oito na Bahia. Assim como o Direito Penal e a Criminologia, a atuação estatal na área de proteção do patrimônio cultural possui características racistas, priorizando o patrimônio de pedra e cal que rememora o domínio do colonizador. Exemplo disso é que, dos quase mil bens arquitetônicos tombados, 40% fazem referência à matriz católica e apenas 1% faz referência ao patrimônio afrodescendente. Pensar numa percepção de um direito decolonial é pensar no Direito a partir de uma proposta emancipatória, que respeite a cosmovisão dos “novos” sujeitos de direitos, como os adeptos de religiões afro-brasileiras. Portanto, o processo de tombamento deve respeitar não apenas os elementos formais como determina a lei, mas, também, a cosmovisão das religiões afro-brasileiras.

Iniciativas negra e feminista em comunicação: breve estudo sobre os cursos de Gênero, Raça e Etnia e de Comunicação, Saúde e Direitos das Mulheres para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo e em defesa do direito humano à comunicação

Isabel Cristina Clavelin da Rosa (ABPN)

A incorporação das dimensões de raça e gênero em cursos de aperfeiçoamento profissional em Jornalismo e em Comunicação é deficitária no Brasil, uma vez que ainda são poucas as iniciativas que trazem tais questões para a centralidade da formação de jornalistas, comunicadoras e comunicadores. Formação precária em temas sociais, sobretudo aqueles que estruturam relações humanas, políticas e econômicas em decorrência do racismo, sexismo e outras formas de opressão. O mito da democracia racial e o ideário hegemônico do patriarcado têm incidência em práticas e relações profissionais, em rotinas produtivas e em produtos de comunicação, como já verificaram diferentes estudos sobre racismo e sexismo no jornalismo e na comunicação no Brasil. Duas iniciativas serão abordadas na presente comunicação oral – os cursos Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas, no ano de 2011, e Comunicação, Saúde e Direitos das Mulheres, no ano de 2017, ambos promovidos pela Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) e pela ONU Mulheres, com o propósito de fazer avançar a reflexão acadêmica acerca de

propostas formativas para aperfeiçoamento profissional, valendo-se de compromissos firmados pela categoria jornalistas em congressos nacionais e em normativas internacionais, a exemplo do Plano de Ação de Durban, do Plano de Ação de Pequim e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O trabalho pretende resgatar o contexto de realização dos cursos, público participante, plano pedagógico, conteúdos abordados, publicações-guia e avaliação de participantes, com a finalidade de registrar as iniciativas e verificar eventuais colaborações para o campo de metodologias de comunicação para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo no Brasil e em defesa do direito humano à comunicação.

Direitos Humanos e genocídio da juventude negra no Brasil

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo (UFSB) & Walkyria Chagas da Silva Santos (UnB/UFBA/UFSB)

A presente comunicação pretende refletir sobre o genocídio da juventude negra no Brasil a partir da perspectiva de uma estrutura socialmente desigual e da construção da marginalidade. Os objetivos do trabalho se perfazem em uma caminhada história desde o não direito da população negra durante o período escravocrata no país e as dificuldades de acesso aos direitos desde o fim da escravidão até a atualidade, com foco na construção do corpo negro como um corpo marginal. A metodologia se baseia em uma pesquisa qualitativa com delineamento bibliográfico, a partir de uma dialética multidisciplinar. O problema da marginalização do corpo negro é um tema que precisa ser constantemente revisitado e refletido à luz, também, dos dados estatísticos que atestam para a existência de uma realidade excludente e também perigosa, que ceifa a vida de jovens negros. Nesse contexto, é importante a compreensão sobre as vidas que são alicerçadas a partir da desigualdade racial, social, econômica e cultural e do acesso a direitos. Portanto, é de suma importância a defesa, proteção, promoção e reparação dos direitos humanos da população negra no Brasil, em especial para a população jovem. As garantias trazidas pela Constituição Federal de 1988 confrontam-se com uma realidade de pouca concretude dos direitos humanos e fundamentais, principalmente nas comunidades periféricas do país, que, além do baixo acesso a direitos, convivem com a violência que mata sobretudo os jovens negros. Trata-se do reconhecimento de um sistema hierárquico com recorte racial que perpassa as instituições e as relações sociais, figurando-se como um poder simbólico muitas vezes invisibilizado na sociedade.

A questão do autor como produtor no romance uruguaio “Las esclavas del rincón”, de Susana Cabrera

Samanta Dias do Carmo

Com base na conferência proferida por Walter Benjamin em 1934, em Paris, intitulada “O autor como produtor”, vamos fazer uma breve análise formal do romance uruguaio *Las esclavas del Rincón*, de Suzana Cabrera, publicado em 2001. A professora aposentada de Filosofia da Psicanálise retoma um fato real marcante na história do Uruguai: o assassinato de uma senhora da alta sociedade por

suas duas escravas, em 1821, e a posterior sentença de condenação à morte das duas autoras do crime. Até hoje, Encarnación e Mariquita, mulheres negras escravizadas, são consideradas as únicas mulheres que tiveram a pena de morte executada no Uruguai. Os discursos do advogado de defesa das réis durante o julgamento desnudaram, à época, a desumanidade da escravidão a partir de questionamentos éticos e teve como efeito o início do debate sobre o tema no país. O romance de Cabrera faz parte da retomada do gênero romance histórico na América Latina. A não linearidade, o plurilinguismo e a narrativa construída por meio da técnica de Collage aproximam Cabrera daquilo que Benjamin está defendendo como papel do escritor perante uma sociedade em que o jornalismo perdeu seu viés literário, está cada vez mais organizado pela lógica do capital e assume a função de responder aos anseios do leitor por meio da assimilação indiscriminada de fatos. A reflexão política e a escrita literária não têm mais espaço no jornal, ao mesmo tempo, não basta ser engajado para alcançar uma produção literária esteticamente revelante. Dessa forma, Benjamin se pergunta: como uma obra literária se situa dentro dessas relações de produção de uma época? A resposta é dada com romance de Suzana Cabrera.

ST 18 – MULHERES NEGRAS NA CENTRALIDADE DA SAÚDE: INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Coordenação: Marjorie Chaves, Andrea Leite Ribeiro & Mariana Fernandes Rodrigues Barreto Regis

A área de conhecimento denominada “saúde da população negra” constitui o campo em que as relações entre raça e saúde vêm sendo objeto de reflexão e intervenção política. Nesse campo, as condições de saúde de mulheres negras merecem especial atenção, uma vez que as representações sociais negativas sobre seus corpos informam a maneira como são vistas e a consequente desigualdade de acesso aos direitos em saúde: negligência, insultos e má qualidade dos serviços. É preciso reconhecer que as discriminações de raça, gênero, classe e de outros marcadores sociais não são fenômenos mutuamente excludentes e estão relacionadas às diversas formas de violência e riscos de saúde. Considera-se que, na oferta dos serviços públicos de saúde, há a limitação de acesso e/ou a não garantia de direitos universais das mulheres negras. Tal situação marca o processo de luta das mulheres negras no Brasil por melhores condições de saúde, como bem apresentado no Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver. O objetivo da atividade é acolher propostas que abordem os diversos aspectos da saúde das mulheres negras, considerando o racismo como determinante no acesso e na qualidade dos serviços de saúde. Esta Seção Temática (ST) propõe a discussão sobre o papel dos feminismos negros na reivindicação de políticas públicas que visem dirimir a desigualdade entre usuárias negras e brancas no atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS); a necessidade da abordagem do racismo nos instrumentos legais de combate à violência contra as mulheres, uma vez que este também constitui fator de produção desta violência; a relação entre as vivências afetivo-sexuais e a saúde mental de mulheres negras, na compreensão de que as práticas de autocuidado são importantes geradoras bem-estar.

Curso de capacitação para profissionais de saúde com a temática: raça, gênero e violências – interfaces com o SUS

Andreia Lohane Resende Simplicio Resende (NESP/CEAM – UnB)

Trata-se de um Projeto de Intervenção de Estágio Obrigatório em Serviço Social, que objetiva contribuir com o enfrentamento do Racismo Institucional no atendimento de vítimas de todos os tipos de violência, com exceção de violências urbanas. A análise de dados advindos do preenchimento do quesito raça/cor que foram estabelecidos pelas pesquisas do Núcleo de Estudos de Programas para os Acidentes e Violências confirma as barreiras sociais e institucionais que perpassam pelo preenchimento de Fichas de Notificação de Violência. É necessário compreender o direito à saúde de maneira racializada, pois esta compõe substancialmente o tripé da Seguridade Social. Sendo assim, objetiva-se um tratamento humanizado, capaz de abranger as especificidades de grupos populacionais com demandas diversas. A proposta do projeto é promover um curso de capacitação com a temática: Raça, Gênero e Violência, tendo como público-alvo os profissionais de saúde que atendem casos de violência no Distrito Federal. Estima-se que o profissional de saúde seja também um agente promotor de direitos equânimes e, para isso, visa-se o debate da equidade como ponto de partida para um caminho voltado à desconstrução do ideal de democracia racial, ideal que incide na construção da igualdade como base de discurso dos profissionais de saúde.

Raça, gênero e saúde reprodutiva: a resposta do feminismo negro ao controle dos corpos pelo Estado

Marjorie Nogueira Chaves (UnB)

Historicamente, mulheres negras organizadas em coletivo empreendem lutas pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade, assim como o combate ao racismo e ao sexismo nos atendimentos dos serviços públicos em que são maioria das usuárias. Empenhadas na luta por melhores condições de saúde, desde de suas primeiras organizações até o presente, as mulheres negras têm seus corpos marcados por uma série de violências e iniquidades evidenciadas a partir de mecanismos de controle do Estado. As denúncias de esterilização cirúrgica em mulheres negras entre as décadas de 1980 e 1990 nos serviços públicos de saúde e o contexto social e histórico em que se insere o debate sobre saúde reprodutiva com a perspectiva de raça coincidem com o período de organização dos movimentos contemporâneos de mulheres negras. O interesse de investigação deste estudo deve-se ao fato de a melhoria das condições de saúde ser uma das demandas prioritárias do feminismo negro ao Estado brasileiro. Entende-se que o ativismo de mulheres negras foi fundamental para criação de políticas de promoção da equidade em saúde, como a obrigatoriedade de preenchimento do quesito raça/cor nos sistemas de informação. Há poucas pesquisas que analisam o tema no âmbito acadêmico, com destaque para os estudos de Berquó (1993; 1994), Roland (1995), Minella (1998) e Damasco (2009), considerando que nos oferece um campo de pesquisa ainda necessário ao debate sobre a saúde reprodutiva das mulheres negras no país. As referidas denúncias feitas por feministas negras culminaram na instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) em 1993 pelo Congresso Nacional, para investigar a esterilização em massa de mulheres negras no Brasil, política

de caráter genocida. Desta forma, o objetivo deste trabalho é apontar os determinantes sociais e históricos que culminaram na discussão sobre saúde reprodutiva com a perspectiva de raça no Brasil, a partir da denúncia da esterilização cirúrgica em massa de mulheres negras. Os aportes teóricos do pensamento negro contemporâneo e da epistemologia feminista negra servem de base para essa investigação, realizada por meio de levantamento bibliográfico e análise dos principais documentos produzidos no período. A pesquisa busca investigar os fatores que colocaram a saúde reprodutiva das mulheres negras como pauta prioritária dos seus coletivos, levando ao questionamento sobre a atuação do Estado.

Políticas públicas uterinas: a quem serve a criminalização do aborto no Brasil?

Maiara Alice Gomes de Oliveira (UnB; Ubuntu – Frente Negra de Ciência Política da UnB)

A Teoria Política Moderna trabalha com teóricos que fundamentam o direito universal ser direito de todos os indivíduos – direitos esses que estão na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e na Constituição do Brasil de 1988, mas, como demonstrado neste trabalho, esses direitos universais excluem as populações não brancas, femininas e pobres. Este trabalho tem, portanto, o propósito de discutir, por meio dos teóricos políticos modernos e dos pensadores negros, sobre os mecanismos de dominação da população não branca com objetivo único de se perpetuar no poder. Este foi pensado após ouvir das mulheres negras mais velhas da minha região no sudoeste baiano sobre como foi o terror para a comunidade nas décadas de 80 e 90 quando laqueaduras compulsórias eram realizadas nas mesas de parto sem consentimento das parturientes. O objeto de análise foi a discussão sobre os direitos reprodutivos e sexuais no Brasil, os quais têm agendas distintas para as mulheres brancas e não brancas, mesmo que ambas estejam sob a dominação do homem branco, como mostra o debate sobre aborto, que está avançado em países nórdicos católicos e em países latinos também católicos e que passaram por processos de colonização europeia e escravidão, mas apresenta pontos de retrocesso no Brasil.

O protagonismo das mulheres negras na política de atenção à doença falciforme

Jaqueline Cardoso Durães (UnB)

Doença falciforme é uma das doenças genéticas hereditárias mais comuns no Brasil, e no mundo. Decorre de uma mutação no gene que produz a hemoglobina A (esta considerada normal e responsável pelo transporte de oxigênio dos pulmões para o corpo), originando outra, mutante, denominada hemoglobina S. Existem outras hemoglobinas mutantes, como C, D, E etc, que, com a S, integram o grupo denominado doença falciforme. A mais conhecida é a SS, nomeada de anemia falciforme, caracterizada por provocar crises dolorosas, comprometer órgãos e tecidos e levar a óbito (BRASIL, 2015). A doença falciforme atinge hoje uma considerável parcela da população brasileira, afetando principalmente pessoas negras. Uma das explicações para isso, considerada consenso nas cartilhas

do Ministério da Saúde, é o fato dessa mutação genética ter sido provocada pela resistência do gene à malária em território africano. A doença chega ao Brasil via o fluxo migratório forçado que ocorreu durante a colonização e o processo de escravização dos povos africanos. A política de atenção integral às pessoas com doença falciforme foi conquistada após longa e árdua mobilização coletiva do movimento negro, tendo à frente desse processo principalmente as mulheres negras. Apesar de a doença ser objeto de estudos de diversas áreas científicas, o foco de grande parte dessas investigações é o indivíduo, principalmente nas ciências médicas, ou como a estrutura estatal absorveu as demandas dos movimentos sociais, quando versam sobre políticas públicas. Sendo escassas na literatura pesquisas sobre as associações e coletivos da doença, as estratégias coletivas de enfrentamento e a luta em prol da conquista e de garantia de direitos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar uma historicidade da política nacional sobre doença falciforme, evidenciando a importância da militância e da produção científica de intelectuais negras, como Fátima Oliveira, que foi pioneira no campo de estudo de genética, considerado raça e gênero. Situando essa luta como uma forma de amor e cuidado de si, já delineado por Carneiro (2005). Ademais, este estudo tem por intuito apontar como essa militância a nível nacional reverbera além-mar, no continente africano, por meio da cooperação técnica (em doença falciforme) estabelecida entre Brasil-África, que pode ser inscrita como uma contribuição do movimento negro diásporico, brasileiro, ao continente Mãe.

A cor da relação: corpo e afetividade de mulheres negras em Natal/RN

Amanda Raquel da Silva (UFRN e Coletivo As Carolinas)

Este trabalho apresentará resultados de pesquisa que tem como objetivo etnografar e analisar as experiências afetivas de mulheres negras brasileiras, mais precisamente residentes na cidade de Natal/RN. Interessa-me explorar de que forma a expressão dos afetos e a construção de relações erótico-afetivas estão relacionadas com a dimensão racial. Todas as interlocutoras da pesquisa são mulheres negras residentes num bairro considerado periférico na cidade, na idade adulta, acima dos cinquenta anos. Logo, este trabalho trará à tona um aspecto que não tem sido muito frequentemente tratado em estudos que tomam como cerne o tema da raça no Brasil, a afetividade. Com isso, o trabalho reconhece que também a construção subjetiva das relações afetivas carrega as marcas da história de dominação e subalternização das pessoas negras no Brasil. Tento a todo tempo conciliar os diversos mundos que habito, com as variadas identificações e responsabilidades que carrego e, por isso, a minha proposta de pesquisa envolve todos esses percursos, abarcando meu processo de ser ativista do movimento negro, estar na função de agente comunitária de saúde e ainda estar durante o processo do mestrado em Antropologia Social, curso que me permite tratar e interseccionar tantos temas. Logo, opto por falar com e sobre as mulheres, de forma a ressaltar aspectos do cotidiano e realidade de vida dessas. A aproximação se deu a partir dos espaços em que atuo, visto que, durante as visitas como agente comunitária de saúde, frequentemente são as mulheres que trazem demandas, questões, preocupações acerca da saúde própria e de seus familiares. Com nenhuma dessas fiz muitas perguntas, só demonstrei interesse e curiosidade na escuta, mas, em todos os casos, o tema afetividade surgiu atrelado a seus corpos e a sua saúde, e assim tem se mantido, enquanto algumas também falam sobre autoestima, em processos de permanente reconstrução, visto que nem sempre

enxergam beleza nessa fase de suas vidas, a terceira idade. Essas mulheres que visito têm em comum o fato de serem todas negras e isso fez com que eu me indagasse se tais conversas e desabafos ocorriam em decorrência de uma identificação comigo enquanto mulher negra. A partir disso, passei a refletir acerca da demanda que surgia com a procura de mulheres da terceira idade ao contato comigo, enquanto agente comunitária de saúde, e não como pesquisadora, o que demonstra uma necessidade de diálogo e essa retomada de memórias.

Autonomia, autocuidado e a importância de uma rede afro-religiosa para a saúde mental de mulheres negras

Priscila de Souza Nascimento Siqueira (UFRRJ)

Sobre as mulheres negras recaem uma série de opressões oriundas das imbricações de raça, gênero e classe, surgem, a partir dessas desigualdades, numerosas dificuldades no acesso a serviços de saúde. Mesmo quando essas barreiras conseguem ser transpostas, esses serviços mostram-se precários, não tendo os dispositivos necessários para lidar com as especificidades e as subjetividades de cada mulher; a falta de acolhimento, o racismo institucional e a visão desumanizada em relação às mulheres negras as afastam dos sistemas oficiais de saúde, levando-as a buscarem outras formas, locais e redes de apoio e autocuidado em relação ao seu bem-estar. Se voltarmos nossa atenção para as questões relacionadas à saúde mental, veremos que a dificuldade em obter o cuidado necessário é ainda maior. Dados do Ministério da Saúde (2015) nos mostram que mulheres têm cerca de duas vezes mais chances de apresentar sofrimento psíquico em comparação com os homens, há também fortes evidências de que o adoecimento mental comum impacta negativamente doenças que afetam majoritariamente a população negra, como diabetes e hipertensão. Nesse sentido, as religiões afro-brasileiras se configuram como espaços de autonomia, interação, solidariedade, apoio e práticas de saúde para essas mulheres. O presente trabalho aborda a relevância da existência de uma rede afro-religiosa e seu impacto na promoção da saúde mental de mulheres negras. Metodologicamente utiliza-se da técnica de observação participante, do uso do caderno/diário de campo e de conversas informais com adeptas da religião.

Equidade Racial e Atenção à Saúde em Comunidades Quilombolas

Lucélia Luiz Pereira (UnB)

Este resumo representa parte dos resultados de pesquisa do doutorado que buscou, dentre os objetivos, analisar a atenção à saúde em comunidades rurais e quilombolas. Empregou-se na investigação a abordagem qualitativa com visitas a três comunidades quilombolas, duas do Rio Grande do Norte e uma do Pará. Foram realizadas um total de 82 entrevistas semiestruturadas com os seguintes atores-chaves: usuários e lideranças das áreas rurais e comunidades quilombolas, gestores, médicos, profissionais de saúde, que compõem as equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), e representantes do Conselho Municipal da Saúde. Destaca-se que, apesar dos marcos legais e normativos relacionados

à equidade na atenção à saúde, estudos da relação entre raça e saúde indicam que as comunidades quilombolas vivenciam condições de vida e saúde desfavoráveis e precárias e menor qualidade de atenção. Portanto, está constatado que existem desigualdades raciais no estado de saúde bem como na utilização dos serviços de saúde. Destaca-se como principais resultados da investigação que a atenção à saúde nas comunidades ocorre por meio de: 1) atuação do Agente Comunitário de Saúde (ACS); 2) realização de comando médico; 3) participação dos usuários na Unidade Básica de Saúde (UBS); 4) aquisição de planos funerários; e 5) utilização de medicina alternativa. Os resultados apontaram que majoritariamente os serviços de saúde são frequentados por mulheres quilombolas. Além disso, as comunidades quilombolas encontram dificuldades para acessar os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e que os vínculos com a ESF de referência estão fragilizados. Buscam como primeira instância de tratamento os conhecimentos advindos da sabedoria popular e a medicina alternativa, realizados geralmente por mulheres quilombolas, depois a automedicação e, somente após esse percurso, ocorre a procura pelos serviços da UBS ou hospitalar. Portanto, há necessidade de um maior alinhamento com o modelo de atenção primária à saúde. Verificou-se ainda a necessidade das equipes da ESF se deslocarem com maior frequência para as áreas rurais. Percebeu-se que os quilombolas têm uma insuficiente atenção à saúde e convivem com problemas advindos do racismo institucional. Nesse sentido, é importante o estabelecimento de iniciativas governamentais que busquem combater o racismo institucional que provoca desigualdades estruturais no campo da saúde, garantindo a integralidade da atenção aos usuários das áreas rurais e quilombolas.

Mulheres Negras e Violência Obstétrica

Fernanda Carobas Aires Correia Pires (UnB) &

Petruska Barros Alves (UFF)

O parto passou por uma série de modificações ao longo dos séculos e, com esse processo de mudança do parto domiciliar que era assistido por parteiras e mulheres da sua confiança, passa a ser hospitalar, nisso o corpo da mulher passa a ser visto como máquina, eliminando-a como protagonista do parto e colocando o médico nesse lugar, cabendo a ele a condução ativa do processo, negligenciando informações, emoções, sentimentos, percepções e direitos dela no gestar, parir e maternar. Muitas são as conquistas no que tange as políticas públicas e as iniciativas em prol da saúde sexual e reprodutiva, dentre elas a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que abriu o caminho para que se tornasse a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), e com ela avançamos para inúmeras mudanças. Nesse sentido, historicamente a mulher negra vem sendo negligenciada, e essa realidade tem provocado o aumento das inúmeras formas de violência, discriminação, desigualdade e vulnerabilidade social, que se estendem ao período gravídico-puerperal. As violências obstétricas apresentam um elevado índice, e é definida por toda conduta, ação ou omissão realizada por profissionais da saúde que de maneira indireta ou direta, tanto no âmbito público ou privado, afete o corpo e o processo reprodutivo das mulheres, expressada em um tratamento desumanizado, um abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, trazendo consigo perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres. Dentre as principais violências obstétricas, sendo maiores entre

mulheres negras, podemos citar o uso de ocitocina sintética, episiotomia, manobra de kristeller e listotomia, além das altas taxas de cesarianas que superam o que é preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), demonstrando que são, em grande parte, realizadas sem real necessidade, contribuindo para o aumento da mortalidade materna, sendo também uma questão de saúde pública. Em decorrência dos elevados índices de violência obstétrica, foi proposto o processo de Humanização do Parto, que propõe atuar em duas principais vertentes: estímulo ao parto normal de forma humanizada e diminuição de cesárias desnecessárias. Nesse sentido, as condições de saúde da mulher negra e a situação da violência obstétrica merecem especial atenção.

O autocuidado entre mulheres negras

Emily Almeida Azarias (UnB) &

Dione Moura (UnB)

O webdocumentário Kurialuka tem a proposta de pesquisar por meio das narrativas autobiográficas de mulheres negras de diferentes perfis os diversos aspectos envolvidos na construção da subjetividade e da perspectiva de si e de como os mecanismos de exploração, de violência e de submissão do racismo e do sexismo atravessaram esse processo, incidindo em questões como saúde física e psíquica, afetividade e sexualidade e autoestima. Cuidar de si, assim, é uma proposta estratégica de resistência para emancipar as mulheres negras desde dentro, pois implica em reconhecimento e amor interior. Cuide-se, kurialuka, da língua banto quimbundo, é um convite para reflexão e busca para o bem viver. Foi realizado sob orientação de Dione Moura e Edileuza Penha Souza.

SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES

ST 19 – MULHERES QUILOMBOLAS E PERSPECTIVAS AFROCENTRADAS: AGÊNCIAS, POLÍTICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Coordenação: Leandro Santos Bulhões de Jesus & Joelma Rodrigues da Silva

É inegável a atuação das mulheres quilombolas na constituição e na permanência de suas comunidades. Suas atuações ultrapassam os limites dos papéis de gênero ditos “tradicionais” e revelam que são elas a maioria nas lideranças políticas das Associações das comunidades e nas representações institucionais. Entendemos que, embora o patriarcado e o machismo sejam facilmente encontrados nas comunidades quilombolas, como em toda a sociedade brasileira, podemos identificar elementos que expressam a permanência de tradições, práticas, posturas e conhecimentos com origens nos matriarcados africanos, heranças das diásporas negras, aqui atualizados. Essa assertiva pode ser um elemento orientador de outras interpretações, que pode revelar outras histórias, estratégias e potencialidades que muitas vezes escapam aos olhares eurocentrados, que ainda formam nossos imaginários, as formas de pensar o mundo e a produção de conhecimentos nas universidades. Nesse sentido, os trabalhos de Cheik Anta Diop, Nah Dove, Molefi K. Asante, Ama Mazama, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Reiland Rabaka, Givânia Silva, Antonio Bispo, Oyèrónké Oryéwùmí, entre outros, podem ajudar na elaboração de outros sentidos sobre as agências das mulheres quilombolas, tanto nas suas comunidades como para além delas (nas Associações, na religiosidade, na saúde, na educação, na economia, nas redes entre quilombos etc). A partir dos diálogos com as perspectivas consideradas afrocentradas, pretendemos, com as mulheres quilombolas, visibilizar e ajudar na ampliação desses debates e na produção de conhecimentos sobre os temas relacionados nesta Seção Temática. As discussões poderão incluir sujeitos quilombolas ou não quilombolas que fazem parte de movimentos sociais; pesquisadoras/es; professoras/es; e profissionais de outras áreas.

Tensões geracionais e de gênero nas relações de trabalho e na condução de uma Associação Quilombola em uma comunidade rural no Vale do Jequitinhonha, MG

Bernardo Vaz de Macedo (UFSCar)

Em uma comunidade recentemente certificada como quilombola no Vale do Jequitinhonha, elementos de um ambiente moral patriarcal coexistem com práticas matrifocais. São apresentados elementos de como normatizações e atributos sociais de gênero se refletem nas relações de trabalho, em que, por sob uma igualdade superficial aparente, desvendam-se assimetrias e relações de dominação entre camponeses/as homens e mulheres no valor da força de trabalho, estabelecendo critérios rígidos, referendados pelos homens, no que concerne à divisão sexual do trabalho. Por outro lado, em um contexto de trabalho migrante sazonal marcado por uma certa ausência da figura masculina ou paterna, relações afetivas vão se concentrando em torno da figura materna, muitas vezes sobrecarregando as mulheres com tarefas tanto domésticas quanto de criação dos filhos e trabalho na roça, terreiro, horta e animais. Cotejando conversas realizadas com moradoras mais velhas com aquelas realizadas com jovens, busca-se compreender o que significaria uma certa transição identitária compreendida pelo quilombamento nessa comunidade, com a correspondente assunção de novas posições tanto objetivas quanto subjetivas pelos sujeitos. São expostas tensões geracionais e de gênero nas formas de conduzir assuntos da comunidade, particularmente nos usos da língua e nas concepções de agência / sujeito (individual e/ou coletivo/a). Lideranças mais velhas, com mais de quarenta anos, em contraste com alguns jovens, podem subscrever uma institucionalidade ou um dever-ser quilombola, embora de uma maneira que não nega, mas mantém elementos de um ser que lhe é anterior, conforme denuncia “o jeito de falar e de fazer”, espontaneamente se negando a “dobrar a língua” “falando bem falado” e a formalizar o discurso em uma linguagem jurídico-formal. Outrossim, lideranças mais velhas compreendem que não se conquista nada sozinho, que as lutas (pela água, por exemplo) são antigas e coletivas: “pra pessoa [liderança] conseguir, tem que ir com a força da comunidade”. Ou se contemplam todo/as os/as moradores/as (com algum “benefício” canalizado via Associação), ou não se contempla nenhum/a: “A Associação não funciona com adulação [puxar saco, favorecer um e não o outro]. Tem que ser um pelo outro. Se você fez uma coisa por mim, eu fico devendo obrigação”. Um ambiente moral coletivista é ao mesmo tempo produzido e mobilizado (atualizado) por mulheres lideranças mais velhas.

Conexões de Saberes-Música do Oprimido. Da roda-viva de São Gonçalo ao arrimo da Barra do Rio Grande: a trajetória de vida da professora e política negra Joana Camandaroba (1914-2014)

Zane do Nascimento (UnB/PET)

Esta proposta é resultado de um ensaio etnográfico que versa sobre a história de vida da professora e política negra Joana Camandaroba, a fim de entender como a sua trajetória esteve enredada aos processos sociais da Barra-Bahia, principalmente, a mobilidade social da sua família, de origem rural e negra, no apogeu da extração da maniçoba no século XX, e o papel da educação na sua formação e atuação como professora no Colégio Santa Eufrásia. Almeja-se também compreender as estratégias

e agências logradas por uma mulher negra, religiosa, celibatária, mas que se inseriu no círculo político municipal e estadual por oito legislaturas, num cenário conservador, masculino e no contexto da ditadura civil-militar. A adoção metodológica de história de vida e do gênero biográfico vem sendo utilizada em abordagens etnográficas, como nos trabalhos sobre personagens que ligam suas histórias às memórias das comunidades negras rurais, como o caso de Tia Eva, uma ex-escravizada, cuja história está associada aos processos políticos e sociais camponeses e, por conseguinte, quilombolas (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012; 2013; 2014). Conforme Pinto (1993), a mobilização política do antropólogo aparece na escrita do seu texto etnográfico, seja na forma como avalia, prioriza, classifica seus dados: relatos orais, depoimentos, seleção de fotos antigas e documentos. No entanto, muitas vezes neste ensaio, Joana Camandaroba aparece com liberdade para se fazer, refazer e se apresentar. Joana Camandaroba nasceu numa fazenda chamada Utinga, localizada onde atualmente é o município de Xique-Xique, à margem direita do rio São Francisco e limítrofe à Barra, à margem esquerda do mesmo rio. O enriquecimento da família Camandaroba se deu no bojo do campesinato à medida que seu pai foi se aproximando da produção da maniçoba. Como enaltecido no campo por Wilson Mariani, “Antônio Camandaroba ficou rico com os arrendamentos. Então, ele vivia numa condição social e financeira boa. Teve, aliás, condições de educar os filhos, duas professoras, uma freira, dois médicos, comerciantes, políticos e fazendeiros”. Joana se consagrou na Barra e nos instiga a enveredar pelas teias sociais construídas por uma mulher negra oriunda do campesinato no médio São Francisco, muitas vezes, eclipsado por movimentos sociais negros, ou, por ora, apêndice em estudos regionais.

Raça, gênero e sexualidade na produção da alienação colonial em Frantz Fanon

Ana Catarina Zema de Resende (CDS – UnB)

Frantz Fanon tem sido uma referência importante para a articulação não apenas das lutas anticoloniais, dos conflitos de raça e de classe, mas também dos combates feministas. Suas reflexões têm inspirado estudos e movimentos feministas diversos e a questão do gênero tem sido objeto de um debate acalorado. Pensadoras feministas têm apontado para o caráter “sexista” e “misógeno” presente em alguns de seus comentários sobre a mulher, particularmente nos capítulos “A mulher de cor e o branco” e “O homem de cor e branca” em *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Nesses capítulos, Fanon analisa, com base em personagens fictícios da literatura da época, os relacionamentos inter-raciais e mostra como a sexualidade está no centro da questão racial e do imaginário que a governa. Embora não seja surpreendente que, escrevendo nos anos 1950, Fanon tome o masculino como norma e considere as mulheres como sujeitos quase que exclusivamente a partir de suas relações heterossexuais, suas análises tornam evidente o modo como raça e gênero se cruzam para produzir formas complicadas de desejo. O objetivo deste artigo é mostrar que, para compreender a polêmica em torno da questão de gênero em Fanon, é importante considerar que sua interpretação parte de uma perspectiva racial crítica. É preciso considerar a centralidade da “raça” em sua obra e lembrar a importância que assumem os fenômenos sexuais em uma análise psicanalítica da “situação racial”. Veremos como Fanon explica o papel da sexualidade e da intimidade na produção da alienação colonial. Finalmente, suas reflexões nos ajudam a pensar como a opressão de gênero é modificada pelo racismo e fornecem subsídios importantes para a atuação das mulheres colonizadas, quilombolas e indígenas no seu enfrentamento cotidiano do racismo e do machismo.

A Práxis de Mulheres Quilombolas no Brasil: entre os silêncios da historiografia e as tensões no Direito

Emilia Joana Viana de Oliveira (UnB)

Dentro da dinâmica colonial que organizou/a o território, as estruturas sociais e institucionais do Estado brasileiro, a práxis de mulheres negras evidenciam como a construção de resistências e estratégias para a constituição da cidadania negra são construídas com um protagonismo destas, desde o processo de deslocamento forçado que compõe a Diáspora Africana. A construção de tal práxis informa as disputas das narrativas epistemológicas constitutivas do projeto, e, conseqüentemente, das memórias sobre Estado, Direito e Constituição segundo o pensamento de Moura, para determinar parâmetros conclusivos (1988, p.18). Na mesma linha, apontamos um apagamento das mulheres negras na historiografia quilombola. Os Quilombos, no passado e no presente, são espaços onde as figuras femininas assumem um papel central, observando que o latifúndio se arquiteta, de antemão, numa constituição histórica de gênero, momento inaugurado na colonização (FANON, 2005; CÉSAIRE, 1978), produzindo conflitos quilombolas, que têm uma *práxis* política de mulheres negras, central para uma compreensão da organização diferenciada do gênero em termos raciais (LUGONES, 2008, p. 79). Assim, destacaremos as agências das mulheres, articulando racismo e sexismo (GONZALEZ, 1983), dentro da organização dos Quilombos, evidenciamos os papéis assumidos pelas mulheres no período escravocrata, na pós-abolição formal da escravidão no Brasil, na Constituinte, especialmente para a construção e a efetivação do texto do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/88 (ADCT/88), na disputa pela constitucionalidade do Dec. 4887 e por sua aplicação, protagonizadas por mulheres negras na busca pela efetivação das políticas públicas, direitos acessados somente por meio do Programa Brasil Quilombola, a partir de tensões arquitetadas pelo Racismo Institucional.

Mulheres quilombolas na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí

Rodrigo Portela Gomes (UnB)

Na perspectiva do pensamento negro brasileiro, o quilombo pode ser interpretado como um lugar de memória e presença da agência negra, pois, ao articular passado e presente, desse território pode-se extrair as referências políticas, culturais e econômicas dos sujeitos da diáspora negra (NASCIMENTO, 1989). Todavia, por conta da “interdição ideológica” sobre a formação social do Brasil, as interpretações históricas, sociológicas e jurídicas têm escamoteado os impactos da tensão racial – no passado e presente – para a afirmação ou negação de direitos das comunidades quilombolas (BERTÚLIO, 1989; MOURA, 1988; GOMES, 2018). O intuito de discutir os impactos dos esquemas interpretativos predominantes sobre o passado no presente quilombola pode ser refletido no caso das violações de direitos às mulheres quilombolas de Barro Vermelho e Contente, comunidades localizadas no sertão piauiense, impactadas pela construção da ferrovia Transnordestina que “corta ao meio” os territórios de ambas as comunidades (SOUSA, 2013). Na pesquisa em que analisamos os impactos do racismo nas ações judiciais de desapropriação desse conflito, notamos como os mitos raciais, contidos na historiografia tradicional sobre a formação socioterritorial do Piauí são reeditados na narrativa judi-

cial, têm implicância direta nos critérios de indenização das terras desapropriadas para a construção da ferrovia (GOMES, 2018). No entanto, uma abordagem não desenvolvida nesta pesquisa (GOMES, 2018), mas já apontada nas primeiras análises sobre esse conflito (SOUSA, 2013), tem centralidade para a análise das violações de direitos identificadas nesse caso, trata-se do apagamento da agência de mulheres quilombolas na luta por direitos no passado – liberdade, igualdade e acesso à terra – e no presente. Nesse sentido, o trabalho discutirá a partir do estudo de caso: i) o impacto das leituras masculinizadas nas disputas elaboradas pelas comunidades quilombolas de Barro Vermelho e Contente e a centralidade da agência das mulheres quilombolas na disputa por direitos; ii) a agência das mulheres quilombolas na formação e defesa dos territórios quilombolas de Barro Vermelho e Contente; iii) como a formação e manutenção desses territórios informam não apenas processos de resistência dessas mulheres, mas também a constituição de forma e conteúdo da propriedade no Brasil ainda silenciada pela narrativa jurídica dominante.

O tear da memória para as mulheres negras

Elna Dias Cardoso (UFG)

Este trabalho propõe-se a realizar uma análise exploratória das narrativas de duas quilombolas do Mesquita – localizado na Cidade Ocidental-GO – na formação da capital federal. Para essa reflexão, escolhemos dialogar com os trabalhos das autoras Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro e Sueli Carneiro que apresentam um convite à reflexão da memória em uma perspectiva afro-brasileira na qual as vivências fortalecem as tradições e também são ressignificadas. Diante do exposto, vemos as produções das escritoras como um exercício intelectual contra-hegemônico em relação às questões de gênero e raça. O discurso das intelectuais é uma ressignificação de suas vivências e histórias, tematizando em vários momentos a memória como instrumento importante no processo de construção da identidade afro-brasileira. Os trabalhos das intelectuais surgem aqui como disparador central de nossas reflexões, dialogando em alguns momentos com bell hooks para discutir e pensar a memória da mulher negra em Brasília. A opção teórica segue um posicionamento político de sair da horizontalidade dos escritos acadêmicos que discutem a memória dos negros e negras prioritariamente a partir dos estudos clássicos franceses e estadunidenses. Propomos um exercício sociológico no qual a memória dialoga com os movimentos de resistência, o legado histórico e as influências do processo diaspórico na construção da identidade das mulheres negras. Ao pensar o conceito de memória a partir de intelectuais negras afro-brasileiras, buscamos elaborar percepções e práticas desalojadas de discursos predominantes masculinos e não negros, assim como visibilizar a escrita de mulheres negras no âmbito do trabalho intelectual.

SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES

ST 20 – CORPOREIDADE E PROCESSOS PEDAGÓGICOS DECOLONIAIS: ARTICULAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Coordenação: Larissa Ferreira, Jonas Sales & Nadir Nóbrega

Na construção do conhecimento ocidental, saberes negros e indígenas tiveram seus espaços de ação negados. O conhecimento praticado nos espaços formais de educação constitui-se principalmente a partir de conteúdos com apelo eurocêntrico e protagonismo branco. Nesse contexto, o pensamento decolonial corrobora para pautar uma educação antirracista desde a reivindicação do deslocamento de centros epistêmicos hegemônicos. Diante da necessidade de valorizar as narrativas negadas nesse processo excludente de uma educação dita universal (desde o modelo europeu branco), essa Seção Temática (ST) interessa-se por experiências educacionais com proposição antirracista. A ênfase na corporeidade denota não somente um processo que se volta para a construção indentitária, mas também para as práticas no campo das pedagogias da dança, do teatro e da performance. Vale ressaltar que as propostas podem ser relacionadas à educação formal e não formal, pautadas no diálogo entre espaços acadêmicos e não acadêmicos. O que inclui também processos educacionais praticados em terreiros e movimentos sociais e comunidades tradicionais, que incluam articulações corpóreas que dialoguem com as artes cênicas, performáticas e a dança. Nesse sentido, convidamos a problematizar os espaços formais de educação como espaços únicos de formação. Assim como a prática de pedagogias decoloniais, tais como a abordagem das práticas orais como fundamental para a construção de saberes que foram invisibilizados, justamente pelo fato de suas corporeidades e epistemes serem compostas por tais práticas orais. Diante dessas violências praticadas contra os pensamentos negros, indígenas e afroreferenciados, espera-se que essa ST colabore para as discussões sobre pedagogias decoloniais e educação antirracista em espaços formais e não formais.

A experiência de pesquisas e inserção de danças de matrizes negras na escola

Kaled Hassan da Silva Santos Andrade (IFB)

Este trabalho irá apresentar discussão e análise sobre os caminhos metodológicos utilizados em experiências com danças de matrizes negras em uma escola de ensino médio da rede pública do Distrito Federal. Essas experiências estiveram relacionadas em processos de hibridização, fortalecendo-as como construções de conhecimentos interdisciplinares, formação de indivíduos e símbolos de resistência. Foi utilizado, como estudo de caso da inserção dessas metodologias, o período como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PIBID/CAPES) – de 2014 a 2018 – na Oficina de Dança do Centro de Ensino Médio da Asa Norte – DF. Procura-se, também, debater sobre os processos de formação para a docência, em especial do curso de Licenciatura em Dança (IFB), com o intuito de estimular o engajamento ou, até mesmo, despertar o desenvolvimento da singularidade de saberes e fazeres das danças de cada discente. Também se busca questionar a formação da base curricular do curso, trazendo reflexões sobre decolonialidade e outras perspectivas por meio das Leis 10.639/03 e 11.645/08, utilizando o meu processo discente como base.

YRIÁDOBÁ em performance – O mito de Obá, processos de criação e influxos artaudianos via mitodologia em arte

Adriana Rolin Lopes Oliveira Ribeiro (UERJ)

O ritual do mistério é entendido e ouvido por Obá. Essa orixá feminina da mitologia iorubana é considerada rainha das águas revoltas, fundadora da sociedade de Elekô, que cultua a ancestralidade feminina. Ela é enérgica e temida, guerreira que corta cabeças, tão forte que, inclusive, é considerada mais forte que alguns deuses masculinos, tendo os derrotado. Obá está ligada às cheias dos rios, às enchentes, às inundações, às revoltas e aos transbordamentos causados pelas frustrações e desesperanças. Ela é a força oriunda da vingança de uma traição, assim como um rio que enche porque não suporta mais a água, Obá explode por não suportar seus sentimentos. É como cita Artaud (2006): tudo neste modo poético e ativo de considerar a expressão em cena, leva-nos a nos afastarmos da acepção humana, atual e psicológica do teatro para reencontrar sua acepção religiosa e mítica. Este trabalho objetiva partilhar de forma teórico-prática a performance solo Yriádobá, que tem base na mítica da Ira e da Fúria de Obá traduzidos via mitodologia em arte, conceito criado pela Prof. Dra. Luciana Lyra (2011; 2014; 2015) que utiliza do mito como dinamismo epistêmico do sul para um caminho de criação na f(r)icção da história pessoal do atuante.

Terreiros e rodas: novas epistemologias nas artes da cena

Marianna Francisca Martins Monteiro (Unesp)

Nesta comunicação, pretendo compartilhar duas experiências com expressões cênicas afro-brasileiras, ligadas à pesquisa e a processos de ensino e aprendizagem, em ambientes universitários. Essas experiências ocorreram na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual Paulista (Unesp). Além de compartilhá-las, gostaria de problematizá-las, evidenciando seus limites, problemas e contradições. A primeira experiência se deu conectada ao exercício da pesquisa de tradições populares afro-brasileiras no âmbito da pós-graduação. A segunda configurou uma experiência de ensino em disciplina de graduação, na licenciatura e no bacharelado em Artes Cênicas. Neste artigo, pretendo tematizar a importância da oralidade, dos afetos e da dimensão sensível e espiritual de um ponto de vista afrocentrado, no ensino da arte. Outro aspecto a ser salientado é a impossibilidade revelada nos dois processos de se trabalhar a partir da disciplinarização e da fragmentação dos fenômenos artísticos a partir de linguagens artísticas segmentarizadas. Essas experiências, em seus contextos e consequências, põem em pauta as possibilidades e as dificuldades enfrentadas por pedagogias decoloniais em mobilizar legados das tradições africanas em instituições hegemonicamente eurocentradas. De dentro do universo do ensino e da pesquisa em arte, surgem alteridades capazes de abalar os parâmetros sobre o que consideramos arte, seu ensino e pesquisa.

Araçunã – Processo de Criação em Dança Brasileira Contemporânea

Patrícia da Silva Moreira Diniz (IFB)

Este resumo propõe apresentar investigações e reflexões sobre o processo de criação de *Araçunã*, uma composição coreográfica criada por mim. Essa obra tem como elemento inspirador inicial uma foto de minha avó paterna e as histórias contadas pela família sobre ela. Lupercina representa meu impulso ancestral para o nascimento de uma personagem. A obra *Araçunã* surge a partir da escrita de um texto que aborda simbologias de um corpo atemporal, que é atravessado por conexões entre passado, presente e futuro, uma força ancestral feminina que representa eu mesma e minha avó ao mesmo tempo. O processo também é construído por vivências com danças populares brasileiras. A pesquisa aborda fundamentalmente o conceito de dança brasileira contemporânea e perspectivas decoloniais, construindo relações entre corpo e as suas ancestralidades, corroborando para um processo criativo em que a dança se relaciona com as realidades vividas e influencia a construção identitária. O trabalho ainda em andamento será apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Dança no Instituto Federal de Brasília. Esta pesquisa está sendo construída a partir da metodologia autoetnográfica.

Mulheres de Ganga: dançando a existência

Jaqueline Cardoso Zeferino (UFV) & Joana Célia dos Passos (UFSC)

Em 1988, mulheres do território quilombola de Fátima, inspiradas pelos blocos afro-baianos criaram o Grupo Afro Ganga Zumba com o intuito de afirmar e divulgar a cultura negra por meio da dança afro-brasileira. Algum tempo depois, ampliaram o repertório do Grupo incorporando linguagens artísticas e culturais como o canto, a percussão, o congado, a capoeira, a confecção de estandartes, de roupas e de figurinos afroreferenciados, além da realização de encontros comunitários que debatiam os efeitos do racismo. Desde então, essas mulheres em movimento e ações coletivas enunciam suas histórias de luta por meio de memórias ancestrais e diaspóricas trazidas ao corpo, narradas em forma de dança, canto, sons de tambores, e ensinadas à comunidade enquanto práticas de reexistência, resistência coletiva e enfrentamento às diferentes formas de exploração/dominação/opressão a que são confrontadas. As mulheres de Ganga disputam a memória, a narrativa e a paisagem local, grafam o corpo negro na história do Vale do Rio Piranga, interrogam a lógica subalternizante monocultural, monorracial e heteropatriarcal e reivindicam a afirmação e o reconhecimento de suas epistemologias, corpos e práticas no espaço público. Assim, a pesquisa em fase inicial pretende analisar, a partir de e com as mulheres de Ganga, os tensionamentos e deslocamentos gerados pelas práticas artístico-culturais protagonizadas e ensinadas por elas nos últimos 30 anos. A principal indagação é que epistemologias e narrativas são enunciadas por meio das memórias incorporadas e o que informam sobre a ação política e pedagógica dessas mulheres? Pressupomos que as ações empreendidas por elas são fundamentais para compreender os desafios, conquistas e avanços do movimento negro e quilombola na Zona da Mata de Minas Gerais. A relevância da proposta se enraíza nas potencialidades que se abrem no campo epistêmico, político, artístico-cultural e acadêmico, a partir da recolocação no contexto atual de questões sobre o saber-fazer-sentir coletivo protagonizado por mulheres quilombolas no confronto cotidiano às colonialidades. Por meio da pesquisa participante e das contribuições dos estudos decoloniais, pós-coloniais, feministas negros, antropologia e artes, buscaremos retomar a história do Grupo a partir da escuta e da reescrita de memórias orais e corporais que tencionam e desestabilizam a narrativa hegemônica que invisibiliza, silencia e folcloriza práticas e conhecimentos de mulheres negras e quilombolas.

O estudo das danças Malinke do Oeste Africano e da cultura popular brasileira como proposta metodológica decolonial no fazer contemporâneo das danças afro-brasileiras

Louise Lucena de Oliveira (IFB e CLACSO)

A partir do estudo das danças Malinke de Guiné Conakri, do Oeste Africano – difundidas em diáspora tanto pela Europa quanto pela América; das danças do Nordeste brasileiro – da cultura popular brasileira: como o Coco, Cavalinho e Maracatu; e do cruzamento dessas culturas e danças, pretende-se verificar as diversas semelhanças na estrutura e na organização dessas manifestações artístico-culturais que produzem uma seara riquíssima de conhecimento não somente perpetuando sua tradição como, ao mesmo tempo, transformando e transcendendo o tempo-espaço com uma cosmogonia que

constrói e desenvolve os seus saberes locais-ancestrais no cotidiano. É na tentativa de promover uma pesquisa metodológica em dança contemporânea a partir da decodificação desses cruzamentos que esta proposta se configura para um ensino da dança no Brasil de maneira afrocentrada.

Corpo negro como material pedagógico: a geometria dos penteados afro

Luane Bento dos Santos (UFF, PUC-Rio e ABPN)

Entendemos que a geometria pode ser aplicada aos mais diversos tipos de objetos. Muitas teorias matemáticas nasceram para dimensionar, em uma determinada época, fenômenos matemáticos e posteriormente ganharam outros usos, como é o caso das funções logarítmicas. O matemático D'Ambrosio (2007, p. 21) argumenta que a geometria [geo= terra, metria= medida] é resultado da prática dos Faraós, que permitia alimentar o povo nos anos de baixa produtividade, de distribuir as terras produtivas às margens do Rio do Nilo e medi-las, após as enchentes, com a finalidade de recolher a parte destinada ao armazenamento [tributos]. Podemos compreender que uma “descoberta” matemática ou invenção tecnológica não se aplica, apenas, a um único espaço, objeto e tempo. A geometria pode ser vista em várias situações do cotidiano e, principalmente, encontrada em algumas formas do meio ambiente, da natureza, como o caso dos fractais. Parafraseando o pensamento de Santos (2008, p. 106), a Matemática está presente nos padrões geométricos que vários povos desenvolveram; e observamos também várias formas nas diferentes construções. As trançadeiras, quando não identificam o tipo de matemática, reconhecem que usam. Nesse sentido, chama atenção o relato de Fernanda, trançadeira afro, que nos revela o seguinte: “porque assim quando eu tranço, eu não tenho um fundamento na matemática pra te explicar [...] Mas eu entendo que tenha uma lógica que a matemática possa explicar”. Neste estudo, nosso interesse é demonstrar a matemática “escondida” no tecer das tranças e, para isso, aproveitaremos de algumas equivalências com a matemática escolar que utilizaremos aqui. Precisamos dizer que não pretendemos afirmar que realizar tranças precede de um esquema de conhecimento elaborado nas necessidades humanas de dar forma e transformar, nesse caso transformar o corpo em objeto de arte ou de outras mediações ritualísticas (que de qualquer forma levam ao jogo das aparências e ao de parecer belo), mas enfatizar o uso das figuras geométricas na construção dos desenhos das tranças. Para nós, a trança desenhada serve como um “pano de fundo” para a aprendizagem matemática de estudantes negrxs. Os desenhos e padrões contidos nos penteados afro-brasileiros podem servir como exemplo de formas geométricas reproduzidas do ambiente natural para a estética corporal, e essas comparações auxiliam no aprendizado dos estudantxs negrxs em relação a sua cultura e aos conhecimentos matemáticos, bem como na elevação e construção de autoestima.

Teatrando realidades

Carolina Machado dos Santos (Núcleo Ocupa Madalena de Teatro das Oprimidas) & Charlotte Emanuele da Silva Sousa

Neste trabalho, a duas vozes, desejamos contar os resultados de um encontro mediado pelo teatro do oprimido. Trata-se de um sistema estético que se utiliza do potencial das linguagens artísticas para apoiar indivíduos e suas comunidades a desmecanizarem seus próprios corpos e subjetividades, para compreender melhor a realidade e transformá-la. Desde 2010, dezenas de grupos de mulheres praticantes do teatro do oprimido (TdO) passaram a reivindicar um teatro das oprimidas, que culminou na criação da Rede Ma(g)dalena, com uma proposta de investigação estética das opressões machistas, racistas, da imposição de identidades de gênero e heteronormatividades. As autoras em questão se encontram pela primeira vez em 2013 em uma facilitação de oficinas de TdO na comunidade quilombola do Engenho II em Cavalcante. Outros momentos de troca e construção de redes se deram em 2015 com o curso de formação feminista Tramas & Redes, as atividades realizadas no Assentamento Pequeno William (Planaltina-DF), o Encontro Feminista Tramando Redes e o projeto Circuito da Diversidade nas Escolas. Charlotte Emanuele representa o grupo Marias Sem Vergonhas, um coletivo de seis mulheres negras, assentadas da reforma agrária, que encontram no teatro das oprimidas possibilidade de transformação da realidade de opressões que recaem sobre os corpos das mulheres negras. Carolina Santos representa o Núcleo Ocupa Madalena, um grupo de mulheres de Goiânia que trabalha há sete anos em intervenções contra a violência patriarcal, o sexismo e o racismo. Portanto, nosso objetivo é apresentar a discussão sobre como ambos os grupos desenvolvem sua *práxis* e como as formas estéticas são formas de produção de sentidos. Além de pensar as diferentes percepções sobre os pesos sociais que são colocados no “ser mulher”, e como esses pesos vão fazendo os nossos corpos e pensamentos trabalharem em um ritmo mecânico, com o passar da vida entramos em descompasso com o nosso natural, tudo é premeditado ao que se espera de uma mulher. Como estamos promovendo essas ações pedagógicas e quais são os principais desafios que enfrentamos? Para responder a essa pergunta, propomos como metodologias o diálogo e a reflexão aprofundada sobre algumas cenas teatrais compartilhadas entre 2013 e 2017 e suas correlações com as teorias decoloniais. Objetiva-se também apresentar os resultados de como a partir de nossas práticas de multiplicação de TdO, principalmente em nossas regiões, estamos desenvolvendo pedagogias decoloniais, anti-racistas e anti-patriarcais.

Quando vozes negras alimentam a dramaturgia do corpo – O feminino em Axé Nzinga

Jonas Sales (Departamento de Artes Cênicas/UnB)

Esta comunicação propõe uma reflexão a respeito de falas de mulheres negras na composição do espetáculo *Axé Nzinga* do artista Jonas Sales e de suas reverberações em processos de leituras do espectador. Considerando os elementos que compõem a cena, o corpo se expressa a partir de estímulos e elabora a dramaturgia, desse modo, as vozes de mulheres negras são fundamentais para a composição dramática do espetáculo em questão. Insere-se aqui uma análise de como as falas

de mulheres influenciam na leitura da proposta cênica e de como esses diálogos podem contribuir com as reflexões sobre gênero, racismo e política na contemporaneidade. Desse modo, refletimos também sobre processos de criação artísticas e suas metodologias para os estudos da cena atual e como podem contribuir para a descolonização de ideias construídas ao longo do tempo.

Escrivências: escritas corporais de mulheres ao vento

Andreza Jorge (Cefet-PPRER)

O presente artigo visa mostrar a importância e a potência de criar espaços para estimular e possibilitar as diferentes formas de escrever história de mulheres negras e faveladas sobre suas próprias vidas partindo da análise da atuação de um projeto social comunitário chamado Mulheres Ao Vento que acontece em um território de favela e que criou coletivamente dois espetáculos cênicos usando a dança e o resgate cultural e histórico para criar e produzir. Com inspiração nas escritas literárias de Conceição Evaristo e Glória Andalzua, surge a possibilidade de escrita do corpo e a noção de corpo linguagem como conceitos-chaves para marcar, por meio do fazer dança, a urgência e a necessidade de mulheres negras e faveladas ocuparem seu lugar de fala na produção, na resistência e na visibilização de seus conhecimentos, culturas e saberes ancestrais, produzindo discursos contra-hegemônicos, criando fontes de representatividade, resgatando epistemologias a partir das suas histórias familiares, tornando o projeto social um espaço para pensar e produzir conhecimento a partir das vivências das mulheres negras e faveladas da Maré, objetivando também a disputa do entendimento de fazer e produzir cultura hegemonicamente e assim democratizar o acesso e visibilizar novos olhares sobre o fazer e produzir cultura.

Ideologia cristã de diabolização no ambiente escolar

Henrique Araújo da Silva (Isfor – Instituto Sartre de Formação, Educação e Cultura)

A pesquisa se propõe a apresentar a ideologia de diabolização do outro e como ela se caracteriza no ambiente escolar, e aponta a possibilidade de sua origem. Para isso, foi necessário esclarecer o porquê do termo diabolização, e não demonização, posto que entendemos que diabolizar, além de já representar o inimigo do deus cristão, significa também separar, e o cativo no Brasil foi apartado da sociedade ao mesmo tempo que viu publicamente sua língua e sua origem serem condenadas. O africano cativo não só foi privado dos benefícios materiais, mas também dos ideológicos, éticos e morais. Também tratamos do conceito de ideologia, e como se constitui uma, e a associação do diabo com o negro cativo, apresentando as impressões de alguns sacerdotes católicos sobre os Orixás. Também apresentamos a associação dos Orixás com o diabo, bem como o proceder com essas culturas alheias ao cristianismo, posto que, para a Igreja, a luta dela não era contra o negro, contra o índio ou contra o mulçumano, mas sim uma luta contra o mau, contra o diabo personificado na religiosidade, na linguagem e nos símbolos sagrados do cativo. E, para a salvação deles, a violência, o ultraje, a redução e a imposição de novos valores, todo o esforço é válido. Nesse sentido, a catequese, primeiro

modelo escolar, foi a ferramenta de controle social sobre os povos dominados. E sobre essas bases foram constituídas a nossa educação.

(Inter)artes na educação decolonial: corporeidades mestiças e(m) ecologia dos saberes

Leonardo José Sebiane Serrano (UFBA)

A pesquisa procura ações-interações das corporeidades do performer-pessoa nos sistemas Cultura/ Comunicação/Saúde/Sustentabilidade por meio das experiências somático-performativas em processos criativos em/com o seu entorno (natureza, espaços alternativos e urbanos) com o objetivo de fomentar ecologia dos saberes pela educação decolonial para a promoção de cidadãos diversos no convívio social na América Latina. A proposta da pesquisa é antropofagotizar essas outras experiências em processo de criação-cognição-educação de outras poéticas e estéticas em movimento, articulando-me com referências da Abordagem Somático-Performativa, a Practice Research, a Ecologia de Saberes e a Educação Decolonial. A pesquisa procura uma ativação/reactivação do Corpo Vibrátil, assim como olhares diversos incorporando a estética e os processos somático-performativos com as relações em/com natureza/vida/mundo, os sincretismos religiosos ritualísticos, as experiências do dia a dia com os caminhos/identidades do performer-pessoa. Assim como propõe inter-relacionar e articular as corporeidades mestiças nas aprendizagens decoloniais e como estas interferem nas diferentes contribuições com os sistemas Cultura/Comunicação/Saúde/Sustentabilidade; numa participação solidária, respeitosa, colaborativa para a articulação de redes de conhecimentos. Sendo na participação e no compartilhamento das experiências somático-performativas que se dão as ativações dos corpos anestesiados e das outras poéticas/estéticas contemporâneas decoloniais nos processos criativos cognitivos das corporeidades mestiças e da interculturalidade latino-americana.

Projeto Abayomi – encontro precioso

Lucileia de Souza Baptista (IFRJ – São Gonçalo)

Projeto Abayomi – encontro precioso visa incentivar, reconhecer e enaltecer a valiosa contribuição da população negra para a formação cultural do Brasil. A oficina da boneca Abayomi busca apresentar a história da Abayomi e, a partir dela, trabalhar com a confecção da boneca e resgatar o vínculo e herança cultural e social dessas bonecas.

As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Saúde e a Resolução 569/17 do Conselho Nacional de Saúde

Dandara Baçã de Jesus Lima (Ministério da Saúde)

Discute as ausências da abordagem da temática étnico-racial nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de saúde, abordando as quinze profissões de saúde. A discussão é provocada pela publicação da Resolução 569 do Conselho Nacional de Saúde, publicada em 2017, que obriga a inserção de conteúdos de equidade racial, gênero, geracional, étnica e outras temáticas que possibilitarão ao egresso dos cursos de saúde uma aproximação da população que majoritariamente depende do Sistema Único de Saúde (SUS). Os conteúdos atualmente não contemplam as especificidades da população negra, fazendo com que os atendimentos não consigam abordar as vulnerabilidades e as necessidades do usuário do serviço de saúde. Para que o SUS possa cumprir seus princípios é preciso rever a forma como os profissionais estão sendo formados inserindo de forma qualificada a abordagem racial, apresentando as contribuições da origem africana na saúde, enfrentando o racismo e o silenciamento que tem se perpetuado e dificultado o acesso de discentes e docentes negros nas carreiras de saúde. A Resolução 569 é a 10.639 da saúde que, se cobrada pelos movimentos sociais, profissionais de saúde, docentes e discentes, poderá ser efetivada provocando mudanças no SUS que conhecemos.

Reverberações sobre as potencialidades do corpo coletivo na dança afro

Ainoa Nuñez Caetano (UFF)

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as potências do grupo de dança afro Diálogos em Movimento com Ludmilla Almeida, com ênfase na corporeidade e nas relações étnico raciais, no aprendizado coletivo e com o corpo, averiguando suas potencialidades políticas e de descolonização por meio do corpo na sua legitimação enquanto espaço de produção de saber. A composição do grupo por mulheres com experiências sociais distintas permite que subjetividades diferentemente produzidas socialmente se encontrem na sincronia da dança e produzam, a partir da diferença, um comum. Na busca por uma sociedade mais igualitária, a dança afro se mostra como palco potente de uma educação política necessária à sociedade estruturalmente racista, trazendo legitimidade à produção dessa educação pela experiência dos corpos no coletivo. Num processo de construção da legitimação do corpo como local de produção de saber, e da legitimação do corpo negro, em específico, como intelectual, artista, político, damos um passo na direção contrária dos pilares greco-romanos de produção de saberes. Nos aproximamos de concepções de existência que concebam o corpo como uno, complexo, sem separação hierárquica de “corpo” e “mente”. Nesse movimento, compreendemos que o processo de aprendizado pode ser muito potente quando se evidencia o corpo e o coletivo como agentes primordiais. Para que as aulas aconteçam, há um ritual com fundamentos afrocentrados, formas de entendimentos e de relações que por sua maneira de proceder constituem um processo educativo político, de uma educação não hegemônica, mas que se afirma em favor de mais da metade da população brasileira, que teve seus saberes culturais, religiosos, políticos, cosmológicos, violentamente negados, mas que sobreviveram aos genocídios e epistemicídios das várias colonizações que aconteceram e ainda acontecem, e se manifestam onde mais elementarmente se pode existir, no corpo.

Questões de gênero e raça na dança: corporalidades políticas centradas na noção de identidade

Larissa Ferreira (IFB)

O trabalho pretende discutir a produção epistêmica na dança com enfoque para as relações entre raça e gênero. Neste contexto, debruça-se no modo como agenciam-se corporalidades políticas centradas na noção de identidade. Para isso, entendo ser fundamental a problematização da ideia de universal na dança, que durante séculos fundou padrões estéticos alicerçados na construção de uma corporalidade hegemônica. Historicamente a dança moderna tensionou as questões de gênero, notadamente ao rejeitar a hegemonia de um corpo feminino apresentado como frágil na dança clássica ocidental. E, nesse ínterim, as relações raciais produziram-se em escassas aparições ao longo da história oficial da dança. No estágio atual, saberes de corpo, antes desqualificados por uma lógica colonial hierarquizada, reorganizam-se como centrais. A dança contemporânea esforça-se em reivindicar o lugar de uma produção epistêmica que considere a diversidade e a interseccionalidade na composição de corporalidades. Dito isso, diante da necessidade de reivindicar narrativas e discursos corpóreos negados ao longo da história e crítica da dança, este trabalho propõe discutir as possíveis táticas de dança que corroboram para a composição de uma poética de resistência centrada na dinâmica e na permanência de identidades políticas de gênero e raça.

O corpo negro sujeito de si na Universidade

Nadir Nóbrega (Ufal)

Falar sobre o corpo negro não vai ser um exercício fácil e vai requerer de mim certo esforço, pois vou também falar de mim sem interesse de massagear o meu ego. Pretendo neste trabalho contribuir de maneira sensata para um debate responsável acerca de um assunto que para nós é tão importante, como acredito que seja de fundamental importância para a universidade e para outros segmentos sociopolíticos e culturais. A minha trajetória artística se inicia nos anos de 1970 quando estudava o curso técnico de administração na rede pública estadual baiana. Nasci e me criei nos alagados do bairro do Uruguai e estudei em espaços destinados ao povo negro. A nossa base familiar era constituída por pessoas de baixa escolaridade e de baixa renda. Eu era um corpo negro! Ainda nos anos 1970, mais precisamente em 1975, inicio a minha vida acadêmica na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde nós negros éramos minoria. Havia algo errado ali. As condições não eram favoráveis em todo o período enquanto discente, lá me tornei mais negra. Tive que sobreviver ao eurocentrismo nas falas das docentes, de alguns e algumas discentes, ao currículo, às disciplinas História da Arte, Balé Clássico e Técnicas de Dança, como também nas montagens artísticas. Eu era um corpo negro torto, descartado de trabalhos considerados “eruditos”. Acredito que a minha ida à Nigéria, país do continente africano, em 1977, para participar do Segundo Festival de Arte Negra, como integrante do Grupo de Dança Contemporânea da UFBA, foi importantíssima para o empoderamento do meu corpo negro, despertando-me assim para uma politização com referenciais negro, da dança e de gênero. Voltei da Nigéria com ânimo renovado para aprimorar os meus estudos sobre a cultura negra africana e brasileira. Não parei mais. Eu era e ainda sou um corpo negro militante! Ao longo dos anos, busco

contextualizar as trajetórias artísticas, educacionais e outros processos de performers afrodiaspóricos anônimos ou não. Os nossos “corpos são os espaços de expressões da cultura, lutando pelos direitos de igualdade, cidadania e soberania”. São os locais de saberes contínuos que se movimentam e se recriam, vão resistindo e insurgindo ao recalque na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2013, p. 211).

ST 21 – DESCOLONIZAR É (ENSINO) FUNDAMENTAL: PRÁTICAS ARTÍSTICAS/PEDAGÓGICAS

Coordenação: Arilma Soares

A Seção Temática objetiva criar um espaço circular de partilha das experiências tecidas no contexto escolar, acolhendo ideias, sentimentos, proposições, eventos, questionamentos aflorados no cotidiano da sala de aula e que, de um certo modo, potencializa momentos de reflexão sobre feminismo, negritude, subjetividade e corporeidade. Sendo assim, convida a todXs: alunos, gestores, coordenadores, professores, pesquisadores, estagiários, ex-pibidianos. Conseqüentemente, atores sociais que coimplicados desde a experiência se tornam protagonistas e tecem saberes, reinventam outras lógicas de ensino na rede pública e que, ao tensionar, vislumbram por avanços nesse ambiente formal, tradicional, engessado e (hetero)normativo. É na escola que crianças, adolescentes e professores passam parte do seu dia e até permanecem em tempo integral invisibilizados. A nova geração já afirma que a escola atual não é interessante, ademais, desvela-se como lócus de reprodução de racismo e de atitudes machistas. Além disso, a falta de infraestrutura de algumas não proporciona espaços de convivências entre os alunos. Por conseguinte, a alteridade nunca é um assunto em pauta, as disciplinas de outrora, português e matemática, seguem na prioridade do currículo escolar. Pensando nisso, os atores sociais de diferentes áreas de conhecimentos muitas vezes questionam a permanência do ensino tradicional nas escolas públicas, entretanto, quando se propõem a pensar outras metodologias que evidenciem a autonomia dos alunos. Sendo assim, protagonistas (professores, alunos) que sistematizam seus saberes e produzem conhecimento, para além da metodologia conteudista e tecnicista de ensino, modelos esses que não lhe dão tempo/espaço de pesquisar/refletir/narrar sobre suas experiências. É chegada a hora de reorganizar suas práticas, pensar em recriar espaços de diálogos, uma vez que são recorrentes os temas transversais, pensando também na diversidade da turma e na quantidade de alunos por turma. Falar de escola também é abordar corpo, práxis, comunidade, subjetividade. Tais inquietações surgem na minha formação como aluna, estudante, pesquisadora e professora de diferentes esferas públicas, sinto-me motivada a convidar outrXs a pensar nessa ESCOLA PÚBLICA que pouco ou nada tem mudado em qualidade de ensino, na projeção dos alunos (em sua maioria são negros e negras) e na valorização de professores e professoras para ampliar a perspectiva de todXs. Em recente pesquisa de mestrado, no Programa de Pós-Graduação Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulada “PIBID Dança na UFBA e na UFRN: políticas de cooperação na experiência docente”, na análise de quatro escolas, duas em cada cidade, constatei que as práticas artístico-pedagógicas dos pibidianos inseridos no programa eram um dos poucos momentos na sala de aula que crianças e adolescentes vivenciavam pela arte outros aprendizados.

Decolonizar por meio do filme: algumas considerações iniciais sobre o estágio docente

Samara Letycia Moura Borges (UnB)

O objetivo do trabalho é apresentar a utilização do filme como proposta de recurso didático nas aulas de História, analisando e discutindo o filme com temática da resistência negra como representação, bem como as possibilidades, os problemas metodológicos e epistêmicos que a/o docente pode deparar-se durante sua utilização em sala de aula. Para os fins propostos neste trabalho, durante meu estágio na graduação, foi exibido o filme “Em defesa da honra” para as/os discentes do ensino fundamental do Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes, situado no município rural de Porto Nacional (TO). Ao término do filme, foi aplicado um questionário cujas questões referenciavam ao conteúdo cinematográfico exibido. O filme narra atos de discriminação e racismo no sul do Estados Unidos, é por meio do personagem Marcos Clay que a trama se desenvolve. Marcos Clay, com os demais operários, formam os “diáconos pela defesa e justiça”. A intenção dos operários ao formar o grupo era defender suas famílias de ataques racistas que partiam da Ku Klux Klan (KKK). A escolha desse filme é justificada pelo cenário que ele apresenta. O filme representa momentos de luta contra o racismo nos Estados Unidos. O trabalho utiliza dois principais temas de referências. O primeiro é o tema do ensino de História por meio dos filmes. Para esse tema, dois dos trabalhos citados foram o de Circe Bittencourt (2004) e Ernesta Zamboni (1999). O segundo tema é cinema, história e representação. Os principais trabalhos em que se baseia este trabalho em relação ao segundo tema é o de Eduardo Morettin (2003) e Mônica Kornis (1992). Os autores referenciados neste trabalho apontam, a partir de preocupações distintas, para a importância de utilizar os recursos audiovisuais de forma adequada. Considera-se que o filme, além de apresentar temas importantes para serem discutidos, pode também ser um recurso didático voltado para um ensino decolonial. Infere-se, portanto, que o filme possibilita a construção de novos saberes a partir de um ou mais temas, mas também pode desconstruir imaginários desde que seja utilizado com as apropriações dos estudos teóricos e metodológicos de ensino.

As performances afro-brasileiras como metodologia de ensino na Educação Básica: um estudo sobre memória e identidade

Fernanda Fernandes Muniz (UnB)

Neste artigo, levanto reflexões em relação à importância da descolonização da história escolar para a construção da identidade negra a partir da memória, o significado que ela traz e suas representações na vida dos estudantes. A pesquisa-ação que apresento foi feita com estudantes de uma turma de 4º ano de uma escola pública do DF, em que relaciono o tema de pesquisa de iniciação científica com o tema do estágio obrigatório da graduação, que tinha como objetivo o uso das performances afro-brasileiras como conteúdo de ciências humanas. Dessa forma, inicialmente apresento os conceitos de memória e identidade a partir das escritas de Hampaté Bâ e Stuart Hall, utilizados no planejamento pedagógico da pesquisa. Em seguida, discuto a metodologia e os conteúdos curriculares utilizando como principais referências teóricas Zeca Ligièro e as Leis 10.639/03 e 11.645/08, com intuito de oferecer subsídios para a compreensão da discussão sobre a temática para que os usos das perspectivas

filosóficas africanas sejam possíveis nos currículos da educação básica. Por consequência, discorro sobre a intervenção pedagógica e, por fim, exponho análise dos dados e considerações finais, e concluo que só é possível trabalhar memória na educação por meio do corpo.

Corpo e raça: As representações do corpo negro nas artes visuais

*Ádria Borges Figueira Cerqueira (IFG/ABPN) &
Iodenis Borges Figueira Cerqueira (UFG)*

A presente proposta consiste em apresentar o resultado de mapeamentos e reflexões a respeito da invisibilidade e da representação do corpo negro na arte contemporânea da Cidade de Goiás, antiga Vila Boa, primeira capital do estado de Goiás. As imagens negativas sobre o continente africano e seus povos, o processo de escravização da população negra e o racismo deixaram como legado representações negativas em relação à população negra. Tal pesquisa consistiu em realizar um mapeamento das concepções estéticas, tendo como alvo os recortes raciais no campo da cultura material (artes visuais, artesanatos) no ambiente urbano a partir da necessidade de um repensar sobre o lugar do corpo negro nas representações imagéticas locais. Provocadas pelas sub-representações, sentimos-nos desafiadas a pensar os motivos dessas representatividades a partir de um estudo comparativo, identificando, contextualizando e caracterizando os artistas e as peças. Tal investigação nos levou a analisar os ideais de beleza, as práticas sociais e as relações de poder estabelecidas nesse cenário. Goiás é marcada por uma história de mais de 150 anos de escravização da população negra. Ao reconhecer o racismo como estruturante e definidor das relações e da demarcação dos lugares sociais e simbólicos que os diferentes corpos ocupam, enfatizamos que uma pesquisa com esse recorte tem sua importância no sentido de destacar a necessidade de repensar tais representações, vez que evidenciam lugares de subalternidades.

Oficinas de elaboração vivencial de bonecas Abayomi em espaços educativos não formais

*Êrika Barretto Fernandes Cruvinel (IFB) &
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos (IFB)*

O Brasil foi o último país da América a abolir legalmente a escravidão, no final do século XIX. Foram 300 anos de tráfico (1530 – 1888) em viagens que duravam cerca de dois meses. Estimasse que, nesse período, mais de 1.700.000 africanos embarcaram na África tendo como destino o Brasil e que aproximadamente 200.000 tenha morrido durante as viagens. Os homens, mulheres e crianças, amontoados nos porões dos navios, eram submetidos a todo tipo de maus tratos, fome e sede, durante as viagens, o que, muitas vezes, levou essas pessoas ao desespero. As mães, na tentativa de acalantar as crianças, elaboravam bonecas com retalhos de panos das próprias saias, as Abayomis (em iorubá, abay=encontro e omi=precioso). Hoje as bonecas Abayomi são símbolos de resistência, identidade cultural e empoderamento feminino. Este trabalho objetiva apresentar o relato de experiência refe-

rente à oferta de oficinas de produção vivencial de bonecas Abayomi. As oficinas utilizaram como metodologia a contação de história, a produção vivencial dessas bonecas e a resignificação das dores e sofrimentos das mulheres negras africanas vindas para o Brasil como escravas por meio da música e da dança numa perspectiva biocêntrica. As oficinas foram ofertadas para os participantes de cinco grupos, em contextos diferentes, e tiveram a participação de homens e mulheres, crianças, adultos e idosos. Elas foram avaliadas positivamente pelos participantes que relataram, além da resignificação das dores e dos sofrimentos das mulheres escravizadas durante a colonização do Brasil, a deflagração de processos de cura, o desenvolvimento da habilidade social de empatia em relação às mulheres escravizadas e o reconhecimento da influência dessas mulheres na construção da identidade cultural brasileira. Dessa forma, a elaboração das bonecas Abayomi se apresenta como uma prática educativa vivencial, lúdica e reflexiva, tanto na educação não formal quanto na formal.

Descolonizar é (ensino) fundamental: práticas artísticas pedagógicas

Arlima de Sousa Soares (SME-Natal/UFBA)

A trabalho propõe criar um espaço circular de partilha das experiências tecidas no contexto escolar, acolhendo ideias, sentimentos, proposições, eventos, questionamentos aflorados no cotidiano da sala de aula e que, de um certo modo, potencializa momentos de reflexão sobre feminismo, negritude, subjetividade e corporeidade. Atores sociais coimplicados desde a experiência se tornam protagonistas e tecem saberes, reinventam outras lógicas de ensino na rede pública e, ao tensionar, vislumbram por avanços nesse ambiente formal, tradicional, engessado, (hetero)normativo. É na escola que crianças, adolescentes e professores passam parte do seu dia e até permanecem em tempo integral invisibilizados. A nova geração já afirma que a escola atual não é interessante, ademais, desvela-se como locus de reprodução de racismo, atitudes machistas. Além disso, a falta de infraestrutura de algumas não proporciona espaços de convivências entre os alunos. Por conseguinte, a alteridade nunca é um assunto em pauta, as disciplinas de outrora, português e matemática, seguem na prioridade do currículo escolar. Pensando nisso, os atores sociais de diferentes áreas de conhecimentos muitas vezes questionam a permanência do ensino tradicional nas escolas públicas, entretanto, quando se propõem a pensar outras metodologias que evidencie a autonomia dos alunos. Sendo assim, protagonistas (professores, alunos) que sistematizam seus saberes e produzem conhecimento, para além da metodologia conteudista e tecnicista de ensino, modelos esses que não lhe dão tempo/espaço de pesquisar/refletir/narrar sobre suas experiências. É chegada a hora de reorganizar suas práticas, pensar em recriar espaços de diálogos, uma vez que são recorrentes os temas transversais, pensando também na diversidade da turma e na quantidade de alunos por turma. Falar de escola também é abordar corpo, práxis, comunidade, subjetividade. Tais inquietações surgem na minha formação como aluna, estudante, pesquisadora e professora de diferentes esferas públicas, sinto-me motivada a convidar outrxs a pensar nessa escola pública que pouco ou nada tem mudado em qualidade de ensino, na projeção dos alunos (em sua maioria são negros e negras) e na valorização de professores e professoras para ampliar a perspectiva de todxs.

ST 22 – EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: RACISMO E A EXPERIÊNCIA ESCOLAR

Coordenação: Éllen Daiane Cintra/Cilene Vilarins Cardoso da Silva/Raquel Rosário

O racismo e a discriminação no universo escolar não são uma temática recente. As práticas de racismo fora dos muros escolares são cotidianamente reproduzidas no ambiente educacional. O histórico da discriminação contra mulheres negras e homens negros, oriundos dos eventos escravistas que ocorreram no passado, ainda se refletem na atualidade. Destaca-se que tais práticas discriminatórias resultam da construção de um imaginário perverso sobre a população negra e não branca, que subalterniza indivíduos e resulta na pauperização de suas condições de vida. Eles seguem permeando os discursos, as práticas escolares e a construção dos currículos ao longo da história, resultando em preconceitos, intolerância e evasão escolar, entre outros. A presente Seção Temática busca discutir trabalhos que reflitam sobre a construção, a percepção e as vivências do preconceito e do racismo no ambiente escolar na educação básica. Considerando os processos de racialização que norteiam as relações sociais dentro e fora da escola, propõe-se refletir sobre as experiências de discriminação racial de crianças e jovens negras e negros das diferentes etapas e modalidades de ensino. Entende-se, também, o caráter dual tanto da educação brasileira quanto da escola e, assim, busca-se refletir sobre as dimensões de poder, empoderamento e exclusão, entre outras, que perfazem o processo de aprendizado da população negra. Ademais, interessam as experiências de luta antirracista e a emancipação dos indivíduos a partir do olhar de professores e estudantes, considerando as diferentes intersecções que marcam as experiências dos indivíduos negros no país. Por fim, interessa conhecer e refletir sobre novas metodologias de pesquisa e ação que corroborem com a luta e a educação antirracista.

Por Uma Educação Antirracista na Capital do “Ouro Negro”: Análise do Regimento Escolar da Educação Básica de Macaé

Sandra Cristina Brandão (Cefet/RJ)

A sociedade brasileira está vivenciando uma conjuntura social, política e econômica que suscita a necessidade de ações para mudança da ordem instaurada. A pesquisa destaca as relações étnico-raciais que se estabelecem e as desigualdades entre branca(o)s e não branca(o)s nos diversos setores sociais, com ênfase na população negra, tendo como território observado a realidade educacional na cidade de Macaé, situada no norte fluminense do Rio de Janeiro, que tem uma população negra autodeclarada de mais de 57%, de acordo com dados do Censo IBGE 2010. A pesquisa intentou perceber de que forma o poder, por meio do Regimento Escolar da Educação Básica de Macaé (2010), orienta as políticas educacionais, no trabalho com as relações étnico-raciais, na perspectiva da educação antirracista, com ênfase na população negra, embasada no que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira (DCERER) e demais legislações que regulamentam a educação para as relações étnico-raciais em nível nacional. O referencial teórico metodológico utilizado para proceder as investigações foi a análise linguística de base enunciativa, os pressupostos da linguagem como intervenção nas práticas sociais e os enunciados como um complexo de relações entre pessoas socialmente organizadas, teorizado por Bakhtin (2014), Rocha (2006, 2014), Giorgi (2012), Munanga (2013), Gomes (2001), Cavalleiro (2001) e Santos (2001). A análise de fragmentos do Regimento possibilitou perceber algumas questões de apagamento no trabalho com as relações étnico-raciais. Os enunciados expressam marcas discursivas que reforçam a generalização do estudo das questões sobre a diversidade cultural. Com o contraponto do aporte teórico da pesquisa, bem como a descoberta da histórica predominância negra na cidade de Macaé, foi possível perceber a necessidade de a educação inserir, no documento regulador e Projetos Políticos Pedagógicos da Educação Básica da Cidade, recursos didáticos-pedagógicos que produzam uma proposta educativa antirracista, inovadora e afirmativa.

Formação continuada como estratégia para a descolonização da prática pedagógica

Paula Janaina da Silva (GEFAPe/UnB)

O presente estudo tem o objetivo de mostrar os resultados da minha dissertação defendida em julho de 2012 que trouxe a análise do papel da formação continuada de professores(as) para a educação das relações raciais, utilizando-se da análise de três entrevistas com docentes que trabalham com a temática racial. E, a partir deste trabalho e de estudos recentes, refletir sobre a importância da descolonização da prática pedagógica. As relações raciais que configuram o Brasil são marcadas pelo racismo e pelas mais diversas discriminações, escamoteados pelo mito da democracia racial, ainda presente e disseminado na sociedade. Desse modo, a formação de professores torna-se indispensável para uma educação que valorize, reconheça e respeite as diversas culturas e identidades existentes. Por meio de levantamento bibliográfico, foi possível analisar a educação do negro no Brasil numa perspectiva histórico-social, identificar mecanismos legais utilizados para impedir ou dificultar a escolarização do

referido sujeito, a importância das políticas públicas com o recorte racial e o papel da formação continuada na construção de uma educação antirracista. A partir das análises da dissertação e de novos estudos realizados, identificou-se ainda o papel da formação continuada de professores como uma das estratégias para uma educação antirracista, visto que a formação continuada de professores para a educação das relações raciais pode promover a descolonização da prática pedagógica por meio do desenvolvimento profissional, da articulação entre o currículo que dita o ensinar e a parte pedagógica de como ensinar para a diversidade, para a educação racial, baseada no afeto e no respeito à população negra, e atende aos princípios que norteiam uma educação antirracista, de reconhecimento e valorização da população negra.

África no currículo: uma ação pedagógica no plano de curso

Juliana Siqueira Pires (UERJ)

O ambiente escolar é um espaço de transformação, de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, sendo assim, a escola pode contribuir para a reflexão de como o discurso racista ainda está presente em nossa sociedade. Para se cumprir a legislação sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é necessária uma ampliação do foco nos currículos escolares para a diversidade racial e cultural brasileira. Trabalhar os conteúdos de forma a ir muito além do africano como escravizado. A metodologia adotada foi de intervenção no plano de curso de um quarto ano do ensino fundamental, com atividades em todas as áreas de conhecimento a serem trabalhadas (língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e arte), voltadas para conhecimentos africanos e/ou produções de afro-brasileiros. Os resultados alcançados com as atividades superaram as expectativas iniciais, pois o envolvimento da turma foi tão significativo que outras atividades foram sendo incorporadas à prática pedagógica por sugestão dos estudantes. Uma participação ativa dos estudantes na produção do conhecimento matemático resultou na melhora do desempenho na matemática, que sempre representou um grande obstáculo na educação brasileira, e também construíram identidades e visões mais positivas sobre si e sobre nossos ancestrais africanos.

Perspectivas para ensinar uma história silenciada: interseccionalidade de gênero e raça em relatos de adolescentes negras

Andreia Costa Souza (UFT) &

Dernival Venâncio Ramos Júnior (UFT)

A comunicação proposta objetiva apresentar os resultados parciais de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional de Ensino de História (Araguaína-Universidade Federal do Tocantins), que propõe investigar, nas vivências e nos relatos de adolescentes negras, como se opera a interseccionalidade entre questões de gênero e raça em suas experiências cotidianas, suas percepções e entendimentos do racismo e do sexismo estruturante das relações sociais. Os sujeitos da pesquisa são os/as estu-

dantes de uma turma de oitavo ano de uma escola pública do município de Conceição do Araguaia (PA). O objetivo geral é promover reflexões sobre as múltiplas formas de manifestação do racismo e do sexismo na atualidade, a partir da valorização das identidades dentro da perspectiva do ensino e da formação histórica. As ações propostas visam estimular o protagonismo de personagens historicamente silenciadas pela produção historiográfica e ensino de história tradicionais. De tal maneira, é possível definir alguns dos problemas de pesquisa que se buscará investigar e responder: como criar estratégias e caminhos que permitam subverter e diversificar os lugares de fala e a perspectiva tradicional do ensino de história? Como as vivências e narrativas das alunas negras poderiam ser aproveitadas pedagogicamente no ensino de história? Como promover o reconhecimento das mulheres, particularmente das mulheres negras, historicamente apagadas e silenciadas pelas narrativas eurocêntricas? Os princípios teóricos e metodológicos da pesquisa têm como propósito dar visibilidade e espaço para as narrativas das adolescentes negras, tanto em momentos reservados exclusivamente a elas – por meio da técnica de grupos focais – quanto em sala de aula, por meio da pesquisa-ação. Nas oficinas realizadas com toda a turma, os/as estudantes serão incentivados/as a elaborar uma percepção crítica das raízes históricas e políticas do racismo e do sexismo, suas formas de manutenção e reinvenção nas relações de poder. Diante dos preconceitos, das ideias intolerantes e violentas materializadas nos eventos da atualidade, o intuito é promover conscientização e novas posturas por meio do ensino de história. As ações pedagógicas propostas serão pensadas com o intuito de “inverter” os mecanismos que fundamentam a abordagem tradicional do ensino de história, que ainda hoje apresenta heranças das narrativas eurocêntricas, centradas na figura do homem branco e colonizador.

App EducaEthos: ferramenta tecnológica de combate ao racismo e preconceito

Cristiane Silva de Meireles Cardoso (UFSB – Programa de Pós-Graduação em Ensino nas Relações Étnico-Raciais) & Francisco Antonio Nunes Neto (UFSB – Programa de Pós-Graduação em Ensino nas Relações Étnico-Raciais)

As particularidades e singularidades identitárias presentes na escola devem ser alvo de um olhar mais atento por parte dos educadores. Conviver com a diferença e promover a condição de igualdade entre os povos, combatendo a discriminação e o preconceito devem ser estruturantes dos princípios e dos fundamentos de todo e qualquer Projeto Político Pedagógico (PPP), assim como das práticas docentes em seus fazeres educacionais das/nas instituições escolares de quaisquer níveis ou modalidades, pública ou privada, uma vez que, em atenção à Lei maior – a Carta Constitucional de 1988, preconiza-se a condição de igualdade entre todos os cidadãos em seus direitos e deveres. Este estudo parte também do entendimento e em consonância com as determinações legais e alterações a que foi submetida a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 que originou as Leis 10.639/03 e 11.645/08 que instituem e obrigam a introdução do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em seus processos civilizatórios. Dessa maneira, como instrumento para a implementação dessas leis e, consequentemente, a promoção da superação das práticas racistas assim como as diversas formas de preconceito presentes nas instituições escolares e em demais espaços de convivência sociocultural, acreditamos na tecnologia digital como recurso inovador, potente e como vetor por meio do qual po-

demos contribuir para a promoção da inclusão e para o convívio com as diferenças, em um contexto histórico já tão marcadamente atravessado pela tecnologia enquanto um tipo de linguagem. Nesse sentido, o EducaEthos, aplicativo para a interação educacional, visa, a um só tempo, contribuir a partir de um formato inovador para a promoção da reeducação das relações de sociabilidades culturais em uma cidade do extremo sul da Bahia, com vistas, para além do diagnóstico, sensibilizar para uma apropriada convivência pautada nas relações étnico-raciais dentro e fora dos espaços escolares.

Lei nº 10.639/03: perspectivas e desafios na luta por uma educação antirracista

*Janaína Karla Pereira da Silva Rodrigues Firmino (IFG – Campus de Águas Lindas)
& Altina Abadia da Silva (UFCat)*

No dia 9 de janeiro de 2003, é publicada a Lei nº 10.639 que altera a LDB 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e que dá outras providências. Passados quinze anos da publicação desta lei, o presente artigo tem como objetivo verificar o processo de efetivação da Lei 10.639 na educação básica. A hipótese inicial é de que o racismo no Brasil está presente em todas as esferas sociais e de forma bastante peculiar no ambiente escolar. Na escola, sujeitos negros constroem, ou mesmo são levados a “moldar”, maneiras próprias de conduta, que muitas vezes os levam à invisibilidade e ao silenciamento. A Lei 10.639 vem como uma tentativa de valorização da cultura afro e conseqüentemente caminha para a implementação de uma educação antirracista. No intento de cumprir o objetivo proposto, buscou-se realizar uma revisão da literatura em três bancos de dados, sendo eles: BDTD, Scielo e Capes. Revisitando os resumos de teses e dissertações encontradas. O recorte temporal é de 2003, ano de publicação da lei, até 2018, na atualidade. A busca centrou-se nas palavras-chave: racismo, educação básica e Lei 10.639. A percepção é de que a lei é algo estático que só ganha corpo, movimento e voz por meio da ação humana. As ações apreendidas a partir da lei ainda são realizadas nas efemérides, e não como proposta contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola, discutida e desenvolvida amplamente durante toda a trajetória educacional. É preciso reconhecer os aspectos positivos, a própria criação da lei gera um marco legal importante na luta contra o racismo, porém o movimento precisa avançar.

SEÇÕES TEMÁTICAS & COMUNICAÇÕES

ST 23 – SERNEGRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DA IDENTIDADE DO/A PROFESSOR/A NEGRO/A ÀS IDENTIDADES RACIAIS E DE GÊNERO DOS/AS EDUCANDOS/AS

Coordenação: Alessandra Pio Silva, Celia Regina Cristo de Oliveira & Fabiana de Lima Peixoto

A partir da nossa atuação como docentes negras na Educação Básica e do diálogo teórico em torno de como o racismo à brasileira dá forma a práticas educativas excludentes, conforme os estudos de Nilma Lino Gomes (1995), Eliane Cavallero (2003), Sueli Carneiro (2005), Kabengele Munanga (2004), Antonio Sérgio Guimarães (1999), esta Seção Temática (ST) objetiva levantar discussões teórico-metodológicas acerca da corporalidade dos sujeitos envolvidos nas dinâmicas educativas, a partir de processos que envolvem tanto as identidades raciais de professoras e professores negros quanto o processo de construção de identidades raciais e de gênero dos educandos. Na medida em que a diáspora africana no Brasil se construiu em meio a um ideal de branqueamento, que acabou por criar uma espécie de racismo profundamente calcado em características fenotípicas, sobretudo a partir da inferiorização das tonalidades escuras de pele, do cabelo crespo ou carapinha e de outras características físicas consideradas passíveis de serem classificadas, impõe-se a necessidade de um simpósio destinado a dar centralidade ao corpo negro e ao racismo estético em espaços educativos. Compreendemos, com Cuche (1999), que a cultura é resultado de vivências concretas de visibilidades na forma de conceber o mundo e que, se percebemos que isso é construído, podemos interferir nesse processo, mudando os resultados. Como, infelizmente, na educação brasileira, o processo de subalternização do corpo da população negra implica também dúvidas acerca do valor das negras e negros enquanto sujeitos cognoscentes e produtores de conhecimento, o/as participantes desta ST trocarão trabalhos acadêmicos, ideias, propostas e projetos educacionais tanto acerca do racismo e de práticas discriminatórias que perpassam a educação e espaços formais e informais quanto dos processos de humanização e construção de identidades raciais e de gênero do/as educadores e educando/as.

A África além da mídia

Julwaity Quaresma Cardoso Pimentel Neto (IFB)

O que sabemos sobre a África? Afinal, ela é um país, região, continente ou simplesmente uma grande floresta? A África é um continente, e o único situado em todos os hemisférios da terra: norte, sul, leste e oeste – isso porque ele é cortado tanto pela Linha do Equador quanto pelo Meridiano de Greenwich. Apesar disso, a representação do continente na mídia internacional, em geral, e brasileira, em particular, aborda quase que exclusivamente as suas tragédias e mazelas. É verdade que o continente tem passado por conflitos, acarretando crises humanitárias, incluindo a fome, doenças etc. No entanto, será que é apenas isso que o continente africano tem para mostrar ao Brasil e ao mundo? E quais são as verdadeiras origens desses conflitos? Essa imagem retratada pela mídia e o tipo de discurso sobre esse continente são alimentados e influenciados por fatores históricos e discriminatórios e demonstram também a falta de conhecimento sobre o assunto e impactam direta e atualmente na representação e no tratamento do negro na mídia e na sociedade brasileira como um todo. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar e representar melhor a África, desmistificar e desconstruir essa imagem distorcida transmitida pela mídia e ensinada nas nossas escolas. E, nas palavras de Jean-Christophe Victor, “falar da África como um ‘bloco único’ é uma absurdidade metodológica. Deve-se precisar a região ou país, pois existem quatro grandes tipos de climas que dividem o continente, dividindo evidentemente as culturas, comportamento humano e a economia completamente diferentes”.

Empoderadas

Josiane Cristina Climaco (UFBA)

Este trabalho propôs a continuidade de uma prática pedagógica antirracista num colégio estadual em Salvador – Bahia. Os (as) estudantes residem em dois territórios: a) território quilombola de Ilha Maré, localizada na Baía de Todos os Santos, a trinta minutos de travessia de barco até São Thomé de Paripe, último bairro do subúrbio ferroviário, onde está situada a escola; e b) bairro que residem os (as) outros(as) alunos (as). Em sua maioria, 90% dessa comunidade escolar se autodeclaram negros e pardos (CENSO ESCOLAR, 2017), o que, para nós professores e professoras, já demonstra resultado de uma prática escolar antirracista. Porém, temos muitos desafios nessa unidade escolar, quanto aos fatores institucionais: 1) infraestrutura física precarizada; 2) alternância do corpo docente; 3) recursos financeiros em vigente atraso; 4) funcionários(as) terceirizados(as); e 5) atraso do repasse de verba para pagamento do transporte de barco para os (as) estudantes. Quanto aos fatores relacionados à comunidade escolar: 1) formação continuada de professores(as); 2) formação para relações para educação étnico-racial para professores(as) e funcionários(as); 3) enfrentamento à intolerância religiosa e ao machismo; e 4) participação efetiva de pais e responsáveis. Diante desse diagnóstico, enquanto professora de Educação Física a dezenove anos na rede de educação básica da Bahia, tenho a necessidade de confrontar essa realidade por defender uma educação revolucionária que desenvolva integralmente negras e negros, sobretudo por ser uma militante cultural que luta por um projeto de sociedade mais humanizada. Então, proposta a partir da disciplina Educação Física visou uma abordagem crítica superadora (COLETIVO DE AUTORES, 2012) dessa prática em diálogo com os valores

civilizatórios afro-brasileiros (TRINDADE, 2010; GOMES, 2005) que não se aparta do real concreto. Considera que a inclusão plena dos grupos que historicamente foram excluídos implica na luta pela superação da sociedade de classes, estruturada pela escravização e pelo racismo. Entendemos que a possibilidade de superação perpassa pela consideração das narrativas dos jovens negros e negras valorizadas. Isso implica na reflexão sobre o currículo, que deve transversalizar a questão da diversidade racial, cultural e social, reiterando as posições de privilégios estabelecidos. Deve primar por relações sociais em condição de igualdade nos diversos espaços da vida social.

A construção da identidade racial e suas implicações no contexto da sala de aula *Cledimar Maciel da Silva (UFMG)*

Esta seção propõe temática que tem por objetivo práticas discursivas, reflexões e trabalhos acadêmicos que abordam a inserção de políticas públicas de promoção da igualdade racial dentro das instituições de ensino, voltadas para o corpo docente. O presente trabalho preconiza abordagens práticas, dinâmicas e a utilização de materiais didáticos diversificados que proporcionaram práticas pedagógicas que respeitam os preceitos legais determinantes para uma educação de qualidade das relações étnico-raciais.

Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: o perfil dos professores *Joana Elisa Costa Oscar (UFRJ)*

A pesquisa de mestrado, intitulada “Política pública e prática pedagógica: caminhos percorridos por professores para implementação da Lei 10.639/03 na Educação Infantil” procurou identificar e analisar as experiências de implementação da Lei 10.639/03 na Rede Municipal da cidade do Rio de Janeiro em conexão com as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores de educação infantil. Ao entrevistarmos quinze professoras de educação infantil, reconhecidas por seus pares como envolvidas com a temática étnico-racial, foi possível compreender a dinâmica do trabalho pedagógico com Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) em diferentes aspectos: na gestão, das condições institucionais e dos materiais pedagógicos, na formação dos profissionais, nas relações interpessoais, na avaliação e no monitoramento. O resumo, por sua vez, debruça-se sobre a descoberta de perfis de atuação que envolvem a motivação pessoal, intrinsecamente relacionada à trajetória de vida; a assunção de uma postura coletiva, envolvendo pares para a execução da proposta de trabalho; e a postura política, dentro e fora do ambiente escolar, como indicativo de uma construção e reafirmação de identidade negra pessoal, social e profissional. Pesquisas sobre relações raciais e educação infantil (ABRAMOWICZ, 2010; CAVALLEIRO, 2000; OLIVEIRA, 2004; ROSEMBERG, 1987) foram fulcrais para desmistificar questões relativas ao racismo na primeira infância, envolvendo o campo escolar como meio de manutenção de práticas discriminatórias e influência sobre a construção da identidade da criança negra. Por outro lado, ainda são recentes as pesquisas que direcionam o olhar para identidade dos professores negros. Nesse sentido, os resultados da pesquisa foram ao encontro do que Nilma Lino Gomes (2000) aponta

como caminho: a construção de práticas formadoras que educam para a diversidade perpassa pelo olhar mais atento aos percursos dos profissionais que demonstram essa sensibilidade. As professoras de educação infantil que vimos de perto trazem na pele as marcas dos saberes emancipatórios, forjados na luta, construídos coletivamente na resistência, cujas práticas, norteadas por uma educação das relações étnico-raciais, intencionam a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e democrática. Emerge, portanto, a figura dos profissionais cujo perfil de atuação em relação a uma educação para as relações étnico-raciais é o grande disparador do trabalho pedagógico.

Afetividade e cotidiano escolar: a construção existencial da identidade negra

Gisele Rose da Silva (Cefet-RJ)

O primeiro esforço do existencialista é o de pôr todo homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade da sua existência. E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua estrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens. A construção existencial demonstra que existe uma essência humana que nos determina, mas essa essência é constituída por meio da existência, ou seja, a partir de escolhas feitas, então podemos pensar que a identidade negra faz parte de uma construção que se ancora nas relações de afeto construídas no cotidiano escolar. O presente projeto visa a ressaltar a importância da afetividade, conceito refletido pela intelectual negra Azoilda Loretto da Trindade, na construção existencial de uma identidade negra, com a aplicação da Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio, resgatando historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Abordando o racismo numa perspectiva macrossocial e micropolítica, percorre o cotidiano escolar, destacando práticas e discussões que veiculam o racismo, percebendo, contudo, que a maior parte das pessoas do universo escolar não são vistas, nem se veem como racistas e eurocêntricas. Acreditamos ser oportuno destacar que o racismo é o eixo do nosso trabalho, na medida em que ele atravessa todos os lugares, inclusive a escola – foco da nossa investigação, bem como todas as pessoas independentemente de sexo, etnia, classe social, religião, opção política. Focar o cotidiano para refletir Educação-Diversidade-Igualdade ancora-se na crença de que o cotidiano nos possibilita ouvir/ver a multiplicidade de vozes, cores, tessituras que se entrelaçam, sobrepõem-se, isolam-se, contrastam-se, interagem. Ancoramo-nos em pressupostos e observações de alunos (as) negros (as) que fazem parte do cotidiano escolar, sendo imprescindível construir a afetividade desse espaço. Nessa trajetória, precisamos construir a importância de pensar como o outro se sente, como podemos afetar e sensibilizar as práticas educacionais para que estas possam contemplar crianças e jovens negros em um círculo conjunto de afetos e sentimentos para obtermos um cotidiano escolar liberto do racismo. A nossa afetividade (afetos, sentimentos, emoções) é uma manifestação corporal, manifesta-se via nosso corpo, que circunscreve nossos sentimentos, nossas percepções: um toque, uma carícia, um aperto de mão, um afago, uma música, uma grosseria, a leitura de um poema, uma brincadeira, um xingamento, um encontro, um desencontro, uma agressão...

Encontro de meninas: discutindo identidades

Marize Conceição de Jesus (Gestar – Grupo de Estudos e Ação Racial)

Ao observarmos as escolas de Ensino Fundamental ou Médio em Nova Iguaçu, ou na Baixada Fluminense, em especial as escolas públicas, percebemos o imenso quantitativo de meninas na maioria das turmas. Pode-se afirmar que um quantitativo expressivo dessas meninas é de meninas com características afro-brasileiras. Ao desenvolvermos trabalhos nas escolas da região sobre a Lei 10.639/03, atentamos para o fato de que a maioria das meninas não sabe ou não se reconhece como negra. No entanto, seus relatos sobre as relações raciais nas escolas apontam muitas vezes para a dificuldade de relacionamento nas salas de aulas. Muitas delas sofrem com o preconceito em especial em relação ao cabelo. Muitos são os relatos a respeito das dificuldades de se posicionarem diante das questões que lhes são impostas em função de suas características étnicas, ainda que não se autodeclarem negras. Boa parte dessas meninas apresenta dificuldades nos relacionamentos afetivos e, em especial, no que diz respeito a sua autoimagem que vem carregada de baixa autoestima em função do preconceito e da discriminação racial que vivenciam mesmo sem saber. Os fatores mencionados nos motivaram a pensar ações práticas que envolvessem as meninas em atividades prazerosas e que ajudassem de forma mais sistemática na formação de sua identidade feminina e de seu pertencimento étnico-racial. O Encontro de Meninas tem como objetivo principal contribuir com a formação sócio-política e cidadã de meninas negras da Baixada Fluminense, favorecendo sua reflexão a cerca de seus comportamentos e posturas diante da vida, orientando-as com vistas para uma possível redução da vulnerabilidade a que estão expostas e para a superação do racismo. O Encontro de Meninas é uma atividade de um dia, de acordo com o calendário das escolas. Nesse dia, a escola fica totalmente disponível somente para as meninas. Elas assistem palestras sobre temas relevantes para as adolescentes, contando com profissionais especialistas nos assuntos a serem discutidos. Além das palestras, o encontro oferece oficinas ministradas por profissionais que trabalham a autoestima das meninas. Entre as atividades, ocorrem apresentações culturais trazidas pela organização. O Encontro de Meninas traz como resultado imediato um movimento das meninas nas escolas, elas começam a se colocar como protagonistas em diversas ações e atividades que ocorrem no espaço escolar. Muitas delas mudam seus comportamentos diante das relações interpessoais nas escolas.

Entre as narrativas, tranças e sorrisos

Sandra Aparecida Gurgel Vergne (PUC-SP)

Este artigo pretende trazer a territorialidade, a ancestralidade e o pertencimento como elementos de construção do lugar no mundo, ao acompanhar a narrativa de uma mulher haitiana, imigrante em terras brasileiras. Por meio do sorriso de sua filha Kika, pretendo possibilitar ao leitor o encontro com o sentido de pertencimento, ao repensar sua história. Para tal, tomo a noção de “corpos fronteiriços” de Michel Agier, tendo em vista a perspectiva de compreensão do corpo como currículo, pois, se no Brasil negras e negros passaram por um passado escravista que pretendeu colonizar corpos e subjetividades, quando entramos em contato com outros povos negros da África ou mesmo das Américas, defrontamos-nos com nossa própria imagem e, no espelho, pode-se repensar a história. Nesse sentido,

autores como Bosi, Appiah, Hall, Gilroy, Berger e autores pós-coloniais se juntam à trama teórica da Ciência da Religião para nos permitir compreender o atravessamento entre os valores e identidades raciais, religiosas e as margens que representam a realidade, permitem a construção das relações sociais, o pluralismo, a resiliência e a cosmovisão africana por meio da contação de histórias.

Narrativas escrevientes e o ensino de inglês na Educação Básica

Valéria Lima de Almeida (UFRJ)

O presente trabalho pretende desenvolver, à luz das considerações do Parecer CNE/CP nº 3/2004 e trazendo elementos das literaturas afrodiaspóricas, algumas reflexões e propostas para o ensino do inglês na Educação Básica. Em 2004, um ano após a edição da Lei 10639/2003, foi editado o Parecer CNE/CP 3/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que reivindica o caráter de política curricular da mencionada lei, fundada em dimensões históricas e sociais da realidade brasileira, contrapondo-se ao epistemicídio que invisibiliza a história e a produção cultural de africanos e de seus descendentes no Brasil, em razão de políticas explícitas ou tácitas de branqueamento e sistemático alijamento da população negra do acesso ao poder de governar e formular políticas. As diretrizes contidas nesse documento apresentam caminhos úteis para pensarmos materiais e práticas no ensino de línguas que dialoguem com a rica herança cultural da Diáspora africana e as diferentes vivências dos estudantes da Educação Básica. Nesse contexto, as literaturas afrodiaspóricas, com toda a sua diversidade e trazendo consigo a marca das diferentes vivências negras no mundo, podem constituir para um ensino de línguas que tenham relação com as realidades vividas pelos estudantes.

As Práticas pedagógicas de Professoras Negras na Construção de Contra Currículos na Educação Básica

Célia Cristo (SME – Duque de Caxias/Unirio)

O presente trabalho faz parte de uma reflexão sobre práticas pedagógicas docentes no cotidiano escolar cujo foco é a educação para as relações étnico-raciais, na Educação Básica. Os processos metodológicos vêm da pesquisa qualitativa, com a observação do cotidiano escolar, com viés etnográfico e autobiográfico, trazendo narrativas da trajetória de mulheres negras na realização e no desenvolvimento de práticas pedagógicas outras, que acreditamos estar alinhadas às pedagogias decoloniais (QUIJANO & MIGNOLO, 2005; RIASCOS & MIRANDA, 2016) de educação deslocadas da visão eurocentrada. Em diálogo com o paradigma da complexidade, a união entre a unidade e a multiplicidade (MORIN, 2000, p. 38), a nosso ver, permite-nos conhecer do que é feito o cotidiano em diferentes espaçotempos, por serem vivenciados por distintos sujeitos e realidades. Acreditando que o paradigma da complexidade traga novas possibilidades de construção de pesquisas acadêmicas, em narrativas que empoderem, deem voz aos professores, sobretudo professoras. Narrativas que fujam de uma linearidade normalmente exigida nos constructos acadêmicos pautados em construções hegemônicas e hierarquizadas, cujos currículos regulam e impõem silenciamentos.

Promoção da saúde capilar dos afrodescendentes na educação

Marialia Gabriela de Souza Silva (Salão Afrodivas)

Sou mulher negra, moradora da Baixada Fluminense, 33 anos, publicitária por formação, terapeuta tricologista há oito aproximadamente. Desenvolvo também trabalho nas escolas, nas creches, nas instituições não governamentais e palestras sobre o empoderamento do afrodescendente por meio da promoção da saúde capilar e cuidados, principalmente na educação básica. A partir do trabalho, nos respectivos locais citados, há o envolvimento com os pais, as mães, os professores e as crianças. O aumento pela aceitação, os cuidados básicos, a biossegurança dentro do campo da Tricologia, o estudo dos fios e do couro cabeludo com o cabelo afro negroide foram aproveitados por grande parte dos envolvidos.

Licenciaturas Interdisciplinares da UFSB: descolonização do currículo e combate ao racismo epistêmico

Fabiana Lima (UFSB)

As Licenciaturas Interdisciplinares (LI) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), formato novo no meio acadêmico brasileiro de formação profissional para a docência, não só por meio do princípio da interdisciplinaridade, mas também na perspectiva de uma formação superior cidadã, inclusiva, intercultural e de (in)tenso diálogo pedagógico com territórios educativos locais – sistemas públicos estadual e municipais de ensino, projetos educacionais e outras ações que performam um espaço limítrofe de formação docente, entre a universidade e a escola básica (NÓVOA, 2017) –, acabam por trabalhar na perspectiva da descolonização do currículo, incluindo respostas ao epistemicídio dos saberes provenientes das populações negras e indígenas. A arquitetura curricular da UFSB se constitui em perspectiva integradora de saberes, práticas e segmentos do ensino superior (graduação e pós-graduação), organizada pelo regime de ciclos, composto por fases sucessivas e articuladas de formação, responsáveis por intensa flexibilidade no percurso formativo do estudante. Dessa forma, embora haja um planejamento, que se quer mínimo, para o avançar da integralidade nos cursos de primeiro ciclo, o estudante tem a possibilidade de, durante a Licenciatura Interdisciplinar, transitar por diferentes áreas, podendo cursar até duas Áreas de Concentração, que darão acesso a cursos de segundo e de terceiro ciclos.

Enfrentamentos de uma educação antirracista

Alessandra Pio (UFRJ)

Uma menina pobre estuda em um colégio particular com bolsa de estudos, pois sua mãe é faxineira do local. A estudante é hostilizada e discriminada pelos outros alunos, mas recebe ajuda de sua amiga rica, membro da classe dominante cujo pai, por ter vivido em países pobres como diplomata, possui uma visão assistencialista, mais moderada. A sinopse descrita não despertaria a atenção do público,

não fosse um importante detalhe: a menina pobre, Maria, é branca; a menina rica, Luana, é negra. O curta-metragem “Vista a minha pele”, de Joel Rufino, faz uma paródia para promover discussões sobre o racismo. O filme foi exibido em cursos de curta duração sobre educação para as relações étnico-raciais ministrados para servidores de um colégio da rede federal, no Rio de Janeiro. Cerca de oitenta pessoas o assistiram. Quando a projeção começava, as reações nos revelavam que o silêncio sobre a situação do negro no Brasil não significa desconhecimento; a imagem de uma menina branca e pobre conversando ao telefone com sua amiga negra e rica causa espanto e admiração. Somavam-se ao cenário diversas referências ao protagonismo do povo negro no filme: pôsteres de bandas de música e de modelos negras/os; comerciais dirigidos ao público negro de alto poder aquisitivo sendo exibidos na televisão; professores/as negros/as no colégio destinado à formação de uma elite negra demonstrando piedade de alunos/as brancos e carentes. A expressão mais observada foi a simplificação da sensação “inusitada” com o termo: está “tudo ao contrário”. Se no filme tudo estava ao contrário para aqueles que o assistiram, podemos afirmar que existe uma normalidade aceitável. É possível transgredi-la? Como transgredi-la? Queremos transgredi-la? O texto percorre atividades antirracistas desenvolvidas no âmbito de uma pós-graduação em Ensino de História da África, no Rio de Janeiro, nas turmas de 2016 e 2017. Ele busca evidenciar, a partir de observações da rotina pedagógica das duas turmas e de seus relatos, as resistências à inserção dos conteúdos preconizados pela Lei nº10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). A partir de pesquisas dedicadas aos estudos sobre o ideal de branqueamento, branquitude e mestiçagem brasileira, é possível verificar o medo da perda de privilégios e, portanto, uma das maiores causas da resistência à transformação da realidade curricular escolar, ainda excludente.

ST 24 – DESCOLONIZANDO A COMUNICAÇÃO: PERSPECTIVAS NEGRAS PARA O CINEMA E O JORNALISMO

Coordenação: Aida Rodrigues Feitosa & Juliana César Nunes

A Seção Temática (ST) pretende receber trabalhos que proponham leituras e referências para além da visão centrada no pensamento europeu-colonial. Ao buscar um entendimento mais autônomo do jornalismo e do cinema, a ST tem o intuito de fomentar uma epistemologia liberta dos velhos padrões coloniais e que dialogue com o presente e com o futuro a partir de uma perspectiva centrada nas Américas, na diáspora e no continente africano. Nesse contexto, o campo da comunicação é fundamental para a construção de um entendimento de mundo plural e inclusivo, liberto das amarras coloniais. Interessa para esta seção, especialmente, pesquisas que se baseiem em perspectivas de autores como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, Muniz Sodré, Joel Zito Araújo, Clóvis Moura, Stuart Hall, Spike Lee, Franz Fanon, entre outros. Compreendemos que uma base epistemológica afrocentrada é fundamental para que possam surgir temas e soluções para processos comunicacionais pertinentes à população negra. Tanto na produção cinematográfica, quanto na produção jornalística, as referências negras contribuem para novas perspectivas teóricas, metodológicas e artísticas. Essas reflexões têm ainda o potencial de fortalecer a identidade étnico-racial de pesquisadores e pesquisadoras, que vivenciam o racismo acadêmico em seu cotidiano. A partilha e o debate sobre referenciais negros revelam caminhos já percorridos e a percorrer nos estudos em comunicação. Uma nova linguagem de ação política e comunicacional pode ser desenvolvida com base em práticas culturais historicamente silenciadas pelos detentores do poder político e econômico. Entendemos que as pesquisas em jornalismo e cinema devem se empenhar em seguir mapeando, dando visibilidade e apoio a ações engendradas pelas comunidades negras, quilombolas e sua rede de parceiros, a partir de perspectivas afrocentradas, até para que essas experiências possam ser utilizadas para o empoderamento de outros grupos sociais da diáspora africana nas América e no Caribe, assim como no continente africano.

Reflexão sobre a apropriação das Tics pelas mulheres negras

Thais Pereira da Silva (ECA – Escola de Comunicações e Artes/USP)

O presente artigo é parte de uma pesquisa em andamento, que tem o objetivo de refletir sobre a apropriação das tecnologias de informação e comunicação (Tics) pelas mulheres negras brasileiras como tática para a resistência contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe do grupo. Isso porque as mulheres negras encontram-se na base da pirâmide de condição de vida no Brasil, em comparação com qualquer outro grupo. O método de pesquisa utilizado neste trabalho é bibliográfico, mobilizando as ideias das (os) seguintes autoras (es): Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Rosane Borges, Abdias do Nascimento, Stuart Hall, Boaventura Sousa e Santos, Martín-Barbero, Milton Santos, Nilma Lino Gomes, bell hooks, Angela Davis, Nancy Fraser, entre outras (os). Além da pesquisa bibliográfica, o trabalho analisa e reflete sobre a atuação do site colaborativo Blogueiras Negras, que se constitui como uma mídia negra ou um contrapúblico subalterno (esfera pública alternativa) de mulheres negras brasileiras. Dessa forma, o grupo utiliza a escrita como luta e resistência contra as opressões racistas, sexistas, classistas e homofóbicas sofridas pelo grupo e as articulando. Em outras palavras, refletem sobre as narrativas reproduzidas pelas mídias hegemônicas e propõem narrativas descolonizadas sobre o grupo, quebrando, por exemplo, estereótipos (ou categorias fixas) das mulheres negras, como a doméstica, a mãe preta e a mulata.

comNEGRA: as Tecnologias de Informação e Comunicação para mídias negras na UnB

*Francisco de Assis Beserra Wanderley Junior (UnB) &
Denysberg Carvalho Alves de Resende (UnB)*

Além da grande mídia, outro movimento de construção de representação articulada e consciente consiste na auto-organização coletiva de comunicadores sociais negros, que em diversas formas de expressão e meios de comunicação, com maior intensidade no uso de plataformas virtuais e Tecnologias da Informação, estruturam-se como formadores de opinião pública, buscando principalmente desmistificar os aspectos, principalmente negativos, da cultura negra, no que se pode definir em linhas gerais como Mídias Negras. A proposta de meios de comunicação que se propõem enquanto Mídias Negras vai ao encontro de uma política de comunicação étnico-racial, que se utiliza justamente do poder educativo e atuante que a mídia possui, para assim servir de estratégia à superação das desigualdades ainda tão evidentes em nosso país. O próprio resgate histórico da imprensa negra brasileira, que desde do início do século 19 já pautava de forma diversa e incisiva a questão do racismo, propõe-nos a pensar uma Mídia Negra que vai além de noticiários factuais e que participa ativamente da construção das representações sociais positivas do povo negro. Isso que este trabalho pretende, a partir do uso do relato de experiência do autor no processo de implementação de uma agência de comunicação, com-NEGRA – Comunicação e Mídias Negras, dentro do Centro de Convivência Negra (CCN) da Universidade de Brasília (UnB) durante os anos de 2017 e 2018. Foi priorizado o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) voltado para a elaboração de materiais midiáticos educativos antirracistas, estruturados e disponibilizados sobretudo dentro de um portal virtual do CCN criado para facilitar o

acesso a conteúdos e informações sobre temas de interesse da população afro-brasileira, africana e afrodescendente em geral. A partir da demanda percebida pelos estudantes negros que frequentam e participam do CCN, foi constatado um déficit de estrutura comunicacional principalmente dentro da universidade, visto as heterogêneas formas de organização política e cultural da comunidade negra universitária da UnB e sua quantidade notável de estudantes negros, tornando-se uma ferramenta imprescindível no constante combate ao racismo no espaço acadêmico. Portanto, a comNEGRA surgiu da necessidade de articulação e construção de uma rede de comunicação e promoção do conhecimento e de saberes afro-brasileiros dentro da UnB. Além disso, o aprimoramento nos processos de ensino, tão almejado pelas universidades do século XXI, depende da abertura de novos olhares para o mesmo problema, ou seja, dar espaço para grupos historicamente marginalizados desse ambiente produtor de informações é também inovar na produção de conhecimento.

O panorama das mulheres negras do DF que atuam no telejornalismo: uma reflexão acerca das dimensões de raça e gênero nas carreiras das profissionais

Gilvanete Costa Vieira (UCB)

Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão acerca das dimensões de raça e gênero nas carreiras das profissionais negras do Distrito Federal (DF) que atuam no telejornalismo, respondendo à seguinte questão: quais razões para se ter tão pouco a presença das profissionais negras no telejornalismo? Para isso, foram relacionadas entrevistas com quatro jornalistas negras com idades entre 32 e 46 anos, com vistas às suas trajetórias no telejornalismo do DF. A análise das entrevistas foi realizada pela análise de categoria de Bordin (2011). Com base nisso, emergiram cinco categorias, a saber: escolha do jornalismo como profissão; sexismo e telejornalismo; percepção do racismo e das práticas racistas; desigualdade de raça e gênero no telejornalismo; e ascensão da mulher negra. A partir dos dados recolhidos, percebeu-se a incidência do racismo no meio telejornalístico como fator impeditivo para que as profissionais negras ocupem mais espaços no telejornalismo do DF. Desse modo, conclui-se que o tema do racismo e das representações negras na TV não se esgota aqui e existe muito a ser falado. Por esse motivo, este trabalho é muito importante, pois os resultados obtidos apontam serem necessárias muitas discussões que contemplem as invisibilidades das mulheres negras no telejornalismo.

Muniz Sodré: revisão teórica e metodologia para estudos em jornalismo

Dione Oliveira Moura (UnB) &

Juliana César Nunes (UnB)

Esta proposta de comunicação oral traz a primeira parte de um panorama sobre como os estudos em jornalismo se referenciam na obra e nos pressupostos teóricos de Muniz Sodré de Araújo Cabral, professor doutor em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A metodologia utilizada foi a revisão sistemática de textos apresentados de 2014 a 2017 nos encontros nacionais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR). Entre 1.194 artigos catalogados, foram

encontrados sessenta trabalhos que têm o autor como referência bibliográfica. A análise dos dados situa Muniz Sodré enquanto um teórico negro da comunicação que, a partir de diferentes tradições, influencia as pesquisas em jornalismo com reflexões sobre técnica e narrativa jornalística, bem como identidade étnico-racial e epistemologia da comunicação. Nesta primeira parte do estudo, vamos apresentar os resultados da revisão teórica e da metodologia utilizada para o levantamento. Iniciamos essa trajetória a partir de estudos que apontam para o fato de as pesquisas em Comunicação Social no Brasil serem marcadas pela utilização de referenciais teóricos estrangeiros, majoritariamente de autoria masculina, branca, europeia ou norte-americana. Levantamento realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir de papers apresentados em congressos científicos nacionais de comunicação (entre 2003 e 2006), constatou que as referências teóricas mais citadas na amostra foram o italiano Mauro Wolf e o português Nelson Traquina. Nesse mesmo levantamento, o teórico da comunicação Muniz Sodré de Araújo Cabral, 76 anos, aparece como nota dissonante – terceiro lugar entre os mais citados pelos *papers* analisados. Em evento realizado na Universidade de São Paulo por ocasião dos setenta anos do autor, as pesquisadoras Maria Immacolata Vassallo e Margarida Kunsch mostraram que, de 1970 até 2012, foram encontrados 4.991 registros de referências a ele em dissertações de mestrado e 1.700 em teses de doutorado. Ainda de acordo com os dados apresentados, em 80% das pesquisas em Comunicação no Brasil, há referências teóricas ao autor. Índice bem expressivo, ainda mais se levado em conta o fato de que não foram considerados na amostra trabalhos desenvolvidos na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da qual Sodré faz parte e cujos pesquisadores e docentes, de acordo com Vassallo e Kunsch, tendem a ser, naturalmente, influenciados pelo teórico. Com mais de trinta obras publicadas e cinquenta anos de dedicação à vida acadêmica, o pesquisador tem uma contribuição que se notabiliza pela diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, especialmente na interface entre comunicação e cultura, além das obras ficcionais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele dialoga com inúmeras tradições teóricas bem como com olhares sobre outras dimensões, como a filosófica, existencial, social, econômica e étnico-racial.

Muniz Sodré: diálogos e perspectivas teóricas para estudos em jornalismo

Cleymenne Cerqueira Barbosa (UnB) &

Mara Karina Silva (UnB)

Esta proposta de comunicação oral traz a segunda parte de um panorama sobre como os estudos em jornalismo se referenciam na obra e nos pressupostos teóricos de Muniz Sodré de Araújo Cabral, professor doutor em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A metodologia de revisão sistemática foi aplicada aos artigos apresentados nas edições de 2014, 2015, 2016 e 2017 do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR). Nesta segunda parte do estudo, apresentam-se os resultados e as conclusões do levantamento. A análise dos dados situa Muniz Sodré enquanto teórico negro da comunicação que, a partir de diferentes tradições, influencia as pesquisas em jornalismo com reflexões sobre técnica e narrativa jornalística, bem como identidade étnico-racial e epistemologia da comunicação. Entre os 1.194 artigos apresentados nas últimas quatro edições do SBPJOR, foram identificados ses-

senta com referências bibliográficas relacionadas a Muniz Sodré, aproximadamente 5% do total de trabalhos. Em 2014, nove estudos mencionaram a obra do pesquisador. Em 2015, dezesseis artigos fizeram o mesmo. Já em 2016, foram treze textos com citação à obra de Sodré. Em 2017, o número de referências aumentou e chegou a 22. Com relação às publicações de Muniz Sodré mais utilizadas nos artigos da SBPJOR, verificaram-se, por ordem decrescente, quarenta citações às obras: *A narração do fato* (2009), *Antropológica do Espelho* (2002), *Técnicas de reportagem* (1986), *Claros e escuros* (1999), *Monopólio da Fala* (1982) e *Ciência do comum* (2014). As demais obras do autor, cujas referências constam apenas uma única vez nas pesquisas, foram encontradas em seis artigos. Outras quatorze referências estavam em trabalhos que citam o autor, mas não trazem citações diretas a nenhum de seus textos. Das obras mais citadas nos anais da SBPJOR, a partir da amostra selecionada para esta comunicação, *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil* é a que baseia mais pesquisadores interessados nas questões relativas à identidade, diversidade e racismo e sobre o papel da imprensa mundial para a reprodução do racismo, que têm chegado à conclusão de que “instituições e grupos da elite branca dominante [...] podem ser aliados próximos na reprodução da desigualdade étnica”, como aponta Sodré (2015, p. 152).

As mulheres jornalistas negras e a identificação do “teto de vidro gênero/raça/classe” no processo de feminização do jornalismo no Brasil

Dione Oliveira Moura (UnB)

A pesquisa aqui apresentada alicerça-se na minha experiência de autora, como profissional de comunicação, jornalista, mulher negra, como estudiosa das representações sociais. Também dialogo com os estudos de Feminismo Negro (BAIRROS, 1991; CARNEIRO, 2003; LEMOS, 2016). Aponto, também, a necessidade de ampliarmos os estudos que tragam a observação da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) no que concerne às pesquisas sobre jornalistas negras no Brasil. No estudo que aqui relato, visualizo que as iniciativas das Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojiras) podem ser percebidas como “práticas de significação”, no sentido atribuído por Hall (1997), quando o autor expõe que toda ação social significa tanto para quem a pratica quanto para quem a observa. A partir de observação de campo, análise documental, *pari passu* revisão bibliográfica, constituintes da Etapa 1 da pesquisa, concluo com a identificação de um “teto de vidro gênero/raça/classe” na carreira das jornalistas negras brasileiras e também com a constatação de que as Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojiras) praticam uma ação importante perante esse “teto de vidro gênero/raça/classe”, no sentido de agendar, no próprio campo de atuação dos jornalistas profissionais, a identificação, denúncia e proposição de ações de combate à discriminação racial contra a mulher jornalista negra, no combate à desigualdade racial e em defesa dos processos democráticos.

A mulher negra e a linguagem: análise de discurso de uma perspectiva de gênero e raça

Fabiola Campos de Andrade Santos (UnB)

A mulher negra por meio de uma construção social estruturada culturalmente sobre machismo e misoginia é apresentada de maneira secundária e desprestigiada em sua completude de funções e espaços. Outrora é associada a perfis negativos quando contrária a esse papel que lhe é imposto (bruxa, má e perversa, sereia, que seduz e ilude os homens etc). O estigma desenvolvido acerca da figura feminina de maneira histórica inferiorizada permanece presente e essa situação tende a se agravar no momento em que incluímos a questão racial. Uma vez que a mulher negra é tida como objeto de exploração desde o período escravagista, em basicamente todos os aspectos. A mulher negra no contexto atual ainda é vista de maneira desigual e subjugada. A escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977) quebra esse ciclo ao surpreender com um discurso ácido e crítico mesmo sendo uma mulher negra, pobre, catadora de lixo, moradora da favela. Símbolo de resistência e emancipação literária, precursora no gênero denominado atualmente como literatura marginal, não só por ser escrita pelo povo marginalizado, mas também de se construir fora do ambiente acadêmico. Há a necessidade de alteração da imagem da mulher negra e a inserção em maior grau dela em campos como a política, educação e cultura apresentando toda sua riqueza, pluralidade e perspectiva de mundo diferenciada.

Negritude na capa: análise dos discursos como representação do negro na revista Raça Brasil

Ramíla Moura Mendes Viera (UCB)

Este trabalho busca analisar a representação dos negros na revista Raça Brasil por meio do discurso utilizado em suas manchetes. É a única revista impressa brasileira cujo público-alvo é a população negra. Com a veiculação em suas capas de personalidades negras conhecidas midiaticamente, a revista promove a visibilidade dessa raça.

OFICINAS, RODAS E APRESENTAÇÕES

OFICINAS

Expressão corporal, ritmos afrobrasileiros

Marta Santos da Silva Holanda Lobo

O que é corpo, mente e movimento interligados na pessoa humana que pensa, age e reage aos efeitos sociais, históricos e culturais pela tradição afro-brasileira. Como acontece a oficina com ritmos e expressão que significam a força e o empoderamento da mulher latina-afro brasileira. Danças (Jongo e Moçambique) e histórias quilombolas contadas e interpretadas a fim de gerar um ambiente sócio-integrador, facilitando a fala significativa e o pensamento criativo pelos códigos da linguagem corporal. Para quem se interessar: aumento da autoestima, concentração e criatividade. Maior expressividade na fala, rompendo a timidez.

Benze que passa

Maria Bezerra

Oficina de benzimento e autocuidado com confecção de patuá de proteção.

Yabás e suas danças

Juliana de Oliveira Ferreira e Jordana Cristina Alves Barbosa

As mulheres negras são levadas a esconder seus corpos, cabelos, vozes, efeito arrebatador, causado pelo racismo e pelo machismo que estruturam nossa sociedade. Se analisarmos os mitos das yabás, as rainhas negras ancestrais, nossas orixás, percebemos que o corpo é um instrumento para o reinado, nossos cabelos são nossa beleza, nossa resistência, nossa força; nossos gestos falam, movem-nos, levam-nos a lugares inimagináveis. A proposta desta oficina é fazer com que cada mulher negra descubra em si uma yabá, uma rainha segura de si, que aceite e ame tudo que está em seu corpo. Entramos na geração do tombamento, lacração e empoderamento, mas como nos empoderar dentro de uma sociedade em que nos diz que não somos lindas? A dança afro-brasileira baseada nas danças das orixás abre um espaço para o empoderamento feminino negro, para o corpo, para as vozes, para o movimento, para a aceitação e por que não para um espaço de cura? A ideia não é uma repetição dos movimentos das yabás, mas uma construção de mulher negra a partir de si, cada uma irá construir esse ser negro no corpo.

De objeto de pesquisa a pesquisador(a): subvertendo a ordem acadêmica a partir do projeto

Alessandra Pio

A oficina se propõe a fortalecer o quadro da educação básica investindo em seus profissionais e futuros profissionais (graduandos), por meio da pesquisa. Tendo como ponto de partida a entrada em cursos de pós-graduação, que geralmente exigem um projeto de pesquisa como um dos pré-requisitos para a candidatura, apresentamos um pequeno tutorial: instruções voltadas a nós, educadoras e educadores, que lidamos cotidianamente com o saber-fazer escolar, tão pouco valorizado pelos acadêmicos, mas, ao mesmo tempo, tão investigado por eles. Essa proposta se une a tantas outras que buscam levar a população negra aos bancos acadêmicos, possibilitando olhares negros sobre nossas práticas, transformando os observados em observadores, transgredindo a ordem instituída. A oficina é composta por uma introdução ao que é a pesquisa e para que precisamos de nosso povo negro na academia, segue pontuando as etapas de um projeto e conclui propondo um esboço dos participantes.

Revelando identidades – Reflexos e reflexões

Surama Caggiano

A oficina tem o papel de retratar por meio do processo visual artístico e estético elementos diversos sobre essas linguagens, que também representem neste processo suas histórias, lutas e conquistas. Trazer essa discussão, reflexão, debate por meio desta oficina é um dos caminhos que podemos trilhar para combater esse tipo de discriminação institucionalizada no cotidiano da população brasileira como um todo. A importância e o peso da cultura de matriz africana na formação da cultura brasileira é incontestável: está presente nos modos de viver, sua presença se fez – e se faz – forte apesar do histórico escravagista, da exclusão social e do preconceito. Portanto, compreender o que é o Brasil hoje é conhecer e reconhecer essas heranças: essa é uma das maneiras possíveis de superar as formas de exceção históricas que ainda vivemos. Esta oficina tem o objetivo de criar uma relação entre memória e identidade a partir de representações dessas heranças. Cada participante receberá um espelho de acrílico A4 em que irá a partir de sua própria imagem observar seus traços, suas expressões e suas características, por meio desse exercício, irá transportar para o papel A3 sua autoimagem, ou uma história, um símbolo, um objeto etc. Como uma forma de criar sua representatividade nesse desenho, a liberdade poética de cada participante será respeitada durante todo o processo artístico visual. Estará à disposição dos participantes recursos para que construa sua obra, como pincéis, tintas de cores diversas, lápis, canetas, cola e papéis caso o participante opte, ao invés do desenho, pela técnica da colagem. Dentre esses movimentos, as trocas de vivências, experiências e histórias do cotidiano de cada um devem naturalmente se desenvolverem durante a oficina.

Oficina de bendizer

Magda Fernanda de Sousa Silva

Oficina para resgate da sabedoria ancestral do bendizer.

Batida do Okam (Danças das orixás)

Marília Borges

A oficina de dança negra “Batidas do Okam” é uma oficina sobre a ancestralidade principalmente feminina presente no corpo de cada indivíduo, que estimulado pela batida do atabaque reintegra o ser pensante com o ser intuitivo conectando a vibração sonora com o movimento e a energia vital em busca do empoderamento a partir de tecnologias de curas ancestrais.

Na gira com a Kalunga

Soiane Gomes

Oficina de dança a partir do ritmo baque virado do Maracatu Nação Porto Rico, sua história, seus fundamentos, a boneca Kalunga e movimentações coreográficas.

O sagrado feminino e a mulher negra contemporânea

Magda Fernanda de Sousa Silva

A sacralidade feminina na pauta da mulher negra contemporânea como ferramenta de resgate de poder, força e expressão da essência do que se é para além das expectativas sociais e culturais.

Escrita Criativa: Cordel

Ana Vieira e Jacqueline Fiúza

A ideia é nos encontrarmos em torno da temática do Sernegra, expressando nossos afetos nesse gênero da cultura popular que é o Cordel, que é escrita e é cantoria, por meio de uma escrita criativa e curativa, do coração e da alma, com exercícios de desbloqueio e liberação da expressão artística.

Feira de Afroeconomia - FeirAfro

Jordana Eid e Talita Machado

Em sua primeira edição, a Feira de Afroeconomia do SERNEGRA (FeirAfro) reunirá cerca de 20 expositores de produtos e serviços da afroeconomia que vão do acarajé a moda, artesanato e literatura negra.

Espaço Sernegrinha

Diene Tavares

Em 2018, o espaço infantil do Sernegra, o Sernegrinha, ganhou uma programação exclusiva para as crianças, incluindo contação de histórias, oficinas de estética negra, dança e bonecas Abayomi. Acesse “sernegraifb.org/espaco-sernegrinha” e confira.

RODAS E APRESENTAÇÕES

Roda de conversa: LGBTs negras no contexto atual

Tarcísio José Ferreira & Gerson Martins de Souza

Os LGBTs no contexto atual são, muitas vezes, invisibilizados. Travestis, transexuais, fluidos de gênero, não binários e tantas outras categorias de gênero carregam uma sororidade de gênero e raça muito profunda que precisa ser ouvida e transformada em categorias de lutas constantes. Assim, esta proposta de roda de conversa apresenta trazer à tona questões de raça com relação à população LGBT, apresentando aspectos da sororidade cotidiana e os desafios dessa população para se firmar em uma sociedade que as/os invisibilizam e os/as excluem diariamente.

Rumo ao Encontro Nacional de Mulheres Negras: trinta anos contra o racismo, a violência e pelo bem viver. Mulheres Negras movem o Brasil.

Fórum Permanente de Mulheres Negras

O Fórum Permanente de Mulheres Negras: avaliação dos trinta anos do Encontro Nacional de Mulheres Negras (FPMN) foi realizado nos dias 14 e 15 de março de 2018, no âmbito do 13º Fórum Social Mundial, em Salvador, Bahia. O FPMN foi realizado sob a coordenação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e com o apoio do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030. Integram o Comitê as entidades organizadoras da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida em Brasília, em 2015. O FPMN constituiu-se em um momento especial de avaliação da trajetória de organização das mulheres negras brasileiras nessas últimas três décadas. Uma avaliação de percurso e trajetória que, sem deixar de apontar embates e avanços, culmina com a realização da marcha em novembro de 2015, em Brasília, que contou com a participação de mais de cinquenta mil mulheres negras de todo o país. Nesses trinta anos, as mulheres negras brasileiras protagonizaram a tarefa de dar visibilidade à sua agenda de direitos, atuaram firmemente para a criação de organizações de mulheres negras e qualificaram o embate/debate político-ideológico sobre o racismo e o sexismo que imperam na sociedade brasileira. O FPMN decidiu por aclamação realizar-se “Encontro Nacional de Mulheres Negras: trinta anos” em dezembro de 2018, em Goiânia, poucos dias após a realização do VII Sernegra em Brasília, que, dessa forma, aparece como um espaço propício para a preparação do encontro em Goiânia.

Musas do cotidiano

Aline Karina

O Musas do Cotidiano foi um projeto fotográfico realizado no mês de março de 2017, em que foi promovido um ensaio com cinco mulheres negras de São Sebastião-DF em locais da cidade que são representativos em suas histórias de vida. O ensaio buscou exaltar a beleza da mulher negra do cotidiano, exaltando a sua história, a sua singularidade e elevando a sua autoestima. O ensaio foi dirigido por Aline Karina, com fotografia de Joice Negredo e textos de Karlinha Ramalho, todas mulheres negras moradoras de São Sebastião, e foi publicado na página do projeto “Sebas Turística” que visa valorizar os lugares e as pessoas que impactam positivamente com a história de São Sebastião.

Yriadobá – Da Ira à Flor

Adriana Rolim

Esta partilha tem base na mítica da ira e da fúria da deidade afro-brasileira Obá desveladas via Mitologia em Arte, conceito criado pela Dra. Luciana Lyra, que trama a história do mito com a história pessoal da artista Adriana Rolim que encena a dramaturgia da escrita de si. No processo de criação, surgiu a provocação “quais foram as suas iras silenciadas desde sua tenra idade?”, que serviu como centelha alquímica para a amplificação das cicatrizes do ser mulher negra na contemporaneidade, revisitados metaforicamente no ítan em que a Rainha da Sociedade de Elekô mutila sua própria orelha num culto secreto sobre o poder feminino. A performance é um convite à cena ritual curativa que caminha na integração do arquétipo cindido: Obá navega nas águas de Oxum e trilha da Ira à Flor.

Id. Percursos

Rita Léndé

Uma mostra de trinta minutos que visa problematizar o que é ser uma mulher negra latino-americana e brasileira. O trabalho, por meio de uma narrativa contemporânea e existencial, busca, a partir de jogos em cena e diálogo com o público, uma naturalização e questionamento do corpo negro de uma mulher que segue rumo a um percurso incessante sobre a imanência nesse corpo que, ao mesmo tempo que transcende, é velado, retido e apagado. Uma abordagem em dança e teatro que dialoga sobre lugares de fala do corpo negro da mulher a estratégias de privilégio de si mesma.

Sacrilégio

Carolina de Souza

A peça “Sacrilégio” é uma montagem criada pelas artistas Caliandra Molotov e Carolina de Souza. O trabalho une textos das próprias poetisas, além de serem incorporadas obras de Marcelino Freire e Conceição Evaristo. As autoras propõem fazer uma leitura dramática da composição final, intitulada “Sacrilégio” devido às críticas que levantam acerca do desrespeito destinado a mulheres negras no Brasil desde sua chegada em condição de escravizadas. Dessa forma, Caliandra e Carolina declamam com corpo, voz e alma as dores e cicatrizes que jovens, mães e anciãs carregam historicamente.

Sujeira calada Nu Ta Pe Te

Marília Borges

Entre as questões culturais que marcam o Brasil, a violência doméstica tem sido denunciada como uma das mais representativas e frequentes em nosso cotidiano, mas que traz a marca de nosso passado colonial e patriarcal. Sua gravidade é que, além da violência em si, insere-se no campo das violências invisíveis, nem sempre denunciadas ou presente em estatísticas. Ela impede o desenvolvimento social e coloca em risco mais da metade da população do país – ou 103,8 milhões de brasileiras (2013, IBGE). Duas em cada três pessoas atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres; e, em 51,6% dos atendimentos, foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher. O SUS atendeu mais de setenta mil mulheres vítimas de violência em 2011 – 71,8% dos casos ocorreram no ambiente doméstico. Para 70% da população, a violência doméstica está presente mais dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil. A pesquisa revela ainda que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. A composição trata diretamente do tema, mas pelo viés da cultura e da arte em que a reflexão vem junto com a denúncia, analisando-se estratégias de enfrentamento da situação. Criam-se espaços dinâmicos de reflexão sobre os grupos vulnerabilizados da sociedade (negros, gays, jovens etc) em que a plateia é confrontada com seus medos, momento em que a arte estabelece diálogo político-pedagógico como espectador. O coletivo performático OniBaBel de arte contemporânea é um coletivo de arte-educação, formado por estudantes do Instituto Federal de Brasília (IFB) da Licenciatura em Dança, do Ensino Médio integrado em informática, do Ensino Técnico em Moda e outros atores, bailarinos e produtores que buscam fazer arte de cunho político social problematizando as dificuldades cotidianas. A OniBaBel, portanto, propõe uma composição coreográfica sobre violência a partir de diferentes formas de linguagens da arte, como teatro, dança, música, performance e cinema, questionando as “babéis” da contemporaneidade.

O aquarelista (lançamento de livro)

Ana Vieira

Ana Vieira Pereira nos contempla com uma palestra na mesa redonda sobre saúde da mulher negra, com uma oficina de escrita criativa e com o lançamento de seu romance *O aquarelista*. O romance, “ambientado na África do Sul, na pequena vila de Kalk Bay, nasceu da pesquisa realizada in loco sobre o período do apartheid e a sutil resistência que essa pequena vila viveu, uma das últimas zonas a terem as leis de segregação completamente implantadas. Negros, brancos e mestiços, muitos deles artistas e escritores, refugiaram-se em suas ruas, diante da paisagem deslumbrante da baía atlântica, buscando uma forma de viver em paz que se sobrepujasse às atrocidades que, mesmo em silêncio, se conheciam.” A autora, além de ser escritora e mãe de sete, é Doutora em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e atua na formação de professoras e professores para a pedagogia Waldorf, com foco especial no papel da arte na educação e na escrita como processo criativo e curativo..

Uma oração para a mãe preta

Andréia Fábria Adowa

Uma oração para a mãe preta é uma performance/teatro que evidencia a necessidade de repartirmos o luto e de certa forma nos responsabilizarmos na dor que acomete a centenas de mulheres negras, em sua grande maioria mães, que tem a vida de seus entes diretos e/ou indiretos ceifados pelo braço armado da segurança estatal. Estatísticas mostram que, a cada 23 minutos, um jovem é assassinado por uma arma de fogo, e que a probabilidade de que esse jovem seja negro é 40,7% maior que um jovem branco. É uma ode a Ana Lúcia, Maria de Fátima, Cláudia, Marisete, Neuza, Suelen, Helenice, Rita de Cássia, Eloísa, Maria Helena, Ednalva, Ana Cristina, Eunice, Vilma, Edna, Joselita, Joana, Valdelice, Jéssica, Maria de Lurdes, Sueli, e alguma outra mãe preta que, infelizmente e inevitavelmente por uma conjuntura histórica estrutural racista, irá se juntar a minha oração daqui a 23 minutos. É um olhar do luto, pela perspectiva da mulher que fica! Estruturalmente, a performance consiste em um caminho que liga um ponto inicial a um ponto final, e que se constrói com a compilação de mensagens escritas em papel comum e dispostas no chão, de mães/filhas/esposas/irmãs/mulheres relatando a dor de perderem seus entes. Eu percorro esse caminho em oração sustentando uma bacia cheia de bofe e sangue na cabeça. No ponto final, essa bacia é arriada e esse bofe é fatiado e repartido com as mãos em porções, e ofertado aos espectadores, a fim de simbolizar a necessidade de estarmos atentxs e assumirmos a co-responsabilidade perante a esses corpos desconhecidos que tombam pelos becos periféricos diariamente, tomar para si um punhado de bofe sangrento, que simbolicamente representa esses corpos, é ajudar a transmutar o luto dessas mulheres em luta. Rejeitar a carne simboliza a inércia que normalmente abate a muitos de nós quanto ao genocídio da juventude preta. Toda a ação é acompanhada por uma compilação de áudios contendo o relato de mulheres, colhidos de programas sensacionalistas, que possuem como pauta principal relatar de maneira superficial casos de violência. No percurso que liga o ponto inicial ao ponto final, ficam dispostas duas caixas de som potentes, tocando repetitivamente as dores dessas mulheres em junção a minha oração e a minha ação de partilha de luto.

Mostra Gloria Rolando e Mostra Marisol Kadiegi

Larissa Ferreira e Jaqueline Susssuna (curadoria)

Durante o VII SERNEGRA filmes selecionados da diretora cubana Gloria Rolando e da Diretora Angolana Marisol Kadiegi serão exibidos em diferentes *campi* do IFB. A programação com a exibição dos filmes será divulgada separadamente.

Teatro: A Casa Rosas Cruz

Gustavo José

A peça é narrada a partir da perspectiva do protagonista autista que vive com sua mãe surda, separada de seu pai, um palhaço de circo, após um histórico de agressões.

Teatro: O mito das mulheres que viravam borboletas

Tainá Cary

Em tempos de ódio, é preciso amar e transformar. Sempre! No espetáculo: “O mito das mulheres que viravam borboletas” abrimos espaço e tempo para vozes que por tanto tempo foram caladas, para narrativas que sempre foram silenciadas, que são marcadas não só por dor e sofrimento, mas também por força, resistência e poesia. Essa é a história de todas as mulheres! Através de uma linha atemporal seis atrizes se revezam em cena para contar histórias suas e de mulheres que foram torturadas durante o Regime militar no Brasil. No espetáculo é realizada uma relação entre o machismo sofrido pelas mulheres naquela época e o que as mulheres sofrem nos dias atuais. Uma narradora invoca as personagens, e situa o público dos acontecimentos histórico e conta a história através de transparências em um retroprojeto antigo, que é usado como recurso cenográfico. As músicas ao vivo, feitas pelas atrizes, dão o tom ritualístico, ao espetáculo.

MESAS, PLENÁRIAS E SHOWS
MUSICAIS

MESAS REDONDAS E PALESTRANTES

DOMINGO, 18 DE NOVEMBRO

Domingo, 20h30

Mesa redonda com as cineastas Gloria Rolando (Cuba),

Edileuza Penha, Marisol Kadiegi e Safira Moreira (Moderação: Moema Carvalho)

Gloria Rolando

Além do premiado longa-metragem 1912: Breaking the silence, a cineasta cubana Gloria Rolando, condecorada com a Medalha Frederico Felini da Unesco em 2009, tem uma numerosa lista de curtas e médias metragens em seu currículo que inclui Ojos del arco iris, sobre a ativista Assata Shakur, e o mais recente Dialogos con mi abuela, definido como “um tributo a todas as mulheres da diáspora africana que, com grande coragem, dignidade e força espiritual, foram e são o pilar fundamental de suas famílias”. Atualmente, Gloria Rolando está trabalhando no filme Hermanas de corazón, documentário sobre a primeira congregação de freiras negras dos Estados Unidos que revela uma história pouco conhecida nas relações entre Cuba e EUA.

Edileuza Penha

Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB, 2013), mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb, 2005), graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, 1994). Desde 2006, desenvolve pesquisas na área de cinema, com ênfase no Cinema Negro no Brasil e no Continente Africano. Trabalha com Educação atuando nos temas: comunidades quilombolas, arte e cinema africano, cinema e cineastas negras, educação das relações étnico-raciais, formação de professores e Lei 10.639/2003. Professora da Universidade de Brasília, leciona as disciplinas Pensamento Negro Contemporâneo e Etnologia Visual do Negro no Cinema.

Marisol Kadiegi

Pós-graduada em História Cultural, Identidade, Tradição e Fronteiras pela Faculdade de História da Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Comunicação Social, jornalista pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). Relações públicas, apresentadora, repórter, cinegrafista, produtora de matérias e eventos culturais. É documentarista, roteirista e diretora de cinema e televisão.

Safira Moreira

Mulher, negra, baiana. Fotógrafa e recém-formada em cinema pela Escola de Cinema Darcy Ribeiro (2017) e pelo Centro Afro Carioca de Cinema Zózimo Bulbul (2016). Formou-se na Escola de Artes Visuais do Parque Lage (RJ) em 2015, mesmo ano em que foi selecionada para a residência artística Afrontrancendence, no Red Bull Station em São Paulo. Roteirizou, dirigiu e montou seu primeiro curta-metragem, Travessia, em 2017, premiado nos festivais Cachoeira DOC, Janela Internacional de Cinema do Recife, Panorama Internacional Coisa de Cinema e Semana dos Realizadores. Dirigiu e filmou o videodança Senti nela, selecionado para o Festival Dança em Foco 2017 (CE). Desenvolve mais dois projetos independentes, Corpo Veleiro e Um Vestido Para Carolina Maria de Jesus, ambos acerca das vivências e memórias do corpo negro. Fez direção de fotografia e câmera em igbo, videodança feito em parceria com Inaê Moreira. É fundadora do cineclubes Capa Preta, com foco no protagonismo da mulher negra no cinema, realizado no Capacete (RJ).

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO

Segunda, 9h

Mesa de abertura “Descolonizar o Feminismo”,

com Ochy Curiel, Thula Pires e Gina Vieira Ponte (Moderação: Renísia Garcia)

Ochy Curiel

Ochy Curiel é uma teórica feminista e antropóloga social afro-dominicana que ajudou a estabelecer o movimento de mulheres afro-caribenhas e a afirmar que o lesbianismo não é uma identidade, orientação ou preferência sexual, mas uma posição política. É uma das mais importantes teóricas feministas na América Latina e Caribe. É ativista do feminismo latino-americano e caribenho, do movimento feminino afro-latino-americano e afro-caribenho, do movimento feminino e autônomo lésbico e feminismo decolonial da região. É professora na Universidade Nacional da Colômbia e na Universidade Javeriana, além de cantora e compositora, fazendo parte da batucada feminista em Bogotá “La Tremenda Revoltosa”. Ochy Curiel publicou inúmeros artigos sobre a imbricação entre raça, sexo e sexualidade em revistas e livros, com destaque para o seu livro *La Nación Heterossexual: análise do discurso legal e do regime heterossexual da antropologia da dominação*.

Thula Rafaela Pires

Doutora, mestranda e graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é professora nos cursos de Graduação e Pós-graduação do Departamento de Direito da PUC-Rio e Coordenadora-Adjunta de Graduação no mesmo curso. Tem experiência na área de Direito Constitucional, atuando principalmente nos temas racismo, teoria crítica da raça, decolonialidade, mulheres negras, direitos humanos e teoria do reconhecimento.

Gina Vieira Ponte

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística, da UnB, é professora na Secretaria de Educação do DF. É autora e executora do Projeto Mulheres Inspiradoras que foi agraciado com o 4º Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, concedido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o 8º Prêmio Professores do Brasil, concedido pelo MEC, com o 10º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com o Conselho Nacional de Pesquisa e com o MEC. Recebeu o I Prêmio Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, pelo qual atua como embaixadora, tendo proferido mais de vinte palestras sobre Igualdade de Gênero e Educação em Direitos Humanos em escolas, universidades e centros de pesquisa. É defensora da educação para a igualdade étnico-racial e de gênero e concebe a educação como instrumento de fortalecimento da democracia e para a transformação social.

Segunda, 17h

Mesa “Saúde da Mulher Negra: da médica de família à benzedeira”,

com Ana Vieira, Maria Bezerra e Thatiane Silva (Moderação: Jacqueline Regis)

Ana Vieira

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996), mestrado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) e doutorado em Letras (Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (2004). Professora com formação em pedagogia waldorf, atua principalmente nos seguintes temas: escrita criativa, formação de professores, produção literária em escolas, pedagogia waldorf e papel da arte na educação.

Maria Bezerra

Maria da Conceição Martins Bezerra, filha de Roselice e Durval, neta de Vitória e Belmira. Nascida no Rio de Janeiro-RJ, em 16 de fevereiro de 1964. Aquariana com ascendente em peixes. Mãe de Peri, primeira graduada em ensino superior da família materna e paterna. Assistente social pela UFRJ, com especialização em educação popular e saúde pela escola nacional de saúde pública (ENSP). Atualmente, trabalha como extensionista rural, assistente social e é benzedeira guardiã da Escola de Benzedeiras de Brasília. Escola em movimento de resgate da sabedoria ancestral de benzedeiras e benzedores que realiza benzimentos e compartilha saberes na Unidade Básica de Saúde 3, Asa Norte, Brasília-DF.

Thatiane Silva

Thatiane Santos da Silva é graduada em Medicina pelo Instituto Superior de Ciências Médicas de la Habana – Cuba. Atualmente é médica generalista no Programa Mais Médicos para o Brasil, na Clínica Zilda Arns, no Morro do Alemão, cidade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO

Terça, 17h

Mesa “Negritude e Direitos Sexuais e Reprodutivos”,

com Jaqueline Coêlho, Elaine Meireles e Fernanda Lopes (Moderação: Ludmila Suaid)

Jaqueline Coêlho Suassuna

Professora no Instituto Federal de Brasília, graduada na Universidade de Brasília, com intercâmbio na Universidade do Porto, em Portugal. É mestra em Letras – Linguagem e Sociedade pela mesma Universidade de origem e realiza pesquisas em Análise de Discurso Crítica sobre aborto e direitos sexuais e reprodutivos.

Elaine Meirelles

Servidora Pública Federal. Historiadora formada pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Especialista em Gestão Pública, Doula e Educadora Perinatal desde 2013. Foi colaboradora do Grupo de Gestantes do Hospital Universitário de Brasília (HUB) por dois anos e do Centro de Saúde nO 2 do Itapoã-DF. Pesquisadora e palestrante dos estudos de gênero, negritude e sexualidade, com foco em Direitos Humanos das Mulheres, violência contra as mulheres e as formas de combate. Ativista do movimento #Partida Feminista e da humanização do parto, e uma feliz integrante das Pretas Candangas –Irmandade de Mulheres Negras do Distrito Federal.

Fernanda Lopes

Fernanda Lopes é bióloga, mestra e doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Por mais de uma década, foi responsável pelos temas de saúde sexual e direitos reprodutivos no Fundo de População das Nações Unidas no Brasil. Pesquisadora nas temáticas de racismo e saúde, saúde da população negra, aids e mulheres. Foi a primeira representante do movimento negro no Conselho Nacional de Saúde e uma das responsáveis por defender a aprovação da política nacional de saúde integral da população negra.

QUARTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO

Quarta, 16h30

Mesa “Quilombos, Terreiros e Capoeira Angola: equidade de gênero e tradições afrocentradas”,

com Givânia Maria da Silva, Mestre Janja e Mam’etu Kafurenga (Moderação: Bárbara Oliveira Sousa)

Givânia Maria da Silva

Educadora quilombola, graduada em Letras e especialista em Programação de Ensino e Desenvolvimento Local Sustentável. Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília (UnB) – 2010-2012 – e doutoranda do curso de Sociologia na mesma Universidade – 2017-2020. Pesquisa educação escolar quilombola, organização de mulheres quilombolas e questões agrárias em quilombos. É bolsista do CNPQ. Atuou como coordenadora de regularização fundiária dos territórios quilombolas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – de setembro de 2007 a fevereiro 2015. É membra fundadora da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ). Atuou na Secretária Nacional de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) de março de 2015 a maio de 2016.

Mestra Janja

Professora da Faculdade de Educação e do Bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD/NEIM) da Universidade Federal da Bahia (Faced/UFBA). Pesquisadora nos grupos de pesquisa: A Cor da Bahia (Programa de Pesquisa e Formação em Relações Raciais), Cultura e Identidade Negra na Bahia (UFBA), Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção em Informação, Currículo e Trabalho/Redpect (UFBA) e Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Professora do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar de Difusão do Conhecimento (DMMDC) – UFBA. Mestre e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo/USP. Tem trabalhos na área de Educação, atuando principalmente na interface dos estudos sobre raça, gênero e desenvolvimento. Também desenvolve pesquisas sobre Ações Afirmativas em Educação e Cultura Afro-Brasileira com foco nos estudos sobre capoeira (Grupo Nzinga de Capoeira Angola) religiões de matrizes africanas. Mestre de Capoeira Angola e cofundadora e coordenadora do Instituto Nzinga e Estudos da Capoeira Angola e Tradições Educativas Banto no Brasil (Incab).

Mam’etu Kafurenga

Sacerdotisa-mor da Comunidade de Terreiro do Campo Nksuté (Caxuté) da Costa do Dendê/Baixo Sul da Bahia.

EXIBIÇÕES E SHOWS MUSICAIS

DOMINGO, 18 DE NOVEMBRO

Domingo, 18h30

Exibição dos filmes Dialogos con mi abuela; Mulheres de barro; Xinguilamento: a força dos ancestrais (versão resumida); e Travessia.

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO

Segunda, 20h20

Martinha do coco

Martinha do Coco é indubitavelmente uma das principais referências da música negra no DF. Mestre da cultura popular, Martinah traz para o VII Sernegra seu repertório de samba coco, maracatu e ciranda, dos álbuns “Roda Griô” e “Perfume dela” em um show de uma hora de duração acompanhado por uma banda de oito percussionistas.

TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO

Terça, 20h

Orquestra Nzinga de berimbaus

A Orquestra Nzinga de Berimbaus tem por objetivo cultivar e divulgar o berimbau, sua origem africana, sua ligação com as manifestações do povo negro no Brasil e suas possibilidades de execução a partir de toques que se fizeram tradicionais por seu uso na capoeira e no samba de roda. Criada em 1999 pelo Grupo Nzinga de Capoeira Angola, a Orquestra surgiu da necessidade de transformar em espetáculo o cultivo do universo musical da capoeira. Nos ensaios, estimula-se a pesquisa das(os) capoeiristas, levando-as(os) a desenvolver uma linguagem própria e um jeito particular de entender e se expressar por meio do berimbau. O berimbau é um arco musical trazido ao Brasil pelas populações banto da África Centro Ocidental, inicialmente ganhou espaço em cultos religiosos e depois se tornou símbolo da capoeira.

QUARTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO

Quarta, 19h30

Nãnan Matos

Nãnan Matos é uma cantora brasileira sui generis, com voz marcante, de timbr forte e características marcadamente negras. O show vai ao encontro da proposta de se afirmar a importância da rememoração e divulgação da música afro-brasileira e da influência cultural africana, exaltando grandes nomes do samba, da MPB e da música negra, com seus batuques e encantos.

PROGRAMAÇÕES

PROGRAMAÇÃO GERAL

DOMINGO, 18 DE NOVEMBRO

18h30 – Abertura Oficial seguida de exibição dos filmes *Dialogos con mi abuela; Mulheres de barro; Xinguilamento: a força dos ancestrais; e Travessia*

20h30 – Debate com as diretoras Gloria Rolando (Cuba), Edileuza Penha, Marisol Kadiegi e Safira Moreira

21h30 – Encerramento da noite

Local: Centro Cultural ADUnB (Via L3 Norte)

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO

8h – Recepção e Credenciamento

9h – Mesa de abertura “Descolonizar o Feminismo”, com Ochy Curiel, Thula Pires e Gina Vieira Ponte (Moderação: Renísia Garcia)

12h – Apresentação Artística: Yriadobá - Da Ira à Flor

A partir das 13h30 – Seções Temáticas e Oficinas

15h20 – Teatro: O mito das mulheres que viravam borboletas

17h – Mesa “Saúde da Mulher Negra: da médica de família à benzedeira”, com Ana Vieira, Maria Bezerra e Thatiane Silva (Moderação: Jacqueline Regis)

19h30 – Apresentação Artística: Id. Percursos

20h20 – Show: Martinha do Coco

Local: Campus Brasília do IFB, SGAN 610 – Brasília/DF

TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO

8h – Seções Temáticas e Apresentações Artísticas e Oficinas

10h – Oficina de Bendizer

12h – Apresentação Artística: Sacrilégio

12h30 – Apresentação Artística: Sujeira calada Nu Ta Pe Te

A partir das 13h30 – Seções Temáticas e Oficinas

15h – Teatro: A Casa Rosas Cruz

17h – Mesa “Negritude e Direitos Sexuais e Reprodutivos”, com Jaqueline Coêlho, Elaine Meireles e Fernanda Lopes (Moderação: Ludmila Suaid)

19h30 – Desfile Celebration

20h – Show: Orquestra Nzinga de Berimbaus

Local: Campus Brasília do IFB, SGAN 610 – Brasília/DF

QUARTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO

8h – Seções Temáticas

8h30 – Rumo ao Encontro Nacional de Mulheres Negras: 30 anos contra o racismo, a violência e pelo bem viver. Mulheres Negras movem o Brasil

12h – Lançamento do livro “Branquitude e televisão. A nova África (?) na TV pública”

12h30 – Almoço de consororização e Apresentações Artísticas

12h30 – Apresentação artística: Uma oração para a mãe preta

A partir das 13h30 – Seções Temáticas e Oficinas

15h30 – Reunião de definição do Sernegra 2019

16h30 – Mesa “Quilombos, Terreiros e Capoeira Angola: equidade de gênero e tradições afrocentradas” com Givânia Maria da Silva, Mestre Janja e Mam´etu Kafurenga (Moderação: Bárbara Oliveira Sousa)

Local: Campus Brasília do IFB, SGAN 610 – Brasília/DF

19h30 – Grande Show de Encerramento: Nãnan Matos

Local: Teatro Plínio Marcos, Complexo Cultural da Funarte

PROGRAMAÇÃO DAS SEÇÕES TEMÁTICAS E COMUNICAÇÕES

ST01	Local: 101A	Negros e negras e a culinária	Coordenação: Tatiana Rotolo & Giuliane Pimentel
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Terça- feira, 20/11	Das 9h às 12h	Mãos negras: saberes e sabores afro-brasileiros	Ana Claudia dos Santos Januário
		Etnogastronomia – Cosmovisão e contribuição da negritude na construção identitária dos povos na diáspora	Leila Regina Lopes
		"Dandara além do dia 20": Diálogos com negritude sanjoanense	Amanda Barbosa Veiga dos Santos e Iuli do Carmo Melo
		Reflexões sobre o trabalho das merendeiras frente às questões de raciais e de gênero	Gabriela Brito de Lima Silva e Virgínia Campos Machado
		Discutindo gênero e raça em uma cozinha profissional	Gabriela Brito de Lima Silva e Virgínia Campos Machado
Quarta- feira, 21/11	Das 14h às 16h	Cultura, colonialidade, gênero e raça: a trajetória de mulheres negras na gastronomia	Táís de Sant'Anna Machado
		A sacralidade dos alimentos: um estudo agroecológico sobre sistemas alimentares e religiões de matriz africana	Murilo Costa de Oliveira e Jéssica Rodrigues Pereira
		A retomada da ancestralidade na cozinha quilombola	Jaqueline Cristina Mendes Bonifácio Bonne
		A axiologia da negritude: a gestão de custos na gastronomia de origem afro	Alexsandro Barreto Gois

ST 02	Local: 101A	Narrativas afrodescendentes: literaturas, produções audiovisuais e resistência	Coordenação: Isabella Santos Mundim, Edson de Souza Cunha & Thiago de Faria e Silva
Dia	Horário	Comunicação	Autore(s)
Segunda-feira, 19/11	Das 14h às 16h30	O corpo negro e o empoderamento estético no YouTube	Camila Neves Figueiredo
		Narrativas em (re)construção: videobiografias de mulheres negras em processo de Alfabetização e Letramento no Instituto Federal de Brasília	Clarice Barbosa Vieira
		Literatura negra e a urgência de novas construções identitárias	Francislene Pereira de Paula
		“Você é Afro-Alemã?”: A produção de narrativas afrodescendentes na Alemanha	Jessica F. Oliveira de Jesus
		Poesia marginal: um meio de resistência negra	Marcos Rafael Andrade De Melo
		Questões de representação: a experiência da Revista Puñado	Raquel Dommarco Pedrão & Laura Del Rey
		Terça-feira, 20/11	Das 8h30 às 12h
Questões de raça e bissexualidade na obra de Olívia Pilar	Isadora Maria Santos Dias		
As Descobertas de Dandara: protagonismo e representatividade das meninas negras	Jardilene Gualberto Pereira Fólha & José Damião Trindade Rocha		
Subalternização e resistência de mulheres negras. Uma reflexão sobre as personagens femininas do romance Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo	Leidiane Lopes da Silva & Francisco Otavio Araujo dos Santos		
A estética negra e sua reexistência através do cabelo afro nos filmes Kbelá e Deixa na Régua	Marcell Carrasco David		
Diálogos entre Cinema, História e Literatura no conto “O Pai contra a mãe” e no filme <i>Quanto Vale ou é por quilo</i>	Thiago de Faria e Silva		
Afrofuturismo na literatura brasileira contemporânea	Waldson Gomes de Souza		
Quarta-feira, 21/11	Das 8h30 às 12h	A literatura como voz das mulheres negras no filme <i>Histórias Cruzadas</i> (2011)	Adriana Amaral Wrencher & Julyane Oliveira
		Infância, sonhos e resistência. Uma leitura benjaminiana de <i>Indomável Sonhadora</i> (2012).	Camila Cerqueira dos Santos Silva & Josias José Freire Junior
		Reflexões antropológicas sobre <i>As alegrias da Maternidade</i>	Cibelle Canto Bastos
		Diálogo entre Achebe e Wainaina: a representação do negro em <i>Things Fall Apart</i> e <i>How to Write About Africa</i>	Daniel Derick Carvalho Souto Silva & Davi Guerreiro Farias
		Diálogos entre a personagem Celie (<i>A Cor Púrpura</i>) com as mulheres da contemporaneidade	Fernanda Santos Teixeira & Isabella Ricardo Ferreira Bispo
		<i>A Lei Áurea é todo verso que eu escrevo</i> : o romance <i>Kindred</i> no ensino e na imaginação de histórias de outros mundos possíveis	Gabriela Zchrotke da Silva & Daniela Oliveira da Silva
		<i>Mouths like knives</i> : a descolonização da poesia em Safiya Sinclair	Isabella Santos Mundim

ST 03	Local: 101/103D	Políticas Públicas de Igualdade Racial	Coordenação: Antonio Gomes da Costa Neto, Eliete Gonçalves Rodrigues Alves & Meire Cristina Cabral de Araújo Silva
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Segunda-feira, 19/11	Das 13h30 às 16h30	A Reparação da Escravidão Negra e as Comissões da Verdade no Brasil (2014-2018)	Vanilda Honória dos Santos
		Um olhar sobre a aplicação do Estatuto da Igualdade Racial na novela Segundo Sol	Marisley Oss Lorenzoni
		Desigualdades étnico-raciais nas escolas e universidades: revisão bibliográfica e atualização do debate à luz do pensamento decolonial	Ana Catarina Zema de Resende e Sandra Nascimento
		Apostes Teóricos e Metodológicos Decoloniais: o caso da disciplina "Pensamento Negro Contemporâneo"	Richard Santos & Maria do Carmo Rebouças da Cruz F. dos Santos
		Desafios Decoloniais: raça e gênero na cooperação sul-sul brasileira	Maria do Carmo Rebouças dos Santos & Richard Santos
		Povos indígenas enquanto sujeitos políticos do licenciamento ambiental: o caso da Rodovia BR 429 Rondônia	Meire Cristina Cabral de Araújo Silva & Antonio Gomes da Costa Neto
		Terça-feira, 20/11	Das 8h às 12h
O protagonismo jovem no Neabi IFRJ-Paracambi: relato de experiências feitas a várias mãos	Joyce Alves Rocha & Tomas Garcia		
As Trajetórias dos Docentes Negros do IFB: Contribuição e Desafios para um Projeto Inclusivo	Mirian Colonna dos Santos		
Os Conselhos Municipais de Igualdade Racial como atores da proposição de políticas públicas, no âmbito da gestão municipal	Lais Méri Quirino & Dyego de Oliveira Arruda		
Raça e políticas afirmativas no Brasil: uma análise do impacto da Lei de Cotas no quadro docente do Instituto Federal de Brasília	Mônica Rocha dos Santos		
A cultura afro-brasileira na educação básica do DF: a dança na perspectiva da Lei 10.639/03	Karina Felix dos Santos & Fernando Antonio de Alvarenga Grossi		
A razão negra e os direitos humanos: as políticas internacionais contra a discriminação racial	Sibelle de Jesus Ferreira		
As Políticas de ações afirmativas para negros no mercado laboral e o sistema e avaliação institucional	Antonio Gomes da Costa Neto e Meire Cristina Cabral de Araújo Silva		

Terça-feira, 20/11	Das 14h às 16h30	A superexploração da força de trabalho das mulheres negras no Brasil: a “individualidade viva”	Zora Yonara Torres Costa
		Viés Racial – entrave à eficácia da Lei Maria da Penha	Lenny Blue de Oliveira
		Racismo e violência policial	Júlio César Lisboa de Lima Pereira
		A máquina de moer jovens negros: tortura no sistema socioeducativo	Tarsila Flores e Emerson Borba
		Uma agenda política pensada desde el hogar	Eliete Gonçalves Rodrigues Alves
Quarta-feira, 21/11	Das 8h às 12h	O cotidiano das mães de negras e negros	Marizeth Ribeiro da Costa
		Por uma militância sindical afirmativa, antirracista, decolonial	Josiane Nazaré Peçanha de Souza e Eliane Souza Peçanha
		Resistir para Permanecer: o protagonismo das estudantes negras, indígenas e quilombolas nas políticas de inclusão social no Ensino Superior	Delza da Hora Souza
		Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial: desenho, resultados e perspectivas	Clara Maria Guimarães Marinho Pereira
		Políticas públicas e transversalidade de gênero: um estudo sobre o acesso à aposentadoria pública	Josiara Barbosa Diniz Leite
		Fica Vivo!: Imperativo de vida, cotidiano de morte	Aline Cristina Campos de Souza
		A doença falciforme e o envolvimento nas políticas públicas no Brasil	Jéssica Luciano da Costa
		Uma memória para um grupo: a análise das políticas públicas de promoção da igualdade racial para as comunidades quilombolas nos últimos dez anos	Márcia Carolina Silva

ST 04	Local: 102D	Discursos de gênero social e raça: caminhos para descolonizar relações de inclusão e exclusão	Coordenação: Cordélia Oliveira
Dia	Horário	Comunicação	Autore(s)
Terça-feira, 20/11	Das 8h às 12h	"Dilma e o sexo". A mobilização de ideologias sexistas para a formação da opinião pública.	Rodrigo dos Santos Camilo
		Mulheres Angoleiras: gênero e resistência na capoeira de Angola de São Luis	Jucimeire Rabelo Moreira
		Gênero, sexualidade e diversidades em discursos pedagógicos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em análise	Carolina Gonzales
		Representação masculina nas imagens de famílias tradicionais em livros didáticos da educação básica brasileira	Barbara Venturoso
		Escravidados: sujeitos políticos na história. O discurso que constrói o imaginário nacional e fundamenta a identidade da educação básica brasileira	Mara Livia de Abreu Teodoro
		Mulherismo africano: uma perspectiva não colonial de organização de mulheres	Watusi Virginia Santiago ²⁸³ Soares
		Por uma análise do discurso ecológico da problemática de gênero no Senegal	Djibi Mane

Terça-feira, 20/11	Das 14h às 16h30	Mulher negra em exposição: discurso e violência nas representações das mulheres negras em museus	Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes
		"A cor morena do Brasil fagueiro": gênero e raça nas músicas de Lamartine Babo e Braguinha (1932-1948)	Maria Clara Martins Calvacante
		Ações afirmativas: debate sobre a permanência de estudantes negras/os cotistas nos dez anos do Prouni no curso de Serviço Social da PUC Goiás	Sara Hyaponnira Louzeiro Rocha
		Ocupar e (re)existir: a inserção da mulher negra em coletivos em tempos de diferença	Paolla Santa Anna Moura
		Ethos como categoria onto-epistemológica e dobra metodológica: análise de discurso crítica e estudos de solidariedade	Maria Del Pila Tabor Acosta
Quarta-feira, 21/11	Das 14h às 16h30	Economia solidária na Associação de Catadores do Recôncavo Baiano (ACRB): um estudo de caso dos limites e desafios da participação da mulher	Neilma Brito Gomes & Felipe Rodrigues Bomfim
		A representação feminina da raça negra em capas de revistas: uma abordagem multimodal	Francisca Cordélia Oliveira da Silva e Joanny Daniele do Lago Costa Bento
		A força de Ëniyàn: o verdadeiro gênero dos lorubás	Gardenia Nogueira Lima
		"Aprendendo a beijar outros homens": reinvenção de masculinidades pretas no texto poético da canção	André Luiz de Souza Filgueira
		Mulher cigana: para além da Sandra Rosa Madalena	Anna Clara Viana de Oliveira

ST 05	Local: 104D	Cinema: Narrativas, identidades, diálogos e representações	Coordenação: Edileuza Penha de Souza, Kênia Cardoso Vilaça de Freitas & Janaína Oliveira
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Terça-feira, 20/11	Das 14h às 16h30	Arkhé	Ana Caroline Brito Gonçalves
		A diretora negra e os lugares de poder	Day Rodrigues
		Produzir um filme e falar de si: Mulheres Negras e a Orisà Òsùn	Pâmela Peregrino da Cruz
		Produção de cineastas negras brasileiras	Renata do Canto dos Santos
		Incursão do cinema por mulheres negras	Larissa Costa Silva & Adriano Vinícius Leite Fernandes
Quarta-feira, 21/11	Das 14h às 16h30	"Não sou tuas nega"	Margarida Maria Oliveira Conceição & Iris Brito Lopes
		O Arco do Medo: cinema, negritude e homossexualidade	Marcus Vinicius Azevedo de Mesquita & Edileuza Penha de Souza
		Privilégios – Branquitude e racismo no cinema e na sociedade brasileira	Rosana dos Santos Miranda & Edileuza Penha de Souza
		Corra! – Um filme de terror segundo Frantz Fanon	Murilo Mangabeira Chaves
		Memórias de Ator em Afronte	Victor Hugo Leite de Aquino Soares

ST 06	Local: 105D	Discursos, racismo e questões de gênero: entre falas e silêncio	Coordenação: Renata Waleska de Sousa Pimenta
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Segunda-feira, 19/11	Das 13h30 às 16h30	As representações da liberdade em Goiás na imprensa abolicionista (1878-1889): os jornais A Tribuna Livre: órgão do Club Liberal de Goyaz (1878-1884), O Publicador Goyano: órgão de interesses do povo (1885-1889) e Goyaz: órgão do Partido Liberal (1885-1889)	Ana Paula Oliveira Lima
		Negras candaces do agreste baiano: a representatividade das mulheres negras cativas nas famílias escravas na primeira freguesia de Feira de Santana, São José das Itaporocas, séculos XVIII e XIX – 1785-1826	Yves Samara Santana de Jesus
		O silencioso poder do pudor	Antonio Marcos Moreira Silva
		Mulher, negra e travesti: ratificando a importância da educação à diversidade no meio educacional	João Marcos Dias Machado & Beatriz Rausch
		A participação das mulheres negras no meio científico brasileiro: as ciências humanas e da linguagem como meios de promover uma educação antirracista e que vise os direitos humanos	Rafael Lopes Cerqueira Frena, Eduarda Cristina Reichert & Matheus Fernandes
Terça-feira, 20/11	Das 8h às 12h00	Ressignificação das representações sociais das mulheres negras na Constituinte de 1987/88	Viviane Aparecida dos Santos Torres
		A identidade da mulher negra no Brasil – representatividade e construção identitária	Raquel Cristina Isensee da Silva, Larissa Raiane Heiden & Manoela Marie Mulhmann
		Segregação Socioespacial, Direito à Cidade e Mulheres Negras	Aline da Silva Sousa & João Aparecido Bazolli
		Voz e silêncio: construção social e simbólica da mulher negra	Elna Dias Cardoso
		Corpos colonizados: uma análise da subjetivação da mulher negra no cancionário popular brasileiro	Sabrina Cristina dos Santos
		A emancipação do feminino interior: o elo entre o homem e a sua Feminilidade via Artes da Cena	João Vítor Ferreira Nunes
		A capoeira sob a ótica de gênero: a mulher no âmbito da capoeiragem	Tarcísio José Ferreira
		Mulheres negras na música: protagonistas, coadjuvantes ou desconhecidas? – Como o IFSC Campus Gaspar as vê? – Um estudo com foco na promoção da Lei 10.639	Sabrina Lemos de Moura, Larissa Bressanini & Camila Inácio Franco

Quarta-feira, 21/11	Das 8h às 12h	População negra no âmbito acadêmico: um reflexo do passado mascarado no presente	David Roberto Nascimento & Ramon Augusto Bonini Nalesso
		Escrita – Tática de Resistência das Mulheres Negras	Daniela Soledad dos Santos Barbosa & Jéssica Mara Raul
		A Mulher Negra Haitiana na Sociedade Catarinense: Relações Raciais e de Gênero no Alto Vale do Itajaí	Maria Antonia Paiano do Nascimento
		Um olhar para o estrangeiro – A percepção do ensino de português como língua de acolhimento na cidade de Blumenau-SC	Maria Luiza Dix Reis & Natália Krause
		Identificação das estratégias interacionais, culturais e antirracistas do Português como Língua de Acolhimento para Haitianos no FIC do IFSC	Luiz Herculano de Sousa Guilherme, Pedro Vinicius Pamplona & André Pereira Martins
		Um ano após o VI Sernegra: o que ficou e o que precisa ser feito para a ampliação da discussão sobre racismo no IFSC?	Julia Pita

ST 07	Local: 106D	Remoldurando as margens: gênero, raça, interseccionalidades pós-coloniais e decoloniais nas diásporas africanas	Coordenação: Isis Aparecida Conceição & Eunice Aparecida de Jesus Prudente
Dia	Horário	Comunicação	Autora(s)
Terça-feira, 20/11	Das 9h às 12h	A pertinência do conceito de interseccionalidade no feminismo contemporâneo e as contribuições de Angela Davis	Tháís Rodrigues de Souza
		Problematizando a interseccionalidade a partir do feminismo negro	Isadora Brandão Araujo da Silva
		Afro-Shentrepreneurship, Descolonização, e Transcendência de Identidade: Repensar Como o Empreendedorismo Desafia e “Descoloniza” a Identidade da Mulher Negra	Ellie Paris-Miranda
		Localizando as hierarquias raciais, de gênero e de classe das categorias jurídicas	Caroline Rocha dos Santos
		Mulheres Negras em Espaços de Poder: a Oxum que habita em mim saúda a Oxum que habita em ti	Elisa de Araujo
Terça-feira, 20/11	Das 14h às 16h30	Feminismo Negro como metodologia de leitura da teoria constitucional contemporânea: potências e limites da interseccionalidade a partir da análise do trabalho doméstico no Brasil	Juliana Araújo Lopes
		De Lélia Gonzalez a Luíza Bairros: mulheres negras existem e insistem	Cristiana dos Santos Luiz
		Epistemologia amefricana e epistemicídio: uma crítica feminista negra e decolonial aos espaços acadêmicos brasileiros	Raíla de Melo Alves
		Poder ou não poder: eis a questão para brasileiras e santomenses	Marta Barbosa da Costa Nunes

ST 08	Local: 106D	Com amor: narrativas de mulheres negras à luz da standpoint theory	Coordenação: Norma Diana Hamilton & Keila Meireles dos Santos
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Quarta-feira, 21/11	Das 9h às 12h	Nós mulheres negras também queremos ser amadas: visibilizando afetividades	Aline Cardoso Lima
		A construção da identidade étnico-racial entre trabalhadoras negras em Teixeira de Freitas-Bahia	Caline Macário Guimarães Ferreira & Francisco A. Nunes Nt
		Cores de Aidê e a emancipação das mulheres negras em Florianópolis	Cauane Gabriel Azevedo Maia
		A Representatividade das mulheres negras em <i>O Olho Mais Azul</i>	Evellyn Nycole Araujo Galvão
		Coletivo Angoleiras Pretas: uma reflexão sobre práticas feministas na capoeira angola do Rio de Janeiro	Juliana da Silva Julio & Jéssica Mara Raul
		Feminismos negros: um diálogo sobre o pensamento das mulheres africanas, afro-americanas e afro-brasileiras	Priscila Costa Silveira
Quarta-feira, 21/11	Das 14h às 16h30	Políticas de amor voltadas à prevenção de DST/HIV/AIDS e gravidez precoce de adolescentes negras	Keila Meireles dos Santos
		Para repensar o feminismo afro-latino-americano de Lélia González: dos silêncios na academia ao giro decolonial	Lys Guevara Morais Rodrigues & Rosânia Oliveira do Nascimento
		Chimamanda Adichie: Hibisco Roxo	Marília Beatriz de Castro Duarte
		A (escre)vivência negra: reflexões a partir da obra <i>Ponciá Vivêncio</i> de Conceição Evaristo	Rakell Rays dos Anjos Alves
		As constituições de famílias de mulheres negras e lésbicas nos bairros periféricos de Goiânia-GO	Sara Hyaponnira Louzeiro Rocha

ST 09	Local: 102D	Por onde andam as meninas/mulheres negras? Perspectivas analíticas e dialógicas sobre identidade, representação, mídia e negritude	Coordenação: Elbert de Oliveira Agostinho
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autora(s)</i>
Quarta- feira, 21/11	Das 8h às 12h	Disputando Espaços de Ressignificação: Mulheres Negras e a Mídia	Isadora Lopes Harvey
		A mídia e a (de) formação da consciência: Generificando	Qelli Viviane Dias Rocha, Amanda Karoliny & Conceição de Carvalho
		Rede social: blogueiras negras existem	Isis Taináh Monteiro dos Santos
		A representação da mulher negra em projetos fotográficos de mulheres negras, brasileiras e contemporâneas	Lubiana Prates Raimundo
		Mulher Negra Brasileira – Presença e Poder	Sandra R. Coleman
		O protagonismo feminino na literatura afrofuturista	Elaine Jansen Pereira
		Super-heróis negros e negras: referências para a educação das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana	Fernanda Pereira da Silva
		Raça, gênero e a questão lésbica na TV e no cinema	Naira Évine Pereira Soares

ST 10	Local: 102D	Conceitos e métodos para a análise da interseccionalidade de gênero e raça nos estudos migratórios eixo sul-sul	Gloria Maria Santiago Pereira & José de Ribamar Sousa Pereira
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Segunda- feira, 19/11	Das 9h às 12h	Por um Direito de Refúgio decolonial: imbricação de opressões em processos de elegibilidade no Brasil	Natalia Cintra de Oliveira Tavares
		Interseccionalidade e Fronteira: mulheres negras migrantes na Amazônia Franco-Amapaense	Lívia Verena Cunha do Rosário
		O trânsito da raça: experiências migratórias e as percepções sobre a afroperuanidade no Brasil e nos Estados Unidos	Camila Daniel & Débora Vitória Albino Pena
		Epistemologia Macunaíma: alteridade, etnia e raça nos estudos migratórios no espaço latino-brasileiro	Gloria Maria Santiago Pereira
		O exército brasileiro e as ações de atendimento aos refugiados e deslocados climáticos no Brasil	José de Ribamar Sousa Pereira
		O projeto colonial português na África	Maysa Espíndola Souza

ST 11	Local: 107D	Estudos de tradução e feminismos negros: decolonialismo, interseccionalidade e mulheridades negras	Coordenação: Dennys Silva-Reis & Cibele de Guadalupe
Dia	Horário	Comunicação	Autore(s)
Terça- feira, 20/11	Das 8h às 12h	<i>Mulheres, Raça e Classe</i> , de Angela Davis, em tradução: perguntas e reflexões	Maria Aparecida Andrade Salgueiro
		"No seu pescoço": uma análise da tradução	Dandara Oliveira de Paula
		Reescrevendo Carolina: uma análise da (des)construção da favela na tradução de Quarto de Despejo	Carina Nascimento de Jesus & Juliana Cristina Salvadori
		Rompendo barreiras através da tradução: um breve olhar sobre a recepção de Conceição Evaristo na França e nos Estados Unidos	Marcela Iochem Valente
		"Pare, olhe, escute": a visão, o olhar e a escuta de Sandra de Sá	Beatriz Schmidt Campos
		Daquilo de que não se fala	Israel Victor de Melo
		Zine e tradu(A)ção: <i>A peruca que esconde a minha alma</i>	Raphaella Silva Pereira de Oliveira & Máisa Anjos
		Pensadoras negras da tradução: contribuições e singularidades de feminismos negros	Dennys Silva-Reis
Quarta- feira, 21/11	Das 8h às 12h	Tradução como transbordamento: a experiência com a alteridade feminina negra em poemas traduzidos de Gwendolyn Brooks, Harryette Mullen e Dominique Christina Ashaheed	Lauro Maia Amorim
		<i>Incidents in the life of a slave girl</i> (1861): uma (re)tradução feminista negra comentada	Luciene do Rêgo da Silva
		A arte na crítica de Mary Evans: tradução de <i>How we speak</i>	Sidnei Costa
		Traduzindo Dionne Brand: experiências diaspóricas	Juliana Salvadori & Lourdes Silva Modesto Alves
		A recepção de Oyèronké Oyèwùmí no Brasil: uma entrada pela tradução Sul-Sul?	Rosânia O. do Nascimento & Aline M. S. Rezende
		Traduzindo textos de autoria afro-brasileira nos Estados Unidos: uma experiência de pedagogia crítica	Christopher Larkosh
		Presença, representatividade e inclusão de afro- brasileiros nos mercados de tradução e interpretação: reflexões e desafios	Rane Paula Morais Souza
		Mulher, preta, brasileira, professora e tradutora: a recuperação da construção de minha carreira acadêmica e profissional	Cibele de Guadalupe Sousa Araújo

ST 12	Local: 108D	A resistência pela prática pedagógica: raça, gênero e sexualidade em sala de aula	Coordenação: Jaqueline Aparecida Barbosa & Aldenora Conceição de Macedo
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Terça-feira, 20/11	Das 8h30 às 12h	Diálogos sobre relações de gênero na educação de jovens e adultos	Rutileia Carvalho Xavier Pinho & José Damião Trindade Rocha
		Gênero e sexualidade: ressignificando práticas pedagógicas	Dhara Cristiane de Souza Rodrigues & João Paulo Rocha Ribeiro
		Questões de Gênero como construção social em meio aos dizeres do currículo sobre o "Ser Mulher" e " Ser Homem"	Anderson Neves dos Santos & José Damião Trindade Rocha
		Representações femininas em livros infantis: submissão ou protagonismo?	Alzira Sampaio Porto
		Educação antirracista e antissexista através da música	Vilma de Souza Lopes
		Escola Sem Partido: as ameaças e os tempos de resistência	Iran Alves Magalhães Dos Santos
		Gênero, raça e pedagogia decolonial no ensino de ciências	Kelly Meneses Fernandes
Terça-feira, 20/11	Das 14h às 16h	Para uma metodologia contra-hegemônica: a mediação estética como ferramenta no trabalho pedagógico emancipador e crítico	Jefferson Sampaio de Moura
		O multiculturalismo crítico no currículo de educação física do Ensino Médio: construindo novas possibilidades com a cultura corporal da comunidade escolar	Lucimar Passos SantAnna de Brito
		Cineclube EIT: Educação, Cineclubismo e Direitos Humanos	Flávia Felipe Inácio & Beatriz da Costa Lira
		Reflexões sobre risco e o cenário da educação pautada por direitos humanos, gênero e sexualidade	Carolina Gonzalez

Quarta-feira, 21/11	Das 8h30 às 12h	Projeto Afrins: mitologia africana, indígena e afro-brasileira	Daniele Santos Santana
		Escola quilombola e o direito a educação: subjetividades da construção da identidade em espaços escolares	Eliana Aparecida Silva Santos Feitosa
		“Por que não falamos de Carolina Maria de Jesus?”: reverberando a voz da escritora na escola pública através do estágio de Sociologia	Naiala Amorim de Oliveira
		Identidades em pauta: História da Abayomi	Dhara Cristiane de Souza Rodrigues
		Práticas pedagógicas para uma Educação Antirracista na Educação Infantil	Ananda da Luz Ferreira
		O ensino de História, principalmente negras, como norteador de para a construção de identidades e horizontes de expectativas por parte de alunos negros na Aceleração	Josiane Nazaré Peçanha de Souza
		O movimento #ConMisHijosNoTeMetas e a construção da família nuclear branca latino-americana	Verônica Veloso Pereira

ST 13	Local: 110D	Gênero, Direitos Humanos e Interseccionalidades	Coordenação: Heloisa Santos & Livia Paiva
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Quarta-feira, 21/11	Das 8h às 12h	Rostos, vozes e silêncio: transgressões ao corpo feminino nos contos de Ana Davenga e Maria Conceição Evaristo	Adriana de Oliveira Teixeira Kató & Fabiana Pereira de Assis
		As “mulatas” de Di Cavalcanti – iconografia e estereótipos femininos no imaginário social brasileiro	Andréa Regina Marques Chamon & Adriano Roberto Afonso do Nascimento
		Mulher negra: um potencial afrofuturista	Carla Costa
		As mulheres negras nos 130 anos pós-abolição da escravidão	Karoline Franciele dos Santos
		Ser mulher negra na América Latina	Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso
		O abandono de mulheres negras no assentamento Egídio Brunetto, e suas relações com os frutos nativos do Cerrado	Kelly Soraya da Luz
		Por um entendimento de quem são os humanos dos direitos humanos	Ana Luísa Machado de Castro
Direitos Humanos, Othering e Interseccionalidade	Grazielle Vasconcellos Ozorio		

ST 14	Local: 109D	Experiências de interlocução, leitura e escrita em contextos educativos: O que nos ensinam as narrativas de mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais?	Coordenação: Cristiane de Assis Portela, Bruna Paiva de Lucena & Valéria Gomes Borges Vieira
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Segunda-feira, 19/11	Das 14h às 16h30	Experiência de escrita autoral em uma escola pública da Ceilândia-DF: o que me ensinaram as mulheres <u>inspiradoras que os meus alunos me apresentaram?</u>	Gina Vieira Ponte de Albuquerque
		Sobre afetos, aprendizagem mútua e fagulhas contra-hegemônicas: interlocuções entre a Universidade de Brasília e o Quilombo de Conceição das Crioulas-PE	Mônica Celeida Rabelo Nogueira
		A receptividade da Literatura de autoria negra feminina em rodas de leituras e criatividade literária em São Sebastião/DF	Letícia Érica Gonçalves Ribeiro
		Sobre narrativas autobiográficas e a história ficcionada: o ensino de história indígena na educação básica a partir da obra <i>Metade Cara, Metade Máscara</i> de Eliane Potiguara	Cristiane de Assis Portela
		<i>A mulher de pés descalços</i> : memória, afetividade e os contatos interculturais a partir da narrativa feminina – a obra de Scholastique Mukasonga no ensino de história na Educação Básica	Flávia Pereira Machado
Terça-feira, 20/11	Das 8h às 12h	Tecer Histórias é como tecer uma rede de Memórias: a oralidade e a ciência Xakriabá como epistemologias nativas	Célia Nunes Correa Xakriabá
		Mulheres transmitindo saberes: educação e conhecimento tradicional sobre plantas medicinais na comunidade São José/GO	Rosilda Alves Coutinho
		A trajetória de luta das mulheres quilombolas Luízes em diálogo com os escritos sobre a diáspora africana	Miriam Aprigio Pereira
		Interseccionalidades e as Mulheres "Desapocadas" do Puris: conhecimentos tradicionais e categorias nativas de Beleza entre mulheres quilombolas do norte de Minas Gerais	Sirlene Barbosa Correa Passold
		Mulheres Pescadoras Fazem Resistência: por uma defesa das alianças entre os saberes tradicionais e os saberes científicos produzidos pelas mulheres negras em diferentes contextos	Elionice Conceição Sacramento
		As mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas: a educação por meio da oralidade	Maria Aparecida Mendes
		Relato de experiência: conhecendo o cotidiano e a vida de mulheres e homens das reservas indígenas: <i>Panambizinho e Bororó em Dourados/MS</i>	Michael Louzeiro de Aguiar & Eliane Sá de Oliveira
Mulheres em Movimento Mudam o Mundo e o Núcleo de Extensão do Território de Identidade da Chapada Diamantina (Nedet): diálogos com mulheres de comunidades tradicionais	Marleide Rosa da Silva & Therezinha Gauri Leitão		

Quarta-feira, 21/11	Das 8h às 12h	Soberania e justiça social: mulheres quilombolas e a agroecologia no Quilombo Pau D'arco, Malhada-BA	Valéria Pôrto dos Santos
		As intelectuais dos Saberes Orgânicos: a atuação de mulheres Tupinambás da Serra do Padeiro	Elizamar Gomes da Silva
		Mulheres negras macacoarienses ocupando território: quintais, roças de toco, uso da mata e das águas e o dom das mãos	Maria das Dores do Rosário Almeida
		Laurindas, Joaquinhas e suas narrativas de saberes: objeto e metodologias que existem e falam	Celenita Gualberto Bernieri
		Travessias da narratividade oral às narrativas escritas de uma mulher quilombola Jalapoeira	Ana Claudia Matos da Silva
		Iara, Conceição e Oxum: trajetória, alianças, interseccionalidades e os desafios de uma mulher afro-indígena quilombola marajoara	Daniele Conceição Sarmiento de Sousa
		Polifonias: escrita "viva" e literatura de mulheres em escolas públicas do DF	Cristiane Sobral
		Escrever para existir e politizar a identidade de mulher da quebrada: a experiência de fazer nascer <i>Um verso e mei</i>	Meimei Bastos
quarta-feira, 21/11	14h00 às 16h30	Da pele à escrita, uma reflexão sobre o trabalho artístico de Grada Kilomba como resistência ao silenciamento	Meire Rocha de Abreu & Aline Maria Dias
		Educação em direitos humanos e literatura: a representatividade na ficção científica escrita por <u>mulheres brasileiras</u>	Risla Lopes Miranda
		Carolina Maria de Jesus: Memória, História e Resistência	Milena Gabriel Nunes
		Por leituras insubmissas: des(retratos) e pluralização epistêmica a partir do reconhecimento da leitura no cotidiano da escola	Ana Claudia Souza Dias
		Leituras da liberdade: uma proposta metodológica de crítica literária em sala de aula	Bruna Paiva de Lucena

ST 15	Local: 104D	As representações das mulheres negras no cinema e na literatura na perspectiva dos feminismos negros	Coordenação: Renata Melo Barbosa do Nascimento
Dia	Horário	Comunicação	Autore(s)
Quarta-feira, 21/11	Das 8h30 às 12h	<i>In her own words</i> : resistência e empoderamento nas narrativas da escravidão	David de Sousa Pereira
		Ancestralidade africana: a representação da mulher negra no romance <i>Úrsula</i>	Erika Costa Silva
		O filme <i>Pantera Negra</i> : relações de gênero e poder	Chitungane Sebastião Chachuaio
		“Maria do Rosário Imaculada dos Santos” e a interdição da experiência feminina negra	Fernanda Rocha da Silva
		“Como se fosse da família”: o trabalho doméstico no romance brasileiro	Débora Beirão Carvalho
		Amor como cura: amar Carolina Maria de Jesus	Dandara Baçã de Jesus Lima

ST 16	Local: 202D	Pensar a produção intelectual: saberes negros em encruzilhada	Coordenação: Aline Maia Nascimento & Humberto Manoel de Santana Júnior
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Terça-feira, 20/11	Das 13h30 às 17h	O discurso da imagem: reflexão sobre a obra de Jose Zumba	Jeamerson dos Santos & Jessica Silva Alves
		Respeitem meus cabelos, brancos: o corpo-encruzilhada na performance de Juliana dos Santos e Priscila Rezende	Mateus Raynner André de Souza
		Diálogos intertextuais: música e literaturas negras contemporâneas	Elisângela de Jesus Santos
		Do nome à louvação, da poesia à evocação: orikis na diáspora cultural negra-africana.	Lohana Kárita Teixeira
		Rezadeiras: mulheres articuladoras entre o sagrado e o profano	Karina Fatima Gonçalves de Souza
		Entre práticas e teorias descolonizadoras: um esforço para pensar a decolonialidade a partir do feminismo negro	Sian Carlos Alegre
		II Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas: relatos de uma experiência	Jullyana Carla Assunção da Silva
Quarta-feira, 21/11	Das 8h às 12h	Sobre a liberdade da escrita, o gerencialismo e a quantofrenia	Marli Dias Ribeiro
		Poços de conhecimento: as bibliotecas humanas obliteradas pela academia	Jordana Cristina Alves Barbosa
		Quando a/o pesquisada/o se torna pesquisadora/or: pessoas negras e sua relação com a antropologia	Sara Hyaponnira Louzeiro Rocha
		Epistemologias negras diante do espelho	Bárbara Pimentel da Silva Cruz
		Ancestralidade como fonte de epistemologia	Luanda Ribeiro do Nascimento
		O "Negro" no livro literário infanto-juvenil a fruição estética de obras literárias com temática racial no Livro Didático no Brasil	Jakeline Pereira Nunes
Quarta-feira, 21/11	Das 13h30 às 16h30	Caminhos de Luiza Bairros – reflexões sobre a formação de uma liderança intelectual-ativista negra no Brasil	Ana Flávia Magalhães Pinto
		Dispositivo de racialidade; reflexão da integração entre a ação teórica e ação prática de tipo militante sobre a questão racial no Brasil sob a perspectiva de Sueli Carneiro	Geronilson da Silva Santos
		Escritas Negras no Século XIX: textos de liberdade na diáspora afro-americana	Lorena Francisco de Souza e Janira Sodré Miranda
		<i>What Gender is Motherhood?: o pensamento oxunista em questão</i>	Aline Matos da Rocha
		Diálogos entre psicologia negra e narrativas contemporâneas de escritoras negras	Calila das Mercês & Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira

ST 17	Local: 201D	Comunicação e Direito: perspectivas das relações raciais	Coordenação: Kelly Tatiane Martins Quirino & Walkyria Chagas da Silva Santos
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Segunda- feira, 19/11	Das 14h às 16h30	Do Sujeito Desidentificado à Maioria Minorizada: uma abordagem histórica da <u>antinegitude na mídia brasileira</u>	Richard Santos
		Direitos Humanos e genocídio da juventude negra no Brasil	Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo & Walkyria Chagas da Silva Santos
		De João do Rio a Tim Lopes	Sionei Ricardo Leão
		Racismo do tipo exportação: uma análise sobre a presença de telenovelas brasileiras em Cuba	Ana Luiza Monteiro Alves
		A questão do autor como produtor no romance uruguaio Las esclavas de rincon, de Susana Cabrera	Samanta Dias do Carmo
		Iniciativas negra e feminista em comunicação: breve estudo sobre os cursos de Gênero, Raça e Etnia e de Comunicação, Saúde e Direitos das Mulheres para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo e em defesa do direito humano à comunicação	Isabel Cristina Clavelin da Rosa
Terça- feira, 20/11	Das 9h às 12h	Mulheres negras e controle policial no Recife oitocentista	Fernanda Lima da Silva
		GT Mulheres Negras da OAB Rio de Janeiro, uma experiência necessária	Marina Marçal do Nascimento
		Raça, Gênero e Criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres a partir de uma dimensão racial	Naila Ingrid Chaves Franklin
		Direito, relações raciais e religiões afro- brasileiras	Walkyria Chagas da Silva Santos
		O enquadramento midiático do genocídio dos jovens negros – análise da Chacina de Costa Bairros	Kelly Tatiane Martins Quirino

ST 18	Local: 104D	Mulheres negras na centralidade da saúde: interseccionalidade de gênero e raça nos serviços públicos	Coordenação: Marjorie Chaves, Andrea Leite Ribeiro & Mariana Fernandes Rodrigues Barreto Regis
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autora(s)</i>
Segunda-feira, 19/11	Das 14h às 16h	Raça, gênero e saúde reprodutiva: a resposta do feminismo negro ao controle dos corpos pelo Estado	Marjorie Nogueira Chaves
		Políticas públicas uterinas: a quem serve a criminalização do aborto no Brasil?	Maiara Alice Gomes de Oliveira
		Mulheres Negras e Violência Obstétrica	Fernanda Carobas Aires Correia Pires & Petruska Barros Alves
		Curso de capacitação para profissionais de saúde com a temática: Raça, Gênero e Violências – Interfaces com o SUS	Andreia Lohane Resende Simplicio
Terça-feira, 20/11	Das 9h às 12h	O autocuidado entre mulheres negras	Emily Almeida Azarias & Dione Moura
		A Cor da Relação: corpo e afetividade de mulheres Negras em Natal/RN	Amanda Raquel da Silva
		O protagonismo das mulheres negras na política de atenção à doença falciforme	Jaqueline Cardoso Durães
		Autonomia, autocuidado e a importância de uma rede afro religiosa para a saúde mental de mulheres negras	Priscila de Souza Nascimento Siqueira
		Equidade Racial e Atenção à Saúde em Comunidades Quilombolas	Lucélia Luiz Pereira

ST 19	Local: 105D	Mulheres quilombolas e perspectivas afrocentradas: agências, política e produção do conhecimento	Coordenação: Leandro Santos Bulhões de Jesus & Joelma Rodrigues da Silva
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Quarta-feira, 21/11	Das 13h30 às 16h30	Tensões geracionais e de gênero nas relações de trabalho e na condução de uma Associação Quilombola em uma comunidade rural no Vale do Jequitinhonha, MG	Bernardo Vaz de Macedo
		Da roda-viva de São Gonçalo ao arrimo da Barra do Rio Grande: a trajetória de vida da professora e política negra Joana Camandaroba (1914-2014)	Zane do Nascimento
		Raça, gênero e sexualidade na produção da alienação colonial em Frantz Fanon	Ana Catarina Zema de Resende
		A Práxis de Mulheres Quilombolas no Brasil: entre os silêncios da historiografia e as tensões no Direito	Emilia Joana Viana de Oliveira
		Mulheres quilombolas na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí	Rodrigo Portela Gomes
		O tear da memória para as mulheres negras	Elna Dias Cardoso

ST 20	Local: 107D	Corporeidade e processos pedagógicos decoloniais: articulações para uma educação antirracista	Coordenação: Larissa Ferreira, Jonas Sales & Nadir Nóbrega
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Segunda- feira, 19/11	Das 14h às 16h30	Reverberações sobre as potencialidades do corpo coletivo na dança afro	Ainoa Nuñez Caetano
		Escrivências: escritas corporais de mulheres ao vento	Andreza Jorge
		Teatrando realidades	Carolina Machado dos Santos & Charlotte Emanuele da Silva Sousa
		As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Saúde e a Resolução 569/17 do Conselho Nacional de Saúde	Dandara Baçã de Jesus Lima
		Ideologia Cristão de diabolização no ambiente escolar	Henrique Araújo da Silva
Terça- feira, 20/11	Das 13h30 às 16h30	Mulheres de Ganga: dançando a existência	Jaqueline Cardoso Zeferino e Joana Célia dos Passos
		Quando vozes negras alimentam a dramaturgia do corpo – O feminino em Axé Nzinga	Jonas Sales
		A Experiência de Pesquisas e Inserção de Danças de Matrizes Negras na Escola	Kaled Hassan da Silva Santos Andrade
		(Inter)artes na educação decolonial: corporeidades mestiças e(m) ecologia dos saberes.	Leonardo Jose Sebiane Serrano
		O estudo das danças Malinke do Oeste Africano e da cultura popular brasileira como proposta metodológica decolonial no fazer contemporâneo das danças afrobrasileiras	Louise Lucena de Oliveira
		Corpo negro como material pedagógico: a geometria dos penteados afro	Luane Bento dos Santos
Quarta- feira, 21/11	Das 13h30 às 16h30	Projeto Abayomi – encontro precioso	Lucileia de Souza Baptista
		Terreiros e rodas: novas epistemologias nas artes da cena	Marianna Francisca M. Monteiro
		Araçunã – Processo de Criação em Dança Brasileira Contemporânea	Patrícia da Silva Moreira Diniz
		Questões de gênero e raça na dança: corporalidades políticas centradas na noção de identidade	Larissa Ferreira
		O corpo negro sujeito de si na Universidade	Nadir Nóbrega
		YRIÁDOBÁ em Performance – O Mito de Obá, Processos de Criação e Influxos Artaudianos via Mitodologia em Arte	Adriana Rolin Lopes Oliveira Ribeiro

ST 21	Local: 110D	Descolonizar é (ensino) Fundamental: práticas Artísticas/pedagógicas	Coordenação: Arilma Soares
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autora(s)</i>
Segunda- feira, 19/11	Das 14h às 16h30	Corpo e Raça: as representações do corpo negro nas artes visuais	Adria Borges F. Cerqueira & Iodenis Borges F. Cerqueira
		Descolonizar é (ensino) Fundamental: práticas artísticas pedagógicas	Arilma de Sousa Soares
		Oficinas de elaboração vivencial de bonecas Abayomi em espaços educativos não formais	Erica Barretto F. Cruvinel & Sylvana Karla Lemos Santos
		As performances afro-brasileiras como metodologia de ensino na Educação básica: um estudo sobre memória e identidade.	Fernanda Fernandes Muniz
		Decolonizar por meio do filme: algumas considerações iniciais sobre o estágio docente	Samara Letycia Moura Borges

ST 22	Local: 110D	Educação antirracista: racismo e a experiência escolar	Coordenação: Éllen Daiane Cintra, Raquel Rosário & Cilene Vilarins Cardoso da Silva
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Terça- feira, 20/11	Das 8h30 às 12h	Por uma educação antirracista na capital do “Ouro Negro”: análise do regimento escolar da Educação Básica de Macaé	Sandra Cristina Brandão
		Formação continuada como estratégia para a descolonização da prática pedagógica	Paula Janaina da Silva
		África no currículo: uma ação pedagógica no plano de curso	Juliana Siqueira Pires
		Perspectivas para ensinar uma história silenciada: interseccionalidade de gênero e raça em relatos de adolescentes negras	Andreia Costa Souza & Dernival Venâncio Ramos Júnior
		App EducaEthos: ferramenta tecnológica de combate ao racismo e preconceito	Cristiane Silva de Meireles Cardoso & Francisco Antonio Nunes Neto
		Lei nº 10.639/03: perspectivas e desafios na luta por uma educação antirracista	Janaina Karla Pereira da Silva Rodrigues Firmino & Altina Abadia da Silva

ST 23	Local: 110D	Sernegra na Educação Básica: da identidade do/a professor/a negro/a às identidades raciais e de gênero dos/as educandos/as	Coordenação: Alessandra Pio Silva, Celia Regina Cristo de Oliveira & Fabiana de Lima Peixoto
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Terça-feira, 20/11	Das 13h30 às 16h30	A África além da mídia	Julwaity Quaresma Cardoso Pimentel Neto
		Empoderadas	Josiane Cristina Climaco
		A Construção da Identidade Racial e suas Implicações no contexto da Sala de Aula	Cledimar Maciel da Silva
		Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: o perfil dos professores	Joana Elisa Costa Oscar
		Afetividade e Cotidiano Escolar: A construção existencial da identidade negra	Gisele Rose da Silva
		Encontro de meninas: discutindo identidades	Marize Conceição de Jesus
Quarta-feira, 21/11	Das 13h30 às 16h30	Entre as narrativas, tranças e sorrisos	Sandra Aparecida Gurgel Vergne
		Narrativas escrevíveis e o ensino de inglês na Educação Básica	Valeria Lima de Almeida
		As práticas pedagógicas de professoras negras na construção de contra currículos na Educação Básica	Célia Cristo
		Promoção da saúde capilar dos afrodescendentes na educação	Marialia Gabriela de Souza Silva
		Licenciaturas Interdisciplinares da UFSB: descolonização do currículo e combate ao racismo epistêmico	Fabiana Lima
		Enfrentamentos de uma educação antirracista	Alessandra Pio

ST 24	Local: 201D	Descolonizando a Comunicação: perspectivas negras para o cinema e o jornalismo	Coordenação: Aida Rodrigues Feitosa & Juliana César Nunes
<i>Dia</i>	<i>Horário</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Autore(s)</i>
Quarta- feira, 21/11	Das 8h às 12h	Reflexão sobre a apropriação das Tics pelas mulheres negras	Thais Pereira da Silva
		comNEGRA: as Tecnologias de Informação e Comunicação para Mídias Negras na UnB	Francisco de Assis Beserra Wanderley Junior & Denysberg Carvalho Alves de Resende
		O panorama das mulheres negras do DF que atuam no telejornalismo: uma reflexão acerca das dimensões de raça e gênero nas carreiras das profissionais	Gilvanete Costa Vieira
		Muniz Sodré: revisão teórica e metodologia para estudos em jornalismo	Dione Oliveira Moura & Juliana César Nunes
		Muniz Sodré: diálogos e perspectivas teóricas para estudos em jornalismo	Cleymenne Cerqueira Barbosa & Mara Karina Silva
		As mulheres jornalistas negras e a identificação do “teto de vidro gênero/raça/classe” no processo de feminização do jornalismo no Brasil	Dione Oliveira Moura
		A mulher negra e a linguagem: análise de discurso de uma perspectiva de gênero e raça	Fabiola Campos de Andrade Santos
		Negritude na capa: análise dos discursos como representação do negro na revista Raça Brasil	Ramíla Moura Mendes Viera

PROGRAMAÇÃO DAS RODAS, OFICINAS E APRESENTAÇÕES

Roda de conversa	Dia	Hora	Local
Rumo ao Encontro Nacional de Mulheres Negras: 30 anos contra o racismo, a violência e pelo bem viver. <u>Mulheres Negras movem o Brasil</u>	Quarta-feira, 21/11	Das 8h30 às 12h00	Hall do Bloco C
Roda de conversa: LGBTs negras no contexto atual (Tarcísio José Ferreira / Gerson Martins de Souza)	Quarta-feira, 21/11	Das 14h às 17h	Sala com datashow e som (a definir)

Oficina	Dia	Hora	Local
Expressão corporal/ ritmos afrobrasileiros (Marta Santos da Silva Holanda Lobo)	Segunda-feira, 19/11	Das 14h às 16h	Sala de dança (a definir)
Benze que passa (Maria Bezerra)	Segunda-feira, 19/11	Das 14h às 16h	Hall do Bloco B
Yabás e suas danças (Juliana de Oliveira Ferreira e Jordana Cristina Alves Barbosa)	Segunda-feira, 19/11 e terça 20/11	Das 14h às 16h	Sala de dança (a definir)
De objeto de pesquisa pesquisador(a): subvertendo a ordem acadêmica a partir do projeto (Alessandra Pio)	Segunda-feira, 19/11, e terça-feira, 20/11	Das 14h às 16h	Sala com data show (a definir)
Revelando identidades – Reflexos e reflexões (Surama Caggiano)	Segunda-feira, 19/11, e terça-feira, 20/11	Das 14h às 16h	Sala comum (a definir)
Oficina de bendizer (Magda Fernanda)	Terça-feira, 20/11	Das 10h às 12h	Hall do Bloco B
Batida do OKAM (Danças das orixás) (Marília Borges)	Terça-feira, 20/11	Das 14h às 16h30	Hall do Bloco B
Na gira com a Kalunga (Soiane Gomes)	Quarta-feira, 21/11	Das 14h às 17h	Sala de dança (a definir)
O sagrado feminino e a mulher negra contemporânea (Magda Fernanda de Sousa Silva)	Quarta-feira, 21/11	Das 14h às 16h	Sala comum (a definir)
Escrita Criativa: cordel (Ana Vieira e Jacqueline Fiuza)	Quarta-feira, 21/11	Das 14h às 16h	Sala comum (a definir)

Apresentação	Dia	Hora	Local
Musas do cotidiano (Aline Karina)	Todos os dias	Todo o dia	Museu da biblioteca
Yriadobá – Da Ira à Flor (Adriana Rolin)	Segunda-feira, 19/11	12h	Itinerante na área verde
Mostra de filmes Gloria Rolando e Marisol Kadiegi	Segunda-feira, 19/11	14h	Auditório do Bloco C
Teatro: O mito das mulheres que viraram borboletas	Segunda-feira, 19/11	15h20	Auditório do Bloco C
Id. Percursos (Rita Léndé)	Segunda-feira, 19/11	19h30	Coliseu
Show: Martinha do Coco	Segunda-feira, 19/11	20h20	Coliseu
Sacrilégio (Carolina de Souza)	Terça-feira, 20/11	12h	Hall (palco) bloco C
Sujeira calada Nu Ta Pe Te (Marília Borges)	Terça-feira, 20/11	12h30	Sala 201C
Mostra de filmes Gloria Rolando e Marisol Kadiegi	Terça-feira, 20/11	14h	Auditório do Bloco C
Teatro: A Casa Rosas Cruz	Terça-feira, 20/11	15h00	Auditório do Bloco C
Desfile Celebration (Rodrigo Santos)	Terça-feira, 20/11	19h30	Hall do Bloco A
Orquestra Nzinga de Berimbaus	Terça-feira, 20/11	20h00	Coliseu
<i>Branquitude e televisão. A nova África (?) na TV pública</i> – Lançamento de livro (Richard Santos)	Quarta-feira, 21/11	12h	Museu da biblioteca
Uma oração para a mãe preta (Andréia Fábila Adowa)	Quarta-feira, 21/11	12h30	Hall da lanchonete
Mostra de filmes Gloria Rolando e Marisol Kadiegi	Quarta-feira, 21/11	14h	Auditório do Bloco C
Show: com Nãnan Matos	Quarta-feira, 21/11	19h30	FUNARTE

ÍNDICE DE AUTORAS, ARTISTAS E OFICINEIRAS

A

Ádria Borges Figueira Cerqueira.....253
 Adriana Amaral Wrencher 40, 300
 Adriana de Oliveira Teixeira Kató 169, 314
 Adriana Rolim.....283
 Adriana Rolin Lopes Oliveira Ribeiro 240, 323
 Adriano Roberto Afonso Do Nascimento.....169
 Adriano Vinícius Leite Fernandes..... 85, 305
 Aida Rodrigues Feitosa 5, 271, 325
 Ainoa Nuñez Caetano 247, 322
 Aldenora Conceição de Macedo 5, 154, 312
 Alessandra Pio..... 5, 262, 269, 280, 325, 327
 Alessandra Pio Silva..... 5, 262, 325
 Alessandro Barreto Gois 33, 299
 Aline Cardoso Lima 122, 309
 Aline Cristina Campos de Souza 56, 303
 Aline da Silva Sousa..... 105, 306
 Aline Karina..... 282, 283, 328
 Aline M. S. Rezende 144, 312
 Aline Maia Nascimento 5, 203, 318
 Aline Maria Dias 177, 317
 Aline Matos da Rocha 145, 210, 319
 Aline Pereira da Costa.....109
 Altina Abadia da Silva..... 260, 324
 Alzira Sampaio Porto 165, 313
 Amanda Barbosa Veiga dos Santos..... 28, 298
 Amanda Karoliny Conceição de Carvalho.....129
 Amanda Raquel da Silva..... 228, 321
 Ana Caroline Brito Gonçalves 85, 304
 Ana Catarina Zema de Resende 68, 235, 301, 322
 Ana Claudia dos Santos Januário..... 27, 298
 Ana Claudia Matos da Silva 187, 316
 Ana Claudia Souza Dias 189, 317
 Ana Flávia Magalhães Pinto 214, 319
 Ana Luísa Machado de Castro..... 172, 315
 Ana Luíza Monteiro Alves..... 220, 320
 Ana Paula Oliveira Lima 95, 305
 Ana Vieira 281, 291, 296, 328
 Ananda da Luz Ferreira 165, 314
 Anderson Neves dos Santos 164, 313
 André Luiz de Souza Filgueira..... 81, 304
 André Pereira Martins 102, 307
 Andrea Leite Ribeiro..... 5, 225, 320
 Andréa Regina Marques Chamon..... 169, 314
 Andreia Costa Souza 258, 324
 Andréia Fábila Adowa 285, 328

Andreia Lohane Resende Simplicio Resende.....226
 Andreza Jorge 245, 322
 Anna Clara Viana de Oliveira..... 82, 304
 Antonio Gomes da Costa Neto5, 49, 52, 53, 301, 302
 Antonio Marcos Moreira Silva 94, 305
 Arilma de Sousa Soares 254, 324
 Arilma Soares 5, 250, 323

B

Bárbara Oliveira Sousa293
 Bárbara Pimentel da Silva Cruz 207, 319
 Barbara Venturoso 74, 303
 Beatriz da Costa Lira..... 163, 313
 Beatriz Rausch..... 94, 306
 Beatriz Schmidt Campos 149, 311
 Bernardo Vaz de Macedo 233, 321
 Bonifácio Bonne..... 32, 298
 Bruna Lúcia dos Santos 28
 Bruna Paiva de Lucena 5, 175, 190, 315, 317

C

Calila das Mercês..... 208, 319
 Caline Macário Guimarães Ferreira..... 124, 309
 Camila Cerqueira dos Santos Silva..... 40, 300
 Camila Daniel..... 138, 310
 Camila Inácio Franco 98, 307
 Camila Neves Figueiredo 43, 299
 Carina Nascimento de Jesus 144, 311
 Carla Costa 171, 314
 Carolina de Souza..... 283, 328
 Carolina Gonzalez 76, 159, 313
 Carolina Machado dos Santos 244, 322
 Caroline Rocha dos Santos 112, 308
 Cauane Gabriel Azevedo Maia 120, 309
 Celenita Gualberto Bernieri..... 180, 316
 Célia Cristo 268, 325
 Celia Regina Cristo de Oliveira 5, 262, 325
 Célia Xakriabá Correa.....184

Ch

Charlotte Emanuele da Silva Sousa..... 244, 322
 Chitungane Sebastião Chachuaio 200, 317
 Christopher Larkosh 148, 312

C

Cibele de Guadalupe 5, 141, 145, 311, 312
 Cibelle Canto Bastos 38, 300
 Cilene Vilarins Cardoso da Silva 5, 256, 324
 Clara Maria Guimarães Marinho Pereira 55, 303
 Clarice Barbosa Vieira..... 46, 299
 Cledimar Maciel da Silva..... 264, 325
 Cleymenne Cerqueira Barbosa..... 275, 326
 Cordélia Oliveira..... 6, 70, 77, 303, 304
 Cristiana dos Santos Luiz..... 109, 308
 Cristiane de Assis Portela 5, 175, 189, 191, 315
 Cristiane Silva de Meireles Cardoso..... 259, 324
 Cristiane Sobral 86, 176, 180, 196, 209, 317

D

Dandara Baçã de Jesus Lima 202, 247, 318, 322
 Dandara Oliveira de Paula..... 143, 311
 Daniel Derick Carvalho Souto Silva 38, 300
 Daniela Oliveira da Silva..... 46, 300
 Daniela Soledad dos Santos Barbosa..... 104, 307
 Daniele Conceição Sarmento de Sousa..... 184, 317
 Daniele Santos Santana 156, 313
 Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo 222, 320
 Davi Guerreiro Farias 38, 300
 David de Sousa Pereira 199, 317
 David Roberto Nascimento..... 103, 307
 Day Rodrigues 87, 304
 Débora Beirão Carvalho 201, 318
 Débora Vitória Albino Pena 138, 310
 Delza da Hora Souza 64, 302
 Dennys Silva-Reis..... 5, 141, 151, 311, 312
 Denysberg Carvalho Alves de Resende..... 272, 326
 Dernival Venâncio Ramos Júnior..... 258, 324
 Dhara Cristiane de Souza Rodrigues 162, 163, 313, 314
 Diene Ellen Tavares da Silva 5
 Dione Moura..... 231, 232, 321
 Dione Oliveira Moura 274, 275, 326
 Djiby Mane 71
 Dyego de Oliveira Arruda 64, 302

E

Edileuza Penha..... 6, 23, 83, 89, 232, 288, 296, 304, 305
 Edileuza Penha de Souza 6, 83, 89, 304, 305
 Edson de Souza Cunha 6, 35, 45, 299
 Eduarda Cristina Reichert..... 100, 306
 Elaine Jansen Pereira..... 132, 310
 Elaine Meirelles 292
 Elbert de Oliveira Agostinho 6, 127, 309
 Eliana Aparecida Silva Santos Feitosa..... 158, 313
 Eliane Sá de Oliveira 185, 316
 Eliane Souza Peçanha..... 65, 302
 Eliete Gonçalves Rodrigues Alves..... 6, 61, 302
 Elionice Conceição Sacramento 183, 316
 Elisa de Araujo 114, 308
 Elisângela de Jesus Santos..... 212, 318
 Elizamar Gomes da Silva..... 182, 316
 Elizângela Quézia Gonçalves Cardoso 180
 Éllen Daiane Cintra 6, 256, 324
 Ellie Paris-Miranda 111, 308
 Elna Dias Cardoso 103, 237, 306, 322
 Emerson Borba 59, 302
 Emilia Joana Viana de Oliveira 236, 322
 Emily Almeida Azarias..... 231, 321
 Êrika Barretto Fernandes Cruvinel 253
 Erika Costa Silva 199, 317
 Eunice Aparecida de Jesus Prudente 6, 107, 308
 Evellyn Nycole Araujo Galvão 123, 309

F

Fabiana de Lima Peixoto 6, 262, 325
 Fabiana Lima..... 269, 325
 Fabiana Pereira de Assis 169, 314
 Fabiola Campos de Andrade Santos..... 276, 326
 Felipe Rodrigues Bomfim 73, 304
 Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira 208, 319
 Fernanda Carobas Aires Correia Pires..... 230, 321
 Fernanda Fernandes Muniz..... 252
 Fernanda Lima da Silva 217, 320
 Fernanda Lopes 292, 297
 Fernanda Pereira da Silva..... 133, 310
 Fernanda Rocha da Silva 201, 317
 Fernanda Santos Teixeira 37, 300
 Fernando Antonio de Alvarenga Grossi..... 67, 302
 Flávia Felipe Inácio..... 163, 313
 Flávia Pereira Machado 192, 315
 Fórum Permanente de Mulheres Negras 282
 Francisca Cordélia Oliveira da Silva 6, 77, 304

Francisco A. Nunes	124, 309
Francisco de Assis Beserra Wanderley Junior.....	272, 326
Francisco Otávio Araújo dos Santos.....	45
Francislene Pereira de Paula.....	47, 299

G

Gabriela Brito de Lima Silva	29, 298
Gabriela Zchrotke da Silva.....	46, 300
Gardenia Nogueira Lima	81, 304
Geronilson da Silva Santos	209, 319
Gerson Martins de Souza.....	282, 327
Gilvanete Costa Vieira	273, 326
Gina Vieira Ponte.....	195, 290, 296, 315
Gisele Rose da Silva	265, 325
Giuliane Pimentel	6, 26, 298
Givânia Maria da Silva	188, 293
Glauco Vaz Feijó	5
Gloria Maria Santiago Pereira ..	6, 135, 138, 310, 311
Gloria Rolando.....	23, 286, 288, 296
Grazielle Vasconcellos Ozorio.....	174, 315
Gustavo José.....	286

H

Heloisa Helena de Oliveira Santos	6, 168
Henrique Araújo da Silva	245, 322
Humberto Manoel de Santana Júnior.....	6, 203, 318

I

Iodenis Borges Figueira Cerqueira.....	253
Iran Alves Magalhães dos Santos	160
Iris Brito Lopes	90, 305
Isabel Cristina Clavelin da Rosa.....	222, 320
Isabella Ricardo Ferreira Bispo.....	37, 300
Isabella Santos Mundim.....	6, 35, 39, 299, 300
Isadora Brandão Araujo da Silva	115, 308
Isadora Lopes Harvey	129, 310
Isadora Maria Santos Dias.....	42, 299
Isis Aparecida Conceição.....	6, 107, 307
Isis Taináh Monteiro dos Santos.....	130, 310
Israel Victor de Melo.....	146, 311
Iuli do Carmo Melo.....	28, 298

J

Jacqueline Fiuza.....	5, 281, 328
Jacqueline Fiuza da Silva Regis	5
Jacqueline Regis.....	292, 297
Jakeline Pereira Nunes.....	214, 319
Janaína Karla Pereira da Silva Rodrigues Firmino.....	260
Janaína Oliveira	6, 83, 304
Janira Sodré Miranda.....	212, 319
Jaqueline Aparecida Barbosa	6, 154, 312
Jaqueline Cardoso Durães	227, 321
Jaqueline Cardoso Zeferino	242, 322
Jaqueline Coêlho Suassuna	5, 292
Jaqueline Cristina Mendes	32, 298
Jaqueline Sussuna.....	286
Jardilene Gualberto Pereira Fôlha.....	43, 299
Jeamerson dos Santos	205, 318
Jefferson Sampaio de Moura	157, 313
Jéssica Caroline de Amorim Lucas.....	106
Jessica F. Oliveira de Jesus.....	36, 299
Jéssica Luciano da Costa	56, 303
Jéssica Mara Raul	104, 125, 307, 309
Jéssica Rodrigues Pereira	31, 298
Jessica Silva Alves.....	205, 318
Joana Célia dos Passos	242, 322
Joana Elisa Costa Oscar.....	264, 325
João Aparecido	105, 306
João Marcos Dias Machado	94, 306
João Paulo Rocha Ribeiro.....	163, 313
João Vítor Ferreira Nunes.....	96, 306
Joelma Rodrigues da Silva	6, 233, 321
Jonas Sales	6, 239, 245, 322, 323
Jordana Cristina Alves Barbosa.....	208, 279, 318, 327
Jordana Pacheco Eid.....	5
José Damião Trindade Rocha.....	43, 160, 164, 299, 313
José de Ribamar Sousa Pereira ..	6, 135, 139, 310, 311
Josiane Cristina Climaco	263, 325
Josiane Nazaré Peçanha de Souza ..	65, 166, 302, 314
Josiara Barbosa Diniz Leite.....	61, 303
Josias José Freire Junior	40, 300
Joyce Alves Rocha.....	66, 301
Jucimeire Rabelo Moreira.....	72, 303
Julia Pita	97, 307
Juliana Araújo Lopes.....	113, 308
Juliana César Nunes	6, 271, 274, 326
Juliana Cristina Salvadori	144, 311
Juliana da Silva Julio.....	125, 309
Juliana de Oliveira Ferreira.....	279, 327
Juliana Salvadori.....	152, 312
Juliana Siqueira Pires	258, 324
Júlio César Lisboa de Lima Pereira.....	58, 302

Jullyana Carla Assunção da Silva 211, 318
 Julwaity Quaresma Cardoso Pimentel Neto 263, 325
 Julyane Oliveira 40, 300

K

Kaled Hassan da Silva Santos Andrade 240, 323
 Karina Fatima Gonçalves de Souza 209, 318
 Karina Felix dos Santos 67, 302
 Karoline Franciele dos Santos 170, 314
 Keila Meireles dos Santos 6, 117, 121, 308, 309
 Kelly Meneses Fernandes 167, 313
 Kelly Soraya da Luz 171, 315
 Kelly Tatiane Martins Quirino... 6, 216, 219, 319, 320
 Kênia Cardoso Vilaça de Freitas 6, 83, 304
 Kets Laine dos Santos 93

L

Lais Méri Quirino 64, 301
 Larissa Bressanini 98, 307
 Larissa Costa Silva 85, 305
 Larissa Ferreira 5, 6, 239, 248, 286, 322, 323
 Larissa Raiane Heiden 101, 306
 Laura Del Rey 37, 299
 Lauro Maia Amorim 150, 312
 Leandro Santos Bulhões de Jesus 6, 233, 321
 Leidiane Lopes da Silva 44, 300
 Leila Regina Lopes 27, 298
 Lenny Blue de Oliveira 59, 302
 Leonardo José Sebiane Serrano 246
 Letícia Érica Gonçalves Ribeiro 180, 315
 Lisneide Santos Costa 51, 301
 Lívia Paiva 6, 168
 Lívia Verena Cunha do Rosário 137, 310
 Lohana Kárita Teixeira 211, 318
 Lorena Francisco de Souza 212, 319
 Loryne Viana de Oliveira 82
 Louise Lucena de Oliveira 242, 323
 Lourdes Silva Modesto Alves 152, 312
 Luanda Ribeiro do Nascimento Maat 213
 Luane Bento dos Santos 243, 323
 Lubiana Prates Raimundo 130, 310
 Lucélia Luiz Pereira 230, 321
 Luciene do Rêgo da Silva 146, 312
 Lucileia de Souza Baptista 247, 323
 Lucimar Passos SantAnna de Brito 157, 313
 Luiz Herculano de Sousa Guilherme 102, 307
 Lys Guevara Morais Rodrigues 122, 309

M

Magda Fernanda de Sousa Silva 281, 328
 Maiara Alice Gomes de Oliveira 227, 321
 Maísa Anjos 143, 311
 Mam'etu Kafurenga 293
 Mam'etu Kafurenga 293
 Manoela Marie Mulhmann 101, 306
 Mara Karina Silva 275, 326
 Mara Lúvia de Abreu Teodoro 75, 303
 Marcela Iochem Valente 148, 311
 Marcell Carrasco David 36, 300
 Márcia Carolina Silva 60, 303
 Marcos Rafael Andrade de Melo 44
 Marcus Vinicius Azevedo de Mesquita 89, 305
 Margarida Maria Oliveira Conceição 90, 305
 Maria Antonia Paiano do Nascimento 97, 307
 Maria Aparecida Andrade Salgueiro 149, 311
 Maria Aparecida Mendes 188, 316
 Maria Bezerra 279, 291, 296, 327
 Maria Clara Martins Cavalcanti 72
 Maria das Dores do Rosário Almeida 178, 316
 María del Pilar Tobar Acosta 80
 Maria do Carmo Rebouças da Cruz F. dos Santos 57,
 301
 Maria do Carmo Rebouças dos Santos 63, 301
 Maria Luiza Dix Reis 101, 307
 Marialia Gabriela de Souza Silva 268, 325
 Mariana Fernandes Rodrigues Barreto Regis... 6, 225,
 321
 Marianna Francisca Martins Monteiro 241
 Marília Beatriz de Castro Duarte 121, 309
 Marília Borges 281, 284, 327, 328
 Marina Marçal do Nascimento 218, 320
 Marisley Oss Lorenzoni 62, 301
 Marisol Kadiegi 23, 286, 288, 296
 Marize Conceição de Jesus 266, 325
 Marizeth Ribeiro da Costa 66, 302
 Marjorie Chaves 6, 225, 320
 Marjorie Nogueira Chaves 226, 321
 Marleide Rosa da Silva 177, 316
 Marli Dias Ribeiro 206, 318
 Marta Barbosa da Costa Nunes 110, 308
 Marta Santos da Silva Holanda Lobo 279, 327
 Martinha do coco 294
 Mateus Raynner André de Souza 204, 318
 Matheus Fernandes 100, 306
 Maysa Espíndola Souza 140, 311
 Meimei Bastos 176, 193, 317
 Meire Cristina Cabral de Araújo Silva 6, 49, 52, 53,
 301, 302
 Meire Rocha de Abreu 177, 317

Mestra Janja.....	293
Michael Louzeiro de Aguiar.....	185, 316
Milena Gabriel Nunes.....	189, 317
Miriam Aprigio Pereira.....	181, 316
Mirian Colonna dos Santos.....	53, 301
Mônica Celeida Rabelo Nogueira.....	194, 315
Mônica Rocha dos Santos.....	57, 302
Murilo Costa de Oliveira.....	31, 298
Murilo Mangabeira Chaves.....	88, 305

N

Nadir Nóbrega.....	6, 239, 248, 322, 323
Naiala Amorim de Oliveira.....	161, 314
Naila Ingrid Chaves Franklin.....	220, 320
Naira Évine Pereira Soares Lopes.....	133
Nakiely Arantes.....	106
Nānan Matos.....	294
Natalia Cintra de Oliveira Tavares.....	137, 310
Natália Krause.....	101, 307
Neilma Brito Borges.....	73
Norma Diana Hamilton.....	6, 117, 308

O

Ochy Curiel.....	23, 73, 122, 137, 204, 290, 296
Orquestra de berimbau Nzinga.....	294

P

Pâmela Peregrino da Cruz.....	86, 304
Paolla de Santa Anna Moura.....	79
Patrícia da Silva Moreira Diniz.....	241
Paula Balduino de Melo.....	5
Paula Janaina da Silva.....	257, 324
Pedro Vinicius Pamplona.....	102, 307
Petruska Barros Alves.....	231, 321
Pollyana Maria Ribeiro Alves Martins.....	5
Priscila Costa Silveira.....	119, 309
Priscila de Souza Nascimento Siqueira.....	229, 321

Q

Qelli Viviane Dias Rocha.....	129, 310
-------------------------------	----------

R

Rafael Lopes Cerqueira Frena.....	100, 306
Raíla de Melo Alves.....	109, 308
Rakell Rays dos Anjos Alves.....	124, 309
Ramíla Moura Mendes Viera.....	276, 326
Ramon Augusto Bonini Nalesso.....	103, 307
Rane Paula Morais Souza.....	147, 312
Raphaella Silva Pereira de Oliveira.....	143, 311
Raquel Cristina Isensee da Silva.....	101, 306
Raquel Dommarco Pedrão.....	37, 299
Raquel Rosário.....	7, 256, 324
Renata do Canto dos Santos Canto.....	86
Renata Melo Barbosa do Nascimento.....	7, 197, 317
Renata Waleska de Sousa Pimenta.....	7, 91, 305
Renísia Garcia.....	290, 296
Richard Santos.....	57, 216, 284, 285, 301, 319, 328
Risla Lopes Miranda.....	179, 317
Rita Léndé.....	283, 328
Rodrigo dos Santos Camilo.....	71, 303
Rodrigo Portela Gomes.....	236, 322
Rosana dos Santos Miranda.....	89, 305
Rosânia O. do Nascimento.....	144, 312
Rosânia Oliveira do Nascimento.....	122, 309
Rosilda Alves Coutinho.....	191, 316
Rutileia Carvalho Xavier Pinho.....	160, 312

S

Sabrina Cristina dos Santos.....	99, 306
Sabrina Lemos de Moura.....	98, 307
Safira Moreira.....	23, 288, 296
Samanta Dias do Carmo.....	223, 320
Samara Letycia Moura Borges.....	252, 324
Sandra Aparecida Gurgel Vergne.....	267, 325
Sandra Cristina Brandão.....	257, 324
Sandra Nascimento.....	68, 301
Sandra R. Coleman.....	131, 310
Sara Hyaponnira Louzeiro Rocha.....	74, 120, 206, 304, 309, 318
Sian Carlos Alegre.....	204, 318
Sibelle de Jesus Ferreira.....	50, 302
Sidnei Costa.....	151, 312
Silvéria Santos.....	291, 296
Sionei Ricardo Leão.....	219, 320
Sirlene Barbosa Correa Passold.....	186, 316
Soiane Gomes.....	281, 327
Surama Caggiano.....	280, 327
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos.....	253

T

Tainá Cary.....	286
Taís de Sant'Anna Machado.....	30, 298
Talita Cabral Machado.....	5
Tarcísio José Ferreira.....	92, 282, 306, 327
Tarsila Flores	59, 302
Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso.....	173, 314
Tatiana Rotolo	7, 26, 298
Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes	78
Thais Pereira da Silva	272, 326
Thaís Rodrigues de Souza	114, 308
Thatiane Silva	291, 296
Therezinha Gauri Leitão	177, 316
Thiago de Faria e Silva	7, 35, 42, 299, 300
Thula Rafaela Pires.....	290
Tomas Garcia.....	66, 301

V

Valéria Gomes Borges Vieira	7, 175, 315
Valéria Lima de Almeida	267
Valéria Pôrto dos Santos	193, 316
Vanilda Honória dos Santos.....	50, 51, 301
Verônica Veloso Pereira.....	161, 314
Victor Hugo Leite de Aquino Soares	87, 305
Vilma de Souza Lopes.....	156, 313
Virgínia Campos Machado	29, 298
Viviane Aparecida dos Santos Torres	100, 306
Viviane Faria Lopes	93

W

Waldson Gomes de Souza.....	41, 300
Walkyria Chagas da Silva Santos	7, 216, 221, 222, 319, 320
Watusi Virginia Santiago Soares.....	77, 303

Y

Yves Samara Santana de Jesus.....	92, 305
-----------------------------------	---------

Z

Zane do Nascimento	234, 322
Zora Yonara Torres Costa	54, 302

ÍNDICE DE AUTORAS, ARTISTAS E OFIGINEIRAS

Apio



Realização

